



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)**

**O CONCEITO DE “REVISIONISMO” NA CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA DO
“MOVIMENTO CRÍTICO AO REVISIONISMO CONTEMPORÂNEO”:
USO, LIMITES E POSSIBILIDADES**

GABRIEL ANTONIO BUTZEN

Foz do Iguaçu
2022

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)**

**O CONCEITO DE “REVISIONISMO” NA CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA DO
“MOVIMENTO CRÍTICO AO REVISIONISMO CONTEMPORÂNEO”:
USO, LIMITES E POSSIBILIDADES**

GABRIEL ANTONIO BUTZEN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Afonso Cristovão dos Santos

Foz do Iguaçu
2022

GABRIEL ANTONIO BUTZEN

**O CONCEITO DE “REVISIONISMO” NA CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA DO
“MOVIMENTO CRÍTICO AO REVISIONISMO CONTEMPORÂNEO”:
USO, LIMITES E POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Pedro Afonso Cristóvão dos Santos
UNILA

Prof. Dr. Paulo Renato da Silva
UNILA

Prof. Dr. Matheus Henrique de Faria Pereira
UFOP

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

B989c

Butzen, Gabriel Antonio.

O conceito de "revisão" na crítica historiográfica do "Movimento Crítico ao Revisionismo Contemporâneo": uso, limites e possibilidades / Gabriel Antonio Butzen. - Foz do Iguaçu, 2023.

207 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH), Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS).

Orientador: Pedro Afonso Cristovão dos Santos.

1. Comunismo - Revisionismo. 2. Historiografia. 3. Brasil - História - 1964-1985. 4. Pesquisa histórica. I. Santos, Pedro Afonso Cristovão dos. II. Título.

CDU 930.1

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pela concessão de uma bolsa de estudos para a realização da presente pesquisa de mestrado. Além disso, agradeço ao meu orientador professor Dr. Pedro Afonso Cristovão dos Santos por ter aceitado a proposta de pesquisa e me guiado por todo o período do curso sendo fundamental para a minha formação tanto quanto acadêmico quanto para professor, uma inspiração como profissional. Obrigado aos professores Paulo Renato da Silva e Matheus Henrique de Faria Pereira pela leitura atenta e avaliação da dissertação, principalmente pelos apontamentos e ajustes necessários do trabalho. Agradeço ao Marcelo Durão Rodrigues da Cunha pela ajuda e acolhimento de minhas dúvidas e indecisões durante a construção da dissertação. Gostaria de agradecer a todos os professores e profissionais do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da UNILA, principalmente ao professor coordenador Alexandre Varella pela condução do programa; professora Rosângela Silva pelas orientações para a execução do projeto e a Yulla pelos diversos auxílios ao longo da pesquisa. Por fim, gostaria de agradecer a Isabella, minha companheira que ao longo dos meses esteve ao meu lado em toda a pesquisa, me apoiando e dando o suporte necessário para meus estudos, obrigado por estar em minha vida.

RESUMO

A presente pesquisa busca investigar a crítica historiográfica do autointitulado “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” sintetizado nos dois livros organizados por Melo (2014) e por Sena Júnior; Melo e Calil (2017). Nesse sentido, a pesquisa busca analisar quais são os usos do conceito de “revisionismo” para avaliar determinadas historiografias consideradas “apologéticas” e “abusivas”. Para isso, analisaremos a história do conceito de “revisionismo” a partir de discussões dentro do próprio marxismo e dos debates internos da historiografia sobre a Revolução Russa; da Guerra da Tríplice Aliança; bandeirantismo; da historiografia paraguaia e argentina, casos nos quais o conceito de “revisionismo” se aproxima da ideia de “inovação”. Por outro lado, avaliaremos o conceito de “revisionismo” como “apologia” e “abuso” mobilizados pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”. Nessa linha, também diferenciaremos o conceito de “revisionismo” de “negacionismo” a partir dos debates sobre o Holocausto e do uso atual do conceito. Por fim, observaremos como o conceito de “revisionismo” dialoga com a escrita da história, com a prática cotidiana do historiador e com o atual regime de produção e divulgação de pesquisas históricas na atualidade. Para isso, como metodologia foram utilizadas as considerações sobre a história dos conceitos alemã e do contextualismo, avaliando os conceitos históricos utilizados pelos historiadores analisados. As principais considerações recaem sobre a possibilidade do uso de outros conceitos em determinados contextos nos quais “revisionismo” tem sido mobilizado. Em particular, a possibilidade de uso do conceito de “abuso da história”, conforme definido por De Baets. Ressalta-se ainda a importância de mais pesquisas empíricas para reavaliar os limites e possibilidades da crítica historiográfica baseada no conceito de “revisionismo histórico”.

Palavras-chave: revisionismo. história da historiografia. ditadura militar. abuso da história. crítica.

ABSTRACT

This research seeks to investigate the historiographical critique of the self-titled "critical movement to contemporary revisionism" synthesized in two books organized by Melo (2014) and Sena Júnior; Melo and Calil (2017). In doing so, the research seeks to analyze the uses of the concept of "revisionism" to evaluate certain historiographies considered "apologetic" and "abusive". We will analyze the history of the concept of "revisionism" from discussions within Marxism itself and the internal debates of the historiography on the Russian Revolution; the War of the Triple Alliance; bandeirantismo (RODRIGUES, 1965); of Paraguayan and Argentinian historiography, cases in which the concept of "revisionism" comes closer to the idea of "innovation". On the other hand, we will evaluate the concept of "revisionism" as "apology" and "abuse" mobilized by the "critical movement to contemporary revisionism". In this line, we will also differentiate the concept of "revisionism" from "negationism" from the debates on the Holocaust and the current use of the concept. Finally, we will observe how the concept of "revisionism" dialogues with the writing of history, with the daily practice of the historian and with the current regime of production and dissemination in the present historical research. As methodology we use considerations about the history of German concepts and contextualism, evaluating the historical concepts used by the historians analyzed. The main considerations are about the non-necessity of the use of the concept of "revisionism" and its replacement by other explanatory concepts, especially the possibility of using the concept of "abuse of history" as defined by De Baets and the importance of more empirical research to reevaluate the limits and possibilities of historiographical criticism based on the concept of "historical revisionism".

Key words: revisionism. history of historiography. military dictatorship. abuse of history. critique.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: O DEBATE SOBRE O “REVISIONISMO” NA HISTORIOGRAFIA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	18
CAPÍTULO 2: O “REVISIONISMO” COMO CONCEITO NA HISTORIOGRAFIA: USOS, LIMITES E POSSIBILIDADES	39
2.1 HISTÓRIA E DEFINIÇÕES DO CONCEITO DE “REVISIONISMO”	40
2.2 REVISIONISMO COMO “INOVAÇÃO”	48
2.3 APONTAMENTOS SOBRE O REVISIONISMO NA HISTORIOGRAFIA LATINO-AMERICANA	54
2.3.1 O Revisionismo Histórico Na Argentina.....	61
2.5 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O REVISIONISMO	86
CAPÍTULO 3: “REVISIONISMO” E “NEGACIONISMO”	91
3.1 O DEBATE HAYDEN WHITE – CARLO GINZBURG E SUA RECEPÇÃO PELA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.....	98
3.2 HAYDEN WHITE, “NEGACIONISMOS” E “REVISIONISMOS”	115
3.3 “NEGACIONISMO” E HISTORIOGRAFIA.....	121
CAPÍTULO 4: ENTRE OS “REVISIONISMOS”: COMO USAR?	127
4.1 HISTÓRIA DOS CONCEITOS E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA.....	130
4.2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO HISTORIADOR NAS CRÍTICAS AO REVISIONISMO	142
4.3 “REVISIONISMO” NA ESCRITA DA HISTÓRIA	146
4.4 O LUGAR PROFISSIONAL DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	148
4.5 A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA COMO PRÁTICA	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	198

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisará o uso do conceito de “revisão histórica” nos debates sobre a historiografia da ditadura civil-militar brasileira, concentrados, sobretudo, nos marcos comemorativos do golpe de 1964, em 2004 e 2014. O foco central do trabalho será o sentido atribuído a “revisão histórica” neste debate específico. Para problematizar o uso do conceito, faremos um panorama de sua aparição em debates da historiografia europeia e latino-americana, marcando os diferentes significados que o conceito assumiu. Distinguiremos, essencialmente, dois usos de “revisão histórica”: enquanto inovação (novas pesquisas que produzam a revisão de uma interpretação historiográfica vigente) e enquanto distorção das práticas historiográficas aceitas (com vistas a um efeito político específico). Trabalharemos ainda as aproximações entre “revisão histórica” e o conceito de “negação”, além do modo como “revisão histórica” foi integrado a debates sobre a responsabilidade social do historiador e a ética da profissão. Nesse sentido, nos questionaremos sobre a possibilidade do uso do conceito de “abuso da história” para determinados casos em que “revisão histórica” foi aplicado. Nesta introdução, discorreremos sobre a difusão do conceito de “revisão histórica” e apresentaremos o debate sobre a historiografia da ditadura militar brasileira, no qual o conceito de “revisão histórica” é mobilizado.

O conceito de “revisão histórica” utilizado na historiografia é cada vez mais comum. Não só isso, o termo também é utilizado para tratar com o grande público certas “revisões” históricas sobre períodos determinados – principalmente aqueles que levantam ainda questões não resolvidas, como ditaduras; genocídios; golpes; etc. Com o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) em 2019 e a chegada do vírus ao Brasil, exigindo medidas de isolamento social e combate a transmissão, pesquisadores, eventos acadêmicos, vídeos informativos e até mesmo uma atuação ativa da Associação Nacional dos Historiadores e Professores de História (ANPUH) no *youtube* impulsionaram diversos conteúdos sobre “revisão histórica” e “negação”, avaliando o conceito e estudos de caso. Desde a intensificação da pandemia no Brasil – março de 2020 – o número dessas produções audiovisuais foi expressivo. Até o dia 19 de julho de 2021, observou-se cerca de 72 vídeos feitos sobre a temática do “revisão histórica/negação” na história. Assim, sobre os termos 1) “revisão histórica” (15 vídeos); 2) “negação” (38 vídeos); 1) “negação e revisão histórica” (19 vídeos).

É importante também observar quem foram os criadores desses vídeos. Neste caso, três categorias podem ser definidas: 1) história pública (videoaulas ou conteúdos temáticos com total de 41); 2) eventos acadêmicos (produzidos por cursos de pós-graduação e graduação de história com o total de 13) e 3) palestras da ANPUH (entrevistas e palestras com o total de 18). Com esse levantamento é possível observar como a pandemia impactou a publicação de materiais de divulgação histórica e como o meio acadêmico/universitário e a principal organização de historiadores brasileira tomaram como um dos elementos principais as discussões sobre os diversos “revisionismos” e “negacionismos” históricos.

Vale destacar dois dossiês de artigos organizados em torno das ideias de “revisionismo” e “negacionismo” dentro da historiografia. Um primeiro organizado no volume 46, número quatro, publicado em 2007 pela revista científica *History and Theory* com o tema *Revision in History* com pesquisadores anglófonos e europeus discutindo como a historiografia lida com a ideia de “revisionismo”. Neste caso, boa parte dos artigos buscam avaliar como ocorre a “inovação” na historiografia com uma forte influência das pesquisas de Thomas Kuhn e como ocorre uma “revolução científica” dentro da historiografia. Outro dossiê publicado em 2021 no Brasil, organizado por Valim; Avelar e Bevernage (2021) na *Revista Brasileira de História* (RBH), onde diversos autores buscam analisar os “negacionismos” e “revisionismos” de histórias com temas sensíveis e promovidos por empresas de mídia ou por discursos políticos.

Podemos afirmar, portanto, que os termos “revisionismo” e “negacionismo” estão cada vez mais sendo utilizados por pesquisadores – tanto nos debates acadêmicos quanto na discussão em redes sociais/internet. Assim, seja para discutir, criticar ou divulgar análises científicas realizadas na universidade, a iminência de discursos não científicos ou desonestos sobre o passado levou a uma expansão da utilização desses conceitos. Se recentemente os debates sobre os “revisionismos” e “negacionismos” históricos/científicos ficaram ligados à validade das medidas de isolamento social até a eficácia da vacinação contra o vírus SARS-COV2, anos atrás o debate acerca do “revisionismo histórico” da ditadura civil-militar brasileira de 1964 era pungente nas pesquisas historiográficas.

O que leva a essa retomada da discussão sobre 1964 no Brasil? Em um primeiro momento, os debates sobre o caráter do golpe militar de 1964, seus agentes “responsáveis” e as políticas de memórias foram ressignificadas com a

eleição em 2018 do presidente Jair Messias Bolsonaro, um assíduo apologeta da ditadura militar de 1964 e admirador do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra. Como Bauer (2017) analisou, as posições de Bolsonaro e dos militares durante a criação e início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) eram principalmente com a formação das narrativas, da memória e da cultura histórica sobre o regime militar de 1964. Some-se a isso a extensa produção de *fake news* que permearam as eleições de 2018 espalhando desinformação sobre diversos temas históricos, principalmente versões apologéticas da ditadura militar brasileira. Outro fator importante é a intensa propagação de uma leitura do passado brasileiro da Nova Direita, onde a produtora Brasil Paralelo encabeça a criação de documentários e materiais – abordando visões antiquadas e conservadoras – sobre os principais temas de nossa história (colonização; educação pública; ditadura civil-militar) com claras pretensões de “ocupação” da história nacional (ÁVILA, 2021).

A eleição de Jair Messias Bolsonaro incentivou a discussão sobre os “revisionismos” e “negacionismos” históricos em relação ao genocídio indígena durante a colonização, a escravidão negra no Atlântico e ao regime militar de 1964. Não somente na produção científica, mas no papel do historiador para combater essas falsidades além da divulgação da própria história. A ideia de “revisionismo” não fica somente restrita às produções dos historiadores marxistas como o livro organizado por Melo (2014) e Sena Júnior, Melo e Calil (2017). Bauer (2017; 2018), por exemplo, vê o aumento do “revisionismo” após a criação da Comissão Nacional da Verdade para disputar as narrativas – principalmente dos militares – sobre o regime, além das produções revisionistas de Ustra como *Rompendo o silêncio* (1987) e *A verdade sufocada* (2006).¹

Rovai (2020) também organiza o livro *Revisionismos: a universidade esclarece* onde aborda além das temáticas sobre ditadura militar; povos indígenas; nazismo; escravidão no Atlântico; as análises da “educação ideológica” e a “destruição” educacional de Paulo Freire. Carlos Fico (2017) em sua revisão bibliográfica deu destaque para a análise das críticas feitas pelos autores marxistas sobre o “revisionismo” da ditadura militar. Pereira (2022) busca analisar em partes de seu livro como o Brasil recente passa por um momento de “não inscrição”, onde a “negação”; o “negacionismo” e o “revisionismo” da história da ditadura civil-militar de

¹ O conceito de “revisionismo” de Bauer se aproxima do de Demian, a quem cita (2018).

1964 é cada vez mais presente, principalmente com a CNV e as disputas de memórias provocadas, gerando “guerras de edições” e verdadeiras “batalhas de narrativas” sobre os responsáveis e o legado de 1964.

Não é somente no Brasil que o conceito de “revisãoismo” também é mobilizado para argumentar a respeito de regimes ditatoriais. É comum lembrarmos do *Historikerstreit* (Debate entre historiadores) em relação a responsabilidade e a memória do nazismo na Alemanha ocorrido na década de 1980. Após o início do século XXI, Portugal e Espanha enfrentam aquilo que Soutelo (2009); Loff (2014); Varela (2014) apontam como sendo um “revisãoismo” e apologia de setores a direita – tanto historiadores quanto intelectuais públicos – das ditaduras de Salazar e Franco respectivamente. Já o debate acerca da “polêmica revisionista” entre Cecílio Báez e Juan O’Leary no Paraguai ainda gera discussões acerca do ensino de história e da memória da ditadura de Alfredo Stroessner, que durante as décadas de 1950 até 1980 utilizou-se do “revisãoismo histórico” como propaganda nacionalista paraguaia (LIMA, 2018). Na Argentina, o debate acerca do “revisãoismo histórico” é datado desde o final do século XIX e tem proeminência durante o contexto da Crise de 1929 (DONGHI, 2006; CHIAMARONTE, 2013). Além disso, o decreto da presidenta Fernández de Kirchner número 1880 de 2011 cria o Instituto Nacional de Revisãoismo Histórico Argentino e Iberoamericano Manuel Dorrego onde buscava resgatar figuras do “revisãoismo histórico” como Jorge Abelardo Ramos, José María Rosa, Arturo Jauretche, Manuel Ugarte, Fermín Chaves, Ortega Peña e Eduardo Luis Duhalde. O Instituto não foi bem recebido pelas críticas dos jornais e pelo ambiente universitário, sendo fechado pelo presidente Mauricio Macri em quatro de janeiro de 2016 com a justificativa de “pluralidade ideológica” e não poder existir uma versão “oficial” da história.

Nesse sentido, parece que o ano de 2014 foi decisivo para o conceito de “revisãoismo” histórico no Brasil: nos 50 anos de lembranças sobre o golpe civil-militar de 1964, um grupo de historiadores marxistas ligados ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) – anos mais tarde se assumiram como “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo – publicou diversas críticas historiográficas na obra *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo* (MELO, 2014). Neste livro, os historiadores presentes mobilizaram diversas vezes o conceito de “revisãoismo” para tratar de visões “apologéticas” feitas tanto por historiadores quanto por intelectuais públicos

(jornalistas, revistas, documentaristas) do regime militar de 1964. Vale destacar que essas pesquisas tinham como foco, neste primeiro livro, de organizar diversas pesquisas anteriores feitas desde 2006 sobre o “revisonismo histórico” da ditadura civil-militar de 1964.

Agora, o que levaria esses historiadores a proporem – com forte crítica sem dispensar a citação direta aos historiadores criticados – uma análise historiográfica nesta data? É certo que determinados eventos históricos têm a capacidade de despertar discussões e sentimentos em suas sociedades, a ponto de novas pesquisas e versões historiográficas sobre eles gerarem debates que excedem questões metodológicas ou epistemológicas. Implicações éticas e políticas se somam, trazendo à tona responsabilidades e deveres de memória. O caso dos passados difíceis, como o Holocausto, o genocídio armênio e as ditaduras militares latino-americanas são (re)lembrados e (re)significados pela memória social e cultura histórica² em determinados grupos sociais. No caso brasileiro, podemos elencar dois passados difíceis: a escravidão de negros e indígenas durante o período colonial e posteriormente no período monárquico, e a ditadura civil-militar de 1964-1988. Frequente neste tipo de debate é a designação de “revisonista” a uma nova versão da história. Este conceito, sua origem e implicações serão o foco da presente dissertação, em particular seu emprego nos debates em torno da historiografia da ditadura civil-militar no Brasil.

Em relação à ditadura, os debates e significações são ainda mais intensos hoje devido a particularidades do próprio estudo historiográfico: a história da ditadura civil-militar no Brasil está inserida nos estudos do “tempo presente”. Assim, devido a certa proximidade temporal, ao impacto na memória social desse período e ainda na presença social de brasileiros que viveram o período ditatorial. Portanto, essa história ainda é “viva” dentro da cultura histórica brasileira, além de ter sido traumática para os que sofreram diretamente as violações de direitos humanos e indiretamente pelas medidas econômicas e políticas adotadas pelos militares.³ Some-se a isso a

² Jörn Rüsen (2016) aponta que a cultura histórica é uma categoria de análise que explora a memória histórica dentro do espaço público integrando as produções históricas e memoriais da mídia, escola, política e espaços religiosos. Assim, para Rüsen, uma possível definição de cultura histórica é a “[...] articulação prática e operante da consciência histórica na vida de uma sociedade” (p. 57). A partir do espaço público em conjunto os indivíduos passam a sua reflexão subjetiva entre o passado, presente e futuro para um espaço coletivo, social.

³ Para a avaliação do trauma, desde a Lei de Anistia de 1979 que “perdoou” tanto os algozes quanto as vítimas da ditadura militar brasileira até as frustrações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) é possível conferir as pesquisas de Bauer (2017) e Araujo, Fico e Grin (2012).

eleição de Jair Messias Bolsonaro, apoiador da ditadura militar e apologista de Carlos Brilhante Ustra, torturador durante o regime.⁴

Nessa rede de lembranças sobre o período de 1964 o golpe civil-militar ganha destaque nas narrativas e nas principais “negações” e contestações: teria sido o golpe de 1964 somente militar? Existiu participação da sociedade no golpe? Que setores da sociedade apoiaram os militares? Teria sido uma ditadura, um regime ou um movimento?⁵ Essas perguntas estão presentes na cultura histórica brasileira sobre o período moldadas pela memória e pelo próprio ensino de história da ditadura militar. Com a redemocratização a partir de 1988 e a tomada da escola como “lugar político” e a concepção histórica que o ensino deve ter relação com o cotidiano do estudante, houve a abertura para o ensino da história da ditadura militar. Amézola e Cerri (2008)⁶ apontam que essa demora em incorporar o ensino da ditadura é algo mais ligado à espera de a “historiografia” adentrar nessa temática do que a uma “censura” imposta pelo Estado.

Além disso, Cerri (2018), a partir da pesquisa “Jovens e a História” realizada em 2013, comparou as respostas dadas por estudantes e professores em relação aos governos militares no caso brasileiro. Enquanto os professores de história são críticos ao regime ditatorial brasileiro, os estudantes percebem esse período histórico com o mesmo discurso dos militares e apoiadores, inseridos numa apologia à ditadura militar – mesmo que sem a intenção. Assim, Cerri (2018) aponta que os professores de história incorporaram a visão historiográfica produzida pela academia sobre o regime militar brasileiro (p. 285). Porém, no caso do ensino de história sobre os governos militares a nova interpretação historiográfica não foi suficientemente ensinada.⁷ A hipótese de Cerri é que:

[...] o formato dos currículos de História no Brasil, hoje, faz predominar um encaminhamento enciclopédico e linear de processos históricos, os tópicos da História recente ficam para o final do ano e não chegam a ser ensinados, ou são ensinados de forma aligeirada e superficial,

⁴ Bauer (2017, 2018) Analisa os discursos de Jair Messias Bolsonaro sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e durante a votação do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff.

⁵ Referimos a posição do presidente do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli que em 2018 argumentou a inexistência de um golpe em 1964, mas um movimento de militares em uma palestra na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). A análise de Toffoli é menos importante que o lugar social de onde fala como presidente da maior instância judiciária brasileira. Ver: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/toffoli-diz-que-militares-fizeram-movimento-e-nao-golpe-em-1964>>. Acesso 18 de maio de 2021.

⁶ A partir do artigo de Balestra (2016).

⁷ Apesar de citar uma “nova historiografia”, Cerri (2018) acaba por não indicar qual seria essas novas publicações ou mencionar suas características.

no contexto de final de ano e necessidade de vencer o conteúdo (p. 285)

A análise de Cerri (ibidem) a partir da pesquisa “Jovens e a História” de 2013 é que “[...] ficam evidentes os avanços do ensino de História ligados à atualização historiográfica, quando tratamos de Idade Média, mas não quando tratamos de regime militar brasileiro”. Cerri (idem) parte de um grande levantamento de dados de caráter quantitativo, sendo assim, sua pesquisa tem a limitação de não propor ou analisar qual seria a historiografia “nova” que deveria ir para a escola e ser trabalhada no ensino de história.

O tema da ditadura militar no ensino de história nas escolas públicas aparece nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. Assim, segundo Balestra (2016), como a temática aparece nos anos de conclusão, o ensino da ditadura militar acaba sofrendo com o final do ano letivo. Além disso, no caso do Ensino Médio, o tema da ditadura militar acaba por ser mais explorado de forma utilitária já que é recorrente em vestibulares. Balestra (2016, p. 261) ainda aponta:

A terminologia frequentemente utilizada nesses livros é “regime militar pós-64”, que não caracteriza nem se posiciona criticamente em relação ao período, e também não discute a participação dos civis no processo, assim como “ditadura militar” / “golpe militar”, e não “civil-militar. Além disso, a citação excessiva de nomes de pessoas e instituições que não fazem parte do cotidiano ou vocabulário dos jovens, sem a devida contextualização, pode dificultar a construção de sentidos sobre o período.

Recentemente a crítica historiográfica do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” foi incorporada na coleção de livros didáticos da editora Poliedro, principalmente a crítica ao “revisionismo conservador” da ditadura civil-militar brasileira. Nesse sentido, os livros didáticos para ensino médio e pré-vestibular elaborados por Gomes e Verdasca (2022) da editora Poliedro trazem esta crítica – que poderá ser reproduzida por outras obras didáticas.⁸

Se o ensino da ditadura “esperou” a historiografia, outras

⁸ Ver a citação direta de Gomes e Verdasca (2022, p. 39): “As terminologias “ditadura envergonhada”, “ditadura escancarada”, “ditadura derrotada”, “ditadura encurralada” e “ditadura acabada”, aqui usadas para demarcar os diferentes momentos da ditadura militar no Brasil, correspondem à coleção de livros escritos pelo jornalista Elio Gaspari e publicados entre 2002 e 2016. Os títulos representam um aspecto importante das mudanças ocorridas no regime ditatorial brasileiro ao longo dos anos. No entanto, deve-se levar em conta que essas terminologias não são consensuais, uma vez que para alguns historiadores a obra de Gaspari promove um revisionismo conservador da ditadura no Brasil. Ainda assim, essa divisão reflete a percepção de que não havia, de antemão, um projeto específico de ditadura. Ou então de que se tratava de uma série de projetos em disputa”.

manifestações de memória – como as comemorações da “revolução de 1964” ocorrida em 1974 – e a escrita de textos por militares, membros da esquerda armada, intelectuais, jornalistas e cientistas políticos aconteceram nas décadas de 1970.

Carlos Fico (2017) aloca a historiografia do período militar de 1964 como pertencente ao “tempo presente”. Isso também significa que os testemunhos e outros relatos fazem parte da literatura sobre o período ditatorial. Para esse levantamento, focando em uma periodização das rememorações do golpe militar, utilizaremos o levantamento realizado por Joffily (2018).

Esta dissertação argumentará que o uso do conceito de revisionismo, tal qual propõe o movimento de crítica à historiografia da ditadura militar, se apoia em apenas um dos sentidos históricos do termo “revisionismo”. Globalmente, tal conceito apareceu na história da historiografia em diferentes lugares e momentos, e com diferentes conotações. Sem a pretensão de sermos exaustivos, faremos, na primeira parte desta dissertação uma sintética história do conceito de “revisionismo” na Europa do início do século XX elaborado a partir da pesquisa de Galastri (2015). Enfatizando sua dimensão global, mostraremos casos de outros usos do conceito na historiografia latino-americana, por meio de exemplos da historiografia brasileira – (RODRIGUES, 1965), da historiografia argentina (DONGHI, 2006; CHIARAMONTE, 2013), da historiografia paraguaia (LIMA, 2018). Abordaremos ainda, brevemente, o conceito de “revisionismo” na historiografia da Revolução Russa (SEGRILLO, 2010) e apresentaremos as propostas elaboradas no dossiê sobre “revisionismo” publicado na revista *History and Theory* em 2007 observando como é possível utilizar e dar sentido ao conceito de “revisionismo” dentro da historiografia. Com isso, pretendemos mostrar a polissemia do conceito, dependendo do contexto em que é mobilizado.

Na segunda parte da dissertação analisaremos precisamente as relações entre os conceitos de “revisionismo” e “negacionismo”, que, conforme observamos acima, aparecem constantemente imbricados, como nas *lives* de história realizadas durante esta pandemia. Para tratar do conceito de “negacionismo”, apresentaremos o debate entre Hayden White e Carlo Ginzburg, historicizando e apresentando as principais críticas e considerações sobre o tema. Além disso, analisaremos como outros autores se posicionam dentro deste debate, a exemplo da contribuição de Paul Ricoeur e Pierre Vidal-Naquet para o conceito de “negacionismo”, principalmente as disputas de narrativas em torno do Holocausto. Por fim, analisamos as novas percepções dos “negacionismos” da ditadura civil-militar de 1964 a partir da

crítica de Pereira (2022) e da ampliação dos temas de análise com os diversos “negacionismos históricos” a partir do dossiê elaborado por Valim; Avelar e Bevernage (2021). Nossa principal intenção será a de examinar a pertinência da relação (por vezes de equivalência) entre os dois conceitos, “revisionismo” e “negacionismo”.

Na última parte apresentaremos os limites do uso do conceito de “revisionismo” mobilizado por membros do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”, principalmente em relação às diversas possibilidades apresentadas pela História dos Conceitos e da História da Historiografia em como criar e utilizar conceitos históricos. A crítica ao “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” também apresenta um caráter analítico da “responsabilidade do historiador” o qual será analisado, principalmente em relação ao contexto de produção e pesquisa histórica no Brasil. Nesse sentido, procuraremos examinar as relações entre a pressão por produtividade e a organização da carreira acadêmica no Brasil, com a revisão historiográfica enquanto componente central da prática dos historiadores. Por fim, avaliaremos a valência do conceito de “abuso da história” elaborado por De Baets (2013) como substituto em certos casos para o conceito de “revisionismo” na historiografia.

CAPÍTULO 1: O DEBATE SOBRE O “REVISIONISMO” NA HISTORIOGRAFIA SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Apesar do inicial desinteresse por parte dos historiadores dos eventos relacionados a 1964 outros grupos de intelectuais se dedicaram ao tema. Assim, Carlos Fico produz em 2004 um balanço sobre as principais correntes da historiografia sobre o Golpe de 1964⁹. Já em 2017 o mesmo historiador elabora outro balanço historiográfico abarcando as críticas ao chamado “revisionismo historiográfico” de 1964¹⁰. Essas três referências dos dois historiadores, Joffily (2018) e Fico (2004, 2017), ajudam a formar o balanço proposto a seguir em relação a publicações e políticas de memória em relação à ditadura militar brasileira.

Até a década de 1980, segundo Fico (2017), os debates sobre as ditaduras militares latino-americanas não interessavam aos historiadores pois careciam de evidências empíricas, sendo mais desenvolvido por cientistas políticos. Assim, podemos localizar a produção de Alfred Stepan (1971) como uma das primeiras obras analisando o golpe de 1964. O livro é fruto de sua tese de doutorado publicada em 1969 pela Universidade de Colúmbia. Segundo a análise de Fico (2017) as considerações de Stepan (1971) influenciaram as obras de Argelina Figueiredo e de Wanderley Guilherme dos Santos ao tratar o final do governo de João Goulart: a radicalização promovida pelo ex-presidente o fez perder a possibilidade de apoio por outros setores sociais.

Além disso, Stepan (1971) afirma que os militares – com uma tradição de poder “moderador” com intervenções breves para “arrumar a casa” – deram o golpe e ficaram no poder pois se sentiam ameaçados pela possibilidade de golpe por parte de João Goulart¹¹. Nos anos de 1970 também ocorreram – como seria de costume nos anos posteriores – as comemorações das datas “redondas” sob a tutela dos militares. Cardoso (2011) lembra bem que esses momentos de comemoração eram

⁹ Fico publicou no ano de 2004 duas pesquisas que realizaram um levantamento das publicações sobre o tema. O primeiro artigo *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* (2004a) e depois o livro *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar* (2004b).

¹⁰ Publicado como: *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas* (2017).

¹¹ Carlos Fico (2008) bem demonstrou como a atuação do embaixador dos Estados Unidos no Brasil Lincoln Gordon foi para convencer o governo estadunidense do golpismo de João Goulart antes mesmo de 1964.

seguidos por publicações discutindo os impactos e avanços da “revolução de 31 de março”.

Fico (2004) também destaca a análise de Wanderley Guilherme dos Santos que começaram a ser divulgadas em 1969 nos EUA, baseadas no modelo teórico intitulado “competição política e cálculo do conflito”. A tese de Wanderley dos Santos foi publicada em 1979 na Universidade Stanford (EUA)¹². Suas análises sobre a rotatividade do ministério de João Goulart e do parlamento durante o governo levou a considerar a crise brasileira de 1964 como uma “crise de paralisia decisória”. Assim, o Congresso e a política estavam polarizados e imobilizados, sem poder de ação. Para Fico (2004) um dos maiores acertos do trabalho de Santos (2003) é a capacidade empírica de analisar essa imobilização política de 1964, algo que já era comentado por jornalistas do período, mas sem grandes análises teóricas e comprovação empírica.

Joffily (2018) destaca que os primeiros debates sobre o caráter do golpe de 1964 e seus desdobramentos ocorreram na década de 1980 com os trabalhos de René Armand Dreifuss intitulado *1964. A conquista do Estado* (1981)¹³; *Estado e oposição no Brasil* de Maria Helena Moreira Alves (1984) e o livro promovido com o apoio da Arquidiocese de São Paulo, *Brasil: nunca mais* (1985).

A tese de Dreifuss (1981) parte do caráter “civil” do golpe militar de 1964 dentro do contexto da falência do modelo de industrialização por substituição de importações. Assim, os grupos articulados dentro do complexo intelectual do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) conspiraram para o golpe de 1964. Resultado seria a presença de membros do complexo em cargos executivos durante o regime militar. A ideia desses intelectuais era, junto com os militares, acabar com o processo nacional-reformista de modernização do Estado brasileiro e o inserir na “estratégia global das corporações multinacionais” (p. 38).

Joffily (2018) ressalta a resenha produzida por Maria Benevides (2003)¹⁴, na qual a autora argumenta que Dreifuss, apesar de conhecer o papel dos militares durante o golpe de 1964, acaba por os deixar em segundo plano. Fico (2017)

¹² No Brasil, o trabalho de Wanderley dos Santos é publicado sobre o título *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira* em 2003.

¹³ Tese publicada em 1980 e o livro *1964. A Conquista do Estado* publicado em 1981.

¹⁴ Resenha publicada em 1981 e republicada em 2003.

também é crítico da não diferenciação de Dreifuss da campanha de desestabilização particionada contra Goulart e da conspiração por sua derrubada. Podemos localizar em Dreifuss (1981), portanto, a primeira ideia de ditadura não somente militar: ela seria militar, mas o golpe teve apoio de setores ligados à burguesia que conspiraram contra Goulart e seu projeto de reformas.

A análise da cientista política Maria Helena Moreira Alves (1984) deu grande relevância à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e à “dialética” entre a aplicação da doutrina e as reações das oposições em relação à ditadura. Joffily (2018) argumenta que Alves (1984) buscou integrar as teses de Dreifuss e Alfred Stepan (1971) como complementares. Além disso, Alves (1984) buscou demonstrar através das ideias sobre a Doutrina de Segurança Nacional os elementos autoritários do regime de leis do Brasil durante o regime militar.

O livro *Brasil: nunca mais* elaborado com apoio da Arquidiocese de São Paulo (1985) buscou congregiar diversos documentos produzidos pela Justiça Militar com a finalidade de criticar e apontar a violência por parte dos militares em relação aos direitos humanos. Joffily (2018) ressalta que o projeto também assume o golpe militar de 1964 como um resultado de uma ação civil-militar, com militares como protagonistas. Além disso, o encontro entre Bete Mendes¹⁵ e o Carlos Alberto Brilhante Ustra no Uruguai parece também contrapor a o próprio fim da ditadura militar e as contradições dos resultados da Lei de Anistia aprovada em 1979. Integrando a comitiva do então presidente José Sarney em visita ao Uruguai em 17 de agosto de 1985, Bete Mendes encontra Carlos Alberto Brilhante Ustra como adido militar na embaixada brasileira em Montevidéu. Às críticas de Bete Mendes surgiram contrapondo a amplitude da Lei de Anistia que “anistiou” tanto os algozes quanto as vítimas. Ustra responde as acusações de Bete Mendes publicando o livro *Rompendo o silêncio* (1987) onde acusa a prática de Bete Mendes como “eleitoreira” e que não a havia torturado.

Bauer (2018) aponta que a publicação da obra *Brasil: nunca mais* durante a década de 1980 teve resposta por militares ligados ao regime. Assim, livros

¹⁵ A diversa biografia e carreira artística de Bete Mendes (1949-) é extensa e não podendo ser reduzida a uma nota de rodapé. Porém, vale ressaltar que Bete Mendes foi membro da Vanguarda Armada Revolucionária Palmarensis (VAR-Palmares) e presa em 1970 pelo DOI-CODI acabando ser torturada por Carlos Alberto Brilhante Ustra entre setembro e outubro de 1970. Foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores, sendo deputada federal entre 1983-1987. Já pelo PMDB foi eleita entre 1987-1991. É possível conhecer parte de sua biografia em sua página na Wikipédia. Cf. “Bete Mendes” <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bete_Mendes>.

“[...] revisionistas e negacionistas como o de Marco Pollo Giordani “Brasil: Sempre” e o início do “Projeto Orvil”, publicação das memórias de Carlos Alberto Brilhante Ustra em 1987 e Armando Falcão em 1989” (p. 198) podem mostrar como os militares reagiram a esses tipos de publicações críticas à ditadura. Mais precisamente, o “Projeto Orvil” não foi continuado oficialmente, mas tinha a ambição de se contrapor diretamente ao livro elaborado pela Arquidiocese de São Paulo (1985) justificando os atos de tortura como resposta ao “comunismo” e às práticas armadas das esquerdas. Apesar dessas publicações, os militares não tiveram suas histórias “ouvidas” pelas diversas partes da sociedade brasileira que durante a década de 1980 se mobilizaram para o fim do regime militar. Com o presidente ditador Ernesto Geisel (1974-1979) o Brasil passaria¹⁶ por uma distensão lenta e gradual do regime militar. Somando ainda as movimentações de políticos ligados ao MDB e às esquerdas a partir da Lei de Anistia de 1979 e da campanha das Diretas Já em 1984 o Brasil disputava uma outra memória.

Marcos Napolitano (2015) identifica que a partir da metade da década de 1980 a memória social sobre o regime militar tentava se distanciar dos militares. Como exemplo, são setores liberais se afastando de militares e incorporando elementos das esquerdas. Joffily (2018) a partir de Napolitano (2015) destaca que conviveram três tipos de memórias: uma crítica à ditadura militar responsabilizando os militares e deixando de lado o papel das elites civis; uma transição da ditadura para a democracia feita e controlada pelos militares e por fim os legados ditatoriais do regime.

O trabalho de Argelina Figueiredo completa o que Fico (2004) chama de ciência política de influência norte-americana¹⁷ que enfatizou aspectos políticos-institucionais e variáveis políticas em contraposição às análises marxistas que focavam as determinações econômico-estruturais sobre o golpe de 1964. A tese de Figueiredo¹⁸ publicada na Universidade de Chicago em 1987 segue as linhas de pesquisa de Stepan (1971) e Santos (1979); foca nas “reformas estruturais” levantadas durante o governo de João Goulart. As decisões políticas tomadas durante

¹⁶ Utilizamos o futuro do pretérito do verbo pois, apesar do discurso de Geisel e de historiografia como a de Elio Gaspari (2014) e algumas atitudes como a exoneração de Sylvio Frota o regime militar ainda manteve o autoritarismo no regimento legislativo, em práticas de censura e inteligência no Brasil.

¹⁷ Estariam aqui o trabalho de Stepan (1971) e Santos (2003).

¹⁸ Sobre o título “Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964” publicada em 1993 no Brasil.

1961-1964 para a concretização das “reformas de base” foram baseadas em decisões não democráticas, abrindo espaço para o golpe ao diminuir a possibilidade de costura de acordos, apoios e diálogos.

Em relação ao trabalho de Figueiredo (1993), Carlos Fico (2017) aponta que a autora comete anacronismo ao apontar que grupos esquerdistas pró-reformas buscaram as reformas de base com o custo da democracia, dispostos a apoiar propostas não democráticas. Esse anacronismo, segundo Fico (2017, p. 11), pode ser explicado pela formação em ciências sociais de Argelina Figueiredo, carecendo de historicidade. Assim, o anacronismo consiste em “[...] cobrar daqueles que viveram os anos 1960 adesão a valores democráticos que seriam comuns algumas décadas depois [...]”¹⁹. Apesar dessas considerações, Fico (2004) aponta que as análises da ciência política americana sobre o golpe militar de 1964 conseguiram explicar de outra maneira as genéricas análises marxistas que, feitas durante o período e divulgadas em jornais e revistas, atrelaram o golpe de 1964 a determinações econômicas.

Ainda no final da década de 1980 análises sobre a esquerda armada pela historiografia começaram a surgir. Joffily (2018) menciona os trabalhos de Jacob Gorender *Combate nas Trevas* (2014)²⁰, de Daniel Aarão Reis *A revolução faltou ao encontro* (1990) e Marcelo Ridenti *O fantasma da Revolução Brasileira* (1993). O trabalho de Gorender (2014) argumenta que antes da intervenção militar de 1964 houve uma real ameaça às classes dominantes no Brasil pela esquerda, um “auge da luta de classes”. Porém, as esquerdas não conseguiram aproveitar o momento, sendo a luta armada retardatória. Gorender também destaca em sua obra a intensiva militarização do Estado durante o período pré-64, diferindo da análise de Dreifuss (1981).

Já Reis (1990) via como positiva a atuação da esquerda durante o contexto de 1964: elas estavam preparadas para uma situação revolucionária. No entanto, a revolução não foi ao encontro devido à característica das esquerdas de adotarem uma perspectiva de “vanguarda” – e não lado a lado com os setores populares. Assim, a esquerda, ao se apegar aos princípios, a uma autoimagem de liderança esclarecida e a sua hierarquização interna, provocaram um afastamento da

¹⁹ Fico (2017, p. 11).

²⁰ A edição original é de 1987, utilizamos a edição de 2014, sendo a 5ª edição revisada e ampliada.

sociedade. Joffily (2018) aponta que, diferente de Jacob Gorender, Daniel Aarão Reis era membro da academia e a obra *A revolução faltou ao encontro* publicada em 1990 coincidiu com a queda do Muro de Berlim em 1989, dado o sentido de fim das experiências socialistas como horizontes de expectativas para a esquerda²¹.

Ridenti (1993) vê também como positiva a atuação da esquerda durante o contexto de 1964 e ressalta que o movimento armado de esquerda já acontecia antes mesmo do golpe de 1964. Porém, a explicação que o fechamento dos canais políticos forçou a esquerda a entrar para luta armada é criticada por Ridenti (1993) pois ignora a luta de classes como parte do capitalismo. Assim, a luta armada de esquerda propunha uma revolução na sociedade, mas com o advento da ditadura militar, essa luta também se tornou uma forma de resistência à ditadura. Ridenti, apesar de considerar o afastamento da esquerda das bases sociais, ainda coloca como positiva a atuação da esquerda como um tipo de resistência ao regime ditatorial iniciado em 1964.

Em 1994 houve a comemoração dos 30 anos do golpe de 1964. O contexto social era outro, pois em 1984 a comemoração fora ofuscada pela abertura política e campanha das “Diretas Já”, além da Constituinte em 1988. Joffily (2018) destaca que nos 30 anos do golpe de 1964 houve diversos balanços realizados por cientistas políticos sobre o que foi “bom” e “mal” durante o regime militar, mas ainda a historiografia tinha pouco visitado o tema. Porém, para Joffily (2018), duas obras se destacaram dentro das publicações do mercado editorial sobre os 30 anos de comemoração: a obra organizada por Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares e publicada em 1994 intitulado *21 anos de regime militar. Balanços e perspectivas* e a obra organizada por Caio Navarro Toledo *1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo* (2014)²².

A obra dos cientistas políticos Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares (1994) analisaram principalmente as instituições durante a ditadura militar: partidos políticos, sindicatos, forças armadas e empresariado. Vale mencionar que Gláucio Soares em 1994 escreveu um dos trabalhos que mais repercutiu nos debates historiográficos do período. Soares (1994) investigando empiricamente a

²¹ Nesse mesmo contexto que Francis Fukuyama escreveu *O fim da história e o último homem*. Utilizamos a versão brasileira de 1992.

²² A obra coletiva partiu de um evento realizado em 1994 e somente publicado em 1997. Utilizamos a 1° reimpressão da 2° edição em 2016.

“caserna” militar considera que o golpe e a ditadura foram principalmente “militares” independentemente do apoio civil ao golpe e ao regime. Podemos perceber a diferença de interpretação que Soares apresenta em relação a Dreifuss (1981) sobre o caráter empresarial do golpe militar de 1964 e a ideia da unicidade militar durante a ditadura. Porém, como aponta Joffily (2018), a tentativa de Soares (1994) de ocupar uma lacuna de pesquisa “[...] acaba por destacá-los excessivamente, sem inseri-los nas tramas mais complexas da urdidura do golpe e sem fazer a devida crítica das fontes do discurso militar” (JOFFILY, 2018, p. 220). Vale destacar que tanto Gláucio Soares, Maria D’Araujo e Celso Castro integraram o projeto desenvolvido dentro do Centro de Pesquisa de Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) entrevistando vários militares que participaram do golpe e da ditadura de 1964.

O livro organizado por Caio Navarro de Toledo (2014) escrito a partir de um viés marxista focou nas aspirações das elites em derrubar o governo de João Goulart. Em seu artigo, Toledo (2014) destaca o “golpismo” em relação a Goulart ocasionado pelas suas ações políticas que ora beneficiam a esquerda e ora a direita. O golpe de 1964 foi perpetuado pelas elites na visão de Toledo já que o governo de Goulart estava a impulsionar o regime democrático. Assim, essa elite buscou interromper esse movimento democrático e instaurar um projeto de modernização conservadora. Nesta mesma obra Gorender (2014) reforça seus argumentos anteriores²³: o golpismo presente na esquerda e na direita e a ditadura militar como algo não planejado pelos golpistas. Na mesma obra, Argelina Figueiredo (2014) reitera sua análise de 1987 sobre o descompromisso tanto da esquerda quanto da direita em relação à democracia apontando o custo democrático que foi a defesa das reformas de base durante a década de 1960²⁴. Joffily (2018) aponta que a análise de Figueiredo (2014) é influenciada pela “teoria dos dois demônios” colocando a esquerda e a direita em mesmo patamar, com responsabilidades iguais para o fim da democracia e a instauração de um regime ditatorial. Essa leitura no contexto do neoliberalismo dos anos de 1990 na América Latina era justificada por certo distanciamento e racionalidade para a interpretação e eliminava o caráter de conflito da política no presente tendo por base os anseios da nova ordem mundial do pós-Guerra Fria (JOFFILY, 2018, p. 222).

²³ A saber no livro “Combate nas trevas” (2014) na década de 1980.

²⁴ Ver a revisão bibliográfica ampliada por Joffily (2018).

Os debates sobre os 40 anos do golpe de 1964 se revelaram com uma grande publicação de artigos, livros, produções midiáticas e eventos promovidos por universidades, sindicatos, associações para discutir esse período da história brasileira, aproveitando efemérides com maior apelo editorial e comercial para a publicação de estudos sobre o período. Podemos destacar o livro de Daniel Aarão Reis Filho *Ditadura militar, esquerdas e sociedade* (2002)²⁵ e o início da publicação da coleção *As Ilusões Armadas / O Sacerdote e o Feiticeiro* por Elio Gaspari (2002a, 2002b, 2003a, 2003b, 2016)²⁶. É possível afirmar que o livro de Reis (2002) teve um maior impacto nas discussões historiográficas sobre a memória das esquerdas. Em compensação, os livros de Elio Gaspari foram um sucesso comercial e editorial, com uma grande divulgação e números elevados de vendas. Além disso, é presente em livros didáticos e em pesquisas científicas historiográficas. Dando sequência aos estudos de Reis, Denise Rollemberg (2003) desenvolve estudos sobre as esquerdas durante o regime militar de 1964. Em mesma obra, Jorge Ferreira (2003) discute a classe trabalhadora durante o contexto do golpe de 1964 criticando a tese do “sindicalismo populista”. Já no ano de 2004 nos 40 anos de rememoração do golpe de 1964 houve outros tipos de publicação abordando a temática. Uma delas foi a publicação da biografia de João Goulart publicada por Marco Antonio Villa intitulada *Jango: um perfil* (2004) com visões críticas ao “golpismo” de Jango.

Além dessas produções, os trabalhos de Elio Gaspari (2002a, 2002b, 2003a, 2003b) receberam resenhas críticas por parte da academia. Podemos citar em um primeiro momento a resenha de Marcos Napolitano intitulada *Historiografia, Memória e História do Regime Militar Brasileiro* criticando a perspectiva personalista que Gaspari trata Geisel e Golbery Couto, a “monumentalização” das fontes utilizadas e a apologia que faz do ex-ditador Geisel. Já Caio Toledo inaugura a crítica das falácias do “revisonismo” histórico no artigo *1964 Golpismo e democracia: as falácias do revisionismo* (2004). Sua crítica é ao “golpismo” atribuído às esquerdas durante o contexto de 1964 feita por Villa (2004), Jorge Ferreira (2003) e Konder (2004). Destacamos também a resenha crítica de Waldir Rampinelli *As ditaduras*

²⁵ Nesta pesquisa utilizamos a 2ª edição de 2002 pois acredita-se que seja a mais atualizada e contendo o posfácio do autor, aumentando as possibilidades de análise e defesa dos argumentos do autor.

²⁶ Para a análise das obras de Elio Gaspari utilizaremos sua segunda edição publicada pela editora Intrínseca em 2014.

envergonhada, escancarada e derrotada (2004)²⁷. Semelhante às críticas sobre as fontes, metodologia e perspectiva histórica de Napolitano (2004), Rampinelli (2004) se aprofunda, porém, no contexto pré-golpe de 1964 e nas relações externas do Brasil com a perspectiva de desenvolvimento de João Goulart.

No ano de 2005, seguindo a linha de Toledo (2004), Marcelo Badaró de Mattos publica o artigo *Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia* apontando principalmente a falta da abordagem da classe trabalhadora na historiografia de Gaspari (2002a); Ferreira (2003), Figueiredo (1993) e Villa (2004). A análise de Mattos (2005) reitera a ausência dos trabalhadores no contexto do golpe de 1964 e cobra “responsabilidade” social em relação a Daniel Reis: seus argumentos são utilizados pela historiografia de direita brasileira para tachar a esquerda como golpista. Assim, Mattos (2005) cobra de Daniel Reis, um compromisso dele como ex-guerrilheiro e historiador em relação à sua produção acadêmica, combinando ética com historiografia.

Em 2006, Demian de Melo publica um artigo apontando o “revisonismo” sobre a ditadura militar de 1964 intitulado *A miséria da historiografia*. É necessário apontar que o título do artigo de Melo (2006) e o próprio livro de mesmo nome publicado em 2014 fazem referência a dois principais trabalhos: tanto o livro de Karl Marx intitulado *A miséria da filosofia* publicado em 1847 e ao livro de Edward Palmer Thompson intitulado *A miséria da teoria* publicado em 1983. Este trabalho aborda o seminário “40 anos do golpe: 1964-2004” ocorrido entre 22 e 26 de março de 2004 com a parceria do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no Rio de Janeiro, analisando principalmente os considerados representantes do “revisonismo” sobre o golpe de 1964, a saber: Argelina Figueiredo, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho. A crítica de Melo (2006) segue nas linhas de Toledo (2004) e Mattos (2005) focando na crítica da ideia do “golpismo dos trabalhadores” e na responsabilização da “sociedade e da esquerda” no golpe de 1964. Melo (2006) também relaciona o “lugar social” que ocupa esses historiadores considerados revisionistas, sendo eles uma continuação da

²⁷ É importante ressaltar que existe a publicação dessa resenha em outra revista em 2005, mudando alguns elementos estéticos e de diagramação. Além disso, em 2014 ela é publicada novamente. Ambas não alteram o conteúdo da análise de Rampinelli.

historiografia ligada ao “fim da história” e que toma a democracia liberal como a única possível. Para Melo (2006), esses historiadores, querendo ou não, acabaram reproduzindo a perspectiva neoliberal que paira sobre a sociedade.

Marco Antonio Villa publica em 2009 o artigo de jornal *Ditadura à brasileira* na *Folha de São Paulo*. Neste artigo, Villa parte de dois argumentos principais: a impossibilidade de comparação da ditadura brasileira com as ditaduras do cone-sul e a reiteração da periodização do regime militar (1968-1979). Argumenta que a ditadura brasileira investiu no sistema universitário, controlou pelo estado a economia e aumentou o orçamento na área cultural como no cinema e nas artes. A periodização segue as mesmas de Daniel Aarão Reis Filho (2002) e Elio Gaspari (2002a): com o AI-5 em 1968 começou a ditadura e terminou em 1979 com a Lei da Anistia.

Demian Bezerra de Melo (2012) publica o artigo *Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente* criticando as publicações de Reis (2002, 2010, 2012a, 2012b) e de Villa (2009). Melo (2012) toma uma categoria para análise: o termo “ditadura civil-militar”, partindo da defesa da pesquisa de Dreifuss (1981) como uma das primeiras e importantes para a análise do golpe de 1964. Assim, apesar de Daniel Aarão Reis argumentar sobre o “erro” anterior de ter utilizado o termo “ditadura militar”, suas considerações não reconhecem os estudos de Dreifuss (1981) e pecam no desenvolvimento da noção de “responsabilidade civil pelo golpe”. Melo (2012) não discorda que partes da sociedade participaram do golpe de 1964 e da ditadura que a seguiu, mas esses foram os donos do grande capital, grandes industriais e detentores dos meios de comunicação.

Com o sucesso editorial de narrativas sobre o regime de 1964 durante a década de 2000, a rememoração dos “50 anos do golpe de 1964” marcou o relançamento de obras historiográficas sobre a ditadura militar. Soma-se a isso a criação em 2011 da Comissão Nacional da Verdade (CNV) durante o governo de Dilma Rousseff – ex-guerrilheira, presa e torturada durante o regime militar – e a crescente polarização política e crítica às políticas de esquerda após o junho de 2013, levando a uma eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2014 por uma margem menor de votos, indicando um número mais elevado de opositores.

Seguindo a tradição das “datas redondas”, as editoras e a mídia publicaram e republicaram matérias e livros para lembrar do golpe de 1964. Daniel

Aarão Reis Filho escreveu o livro *Ditadura e Democracia no Brasil* em 2014 pela editora Zahar como republicação de “Ditadura militar, esquerda e sociedade” (2002). Nesse sentido, o livro de 2014 é uma continuação dos argumentos e da escrita com trechos iguais ao livro anterior. É importante ressaltar que a editora Zahar também publicou mais dois livros sobre a temática: “A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964” organizado por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta e “As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária” de Rodrigo Patto Sá Motta, todos publicados em 2014.

No mesmo ano, Marco Antonio Villa publica o livro *Ditadura à brasileira - 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita* (2014) retomando as ideias principais de seu artigo publicado em 2009. Sua argumentação é alinhada com suas publicações anteriores, como sua biografia de João Goulart publicada em 2004. Assim, segue com a crítica do “golpismo” de Jango e de suas perspectivas não democráticas. Além disso, percebe-se também uma influência do trabalho de Elio Gaspari (2002a) principalmente em relação às esquerdas e Reis (2002) sobre a periodização do regime ditatorial. A narrativa é linear, focada em fontes oficiais e toma os sujeitos históricos como os políticos, grandes jornalistas e pessoas “notáveis”.

A obra de Elio Gaspari (2014) é reeditada e republicada pela editora Intrínseca. Nas mudanças, Gaspari incorpora a ideia do golpe militar de 1964 ter tido influência e suporte pelos EUA. Além disso, ressalta que pretende expandir seu projeto: ao invés de somente estudar até o governo Geisel como afirmou em 2002, agora Elio Gaspari também estudaria o governo Figueiredo e iria publicar o último livro da coleção em 2016. É importante ressaltar que a resenha das obras de Elio Gaspari feita por Rampinelli (2004) foi republicada no ano de 2014 sob outra revista mantendo os mesmos argumentos. Em 2014 também temos a publicação do livro *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, por Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. O recorte temporal seria a crise que precedeu o golpe de 1964: a renúncia de Jânio Quadros em 1961 até o golpe de 31 de março de 1964. Os autores não se apoiam em inovações teóricas e metodológicas nem em descobertas de novas fontes. Na realidade, o que é tomado como fonte são principalmente censos da opinião pública e artigos de jornais, revistas e discursos proferidos presencialmente e em televisão. O que guia o livro é a mudança de questionamento: “a ditadura aconteceu, mas poderia não ter acontecido”. Ao supor

que em diversas vezes a ditadura poderia ter sido evitada, os autores demonstram que ao analisar a história deve-se deixar em aberto as possibilidades dos sujeitos históricos, evitando o risco de cair em teleologia.

No embalo dos “50 anos do golpe militar” Demian de Melo (2014) organiza e publica²⁸ o livro *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo* contendo um conjunto de textos que introduzem o que é revisionismo, seu histórico no contexto europeu – países como Alemanha, Itália, França, Portugal e Espanha – e abordando em alguns artigos o revisionismo sobre o regime militar brasileiro. Na introdução, pode-se constatar a abordagem utilizada por Melo (2014) sobre o revisionismo influenciada por Enzo Traverso (2007). Ao fazer um resgate do “revisionismo” em países da Europa, Melo (2014) conclui que essas publicações tem como o objetivo uma “leitura do passado ideologicamente orientada, ainda que sob uma roupagem acadêmica” sendo uma “releitura reacionária do passado, ao serviço de um projeto conservador (e, por que não, reacionário) no presente” (p. 48). A seguir, as publicações tem como o pano de fundo o revisionismo histórico contrário às esquerdas; tomaremos aqui somente os relacionados com a historiografia brasileira e a ditadura militar de 1964.

O artigo de Marcelo Badaró Mattos intitulado *As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea*²⁹ não aborda diretamente uma crítica à dita “historiografia revisionista” sobre a ditadura militar de 1964. No entanto, cita alguns trabalhos considerados “revisionistas” como Reis (2010, 2011) Rollemberg e Quadrat (2011) e Ferreira (2001). O principal objetivo de Mattos (2014) é discutir a influência e disseminação do “culturalismo” sobre a historiografia brasileira, sendo a base do revisionismo sobre a história produzida dos trabalhadores entre 1930 a 1964. O “culturalismo” com bases na história cultural e em perspectivas pós-modernas coloca a cultura como determinante da sociedade em detrimento de outros conceitos – Mattos (2014) defende os conceitos marxianos e marxistas.

Portanto, cada vez mais na produção historiográfica brasileira a cultura e a “cultura política” tomam espaço para a explicação histórica sem questionar suas bases teóricas. Levariam, assim, a uma “perspectiva antimarxista” e à “recusa a

²⁸ Os autores dos textos contidos no livro também publicaram ideias parciais anteriormente e no mesmo ano em veículos de mídia e em blogs. Além disso, vale ressaltar que a escrita do livro e sua finalização se deu em 2013 e a publicação do livro em 2014 para acompanhar a efeméride dos 50 anos do golpe de 1964.

²⁹ Dentro do livro organizado por Melo (2014b)

qualquer referência ao componente político – das formas de dominação – propriamente de classe envolvido na natureza do regime político vigente entre 1945 e 1964” (p. 93). Ao dotar o culturalismo e desqualificar os “fundamentalismos” políticos de esquerda, os historiadores acabam por desqualificar a crítica social do marxismo e da alternativa revolucionária proposta por ele. Por fim, Mattos (2014) crítica as considerações de Reis (2011) que abriram brechas para serem utilizados por um colunista liberal como argumento contrário a “heróis revolucionários”, mais precisamente Che Guevara. Fica clara a cobrança da função social e sua responsabilidade por parte do historiador³⁰: “Trata-se de um debate, portanto, ao qual nós historiadores não podemos e não deveríamos querer escapar, pois o que está em jogo é uma questão central: nossa responsabilidade social” (p. 98).

Demian Bezerra de Melo (2014) também assina o artigo *O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão*³¹, uma expansão dos artigos anteriores³², atualizando as bibliografias utilizadas e expandindo as fontes. O artigo segue apontando o “revisionismo” historiográfico de Figueiredo (1993), Ferreira (2003, 2004, 2011), Gaspari (2002a), Villa (2004,2009), Reis (2002³³, 2010, 2012, 2013), Grinberg (2009), Rollemberg (2001), Rollemberg e Quadrat (2010) e Santos (2003). Dentro dessa “historiografia revisionista”, Melo (2014) destaca os aspectos aos quais recorre essa historiografia, sendo: 1) o desprezo pelas considerações de René Dreifuss; 2) a culpabilização tanto da esquerda quanto da direita pelo golpe de 1964; 3) o “golpismo” da esquerda; 4) aceitação acrítica de fontes históricas; 4) o golpismo de João Goulart; 5) o caráter “civil” da ditadura militar; 6) a resistência armada; 7) encurtamento da periodização da ditadura.

Com esses apontamentos, Melo (2014) pretende, além de fazer o balanço historiográfico, “[...] problematizar o uso público do conhecimento histórico entendido como parte das disputas pela hegemonia” (p. 157). Melo reconhece que essas ideias revisionistas já estavam presentes na mídia em 2004 e historiadores – o meio acadêmico – deram mais chancela “científica” a esse tipo de “revisionismo”. Essa historiografia também é marcada pelo “empobrecimento conceitual” e pelo

³⁰ Este argumento é melhor desenvolvido no capítulo 2 desta dissertação.

³¹ Este texto é uma versão ampliada do artigo *O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão* na revista *História & Luta de Classes*, n17 em março de 2014.

³² Me refiro a Melo (2006, 2012).

³³ Melo (2014) faz referência a edição de 2000.

“conservadorismo político na produção acadêmica dos últimos anos” (p. 158). Porém, apesar de considerar que é “realmente curioso que o funcionamento dessa ideologia revisionista seja capaz de irmanar um detrator de Jango, como Marco Antonio Villa, com seu apologista” (ibidem, p. 186). O apologista é Jorge Ferreira em sua biografia de João Goulart³⁴.

Melo (2014, p. 186-188) vai além da crítica historiográfica, apresentando também “historiografias para além do revisionismo”, trabalhos recomendáveis sobre o período. Dentre estes, a interpretação de Maria Helena Moreira (1984) acerca das Ditaduras de Segurança Nacional e o estudo de Enrique Serra Padrós (2007; 2009) analisando a Doutrina de Segurança Nacional. Em outra perspectiva, a análise de Renato Lemos sobre o golpe de 1964 como uma contrarrevolução é exaltada por Melo, principalmente pela referência de Lemos (2014) a obra de René Dreifuss. O caráter propedêutico do texto de Melo (2014) também recomenda os trabalhos sobre os trabalhadores durante o contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), como as obras de Marco Aurélio Santana (2001); Fernando de Teixeira Silva (1995); Marcelo Badaró Mattos (1998; 2003; 2004); Luciana Lombardo (2004); Murilo Leal Pereira Neto (2006); João Marcelo Pereira dos Santos (2002) e Marcos André Jakoby (2008). Além disso, a própria tese de doutorado sobre a greve nacional dos trabalhadores brasileiros em 1962 de Demian Bezerra de Melo (2013) é recomendada. Por fim, duas obras são recomendadas sobre a relação entre o “empresariado” e a ditadura civil-militar, como as obras de Pedro Henrique Pedreira Campos (2012) e a de Martina Spohr (2012).

Carla Luciana Silva no artigo *Imprensa e construção social da “Ditabranda”*³⁵ analisa a construção discursiva do jornal *Folha de São Paulo* e da revista *Veja* do apagamento da ditadura e a sua reescrita como “ditabranda”. Apesar da análise de Silva (2014b) não tomar como fontes principais a historiografia, sua análise recorre à produção midiática que expôs uma análise histórica. Assim, Silva (2014b) recorre às publicações da *Veja* e da *Folha* para mostrar como esses veículos se colocaram como produtoras do discurso da redemocratização, além da apologia ao governo de Geisel como “bom ditador”.

Romulo Mattos produz o artigo *Revisionismo histórico e música*

³⁴ Ferreira (2004).

³⁵ Em Melo (2014b).

*popular: a tentativa de reabilitação de Wilson Simonal na memória social*³⁶ onde analisa o processo de reabilitação e apologia na memória sobre o cantor Wilson Simonal realizado pelo documentário *Ninguém sabe o duro que dei* (2009). Mattos (2014b) argumenta que o processo de reabilitação já tinha acontecido na academia com a publicação do livro de Gustavo Alonso intitulado *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical* (2011). Porém, o documentário produzido pela Jaya, TvZERO e Zohar e dirigido por Micael Langer, Calvito Leral e Cláudio Manoel consegue atingir um maior público. Em síntese, o documentário procura reabilitar Simonal da fama de colaborador da ditadura. Nos anos 1970, a acusação de que Simonal delatava colegas do meio artístico transformou o cantor, então no auge da fama, em *persona non grata*, relegando-o ao ostracismo.

Ainda nas publicações dos 50 anos de rememoração do golpe de 1964, é escrita em 2014 e publicada em 2015 a resenha de Carlos Zacarias de Sena Júnior *As novas falácias do revisionismo em torno do golpe de 1964*, que busca analisar a obra de Daniel Aarão Reis *Ditadura e democracia no Brasil* (2014). Sena Júnior critica o “encurtamento” da ditadura; o caráter civil-militar diferente do apontado por Dreifuss e o “fazer coro” com a historiografia revisionista, identificada com os trabalhos de Argelina Figueiredo (1993) e Jorge Ferreira (2003).

Ocorre que a partir de 2016 há uma grande mudança no governo brasileiro, sendo o impeachment da presidenta Dilma Rousseff um dos principais eventos do período. De maneira geral, as esquerdas perdem força com o avanço do antipetismo. Movimentos de direita, sejam liberais ou conservadores, começam a surgir no Brasil antes majoritariamente governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e suas coligações. Entre eles, destacamos, a influência do Escola Sem-Partido, do Movimento Brasil Livre (MBL)³⁷ e fortalecimento de Jair Messias Bolsonaro, futuro presidente eleito em 2018. É também em 2016 que é fundada em Porto Alegre a produtora Brasil Paralelo que produziu séries principalmente para a plataforma YouTube e é considerada como produtora e difusora de narrativas historiográficas revisionistas³⁸.

³⁶ Ver Melo (2014b).

³⁷ É importante ressaltar a participação do MBL desde junho de 2013 e sua atuação para levar manifestantes às ruas a favor da deposição de Dilma Rousseff em 2016.

³⁸ Nossa pesquisa não se atém a analisar as produções do Brasil Paralelo. Para a consideração dos projetos históricos da produtora ver Picoli, Chitolina, Guimarães (2020). No mais, o interesse pela

Seguindo as publicações sobre a historiografia do golpe e do regime militar o levantamento historiográfico feito por Carlos Fico (2017) já citado nesta introdução, dedica uma primeira parte somente para comentar a acusação de revisionismo histórico feita por Demian Bezerra de Melo (2014) e as considerações de Marcelo Badaró Mattos (2014) sobre as “bases teóricas culturais do revisionismo contemporâneo”. Outro livro é lançado dentro do “movimento crítico ao revisionismo”, assumido por Carlos Zacarias de Sena Júnior, Demian Bezerra de Melo e Gilberto Grassi Calil (2017). Dentro da coletânea é possível encontrar análises sobre o “revisionismo histórico” sobre diferentes temas: 1) o golpe e o regime militar de 1964; 2) sobre a Revolução dos Cravos em Portugal; 3) anticomunismo e fascismo; 4) Revolução Russa e a tese da continuidade entre bolchevismo e stalinismo; 5) revisionismo sobre o padrão de vida durante a Revolução Industrial inglesa; 6) revisionismo e a reabilitação das remoções de favelas e 7) revisionismo e culturalismo nos estudos do banditismo.

No caso do “revisionismo” da ditadura militar de 1964 o livro organizado por Sena Júnior, Melo e Calil (2017) assume-se em sua introdução como um movimento historiográfico. Este movimento, que segundo a prefaciadora Virgínia Fontes (2017) está aberto a discussões e críticas, evita os “silenciamentos” comuns das críticas historiográficas brasileiras. Na parte conceitual, Sena Júnior, Melo e Calil (2017) partem do argumento de Luciana de Castro Soutelo (2009) que discorda de Enzo Traverso (2012): é importante e possível caracterizar a historiografia apologética como revisionista e esse argumento não recai na noção de uma “História Oficial” a ser seguida, pois a história dita “revisionista” cada vez mais se torna a história oficial e mais presente na atualidade.

Sena Júnior no capítulo intitulado *A “boa memória”: algumas questões sobre revisionismo na historiografia brasileira contemporânea* (2017) discute as diversas “memórias” engendradas nos grandes debates historiográficos brasileiros sobre temáticas da escravidão – como o debate entre Jacob Gorender, Silvia Lara e Sidney Chalhoub – e da Revolução de 1930 com a discussão promovida por Edgar De Decca. Em relação à ditadura militar de 1964 e o “revisionismo histórico”, Sena Júnior direciona sua crítica a Argelina Figueiredo (1993) e Jorge Ferreira (2001, 2002, 2005, 2010) em relação ao golpe de 1964 ser responsabilidade da direita e esquerda

investigação das produções do Brasil Paralelo cresce, sendo possível observar análises como a de Paulo (2020) e Dias (2019).

radicalizadas. A crítica mais forte de Sena Júnior recai sobre Daniel Aarão Reis: sua atuação de historiador no jornal *O Globo* expandiu suas análises revisionistas sobre o golpe de 1964, a duração do regime e a responsabilidade “social” pela ditadura³⁹. Além disso, Sena Júnior (2017) faz crítica parecida a de Mattos (2014): os argumentos de Daniel Aarão Reis Filho dentro do movimento revisionista formam uma interpretação “[...] capaz de atrair cada vez mais as novas gerações e favorecer a emergência de discursos abertamente de direita, como foi o caso daquele proferido pelo deputado Jair Bolsonaro [...]” (p. 77).

O artigo de Gilberto Calil (2017) é resultado de um mesmo artigo publicado pelo autor em 2014⁴⁰ abordando o “revisionismo histórico” na obra de Elio Gaspari (2002a, 2002b, 2003a, 2003b) em relação à:

[...] responsabilização da esquerda pelo Golpe de 1964, na visão positiva em relação a uma fração dos golpistas identificada como “moderada”, na desqualificação da resistência armada à ditadura e na visão acrítica acerca do processo de transição conservadora conduzida por integrantes do governo ditatorial (p. 79)

Além dessas considerações, Calil (2017) crítica o “encurtamento” da ditadura militar para o período de 1968-1979; a perspectiva apologética do presidente-ditador Ernesto Geisel adotada por Gaspari e a parcial divulgação do acervo cedido a Elio Gaspari por Heitor Ferreira⁴¹. A justificativa para a análise das obras de Elio Gaspari é seu impacto no mercado editorial brasileiro.

O artigo de Eurelino Coelho (2017)⁴² busca analisar o livro *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes publicado em 2014. As críticas de Coelho (2017) se direcionam ao método, às questões que norteiam a pesquisa e suas conclusões. Para Coelho (2017) a pesquisa de Ferreira e Gomes (2014) não traz nenhuma novidade metodológica nem de fontes, mas o questionamento baseado no “futuro do pretérito” – “a ditadura aconteceu mas poderia não ter acontecido” – que os sujeitos poderiam ter tomados outras atitudes e que o “golpe civil e militar de 1964 não estava contido na crise de 1961”: algo óbvio, para

³⁹ Essas críticas são semelhantes às realizadas na resenha publicada por Sena Júnior em artigo no ano de 2015.

⁴⁰ Ver *O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari* (2014)

⁴¹ Calil (2017) ressalta o interesse público pelo arquivo de Heitor Ferreira contendo documentos oficiais do governo Ernesto Geisel e Golbery Couto.

⁴² O artigo de Coelho deriva de outra publicação sua a saber: “Dois golpes, duas ditaduras”

Coelho. Na realidade, para Coelho (2017), Ferreira e Gomes (2014) buscam com esses questionamentos desenvolver a tese da culpabilidade da esquerda e da direita em relação ao “não apreço” pela democracia, semelhante às teses de Figueiredo (1993).

Apesar do foco do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” ter em relação as obras relacionadas ao “revisionismo” da historiografia que trabalha o tema do golpe civil-militar de 1964, nem todos seus textos seguem o mesmo recorte de pesquisa. Assim, Manuel Loff no texto *Depois da Revolução?...Revisionismo histórico e anatemização da Revolução* (2014) discorre principalmente como a descrença global no marxismo contribui para o “revisionismo” antimarxista – também global – das possíveis revoluções e transformações da sociedade capitalista em socialista. No texto de Loff, um dos principais referenciais teóricos é a crítica ao “revisionismo histórico” elaborada pelo marxista italiano Domenico Losurdo (1996). Já Raquel Varela escreve o artigo *Conflito ou coesão social?: apontamentos sobre história e memória da Revolução dos Cravos (1974-1975)* (2014) onde busca avaliar as crescentes críticas e “revisionismos” da Revolução dos Cravos em Portugal, com uma seguida apologia a ditadura de Salazar. Já Sena Júnior escreve o artigo *Mito, Memória e História: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo* (2014) onde busca avaliar como existe um longo processo de “revisionismo histórico” na memória em relação as organizações e a comunistas ao longo da história brasileira. Neste caso, Sena Júnior (2014) critica principalmente a interpretação de Jorge Ferreira (2002) que é considerada “revisionista” ao mal interpretar os pensamentos dos comunistas brasileiros.

No livro organizado por Sena Júnior; Melo e Calil intitulado *Contribuição à Crítica da Historiografia Revisionista* (2017) os próprios autores assumem seu caráter de “movimento historiográfico” e expandem para outros temas – outras análises dos diversos “revisionismos”. Assim, temos republicado o texto de Enzo Traverso intitulado *Revisão e revisionismo* (2017) abarcando parte da discussão conceitual adotada por diversos historiadores do “movimento”. Para além dos textos sobre a ditadura civil-militar, há o artigo de Manuel Loff e Luciana Soutelo intitulado *A suspensão da ideia de Revolução na contemporaneidade. O caso português* (2017) que também aborda as diversas faces dos “revisionismos” atuais em Portugal, principalmente com o crescimento da Nova Direita.

Também é publicado o artigo de Carla Luciana Silva intitulado

Anticomunismo nas transições: negação dos conflitos e caminho aberto para o fascismo (2017). Nele, a autora busca avaliar como as revistas *Veja* e *Istoé* apresentaram e conceberam os processos de transição das ditaduras Ibéricas (Portugal e Espanha) durante a década de 1970. No caso, ambas revistas apresentaram elementos “revisionistas”: reabilitaram as figuras dos ditadores Salazar (Portugal) e Franco (Espanha) além de apontarem como única saída possível das ditaduras um modelo político-econômico liberal. Outro artigo é o de Tatiana da Silva Poggi de Figueiredo intitulado *Revisitando o fascismo: o revisionismo e a relativização do conservadorismo* (2017) onde a autora avalia como as diversas correntes “revisionistas” procedem a reabilitar as figuras de Hitler e Mussolini, com foco especial na obra de Renzo di Felice. Já Marcio Lauria Monteiro no texto *Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da “tese da continuidade” entre bolchevismo e stalinismo* (2017) aponta as diversas “idas e vindas” de análises conservadoras e liberais que desembocam em um “revisionismo histórico” atual da Revolução de 1917. Para esses “revisionistas”, esta revolução teria sido um fracasso e não haveria mais nenhuma saída a não ser o capitalismo liberal.

Chegando na terceira parte do livro organizado por Sena Júnior; Melo e Calil (2017) encontramos o texto de Demian Bezerra de Melo intitulado “O capitalismo e os historiadores: o revisionismo sobre o padrão de vida durante a Revolução Industrial inglesa” (2017) abordando as disputas historiográficas entre liberais/neoliberais e marxistas em relação as benesses e prejuízos da Revolução Industrial na Inglaterra – principalmente em relação a interpretação “revisionista” neoliberal que considera esta revolução como algo positivo para a humanidade. O artigo de Marco Pestana intitulado *O revisionismo a serviço da segregação urbana: a obra de Maurício Dominguez Perez e a reabilitação das remoções de favelas* (2017) busca analisar como surge uma recente historiografia “revisionista” que observa as remoções de favelas promovidas por Carlos Lacerda no Rio de Janeiro como algo positivo e “menos problemático” como outras interpretações apresentam. Por fim, temos o artigo de Igor Gomes intitulado *Culturalismo e sociedades “de uma classe só” nos estudos do banditismo* (2017), que busca avaliar como determinadas historiografias culturalistas sobre os movimentos de bandidos e de cultura popular do interior sertanejo brasileiro acabam por adotarem posições “revisionistas”, principalmente ligadas a “possibilidade de ganhos individuais”.

A crítica ao “revisionismo” histórico não para neste último livro. Duarte

e Sena Júnior publicaram o artigo intitulado *Os pesados edifícios da história: debates historiográficos sobre os anos 1960/70 no Brasil e na Argentina* (2019) onde realizam duas importantes análises: uma resposta a crítica de Fico (2017) em relação ao conceito de “revisão histórico” e uma expansão para os objetos de análises – agora não mais focados somente no contexto Europeu (Itália; Portugal; Espanha e Alemanha) mas também para a América Latina, mais precisamente a Argentina.

Com esse longo histórico da historiografia sobre a ditadura militar e o uso do conceito de “revisão” em 2004 e 2014, podemos perceber que o “revisão” mobilizado por esses historiadores marxistas não pode ser descolado das interpretações da história da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Assim, esses textos apresentados – parte do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” – apresentam características distintas entre si e aspectos comuns. As primeiras distinções se referem aos temas analisados – Revolução Russa; banditismo no sertão; fascismo; nazismo; ditadura civil-militar brasileira; etc... Portanto, cada crítica historiográfica terá seus “alvos prediletos” a depender do tema analisado. Também é de se considerar as divergências existentes entre estes historiadores e suas predileções – a exemplo é o reforço que Sena Júnior (2014; 2017) faz da obra de E. P. Thompson, compartilhada por Mattos (2014) e não tão presente em outros autores, como Manuel Loff; Luciana Soutelo e Raquel Varela.

Agora, o que une estes autores dentro do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”? Aspectos semelhantes são encontrados, uma “base comum” a quase todos eles: 1) uma opção teórico-metodológica e prática marxista, influenciada principalmente pela interpretação de Antonio Gramsci; 2) a exploração de temas sensíveis e presentes na memória social atual (como ditaduras, crimes, revoluções); 3) um forte laço institucional (de pesquisa; formação acadêmica ou de atuação profissional) com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e 4) a utilização do conceito de “revisão” baseado principalmente no “Debate sobre Bernstein”; nas obras de Domenico Losurdo e na crítica de Eric Hobsbawm a ao chamado “revisão histórico” da Revolução Francesa feito por François Furet durante os 200 anos de rememoração da revolução de 1789.

Além disso, existe uma profunda conexão do conceito de “revisão histórico” elaborado por Demian Bezerra de Melo para tachar determinadas historiografias – consideradas “revisionistas – sobre a temática da ditadura civil-militar brasileira com os outros historiadores do “movimento crítico ao

revisionismo contemporâneo”. Esta presente pesquisa analisará esse conceito, mas de antemão, é possível observar que a elaboração conceitual de Melo (2006; 2012; 2014) de “revisionismo” é frequentemente replicada através de citações diretas pelos membros do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”. Assim, é indispensável compreender a crítica à historiografia “revisionista” da ditadura militar de 1964 feita por Melo e por outros historiadores – como Calil (2017) e Sena Júnior (2017) – utilizando o conceito de “revisionismo”. Além disso, ao compreender os principais elementos do uso do conceito de “revisionismo” feito por Demian de Melo é também – na medida do possível e reconhecendo as limitações de tal ação – generalizar para um conceito utilizado por todo o “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”.

Por fim, é fundamental mencionar que os historiadores pertencentes ao “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” não são especialistas nas disciplinas de teoria da história e história da historiografia, focando seus trabalhos principalmente em pesquisas empíricas analisando regimes autoritários, ditaduras, e trabalhadores a partir de uma visão marxista-gramsciniana do passado. O que sobra de investigação em relação a documentos sobre esses temas, essas análises críticas ao “revisionismo” carecem de investigações empíricas sobre história da historiografia, permanecendo em muitos casos uma mera análise historiográfica sobre seus “alvos”, autores considerados “revisionistas”.

CAPÍTULO 2: O “REVISIONISMO” COMO CONCEITO NA HISTORIOGRAFIA: USOS, LIMITES E POSSIBILIDADES

“Seja revisionista”: essa é uma das considerações do historiador Robert Darnton (2010) para maiores chances de termos nossas teses publicadas por editoras universitárias. Portanto, “sempre é bom derrubar alguma tese “clássica”. Mas cuide para abordar o momento certo, porque uma revisão de uma revisão pode dar a impressão de que você voltar a uma tese antiquada” (DARNTON, 2010, p. 114). Além dessa valiosa “dica”, Darnton nos apresenta mais duas: “seja atrevido, mas só um pouquinho” e “escolha o título certo” (p. 114). Aqui Robert Darnton nos apresenta uma concepção positiva da ideia de revisionismo: novidade, “derrubar” teses e paradigmas antigos, inovação teórica/metodológica, novas fontes históricas. O revisionismo também implica em maior chance e possível sucesso editorial, conseqüentemente, para o historiador, mais proeminência na academia e mais leitores para suas ideias. Talvez ainda haja ganhos financeiros relevantes. O que há de mal nisso? Não seria esse o desejo de todo historiador?

Toda a ciência realiza uma revisão das pesquisas anteriores e preferencialmente busca análises com nova teoria, metodologia ou fontes. O mesmo ocorre com a história: revisitamos o passado e as fontes históricas. Porém, acaba que o termo “revisionismo” tem dois sentidos mais específicos: um como inovação – como o já mencionado por Darnton – e um “abusivo”. O sentido como inovação é aquele da “inovação” da pesquisa, revelando aspectos antes não atingidos seja por uma teoria ou metodologia insuficiente ou por falta de fontes. Já o sentido abusivo (negativo) é aquele revisionismo apologético, “reformista” e “traidor”: revisita a temática com tendências políticas do presente sem apresentar inovações teóricas, metodológicas e de fontes – ou quando o faz é de maneira fraudulenta e com distorções. Dentro desses debates ainda se encontra o termo “negacionismo”: atribuí-se a historiadores, políticos, cientistas antitéticos a pecha de “negacionista”⁴³ quando não levam em consideração a ciência por motivos políticos. Essas considerações não são inovadoras, porém é necessário reconhecer que esses termos – sendo aqui tomados

⁴³ No cerce do debate da pandemia do vírus que causa a COVID-19 no Brasil é comum vermos a taxação de “negacionistas” da pandemia, seja de sua mortalidade, da necessidade de manter o isolamento social e sua eficácia, da adoção de tratamentos ineficazes pelo Estado brasileiro e da eficácia da vacinação.

como conceitos – são embebidos de historicidade, variando de sentido ao longo do tempo.

2.1 HISTÓRIA E DEFINIÇÕES DO CONCEITO DE “REVISIONISMO”

A ideia de “revisionismo” e “negacionismo” não são utilizados somente nos debates entre historiadores. Ao analisar a história desse conceito, Enzo Traverso (2012) destaca três períodos do debate acerca do revisionismo: 1) a querela entre Bernstein e Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky e Lênin; 2) a transformação do marxismo em ideologia de Estado com a criação da URSS e 3) debates filosóficos e historiográficos posteriores à 2ª Guerra Mundial.

O considerado primeiro seria o *Bersteindebatte* ocorrido no fim do século XIX, promovido pelo marxista Eduard Bernstein (1850-1932) com a publicação de *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia* em 1899 dentro do Partido Social Democrata alemão⁴⁴. Porém, como a pesquisa de Galastri (2015) demonstra, o capitalismo durante a metade do século XIX passou por um processo de expansão de capital e aumento da condição de vida da classe trabalhadora, gerando uma insegurança em alguns intelectuais dentro dos circuitos de esquerda – socialistas, marxistas e outras variantes – em relação a crise intrínseca do capitalismo e por consequência em seu fim. Além disso, Galastri (2015) também destaca que no final do século XIX houve um aumento de conjuntos heterogêneos da classe trabalhadora dentro dos partidos de massa, sendo o “revisionismo” uma expressão desse processo. Portanto, os argumentos “revisionistas” surgiram em diferentes países europeus, para além da social-democracia alemã. É o chamado “revisionismo latino” onde existe a crítica por parte de intelectuais como Saverio Merlino (1856-1930)⁴⁵ e Benedetto Croce (1866-1952) na Itália, Henri De Man (1885-1953) na Bélgica e Georges Sorel (1847-1922) na França, somando a experiência das lutas socialistas e sindicalistas internas nacionalmente, gestando, por exemplo, o denominado “socialismo revolucionário”.

Quais seriam essas proposições “revisionistas” desses intelectuais

⁴⁴ Traverso também argumenta que esse debate percorreu toda a primeira internacional socialista.

⁴⁵ Este que para Galastri (2015, p. 66) poderia ser considerado o “pioneiro” das ideias revisionistas ao publicar *Pro e contro il socialismo em 1897* – com o livro publicado na França no mesmo ano com o título *Formes et essences du socialisme*, prefácio de Georges Sorel onde provavelmente Bernstein tomou contato com as ideias “revisionistas”.

pertencentes ao “revisionismo latino”? Galastri (2015) destaca que, no geral, esses pensadores acreditavam da necessidade de “revisão” do marxismo em relação à superação do materialismo histórico pois não seria científico, sendo que a teoria do mais-valor e a luta de classes como hipótese sem verificação empírica e uma defesa “ética” para o socialismo em uma perspectiva neokantiana.⁴⁶

Traverso (2012) afirma que Bernstein buscou conciliar a teoria marxiana com a prática do partido social-democrata alemão, um partido de massas que abandonou a política revolucionária e voltou para a política reformista. Porém, Traverso (2012) pouco elabora os fundamentos e as concepções teórica de Bernstein. Assim, Galastri (2015) mostra como a edição do *Prefácio* de Engels de 1895 do livro *As lutas de classes na França* de Karl Marx foi editada por Wilhelm Liebknecht (1826-1900) suprimindo as menções de defesa da revolução violenta e armada de Engels, deixando somente as considerações sobre as lutas e votos dentro do parlamentarismo. É neste mesmo *Prefácio* de Engels que Bernstein se baseará para afirmar do abandono da revolução violenta para a adesão aos votos parlamentares. Galastri (2015, p. 76) assume que os “revisionistas” como Croce e Bernstein passam a constante fundamentação em Engels como figura de autoridade para os argumentos “revisionistas” dentro do partido e perante os trabalhadores.

As considerações gerais de Bernstein seriam a necessidade de “revisar” a luz das mudanças sociais o marxismo histórico. Nesse sentido, o próprio autor se assume como um “revisionista” na tentativa de atualizar a teoria marxiana – se baseando profundamente em Engels – para a sociedade em mudança do final do século XIX. Na visão de Galastri (2015) Bernstein buscou seu “revisionismo” – no sentido abusivo – ao explorar o potencial “determinista” da *Contribuição à crítica da economia política* escrito por Marx em 1859 e das citações de Engels, afirmando que os “fatos mecânicos” determinariam a vida dos sujeitos e que sua ação não afetariam o “poder da história”. Assim, Galastri (2015, p. 30) afirma que Bernstein passou a “[...] criticar a concepção materialista da história, a dialética, a crença na importância das revoluções, a teoria da mais-valia, a teoria da concentração e centralização do capital, a teoria da crise e os pressupostos sobre o Estado”. É notável a perspectiva crítica de Galastri (2015) ao “revisionismo latino” e as proposições de Bernstein. Apesar de não alongarmos os argumentos desses intelectuais apontados como “revisores” o

⁴⁶ A investigação de Galastri (2015) aprofunda a análise das perspectivas pormenorizadas dos autores.

importante é perceber o que é considerado como revisionismo e quais são seus “acusadores”.

A querela se forma com as respostas de Rosa Luxemburgo (1871-1919), Karl Kautsky (1854-1938) e Lenin (1870-1924) criticando a perspectiva revisionista das ideias de Marx e Engels. Rosa Luxemburgo no livro *Reforma ou Revolução* de 1899 rebate diretamente as teses bernsteinianas dentro do Partido Social-Democrata alemão. Para Luxemburgo, o “revisionismo” de Bernstein nega a tendência interna do capitalismo de autodestruição assim descartando a possibilidade de organização da classe trabalhadora como um fator revolucionário. Respondendo as colocações de Bernstein sobre as “abstrações” da teoria do mais-valor, Luxemburgo responde que essas abstrações não seriam da “cabeça” de Marx, mas sim de um dado empírico na economia capitalista. As críticas a Bernstein por Rosa Luxemburgo visavam apontar que a sucessão de reformas seria um caminho sem volta para o Partido Social-Democrático alemão. Esse possível reformismo e a teoria de Bernstein foram classificadas, ao fim, por Luxemburgo como a supremacia dos elementos pequeno-burgueses do Partido Social-Democrata.⁴⁷

Karl Kautsky como “ortodoxo”⁴⁸ em relação ao materialismo-histórico dialético teve importante contribuição na discussão crítica ao “revisionismo” de Bernstein. Kautsky junto com August Bebel (1840-1913) condenou no Congresso da Internacional Socialista realizado em Amsterdã no ano de 1904 o “revisionismo”⁴⁹. Já as críticas aos aspectos teóricos e de práticas do “revisionismo” bernsteiniano estão melhor desenvolvidas no livro *O caminho do poder* publicado originalmente em 1909⁵⁰ onde crítica a ideia de “reformas progressivas” das instituições sociais e com a conquista por parte da classe operária do parlamento. Para Kautsky, é impossível esperar que durante o processo de reformas progressivas que visem expropriar a classe burguesa não exista uma resistência forte desta mesma classe, detentora do poder político. Essa concepção seria fruto de ideias “antipolíticas utópicas” e do “proudhonismo”. Assim, para Kautsky, o debate “revisionista” não apenas ficava no

⁴⁷ Ver os argumentos mais detalhados em Galastri (2015).

⁴⁸ É importante ressaltar que para Galastri (2015) existiram duas concepções teóricas de Kautsky: seu momento “ortodoxo” crítico do “revisionismo” de Bernstein e seu momento “não ortodoxo” quando comete o “revisionismo” de apontar o caráter autoritário e “bonapartista contrarrevolucionário” da Revolução de 1917 encabeçada pelos bolcheviques.

⁴⁹ Proacci (1989) apud Galastri (2015, p. 8).

⁵⁰ Kautsky (1979).

campo das ideias: ao preconizar o reformismo as consequências estavam diretamente ligadas a “salvação” ou “derrota” do proletariado militante tendo em vista que dentro do governo burguês o partido proletário é “cúmplice” da repressão contra a classe proletária.

Lênin aponta elementos “ideológicos” do “revisionismo” que ocorria dentro do marxismo e da esquerda. Ao comentar as ideias de Bernstein no artigo *Marxismo e Revisionismo* de 1908, Lênin ressalta que o que fundamenta o “revisionismo” é o neokantismo ético de caráter pequeno-burguês – oposto a matriz epistemológica marxiana. Lênin analisa a proposta do “revisionismo” na ciência: o revisionismo voltava-se a “ciência burguesa” que refutava o materialismo histórico como método explicativo da sociedade além de terem cometido o:

[...] pecado de generalizar de modo superficial de alguns factos unilateralmente seleccionados, desligados da sua conexão com o conjunto do regime capitalista, e, no aspecto político, cometeram o pecado de, voluntária ou involuntariamente, chamar ou impelir inevitavelmente o camponês para o ponto de vista do proprietário (isto é, o ponto de vista da burguesia), em vez de o impelir para o ponto de vista do proletário revolucionário (LENIN, 2020b, p. 417)

Como visto, Lênin partindo da soma da teoria e da prática revolucionária de base marxista – *práxis* – aponta aspectos científicos do revisionismo e da relação entre essa ciência com a suas implicações políticas⁵¹. Já, para Lênin, a política revisionista consiste em:

[...] em determinar o seu comportamento em função das circunstâncias, em adaptar-se aos acontecimentos do dia, às viragens dos pequenos fatos políticos, em esquecer os interesses fundamentais do proletariado e os traços essenciais de todo o regime capitalista, de toda a evolução do capitalismo, em sacrificar estes interesses fundamentais em favor das vantagens reais ou supostas do momento (LENIN, 2020b, p. 418)

Seria, portanto, o “revisionismo” – sendo o maior nome Edward Bernstein – uma política “oportunista”, “reformista” e que ignora os interesses da classe proletária. É assim uma ciência “burguesa”, sem compromisso com a classe trabalhadora e com a revolução socialista e que inutiliza a teoria da luta de classes. Com essas críticas, os princípios fundamentais do marxismo seriam desconsiderados. Galastri (2015) aponta como Lênin aponta para dois tipos de revisionismos: o “revisionismo de esquerda” seria aquele do “sindicalismo revolucionário” dos “países

⁵¹ Por exemplo, como Fontana (1982) lembra que a teoria do marxismo coloca para a ciência histórica o compromisso político e revolucionário que deve orientar o ofício do historiador.

latinos” que se adaptaria e corrigiria o marxismo, como Arturo Labriola (1873-1959) na Itália e Hubert Lagardelle (1874-1958) na França. Esse revisionismo para Lênin (2020) não é “oportunista” e nem travou embates importantes contra os partidos socialistas se comparado com o segundo tipo de “revisionismo”, de “direita”. Esse “revisionismo de direita” de origem bernsteiniana é a prioridade a ser combatido.

Já no livro *Que Fazer?* de Lênin publicado em 1902⁵² aponta que a “liberdade de crítica” levantada por Bernstein em relação ao “velho dogmatismo” marxista acabou por negar a possibilidade de fundamentar o marxismo como ciência; negar a necessidade e inevitabilidade da concepção materialista da história; negado a miséria da crescente proletarização e das contradições capitalistas; negado o objetivo final da ditadura do proletariado e da teoria da luta de classes. Essa tendência de críticas da social-democracia, para Lênin, seria nada mais que uma transposição da “literatura burguesa” para a “literatura socialista”.

Traverso (2012) aponta que esse debate ficou nas ideias dentro da esquerda e do partido social-democrata, principalmente por Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky. Bernstein não foi expulso do partido, por exemplo. Apesar disso, a ideia de “revisionismo” como “reformismo” e rompimento com a luta da classe proletária ainda persistiria nos debates dentro da esquerda mundial. Como exemplo Galastri (2015) argumenta do “revisionismo” de Karl Kautsky com a produção da obra *Die materialistische Geschichtsauffassung*⁵³ de 1927 combatendo a revolução bolchevique e a construção do novo Estado na futura URSS proveniente da Revolução de 1917⁵⁴. Assim, o revisionismo de Kautsky estaria ao “atacar” o Estado e a ditadura do proletariado e ver a “edificação” do socialismo a partir da via democrática parlamentar. Além disso, para Kautsky seria impossível a crise final do capitalismo e a extinção do Estado já que seria necessário regular e dominar “impulsos” que não são provenientes da divisão de classes. Como resultado dessas concepções, o “velho” Kautsky passava a defender exclusivamente o caminho parlamentar-democrático para a construção do socialismo. Traverso (2012) também aponta que em 1930 foi posto o termo de “revisionista” a Vladimir Jabotinsky que rejeitou a diplomacia defendida por Theodor

⁵² Utilizamos a versão da editora Boitempo de 2020a. Para ver o debate e críticas de Lênin sobre Edward Bernstein, a social-democracia e o *bernsteinianismo* observar em especial o capítulo 1 *Dogmatismo e “Liberdade de crítica”* (p. 21) e o capítulo 4 *O caráter artesanal dos economistas e a organização dos revolucionários* (p. 115).

⁵³ “A concepção materialista da história”

⁵⁴ Para as considerações do revisionismo de Kautsky Galastri (2015) parte de Salvadori (1988).

Henry e Max Nordau – o sionismo político – e defendia a fundação de um Estado Judaico na Palestina pelo uso da força.

Com o surgimento da URSS os debates sobre o socialismo tomam uma dimensão dogmática. Assim, o marxismo é tomado como ideologia de estado, para quem não seguir esses “dogmas” é atribuído a pecha de “traição” atrelada ao “revisonismo”. Ou seja, existia uma ortodoxia marxiana promovido pela URSS e seus críticos eram traidores contrários a essa doutrina. Traverso (2012) destaca que o termo foi utilizado amplamente durante o cisma iugoslavo em 1948 e durante o conflito sino-soviético em 1960. Também era utilizado o termo “hiena revisionista” para o marechal Tito pelo Cominform (p. 153). Traverso (2012) acaba por não estender sobre esse histórico do “revisonismo” atribuído por partidos, Estados e governos de esquerda a outros membros da esquerda, porém, nos parece fundamental citar as idas e voltas do “revisonismo” nas adoções teóricas e políticas dentro do “guarda-chuva” do pensamento socialistas-marxista.

Se o *Bersteindebatte* é considerado o começo do “revisonismo” dentro dos debates socialistas a posição sobre os rumos da Revolução Russa e da política adotada em relação a URSS definiria quem é “revisonista” em relação ao “ortodoxo” e seguidor do “marxismo-leninismo”. Quando a Oposição de Esquerda entre 1920 e 1930 liderada por Leon Trotsky se retira da Internacional Socialista e rompe com suas ideias⁵⁵ acaba por acusar a União Soviética e seus líderes – leia-se as posições de Joseph Stalin. Acabaram por rotular as práticas de Leon Trotsky e da Oposição de esquerda na década de 1930 como parte da “social-democracia” com semelhantes argumentos de Lênin (2020a; 2020b). Durante o XVII Congresso do Partido Comunista em 1934 dirigido por Stalin leia-se: “aconteceu uma recaída em velhos conceitos social-democratas, em sua variante chamada trotskismo, em sua variante que não poderia deixar de me levar a um total distanciamento do Partido, a um total distanciamento da classe operária”⁵⁶.

Estritamente a palavra “revisonismo” não é mencionada, mas o sentido é semelhante das críticas a Edward Bernstein pela sua produção concebida como “reformista” e que se distanciava da “classe operária”. É importante considerar o lugar social desse debate: era a consolidação da Revolução de Outubro de 1917 e

⁵⁵ Trotsky principalmente crítica a formação da burocracia na URSS e propõe a ideia de Revolução Permanente como horizonte a ser seguido pelo socialismo e pela esquerda.

⁵⁶ XVII Congresso do Partido Comunista da URSS (1934, p. 492-494) apud Medvedev (1986).

as considerações de Leon Trotsky foram vistas pelos líderes políticos da URSS como um “empecilho” a concretização do socialismo e que abririam brecha para o fim do socialismo. Tanto Stalin quanto Trotsky baseavam nas discussões no “leninismo”⁵⁷ e ao acusar as posições do grupo “Oposição de Esquerda” como “social-democratas” mostrava um distanciamento em relação ao cânone das ideias de Lênin para a URSS. Neste caso, como apontou Traverso (2012), o “marxismo-leninismo” é adotado como “teoria” científica e política oficial na URSS e quem não o seguia era considerado como “traidor”.

O terceiro momento foi a ligação do “revisonismo” na historiografia do pós-guerra. Aqui o sentido de “revisonismo” de eventos e períodos históricos seria a qualificação de “revisão” das interpretações historiográficas dominantes. Assim, o revisionismo seria algo inovador e não no sentido de traição nem uma deslegitimação da historiografia. Traverso (2012, p. 153-154) destaca a historiografia de Fritz Fisher no início de 1960 sobre as causas da Primeira Guerra Mundial; Gabriel Kolko sobre a origem soviética da Guerra Fria e Gal Alperowicz a escolha dos EUA em lançar as bombas atômicas em Nagasaki e Hiroshima como forma de mostrar a superioridade bélica e o monopólio da arma nuclear.

Angelo Segrillo (2010) aponta que em contraposição a historiografia produzida pelos *cold warriors*⁵⁸ - uma escrita da história que foca na política e nas elites onde a tomada de poder pelos bolcheviques foi vista como um “acidente histórico” e marcada por uma perspectiva anticomunista⁵⁹ - foi uma historiografia “revisonista” do final dos anos de 1960. Segundo Segrillo (2010) a década de 1960 foi marcada por grande rebeldia nos países ocidentais e no caso dos EUA foi marcada

⁵⁷ Como mostra Roi Medvedev (1986) o debate entre Stalin e Trotsky contou com abusos teóricos como a censura e omissão intencional de informações das falas Lênin por Stalin. Não pretendemos fazer juízo de valor nem propor a solução deste debate.

⁵⁸ Segrillo (2010, p. 73) destaca as obras pertencendo aos denominados *cold warriors* como *The Origins of the Communist Autocracy* (Londres, 1955) de Leonard Schapiro; *The Decline of Imperial Rússia* (Londres, 1952) e *The Russian Empire, 1801-1917* (Oxford, 1967) de Hugh Seton-Watson; *The Unfinished Revolution* (Nova York, 1960) e *The Bolsheviks* (Nova York, 1965) de Adam Ulam; *The Fate of the Revolution: Interpretations of Soviet History* (Londres, 1967) de Walter Lacquer; *The Formation of the Soviet Union: Communism and Nationalism, 1917-1923* (Cambridge, 1954) e *Russia under the Old Regime* (Londres, 1974) de Richard Pipes; *The Soviet Deportation of Nationalities* (Londres, 1960) e *The Great Terror* (Londres, 1968) de Robert Conquest”.

⁵⁹ É importante ressaltar que nem todas as obras dos denominados *cold warriors* eram historiografias “vista de cima” e anticomunistas. Segrillo (2010) aponta como exemplo as obras de Robert Daniels em *The Conscience of the Revolution: Communist Opposition in Soviet Rússia* (Cambridge, 1960) e *Red October: The Bolshevik Revolution of 1917* (Nova York, 1967) e *History of Soviet Russia* do britânico Edward Carr (Londres, 1950-1978).

pela oposição a Guerra do Vietnã e a valores sociais advindos da Guerra Fria nas Universidades e nas ruas. Seguiu também um maior acesso a arquivos soviéticos por pesquisadores devido a intercâmbios a partir da década de 60. Com novas fontes, esses historiadores perceberam que os limites impostos pela historiografia *cold warrior* não conseguia “segurar” as novas inflexões acerca da complexa realidade de 1917.

Nomes como Diane Koenker em *Moscow Workers and the 1917 Revolution* (Princeton, 1981); Sheila Fitzpatrick em *Cultural Revolution in Rússia*, (Bloomington, 1978) e *The Russian Revolution* (Oxford, 1982); Moshe Lewin em *Russian Peasants and Soviet Power* (Evanston, 1968) e *Lenin's Last Struggle* (Nova York, 1968) e Marc Ferro em *La Révolution de 1917* (2 vols. Paris, 1967) caracterizaram essa *história social* da Revolução Russa como afirma Segrillo (2010). Com o “revisionismo” da Revolução Russa de 1917 seus membros mais “radicais” foram vistos como “esquerdistas” dentro do meio universitário pelos historiadores ortodoxos. Para Segrillo (2010, p. 75) nos anos de 1970 e 1980 essa historiografia “revisionista” venceu a batalha entre os historiadores “ortodoxos” e “revisionistas” se tornando hegemônica no final.

François Furet, segundo Traverso (2012), faz a “revisão” da análise jacobinista desse período histórico. Quando dos 200 anos da Revolução Francesa de 1789 essa tese de Furet antes vista como “revisionista” tinha se imposto como leitura dominante sobre o evento histórico. Outra revisão importante é a de Benny Morris e Illan Pappé sobre o conflito de 1948 em Israel, como uma guerra de autodefesa e depuração étnica. Seria esse último “[...] um exemplo de <revisão> nos antípodas de qualquer objetivo apologético, e que se esforça, pelo contrário, em pôr fim a um longo período de amnésia colectiva e de ocultação oficial do passado” (TRAVERSO, 2012, p.155).

Como visto até aqui, as revisões de pesquisas anteriores são constantes na ciência. No caso dos debates dentro do “revisionismo” se desdobram em duas vertentes: uma primeira é aquela identificada por Galastri (2015) e Traverso (2012) como o “revisionismo latino” e o *Bernsteindebatte* no final do século XIX sobre os rumos da teoria marxista e as propostas políticas da social-democracia na Europa. Seus “revisores” buscavam atualizar e revigorar a teoria marxista para o contexto social de seu país e época. Já seus críticos os acusaram de “reformismo”, “destituição do marxismo de caráter científico” e “afastamento da luta do proletariado”. Já o

“revisionismo” dentro da historiografia após a Segunda Guerra Mundial apontado por Segrillo (2010) e Traverso (2012) é aquele que inovou nos aspectos teóricos, metodológicos e paradigmáticos em sua área de concentração. A ideia de “revisão” da historiografia hegemônica com a abertura de novas fontes históricas, pelo intercâmbio de estudos e pela influência da historiografia social inauguraram umas complexas publicações mais inovadoras e com melhor qualidade.

No entanto, pode-se afirmar que o debate sobre os “revisionismos” estava circunscrito em seus domos de discussões: a teoria e política marxista e a discussão historiográfica na academia. Para a cultura militante dentro das esquerdas a palavra “revisionismo” é um xingamento; na historiografia acadêmica é sinônimo de qualidade, inovação e ciência. Porém, com o advento do que foi chamado de “controvérsia dos historiadores” – *Historikerstreit* – sobre a memória e responsabilidade do nazismo e Holocausto na Alemanha no final da década de 1980 a aparição pública dos conceitos de “revisionismo” e “negacionismo” tomaram maiores proporções, extrapolando os limites universitários. De um lado estavam aqueles intelectuais que buscaram retirar a responsabilidade dos alemães sobre o nazismo e Holocausto e imputar no “bolchevismo”, do outro lado, críticos desse “uso público da História” como Jürgen Habermas. Os primeiros reivindicavam para si a pecha de historiadores “revisionistas”, inovando, melhorando e questionando a historiografia. Habermas apontou que esses historiadores estavam diminuindo o nazismo e Holocausto para um “mal menor” na história e memória social dos alemães. Nesse sentido, caminharemos para uma análise sobre o que seria um “revisionismo inovador”, o “negacionismo” e o “revisionismo abusivo”

2.2 REVISIONISMO COMO “INOVAÇÃO”

Para analisarmos o que é um possível “revisionismo inovador”⁶⁰ podemos recorrer a frase de Robert Darnton: “seja revisionista. Sempre é bom derrubar alguma tese “clássica”. Mas cuide para abordar o momento certo, porque uma revisão de uma revisão pode dar a impressão de que você voltar a uma tese antiquada” (2010, p. 114). A consideração de Darnton como historiador, jornalista e editor é para “ajudar” membros da academia a terem suas teses publicadas por

⁶⁰ Utilizamos a tipificação de inovador para diferenciar do “revisionismo abusivo”.

editoras universitárias. “Derrubar” uma tese é descaracterizá-la como “oficial”. Em uma lógica de mercado faz todo o sentido: para que o leitor conheça a tese que “derrubou” a historiografia clássica ele deve comprar o novo livro. Assim, mesmo sem necessariamente uma “revisão”, existem novas produções historiográficas que – principalmente em datas comemorativas como aponta Prost (2020) – inundam o mercado livreiro. Mesmo dentro do meio universitário uma tese inovadora, com novas fontes, teorias e metodologias consegue angariar um público maior de leitores e possíveis espaços no meio universitário, como cargos em linhas de pesquisas e o recebimento de financiamento para projetos de investigações históricas. Mas quais são os sentidos, procedimentos e características do “revisionismo” na ciência histórica?

Traverso (2012) aponta que a palavra “revisionismo” levanta questões sobre o método e o trato com as fontes históricas. Assim, seria quase como “natural” o desenvolvimento do “revisionismo” na historiografia pois podem ser descobertas novas fontes, novos arquivos inexplorados e o “enriquecimento dos testemunhos” sobre eventos e processos históricos já conhecidos ou com um conhecimento parcial/errôneo. Traverso (2012) aponta como exemplo a “revisão” feita a contagem de vítimas do gulag do trabalho de Robert Conquest – para o autor foram dez milhões de mortos – onde as novas pesquisas como a de Nicolas Wehn (1993)⁶¹ contariam a um milhão e meio de vítimas devido a análise historiográfica de fontes históricas até então inacessíveis. Também é necessário recordar a expansão do que foi considerado como “fonte histórica” com o movimento da Nova História na década de 1970. Desde o início dos *Annales* no começo do século XX já se notava o uso de outras fontes além dos documentos escritos oficiais. Porém, os esforços como de Jacques Le Goff (1924-2014) e Pierre Nora (1931-) também foram ampliar ainda mais o que era considerado como “fonte” para a pesquisa histórica. Outro exemplo do da “revisão” doravante a novas fontes históricas é o já analisado por Segrillo (2010) do “revisionismo” durante a década de 1960 sobre a Revolução de 1917 nas universidades dos EUA. A abertura de novos arquivos na URSS e o maior intercâmbio entre pesquisadores soviéticos e estadunidenses promoveu um movimento de “revisionismo” a historiografia promovida pelos *cold warriors*.

No Brasil, José Honório Rodrigues (1965) no capítulo *Afonso Taunay*

⁶¹ Traverso (2012) parte de Nicolas Wehn *Goulag: les vrais chiffres* (1993).

e o *revisionismo histórico* adota o termo “revisionismo” para a historiografia produzida por Capistrano de Abreu (1853-1927) e posteriormente Rodolfo Garcia (1873-1949) e Afonso Taunay (1876-1958). Para Rodrigues (1965), Capistrano de Abreu foi considerado o “verdadeiro renovador da historiografia brasileira” (p. 25). Nessa ideia de revisionismo histórico, Capistrano de Abreu foi o seu “teórico” e Afonso Taunay o “executor” da operação.

Mas antes, Rodrigues distingue o revisionismo em dois tipos: um tipo ideológico e um tipo factual. Para Rodrigues (1965, p. 136) Capistrano influenciou sobre os dois tipos de revisionismo, renovando a interpretação da história do Brasil colonial com pesquisa de novos materiais e revelando novos fatos históricos. Podemos inferir que o revisionismo ideológico seria a revisão da teoria e da metodologia e o revisionismo factual seria a “revelação” – podemos hoje adotar o termo construção – de novos fatos históricos.

O revisionismo feito por Capistrano de Abreu abordado por Rodrigues (1965) é em relação a complementação da história dos bandeirantes, buscando um distanciamento da historiografia portuguesa do período colonial – esta que abordava mais as batalhas e luta dos portugueses contra os holandeses. Já Afonso Taunay ampliaria as pesquisas sobre os bandeirantes paulistas: “Coube, porém, a Afonso Taunay realizar o maior plano de recriação histórica, fazendo reviver toda uma fase pouco conhecida” (RODRIGUES, 1965, p.138). A obra de Afonso Taunay teve um alargamento em relação ao conhecimento histórico para Rodrigues (1965), sendo “[...] uma das maiores revisões factuais na historiografia brasileira” (p. 138).

Ainda na visão de Rodrigues, a obra de Taunay privilegiava a “[...] estrutura e não à conjectura, ao real e não ao “aparencial”, às camadas profundas e não às superestruturas, aos movimentos coletivos e não às minorias governamentais ou aos vice-reis e governadores. A visão se focaliza nas bases econômicas e sociais para a compreensão da história nacional” (p.140). Portanto, o conceito de revisionismo adotado por José Honório Rodrigues para a historiografia de Afonso Taunay é inovador, indica uma revisão da teoria e da metodologia histórica além de consulta de novas fontes e de novos fatos históricos. Seria, portanto, semelhante ao tipo de revisionismo explicado por Traverso (2012) depois da 2ª Guerra Mundial. Taunay para Rodrigues (1965) conseguiu “[...] rever os grandes quadros históricos já construídos, corrigindo, acertando, acrescentando, atualizando” (p. 143). Rodrigues também aponta imprecisões na obra de Taunay, como a falta de diálogo com a

antropologia, análises históricas mais críticas e com menos digressões literárias, transcrição de documento sem as devidas referências de localização.

Assim, não foi somente a consulta a novas fontes que levou Afonso Taunay a ser considerado “revisionista” por Rodrigues (1965): uma elaboração teórica e construção dos eventos e processos históricos inovadora também pode ser considerada um processo de “revisão” inserido na lógica do “revisionismo inovador”. Traverso (2012) aponta que as revisões também perpassam pela mudança do “paradigma interpretativo” sobre determinado evento, processo e período histórico. Novas fontes históricas ainda podem ser interpretadas por um paradigma interpretativo que já é “consolidado” na historiografia. Porém, quando ocorre uma mudança na matriz de interpretação histórica que perpassou pela aprovação dos pares e se insere na matriz disciplinar da história esse paradigma interpretativo consegue reavaliar fontes já utilizadas por historiadores. Novos problemas de pesquisas, novas perguntas e novos objetivos com a investigação promovem uma renovação e revisão na historiografia. Como argumentou Marc Bloch em *Apologia da História* (2001) o historiador deve conhecer o presente em que vive. É nesse presente que surge as problemáticas a serem investigadas com o aparato da ciência histórica.

Essa “revisão” aconteceu no caso brasileiro após a década de 1980 quando a Lei da Anistia 1979 e o progressivo término da ditadura militar de 1964 abriram as portas para o retorno de intelectuais e historiadores exilados na Europa. Mattos (2012) aponta que os estudos sobre as revoltas dos escravizados tomaram as discussões de Edward Palmer Thompson (1924-1993) em relação a “economia moral da multidão”. Nesse sentido, teríamos a obra de João José Reis (2003) sobre a Revolta dos Malês em Salvador e, anos mais tarde, a obra de Flávio Gomes (2005) sobre a formação dos quilombos e mocambos. No entanto, para Mattos (2012), foi no ano de 1988 na comemoração dos 100 anos da abolição da escravatura que as ideias thompsonianas foram mais referenciadas nos debates sobre a escravidão. Como representante desse debate podemos mencionar a obra de Sidney Chalhoub *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte* (1990), e Silvia Lara com o livro *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808* (1988).

Os trabalhos de Chalhoub (1990) e Lara (1988) articularam principalmente a crítica a “teoria do escravo coisa” e buscaram mostrar os escravizados como “sujeitos de sua própria história” reconhecendo que as relações

dentro do período escravista acomodavam a violência e a opressão, mas também de revoltas e resistências, numa dinâmica que deve ser entendida dentro da história. Apesar da polêmica historiográfica⁶², a “revisão” da história dos escravizados dentro do território brasileiro como colônia portuguesa promoveu e embasou séries de estudos historiográficos dentro da “história social” que hoje dialoga com outras matrizes interpretativas como a “microhistória”.

Já Maestri (2009) em sua análise sobre a historiografia da Guerra da Tríplice Aliança recorre ao uso do conceito de “revisionismo” para primeiro designar as posturas e críticas em relação a memória e historiografia de “trincheira” – escrita memorialística que focou na vitória do Brasil como uma disputa entre a “civilização” e a “barbárie” do ditador Solano Lopez. Esse primeiro “revisionismo” logo após o fim da guerra nos anos 1870 ocorre na Argentina com a explanação a postura agressora do Império brasileiro e no Paraguai com a exaltação nacionalista-liberal do soldado guarani e de Solano Lopez. Na década de 1950 obras revisionistas⁶³ de inspiração marxista também são produzidas buscando superar as concepções patrióticas para analisar a história da guerra pela ótica das classes subalternizadas. Maestri (2009) aponta que o processo de descolonização na África e na Ásia; a Revolução Cubana e o fim da hegemonia do stalinismo contribuíram para essa historiografia “revisionista” marxista. No entanto, ela não havia chegado ao contexto brasileiro.

No final da década de 1960 e durante a década de 1970 a produção historiográfica “revisionista” começa chegar no Brasil que nesse período já vivia o regime ditatorial instaurado pelos militares em 1964. Para Maestri (2009) a ditadura militar não buscou “rediscutir” a memória e a história da Guerra da Tríplice Aliança. No ano de 1968, León Pomer lança na Argentina o livro *La guerra del Paraguay: gran negocio!* publicado no Brasil como *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense* em 1979. Já Em 1978 o historiador Raul de Andrada e Silva publicou a tese *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai [1814-1840]*. Por fim, em 1979 o livro

⁶² Na polêmica, as críticas de Sidney Chalhoub sobre a “teoria do escravo coisa” visavam principalmente, segundo Mattos (2012), a “escola sociológica paulista”, principalmente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, Chalhoub também considerou a obra de Jacob Gorender *Escravidão colonial* como uma das análises que partiriam da “coisificação” do escravizado. As críticas tomaram os jornais e para rebater a polêmica Gorender publica *A escravidão reabilitada* (2016) chegando a criticar o “culturalismo” e “reformismo” de Edward Palmer Thompson e sua influência nos trabalhos de Sidney Chalhoub e Silvia Lara. Para considerações sobre esse debate ver Mattos (2012) e Silveira (2013).

⁶³ Maestri cita obras como a de Enrique Rivera *José Hernández y la Guerra del Paraguay* (2007); e os artigos revisionistas e antiimperialistas de José Maria Rosa intitulado *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas* (1986)

Genocídio americano: a Guerra do Paraguai de Júlio José Chiavenatto é lançado. Para Maestri (2009) estes seriam a historiografia “revisionista” de caráter marxista que chegou ao público no Brasil focando nas análises dos interesses políticos e econômicos do imperialismo inglês durante a guerra. A obra de Chiavenatto foi a mais popular e conseguiu estar presente no Paraguai e até mesmo como referência para a temática nos livros didáticos brasileiros partindo de um viés marxista e anti-imperialista. É possível argumentar, portanto, que esse “revisionismo” sobre a Guerra da Tríplice Aliança buscou uma nova interpretação para o responsável da guerra, deslocando a “culpa” dos países dentro do conflito para um inimigo externo que conseguiu “controlar” o Brasil o guiando para o embate contra seu vizinho.

Squino (2008) aponta que a obra *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai* de Chiavenatto conseguiu expandir e divulgar para o grande público – mesmo de maneira panfletária – as atrocidades cometidas por Duque de Caxias e de Conde d’Eu. Maestri (2009) também ressalta as qualidades de Chiavenatto ao produzir uma obra de um “jornalismo apaixonado” com grande capacidade de síntese, de fácil leitura e bom manejo das informações. Apesar disso, a historiografia sobre a Guerra da Tríplice Aliança ainda seguia em uma visão binária, entre “mocinhos e bandidos”; “bons e maus” e “culpados e inocentes”. Assim, para Squino (2008) acabava por perder-se os sujeitos históricos que participaram do conflito.

Ainda sobre o “revisionismo” da Guerra da Tríplice Aliança, durante a ditadura de Alfredo Stroessner entre 1954-1989 houve uma série de reedições publicadas da “polêmica do revisionismo” entre Cecílio Baez (1862-1941) e Juan O’Leary (1879-1869) que são dignos de análise. De maneira geral, na região da bacia do Prata durante o final do século XIX e início do século XX houve posições de, tanto historiadores dentro da academia, quanto intelectuais engajados com a pesquisa histórica. Como aponta Donghi (2006), essas críticas “revisionistas” dentro da historiografia do Prata surgem principalmente no final do século XIX e tem seu “auge” na crítica à “história oficial liberal” a partir da Crise de 1929. Nesses debates, é possível encontrar alguns denominadores em comum em toda a diversidade da crítica histórica do Paraguai, Argentina, Uruguai e Chile. É possível portanto encontrar uma historiografia “liberal” que após determinados acontecimentos foi “revisada” pela “historiografia nacionalista revisionista”. Apresentaremos brevemente o caso do “revisionismo” no Paraguai e da Argentina e com isso, mostrar como mesmo uma crítica historiográfica engajada politicamente conseguiu avançar em discussões

historiográficas e assim, consideradas “revisionistas”.

2.3 APONTAMENTOS SOBRE O REVISIONISMO NA HISTORIOGRAFIA LATINO-AMERICANA

É possível localizar no Paraguai uma discussão polêmica em jornais onde opunha-se uma interpretação liberal das ações do Estado paraguaio na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) com a de intelectuais nacionalistas. Neste caso, a principal referência para compreender essa “polêmica historiográfica”, é a historiadora Liliana M. Brezzo, principalmente na obra *Polémica sobre la Historia del Paraguay* publicada em 2008 na qual edita os textos publicados em jornal de Cecílio Báez e Juan O’Leary. Também é a partir da pesquisa de Lima (2018) onde podemos encontrar como a ditadura de Stroessner no Paraguai fez uso das críticas “revisionistas” para a manutenção do período ditatorial.

A partir de 1902 o intelectual liberal Cecílio Báez retorna do México e retoma a publicação de artigos no jornal *El Cínico*, apontando os principais temas econômicos a serem discutidos em um Paraguai no pós-guerra. Vale destacar que após o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), houve um período de ocupação brasileira de cinco anos e, com novas eleições, o Paraguai foi reestruturado em sua política e economia, alinhando-se com o liberalismo. Além disso, como destaca Lima (2018, p. 23), houve a “[...] fundação do Colégio Nacional, em 1872; a criação do Museu Nacional e da Biblioteca Nacional, anexos, em 1875; a criação da Escola de Direito, anexa ao Colégio Nacional, em 1882; a fundação da Universidade Nacional, em 1890” onde a formação e o debate intelectual no Paraguai cresciam cada vez mais.

A crítica de Báez à economia paraguaia que devemos levar em conta é a do artigo *Optimismo y Pobreza. Las ganancias de los bancos. Males e Remedios* publicado no jornal *El Paraguay* em 16 de outubro de 1902, onde Báez além de criticar a política econômica adotada pelo Banco Territorial paraguaio, aponta o “cretinismo” do povo paraguaio.⁶⁴ A crítica de Báez não é somente a “cretinice” do povo paraguaio,

⁶⁴ Reproduzo aqui a citação de Lima (2018, p. 26) retirada do livro de Brezzo (2008, p. 73) onde descreve o texto de Báez: “El Paraguay es un pueblo cretinizado por secular despotismo, y desmoralizado por treinta años de mal gobierno. Cinco años de titánica lucha pudieron reemplazar sus adormecidas fibras por el opio del despotismo. Por eso el pueblo paraguayo desplegó cualidades cívicas en los comicios, a raíz de la conclusión de la guerra; pero la disolución de las cámaras vino de nuevo a matar el naciente espíritu público, y he aquí que el pueblo sigue siendo semejante a un cretino, a un ser sin voluntad ni discernimiento”.

mas também a própria política do Partido Colorado. Juan O’Leary sobre o pseudônimo de Pompeyo - o qual inaugurará uma corrente pompeyista no Paraguai - publica uma série de artigos intitulados *Habla el doctor Báez. El Cretinismo Paraguayo* no jornal *La Patria* a partir de 1902. O’Leary foi discípulo de Báez e até mesmo alinhado com a ideologia liberal, mas que no espaço público passa a constantemente criticar a postura de Báez (BREZZO, 2011).

Lima (2018, p. 27) aponta como o ataque de O’Leary perpassa desde as realizações de Báez questionando sua projeção intelectual⁶⁵ chegando na tónica do “revisonismo histórico” de O’Leary ao comparar o liberal Cecílio Báez a *Legión Paraguaya* (destacamento militar paraguaio que lutou a favor da Tríplice Aliança contra Solano López). Nesse sentido, é possível observar tanto a função de crítica pessoal quanto a acusação de traição da pátria e do povo paraguaio de Báez feita por O’Leary. Outro elemento recorrente na crítica “revisonista” de O’Leary é a lembrança do momento da Guerra da Tríplice Aliança (1964-1970) como um momento de “sofrimento”, mas também de “glória” e “grandezas”.⁶⁶

Báez irá responder a crítica de O’Leary (Pompeyo) no artigo *La Educación. Las pruebas del cretinismo* apontando a origem do “cretinismo” do povo paraguaio: ele surgiu na ingerência e no não investimento em educação dos governos de Francia e de Carlos e Solano Lopez. Como resposta, O’Leary no artigo *La instrucción pública durante el gobierno de López* no jornal *La Patria* baseado no documento do político uruguaio Melchor Pacheco y Ober (1809-1855) onde O’Leary argumenta que o máximo foi feito pela educação paraguaia durante os governos de Francia e dos Lopez. Além disso, o despotismo criticado por Báez é justificado por O’Leary como uma etapa necessária para o “amadurecimento” da República do Paraguai. Outra posição levantada pelos polemistas entre 1902 a 1903 por Cecílio Báez e Juan O’Leary é em relação à própria história. Nesse sentido, vale destacar que, como aponta Queiróz (2016), Báez e O’Leary não eram “historiadores

⁶⁵ “El doctor Báez jamás ha hecho nada. En el parlamento se ha pasado la vida bostezando, en la cátedra predicando doctrinas filosóficas avanzadas y atacando las creencias religiosas de su antiguo maestro, y en el periodismo insultando a todo el mundo: al gobierno, para después aceptar sus puestos; a la República Argentina y a Mitre, para después adularles. Sólo en lo que se refiere a los déspotas y al patriotismo sucede todo lo contrario: empezó por el elogio y acaba por el vituperio. [...] La mayoría de sus poquísimos e insignificantes trabajos publicados, son compilaciones, zurcidos más o menos ingeniosamente hechos, sin pizca de originalidad, a la altura de cualquier estudiantillo, con una erudición de pacotilla” retirado de Lima (2018, p. 27).

⁶⁶ Lima (2018, p. 28).

profissionais”, no sentido que eles não fizeram carreira dentro da universidade. Porém, como afirma Lima (2018, p. 30), Báez defende a “verdade histórica” com a finalidade de servir e corrigir os erros do Paraguai. Já O’Leary apresenta uma concepção de história que deve orientar para o futuro, onde as “glórias” do passado são uma “força” para compreender e mudar o futuro.

Este debate polêmico entre Báez e O’Leary ganhou também apoiadores de ambos os lados. Báez teve apoio do Partido Liberal e da juventude universitária. O’Leary também conta com apoio de parte da juventude universitária e do vice presidente Manuel Dominguez. Para Brezzo (2008), O’Leary acabou sendo vencedor dessa polêmica já que conseguiu dar uma “Idade de Ouro” para o povo paraguaio, uma história para se “orgulhar” já que a Guerra da Tríplice Aliança (1964-1870) tinha destruído esses sentimentos.

O debate polêmico de Báez e O’Leary nos jornais paraguaios entre 1902-1903 foi fundamental para embasar a corrente do “revisionismo histórico”, uma “contra-história” liberal promovida por sujeitos como o filho de Francisco Solano López, Enrique Venancio Solano López, que utilizou o jornal *La Patria* para difundir suas requisições a antigas terras e riquezas de seu pai e para ser o porta-voz do “revisionismo histórico” e do Partido Colorado (LIMA, 2018, p. 33). O’Leary soma-se a tentativa de “reabilitar” e “restaurar” a história de Solano López, onde se desvincula totalmente do liberalismo, entra no Partido Colorado e assume as posições do “revisionismo histórico” criticando o liberalismo e promovendo uma história nacionalista do Paraguai. Neste caso, Lima (2018, p. 35) a partir de Brezzo (2010, p. 24) aponta como característica essencial do “revisionismo histórico” os:

[...] valores nacionalistas que este carrega. Portanto, mediante a revisão da história nacional – apresentada pelo novo sistema político no desfecho da contenda – e da idealização positiva do passado, o movimento revisionista se propõe a “[...] construir una „historia patriótica”, cuyo principal objetivo consistió en custodiar y rehacer la „nación paraguaya” después del drama bélico [...]”. Sendo que, para atingir este propósito o revisionismo se vale da criação e glorificação de heróis nacionais e, também, de episódios épicos da história nacional. Este é o caso da reparação histórica e da exaltação rendidas à figura de Solano López, principal vulto histórico incorporado pelo movimento revisionista.

Assim, O’Leary emprega em suas próximas obras diversos elogios e congratulações a eventos históricos do Paraguai recente. Na obra *El Mariscal Solano López* de 1920, O’Leary “revisita” a vida e atuação de López II, transformando em um

culto à personalidade. Já na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) coloca principalmente o Império Brasileiro e a Argentina como principais culpados do conflito. O’Leary reconhece que o Paraguai foi o primeiro agressor, mas que foi forçado a atacar o Império Brasileiro pela interferência do Brasil no Uruguai. O’Leary também comenta sobre a vida de Gaspar Rodrigues de Francia e Carlos Antonio López como a Idade do Ouro no Paraguai (prosperidade econômica e o bem-estar nacional). Porém, como lembra Lima (2018, p. 38), O’Leary vai ser um exaltador de Carlos López e um ferrenho crítico de Francia – acusando este último de colocar o Paraguai em uma ditadura do terror.

Isso será diferente da posição de outro revisionista paraguaio, como Natalicio González - presidente do Paraguai entre agosto de 1948 a janeiro de 1949, nacionalista e aluno de O’Leary. González publica diversas obras, como *Solano López* (1926) e textos em jornais, a exemplo do artigo *El Doctor Francia y su obra* em 1934, publicado na *Revista Guaranía*. Nesses trabalhos, González exalta a figura do "Doutor Francia" como herói paraguaio e pai da nação. Outro nome que será "reabilitado" e exaltado é a figura do General Bernardino Caballero que atuou durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Caballero será ainda mais resgatado como "herói" com a aproximação desses intelectuais do "revisionismo histórico" com o Partido Colorado para servir como ideologia questionadora do regime liberal.⁶⁷

Nesse sentido, Brezzo (2010, p. 372) destaca que a corrente "revisionista" paraguaia apresenta três características semelhantes às outras análises "revisionistas" da Argentina e Uruguai. A primeira é um forte nacionalismo contra um liberalismo político/econômico; a segunda é o estilo ensaístico dos trabalhos "revisionistas"; e a terceira é situar a "decadência" do Estado tendo origem nas potências exteriores. Porém, para Brezzo (2010, p. 374), uma característica diferente do "revisionismo histórico paraguaio" é que ele nunca foi contra uma "história oficial/canônica". Assim, Brezzo (ibidem) argumenta que, mesmo com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai não adotou somente a visão histórica liberal que culpava Solano López pela guerra. Nesse sentido, essa visão liberal condenatória de Solano López estava longe de constituir um discurso canônico.⁶⁸ Na realidade, o

⁶⁷ Lima (2018, p. 40).

⁶⁸ Brezzo (2010, p. 371) apud Lima (2018, p. 41): "[...] se habían llevado a cabo actos, por parte de los gobiernos de la posguerra, para regular la memoria colectiva – seguía vigente el decreto del año 1869 por el que se declaró a Francisco Solano López „fuera de ley, arrojado para siempre del suelo paraguayo como asesino de su patria y enemigo del género humano" – en tanto en la prensa y en el

movimento “revisionista” se torna hegemônico a partir de 1920 se tornando uma ideologia de Estado.

Além disso, Lima (2018) mostra muito bem como o “revisionismo histórico” será utilizado como propaganda no regime ditatorial de Stroessner. Alcalá (2005) também reconhece que a versão da história nacionalista de O’Leary e Natalicio Gonzalez é utilizada nos livros didáticos de história e no ambiente universitário paraguaio. Porém, Brezzo (2010, p. 374), se rejeita apontar o “revisionismo histórico” paraguaio como uma ruptura a uma historiografia canônica anterior, afirma que se pode considerar o movimento inaugurado por Juan O’Leary como “revisionismo”: “¿Es posible hablar de revisionismo histórico en Paraguay? Si, pero a condición de tener en cuenta que se está hablando de un discurso hegemónico”.⁶⁹ Concordamos que o “revisionismo histórico” se torna um discurso hegemônico e com a chegada de Stroessner ao poder ele se tornará ainda mais forte como ideologia de Estado, até mesmo com a reedição das obras de O’Leary (ALCALÁ, 2005, p. 102). Porém, isso não significa que o “revisionismo histórico” de O’Leary não foi “revisionista”. Poderiam existir versões na memória coletiva ou em outros espaços de intelectuais uma visão positiva de Solano López depois da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), porém, a versão estatal - como mostra Brezzo (2010, p. 371) - era crítica de López. Não só isso, Cecilio Báez - liberal e crítico de López - era um dos principais nomes da intelectualidade paraguaia que ocupava funções pedagógicas tanto como professor quanto em jornais no Paraguai. Vale ressaltar que ainda não existia pesquisa historiográfica no formato de artigos ou livros, como pensamos o trabalho profissional do historiador hoje.

Mesmo assim, as críticas de Báez eram influentes no debate público. Talvez não seja à toa que O’Leary utiliza vários pseudônimos - Pompeyo Gonzáles; Diego de la Escosura e Jestas N. Zambrana (BREZZO, 2011, p. 79) - para publicar seus artigos: ao mesmo tempo que buscou não colocar seu nome para contrariar o antigo professor - Cecilio Báez - ao utilizar vários “nomes” deu o tom de “liberdade” e “amplificou” a crítica - mais pensadores criticando o liberalismo paraguaio do final do século XIX e início do XX.

espacio público se divulgaban visiones del pasado en las que el Mariscal López aparecía como el único responsable de desatar la contienda contra la Triple Alianza y de las tremendas consecuencias que para la sociedad paraguaya tuvo la derrota. Pero estas expresiones estaban lejos de constituirse en un discurso histórico canónico”

⁶⁹ Brezzo (2010, p. 374 apud Lima, 2018, p. 41).

Resta a pensar se o “revisionismo histórico” de Juan O’Leary - e posterior de Natalicio González - foi “inovador” ou “abusivo”. Isso dependerá do referencial adotado: para Brezzo (2008; 2010; 2011) a produção de O’Leary foi positiva pois conseguiu trazer novos documentos para análise do governo de Solano López, além de adicionar uma nova perspectiva histórica para o povo paraguaio, criando um sentimento de “orgulho” da pátria. Já Alcalá (2005) tem uma visão negativa em relação ao “revisionismo histórico” de O’Leary e González, principalmente pela relação próxima entre o nacionalismo desses intelectuais com o fascismo do francês Charles Maurras (1868-1952).

Me parece que o “revisionismo histórico” de O’Leary foi inovador na maneira que questionou as proposições de Cecílio Báez, principalmente ao oferecer um novo foco interpretativo para a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e ao trazer novas fontes históricas para o debate. A nova interpretação seria principalmente focada em outros sujeitos históricos - como os militares paraguaios que lutaram na guerra - e na promoção de um sentido “nacional”, retirando a culpa da guerra do colo dos paraguaios. Assim, O’Leary transloca a “culpa” da guerra para países exteriores ao Paraguai, como o Império Brasileiro e a Argentina, algo que será também feito por José Júlio Chiavenatto e León Pomer, também sendo considerados “revisionistas”.

Nesse sentido, parece que o debate de Cecílio Báez e O’Leary ocorrido entre 1902 a 1903 foi inovador para a historiografia paraguaia. Podemos considerar a crítica de O’Leary a Báez como “revisionista positiva”. No entanto, os usos que serão feitos da historiografia de O’Leary pelo considerado “revisionismo histórico” durante a década de 1920 parecem ser mais problemáticos, principalmente com o intuito de reaver as terras de Solano López pelos seus familiares. Por fim, para usar o termo de Traverso (2012), é nefasto o uso da ditadura de Stroessner das críticas de O’Leary dentro do “revisionismo histórico” como propaganda nacionalista durante o regime (LIMA, 2018). Neste caso, é necessário um “revisionismo” das obras e do discurso histórico que advém de Juan O’Leary e de Natalicio González, além de uma abertura para novas interpretações no ensino de história do Paraguai sobre a Guerra da Tríplice Aliança.

Por fim, é importante ressaltar que novas pesquisas – sendo “revisões” – já estão em produção, tanto no Brasil quanto no Paraguai. A exemplo disso é as investigações desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) localizada em Foz do Iguaçu – cidade

fronteiriça com Ciudad del Leste (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina). É exemplo dessas pesquisas Souza (2017) onde avalia os sentidos atribuídos a história da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e seus resultados para estudantes e professores brasileiros e paraguaios. Benitez (2018) avalia como o documentário *Guerra do Paraguai – Nossa Grande Guerra* (RUAS, 2015) utiliza da multiperspectividade para criar um certo “relativismo” – mostrando que a “história” da guerra tem diversos “lados” – que acaba por desqualificar uma determinada visão histórica (marxista) em detrimento de outra (crítica do marxismo dos anos 1970). Assim, Benitez aponta que as percepções de professores paraguaios vão de encontro com a interpretação de nomes como Leon Pómer e José Júlio Chiavenatto do que das interpretações consideradas “neorevisionistas” como a de Francisco Doratiotto. Já a pesquisa de Goes (2018) a partir de análises em livros didáticos brasileiros mostra como a perspectiva “neorevisionista” é predominante nas narrativas elaboradas pelos materiais, formando a partir dessa narrativa a consciência histórica de jovens estudantes brasileiros.

A partir do próprio Paraguai algumas pesquisas já aqui utilizadas também apontam para uma “superação crítica”⁷⁰ dos debates de O’Leary e Natalício González e a apropriação desse “revisionismo” dentro da propaganda paraguaia a partir da ditadura de Stroessner. A exemplo é as próprias pesquisas de Brezzo (2008); Lima (2018) e Alcalá (2005) já aqui apresentadas. Outra importante contribuição parte da pesquisa de doutorado de Carolina Alegre Benítez (2020) que a partir de sua pesquisa de doutorado sobre as mulheres a partir da categoria de gênero e o nacionalismo paraguaio dentro dos livros didáticos utilizados no ensino básico do Paraguai. A pesquisa foca principalmente em como a história das mulheres está relacionada a apresentação da história da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e com o nacionalismo paraguaio evocado a partir do “revisionismo” produzido por O’Leary e Natalicio González e utilizado como propaganda pela ditadura de Stroessner.

Em resumo, a pesquisa de Benítez (2020) mostra como os livros didáticos sofreram uma “revisão”, principalmente a partir das propostas para reforma de textos escolares da Academia de História Paraguaia de 1996 e da Reforma

⁷⁰ Penso aqui com o termo “superação crítica” na relação entre apropriação das contribuições de uma determinada ideia e a rejeição dos elementos equivocados de determinadas interpretações historiográficas.

Educativa no Terceiro Ciclo da Educação Escolar Básica de 1998. Nesses novos livros didáticos, Benítez (2020, p. 277-279) mostra como o nacionalismo foi sendo ressignificado e que a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) não tem mais como foco o “despertar” do nacionalismo paraguaio, mas sim inserir a guerra em um amplo processo histórico globalizado no contexto da América do Sul e no mundo. Nesse caso, a pesquisa de Benítez (2020) mostra como a ampliação do mercado editorial paraguaio de livros didáticos modificou essa versão narrativa presente nos livros didáticos que também incorporou novas pesquisas sobre a história paraguaia.

2.3.1 O REVISIONISMO HISTÓRICO NA ARGENTINA

Outro caso de “revisionismo histórico” na historiografia da Bacia do Prata remete aos debates de historiadores argentinos ocorridos no início do XX. Diversos autores argentinos dentro dessas críticas “revisionistas” compartilham elementos em comum com o “revisionismo histórico paraguaio”: 1) crítica ao liberalismo estatal; 2) crítica a uma historiografia considerada “oficial”/canônica; 3) novas interpretações analisando outros sujeitos históricos em espaços geográficos diferentes, trazendo novas fontes históricas; 4) intenções políticas e práticas, como ocupação do espaço público e do ambiente universitário antes tomado pelos “historiadores oficiais”.

Duas ideias comuns a lembrança do “revisionismo histórico” na Argentina é que essa crítica historiográfica começa a partir da Crise de 1929 com a crise econômica chegando na Argentina - principalmente pelas perdas comerciais com tratados de venda de gado e os investimentos ingleses - e por assumir a noção de “decadentismo” da Argentina a partir da retirada do ex-governador da província de Buenos Aires Juan Manuel de Rosas (1793-1877) por potências externas. Ao depor Rosas do cargo - o então único político verdadeiramente “argentino” e “nacionalista” que colocou entraves para as potências estrangeiras na Argentina segundo os “revisionistas - começa a “decadência” da história argentina (DONGHI, 2006).

Porém, o “revisionismo histórico” argentino não começou na década de 1930. Como mostram Devoto e Pagano (2013) e Chiaramonte (2013), críticas historiográficas partindo na defesa de Juan Manuel de Rosas e apontando os limites do liberalismo de Sarmiento e Mitre na política argentina já eram publicadas no início do século XX. Chiaramonte (2013, p. 2218-2224) consegue sintetizar bem o que é o

“revisonismo” histórico argentino no trecho:

De modo que, para el propósito de esta exposición, nos bastará recordar algunos de los rasgos sobre los que suele haber coincidencia. En particular, que con la expresión revisionismo histórico se ha designado la obra de un conjunto de autores que, a partir aproximadamente de 1930, impugnan lo que consideran una peculiar interpretación del pasado argentino, arbitraria e intencionadamente deformada, que habría sido generalizada entre los intelectuales y perpetuada por la enseñanza estatal, por motivos que pueden ir desde un “liberalismo extranjerizante” hasta odios familiares heredados por los historiadores más destacados, como López y Mitre. A esa visión de la historia, los autores denominados revisionistas buscarían reemplazarla por otra más acorde con lo que consideran la “verdad histórica” y de esta manera reparar la injusticia que habría condenado al infierno historiográfico a personajes como Rosas o los caudillos provinciales

Portanto, existe uma predileção pelos pesquisadores ligados ao “revisonismo” argentino em “resgatar”/“reabilitar” a figura de Juan Manoel de Rosas em detrimento da história liberal argentina. Para isso, seria necessário ter em mente uma suposta “verdade histórica” e uma coerência entre a metodologia e as fontes históricas analisadas. A exemplo disso é a obra do professor de direito constitucional da Universidade de Buenos Aires Emilio Ravignani (1886-1954) e um dos representantes da Nova Escola Histórica na Argentina.⁷¹

O que queriam os “revisonistas”? Buscavam além de criticar a “história oficial liberal” argentina, revigorar o governo de Juan Manuel de Rosas. Esses historiadores buscaram ocupar cargos públicos em instituições de ensino e principalmente ocupar o espaço político argentino. Não é à toa que historiadores revisionistas como os irmãos Júlio Irazusta e Rodolfo Irazusta; Emilio Ravignani e Dardo Corvalán Mendilaharsu tiveram atuação política, mesmo que apoiando o governo de Hipólito Yrigoyen (1852-1933) pela União Cívica Radical.⁷² Quem seriam estes historiadores “revisonistas”? A pesquisa de Devoto e Pagano (2013) aponta um amplo aspecto de historiadores e intelectuais que já começaram a escrever críticas à

⁷¹ Segundo Chiaramonte (2013, p. 2561), Ravignani tinha perspectivas claras de sua proposta “revisonista”: “de manera que lo hizo Ravignani fue formular una propuesta de revisión de lo que consideraba deformaciones de la historia argentina: reemplazo del primado de las pasiones y los prejuicios por el riguroso uso e las series documentales; reconsideración del papel del federalismo de las provincias y de la obra de los caudillos e, incluso, reconsideración de la figura de Juan Manuel de Rosas, pero con juicios que no sólo justifican esta actitud en razones de probidad científica, sino que van más allá, hasta valorar positivamente, en el caso de Rosas, varios aspectos de su obra de gobierno”.

⁷² Na visão desses “revisonistas”, Yrigoyen era um “novo Rosas” já que compartilhava ideias antiliberais, anti estrangeiras e partilhava de um nacionalismo ferrenho.

visão liberal da história Argentina de Mitre e Sarmiento desde 1880, como exemplo o livro em tom elogioso da figura de Juan Manuel de Rosas de Ernesto Quesada (1858-1934) intitulado *La época de Rosas: su verdadero carácter histórico* (1898). Porém, o “revisionismo histórico” ganha muita força contra o liberalismo na Argentina principalmente após a Crise de 1929 e com a assinatura do Pacto Roca-Runciman em 1933.⁷³

Para Donghi (2006, p. 23), a primeira obra significativa da corrente “revisionista” na Argentina é o livro dos irmãos Irazusta intitulada *La Argentina y el imperialismo británico*, publicada em 1934 na qual criticam duramente a assinatura do Pacto Roca-Runciman. Donghi (2006) afirma que o texto dos irmãos Irazusta foca principalmente em apontar o imperialismo da Inglaterra na Argentina por uma ótica nacionalista - Argentina perde sua autonomia econômica - sem que esta possa ser considerada, por isso, uma interpretação à esquerda. Além disso, os irmãos Irazusta não consideram o governo de Rosas como o principal exemplo a ser seguido. Em suma, a obra *La Argentina y el imperialismo británico* (1934) é focada em denunciar a relação de dependência da Argentina em relação a Inglaterra. Por outro lado, Raúl Scalabrini Ortiz nos textos *Historia de los ferrocarriles argentinos* (1940) e *La política británica en el Río de La Plata* (1940) acaba por não atender a sua proposta inicial de avaliar como a Argentina foi transformada em uma sub colônia pela Inglaterra a partir das estradas de ferro. Nesse sentido, Donghi (2006, p. 28) afirma que Scalabrini analisa a intervenção da Inglaterra a partir de uma leitura de cunho moral, culpando sujeitos específicos pela corrupção que assolava a Argentina, deixando de lado a análise econômico-social.⁷⁴ Já José María Rosa em *Defensa y pérdida de nuestra independencia económica* (1943) também não consegue avançar nas explicações econômicas-sociais, recaindo em uma mera crítica ao imperialismo com aspirações ideológicas fascistas. Portanto, para Donghi (2006, p. 28) a análise de José María Rosa utiliza o pano de fundo da crítica econômica para tratar da crítica política ao

⁷³ O pacto assinado entre Argentina e Império da Inglaterra concedeu a possibilidade de exploração e lucro das estradas de ferro construídas na Argentina pela Inglaterra, além de assegurar a compra de carne pelos ingleses dos argentinos a um preço abaixo do custo de outras ex-colônias inglesas. No geral, o pacto acabou por, principalmente na visão dos “revisionistas”, conceder diversas benesses para a Inglaterra a custo da autonomia da economia argentina.

⁷⁴ Conferir Donghi (2006, p. 28) sobre Scalabrini Ortiz: “[...] esa historia deplorable se explica por la colusión de ingleses corruptores y políticos locales infinitamente corruptibles; aunque esa corrupción está lejos de ser puramente imaginaria, requiere a la vez ser explicada y puesta em contexto; ésa es la tarea que Scalabrini parece considerar supérflua”

liberalismo e defesa de um nacionalismo de cunho fascista.

Seguindo a crítica, Donghi (2006, p. 31-32) volta a analisar as obras de Julio Irazusta intitulada *Vida política de Juan Manuel de Rosas a través de su correspondencia* (1941) e de Ernesto Palacio intitulada *Historia de la Argentina* (1954), apesar de estarem ligadas ao movimento do “revisonismo histórico”, suas metodologias adotadas são arcaicas: Irazusta parte de uma perspectiva igual a de Thomas Carlyle focando nos “grandes heróis” da pátria argentina e Palacio parte da obra de Jacques Bainville que também emula a obra de Carlyle.

Essas produções revisionistas, segundo Donghi (2006, p. 30), ocorreram em um momento específico da Argentina: a chegada do peronismo ao poder político. Seguindo essa guinada política, os “revisionistas” também aderiram a política e apoiaram Juan Domingo Perón (1895-1974), principalmente pela nacionalização das estradas de ferro - agradando principalmente Scalabrini Ortiz. Porém, ao mesmo tempo, esses “revisionistas” sofreram um baque: os nomes utilizados para as estradas de ferro eram os dos inimigos dos “revisionistas”: Urquiza, Mitre, Sarmiento e Roca. Nesse sentido, Irazusta (1941) e Palacio (1954) acabariam por recair em um crescente “arcaísmo ideológico” que cada vez mais ia para uma nostalgia do governo de Juan Manuel de Rosas. Além disso, Irazusta publica em 1963 - uma reformulação do livro de 1934 - o livro *La influencia económica británica en el Río de la Plata* colocando Rosas como um dos membros do panteão dos heróis argentinos - da mesma maneira como os outros heróis da “história oficial”. Estava aí, para Irazusta e outros “revisionistas”, a entrada do “revisonismo histórico” na “história oficial” - que fica mais forte com a entrada de Julio Irazusta para a Academia Nacional de História. Nesse sentido, Donghi (2006, p. 34) afirma que os “[...] veteranos de la historia oficial y del primer revisionismo cambiaban ahora fatigadas cortesías, y no era claro si quedaba así consagrado el triunfo definitivo o la ruina final del revisionismo”.

Portanto, houve um encontro entre aqueles “historiadores oficiais” ligados principalmente a uma interpretação liberal da história da Argentina (crítica de Rosas e prevendo a unidade nacional da Argentina) e aqueles historiadores “revisionistas” (recuperadores da história de Rosas e nacionalistas críticos do liberalismo). Esse encontro, na visão de Donghi (2006), não deixava claro se o “revisonismo histórico” venceu ou caiu em ruínas. Ao mesmo tempo, com a ascensão do peronismo, membros e intelectuais de esquerda conseguiram acessar a política e tiveram a abertura para suas ideias, onde o conceito de imperialismo de Lênin voltou

a ter força com mais historiadores.

Apesar dos “revisionistas veteranos” também criticarem o imperialismo inglês, somente José María Rosa viu com entusiasmo essas críticas “revisionistas” - que também pesquisam o período de Rosas. A exemplo dessa visão mais a esquerda do imperialismo temos a publicação de José María Rosa intitulada *Rivadavia y el imperialismo financiero* (1964) e de Jorge Abelardo Ramos intitulada *Revolución y contrarrevolución en la Argentina. Las masas en nuestra historia* (1957). Essas análises, portanto, incorporaram o vocabulário marxista para a análise do período de governo de Rosas na Argentina.

Porém, esse “neorevisionismo” como intitula Donghi (2006, p. 35-36) não trouxe nenhum avanço para a historiografia “revisionista”, pois era “débil” em suas propostas. Nesse caso, o principal nome desse “novo revisionismo” mais alinhado com a esquerda foi José María Rosa. A solução para a dicotomia entre o “revisionismo conservador” e o “neorevisionismo” era que o “primeiro revisionismo” não entendeu bem Juan Manuel de Rosas - ele não seria a “coluna da ordem social” do período, mas sim um “precursor e camarada da democracia da década de 1840” (DONGHI, 2006, p. 38). No entanto, essa interpretação de José María Rosa não ganhou a adesão de todos os “revisionistas”. Assim, Donghi (2006) acaba por distinguir em dois tipos de “neorevisionismos”: um “neorevisionismo revolucionário” mais alinhado a esquerda e via Juan Manuel de Rosas como um herói, mas que utilizada o vocabulário marxista, enxergava as rebeliões e a classe trabalhadora Argentina em suas pesquisas históricas; e um segundo tipo de “neorevisionismo conservador” - aqueles antigos “revisionistas” que não aceitam as novas perspectivas e ainda mantém uma “nostalgia” por Juan Manuel de Rosas.

Assim, essa perspectiva “neorevisionista revolucionária” consegue - apesar de manter a análise positiva de Juan Manuel de Rosas - resgatar a classe trabalhadora nas pesquisas históricas. Porém, ambas as correntes “neorevisionistas” acabam por caírem no “decadentismo” da história argentina, ao analisar o passado não é possível perceber um modelo para o futuro somente “[...] una promesa siempre frustrada que sólo ha de cumplirse finalmente en ese futuro a través de una ruptura revolucionaria varias veces cercana a producirse en el curso de la historia argentina, pero nunca consumada” (DONGHI, 2006, p. 41). Esta dualidade entre os “novos revisionismos” acaba também sendo absorvida pelo “revisionismo histórico” primeiro, relevando um “esgotamento” das soluções políticas que pretendiam sintetizar motivos

revolucionários e conservadores que acabam por manter um equilíbrio ideológico favorável ao conservadorismo e que a revolução não consegue mais “salvar a ordem estabelecida” mas sim que a revolução seja uma alternativa a esta ordem atual (DONGHI, 2006, p. 41).

Esses elementos levantados por Donghi (2006) mostram como o movimento do “revisonismo” argentino tem uma grande capacidade de se moldar pelas mudanças de opinião pública. O “revisonismo” cada vez menos se parece como uma historiografia e se mostra como um conjunto de discursos baseados em “alegorias retrospectivas” das próprias posições políticas dos “revisonistas”. Assim, com o passar dos anos, segundo Donghi (2006, p. 42´-45), a literatura “revisonista” é mais pobre como pesquisa historiográfica que as anteriores e que mesmo o “neorevisonismo revolucionário” retornará a uma visão “decadentista”. Seria o movimento literário/historiográfico do “revisonismo histórico” na Argentina inovador? Na avaliação de Donghi (2006) não: ele não agrega nada historicamente; suas considerações metodológicas e teóricas são baseadas em ambições políticas voláteis, mudando conforme a opinião pública e interesses dos escritores - quando não se aproximam demasiadamente do fascismo francês.

Chiaromonte (2013) também não vê o “revisonismo” histórico argentino como “inovação” já que, em muitos casos, houve novidades metodológicas e de historiografia de “fachada”: inventaram-se “inovações” para que determinados historiadores ganhassem prestígio com suas obras.⁷⁵ Além disso, os historiadores ligados ao “revisonismo histórico argentino” apenas usavam o argumento da “verdade histórica” e da cientificidade como justificativa para emplacar um discurso que criticava o liberalismo e a democracia argentina após a década de 1930.⁷⁶

Essas proposições “antiliberais” dos “revisonistas” argentinos também está ligada a própria política fascista inspirada diretamente pelo fascismo francês de Charles Maurras (CHIARAMONTE, 2013, p. 2625; DONGHI, 2006, p. 15)

⁷⁵ Chiaromonte (2013, p.2625-2632): “es la pasión por la originalidad, que de útil función metodológica deriva frecuentemente – riesgo que nos acecha a todos – en una patología intelectual consistente en forzar la imagen de una realidad anterior, deformándola para hacerla más propicia a nuestra crítica y así legitimar mejor lo que hacemos”.

⁷⁶ Chiaromonte (2013, p.2619): “esta composición de lugar, que como hemos visto no corresponde a la realidad, es un recurso retórico para legitimar, con reclamos de cientificidad en la labor historiográfica, un objetivo ideológico: la impugnación del liberalismo y democratismo de la organización política del país, impugnación fortalecida por el fin de la prosperidad económica sobre bases liberales luego e la crisis de 1929”.

- assim como a inspiração de O'Leary e Natalicio González no Paraguai (ALCALÁ, 2005). Porém, mesmo com essas críticas, Chiaramonte (2013, p. 2653) aponta que existem contribuições do “revisionismo” da Nova Escola Histórica na Argentina, principalmente em relação a novas edições e compilações para o estudo da história social argentina.⁷⁷ Nesse sentido, o “regionalismo” levantado pelos “revisionistas” é um dos pontos de contribuição para a pesquisa histórica na Argentina. Ao contrário do que os críticos do “revisionismo histórico argentino” apontam, os “revisionistas” não focaram somente na figura de Juan Manuel de Rosas e sim buscaram nas diversas províncias argentina as suas histórias por meios de novas fontes históricas.⁷⁸

Portanto, a partir dessas análises, como devemos classificar o “revisionismo histórico” da Argentina e do Paraguai? Eles foram inovadores ou abusivos para a historiografia respectiva? Donghi (2006) parece acertar ao classificar o “revisionismo histórico” como “abuso” ao longo dos anos 1940-1980 - já que o “revisionismo histórico” argentino perdurou por mais anos. É provável que essa historiografia “revisionista” tenha progressivamente perdido sua capacidade de explicar o passado que almejava analisar. Suas ambições mudavam constantemente conforme a necessidade de “novas polêmicas” para manter tanto esses historiadores quanto essa historiografia presentes no debate público. Além disso, após o “revisionismo histórico” e seus historiadores terem acessado a política nacional argentina - algo explícito quando da criação do Instituto Nacional de Revisionismo Histórico Argentino e Iberoamericano Manuel Dorrego pela ex-presidenta Fernández de Kirchner pelo decreto 1880 em 2011 como política de governo ligada ao Estado - seu caráter de “crítica a história oficial/canônica” perde força.

Chiaramonte (2013) é mais ponderado em sua crítica e parece dar o tom da nossa perspectiva: o “revisionismo histórico” argentino contribuiu para as análises da história da Argentina principalmente pelas novas perguntas que fez às novas fontes, além de buscar privilegiar os aspectos regionais da Argentina. Porém, com o passar dos anos, esse tipo de crítica se esgota. Na realidade, o “revisionismo

⁷⁷ Chiaramonte (2013, p. 2653): “pero, asimismo, la monumental labor de edición de fuentes, cumplida por el Instituto de Investigaciones Históricas de la Facultad de Filosofía y Letras de Buenos Aires, bajo la dirección de Ravnani, y por otras instituciones, como la Junta de Historia y Numismática Argentina, son un acervo del mayor valor actual para la historia social del país, rasgo especialmente atinente a la colección de Documentos para la Historia Argentina, del mencionado Instituto”.

⁷⁸ A diversidade das narrativas sobre as províncias argentinas é complexa e grande o suficiente para ser necessário uma dedicação a parte. Nesse caso, recomenda-se a leitura do texto de Devoto e Pagano (2013) já citado neste texto.

histórico argentino” com o passar dos anos e de sua transformação cada vez mais em “história oficial/canônica” perde sua própria característica de ser “reviscionista” e cai em um nacionalismo polemista sem qualquer novidade na explicação e investigação histórica. Nesse sentido, essa crítica de historiadores como os Irazusta e Ravignani *foi* “reviscionista” em um determinado período (1930-1940) em relação a uma determinada “historiografia canônica” (interpretação liberal da história argentina). Com o passar dos anos, ela perde suas qualidades críticas de inovação.

No caso do “reviscionismo histórico” argentino historiadores como Donghi (2006) e Chiaramonte (2013) apontam os equívocos dessa historiografia, o mesmo ocorre com a polêmica “reviscionista” iniciada com Juan O’Leary no Paraguai e continuada por Natalício González a exemplo das obras de Brezzo (2011); Alcalá (2001) e de Benítez (2020). Porém, no texto de Brezzo (2011), a autora aponta elementos de “vitória” de O’Leary e pontos positivos de sua crítica à escrita da história de Cecílio Báez. Para Brezzo (2011), a crítica historiográfica de O’Leary deve ser levada em consideração pelo despertar do “orgulho nacional” paraguaio. Porém, é muito provável que essa visão “positiva” em relação a crítica de O’Leary também recaia no uso da ditadura de Stroessner dessas análises para justificar uma política nacionalista e propagandística de um regime nefasto (LIMA, 2018). Isso significa dizer que a análise de O’Leary é negativa? Novamente, o “reviscionismo histórico” de Juan O’Leary foi inovador e positivo, com novas fontes e interpretações ao debate sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Porém, com o decorrer dos anos, esse “reviscionismo” perdeu sua capacidade crítica, até se tornar uma corrente “oficial” do Estado. Portanto, a crítica de O’Leary *foi* “reviscionista”, não sendo mais.⁷⁹

Como considerar o “reviscionismo histórico” do Prata? Devemos descartá-lo enquanto simples instrumento nas disputas políticas locais?⁸⁰ Penso que não. No entanto, não devem ser mais chamados de “reviscionistas” - mesmo que seus autores possam se considerar como “reviscionistas”. É possível substituir seus qualificadores - uma das tarefas da história da historiografia - por termos como

⁷⁹ A visão de O’Leary ainda é vista como uma resposta a Cecílio Báez e principalmente como uma resposta as visões negativas feitas contra o presidente Solano López. Além disso, a análise de O’Leary não é a única presente no Paraguai, vide os exemplos citados ao longo do texto de interpretações contestadoras do “reviscionismo histórico” paraguaio.

⁸⁰ Agradeço ao professor Paulo Renato da Silva que lembrou do apoio de Juan Domingo Perón ao “reviscionismo” sobre a Guerra da Tríplice Aliança como forma de criticar as elites liberais argentinas – antiperonistas – e a aproximação do Brasil com o próprio Paraguai. Nesse caso, vale conferir como o peronismo também lidou com os diversos historiadores “reviscionistas” argentinos na obra de Donghi (2006).

historiografias/críticas “nacionalistas”; “rosistas”; “ultradireita”; “antiliberais”.⁸¹ Além disso, não se deve considerar essa historiografia como “potências críticas” de uma “história oficial”, mas sim levar em consideração a coexistência de diversas interpretações históricas ao mesmo tempo sem necessariamente uma estar “revisando” ou “substituindo” a outra (WARRINGTON-HUGHES, 2007).

Como visto, a historiografia passa por “revisões” devido a dois motivos principais: novas fontes históricas e novo “paradigma interpretativo”. Assim, o movimento de revisionismo é quase como intrínseco à prática da ciência histórica. A pesquisa e escrita histórica não consegue dar conta de todo o objeto de análise por diversos fatores, como tempo de pesquisa e limitações em relação a fontes históricas – no caso de não abertura intencional de arquivos. A pesquisa historiográfica também será revisionista em relação a um tipo de historiografia predominante no meio acadêmico – no “lugar social” como Certeau (2020) – e se for “vencedora” – passando pelo crivo dos pares e sendo ensinada na academia⁸² - se tornará a historiografia principal, com maior impacto e uso como fundamentação teórica por análises futuras. No entanto, a palavra “revisionismo” como aponta Traverso (2012) tem sentidos “camaleônicos”: na historiografia ela é caracterizada por inovação e qualidade, dentro do debate marxista ela é pensada como “ideologia” e significa “reformismo” e uma influência “pequeno-burguesa”. O que significa esse “revisionismo abusivo”?

2.4 REVISIONISMO “ABUSIVO” OU “APOLOGÉTICO”

Demian Bezerra de Melo (2014)⁸³ é um dos historiadores que aponta a existência de um “revisionismo abusivo” na historiografia recente sobre o golpe militar de 1964 e da ditadura que a seguiu. O autor concorda com Traverso (2012) sobre a existência da ideia de “revisionismo” utilizada dentro da historiografia com um

⁸¹ A utilização desses rótulos, na realidade, não agrega muito em termos epistemológicos para o debate historiográfico acabando por recair em ofensas e pechas negativas costumeiras dentro da crítica historiográfica. Aqui optamos por sugerir “possíveis rótulos”, mas nem esses são interessantes para serem utilizados.

⁸² Toma-se em consideração a historiografia produzida dentro do âmbito acadêmico. Reconhecemos que existem diversas formas de produzir análises históricas sobre o passado fora do espaço universitário e que podem seguir lógicas diferentes. Como é o caso de Prost (2020) e o receio da historiografia do “grande público” passar a ser dominante e promover a fundamentação teórica dentro da academia pois é garantida pela aprovação da “mídia” e de dos leitores não-historiadores.

⁸³ É possível afirmar que todos os historiadores que publicaram conjuntamente na obra organizada por Melo (2014) e Sena Júnior, Melo e Calil (2017) reconhecem a existência desse “revisionismo negativo” em maior ou menor grau. No mais, nos referimos a *Introdução* do livro organizado por Melo (2014).

caráter “renovador de novas abordagens”, “reconsiderações interpretativas” ou com “viradas ético-políticas”. No entanto, existe um “revisionismo” com tendências *apologéticas (e/ou reacionárias)*. Nesse caso, Loff (2014) aponta que a historiografia “revisionista” coerente com o ciclo de hegemonia neoliberal e neoconservador tem como o objetivo de liquidar a tradição revolucionária da ideia de revolução – aplicada principalmente a Revolução Francesa de 1789 e Revolução Russa de 1917⁸⁴.

Partindo principalmente das considerações de Domenico Losurdo (1941-2018) sobre a *teoria do totalitarismo*⁸⁵, Loff (2014) argumenta que as bases teóricas do “revisionismo” histórico crítico as revoluções podem ser rastreadas na tese de Alfred Cobban no livro *Dictatorship, its History and Theory* de 1939 onde aponta que todos os ditadores europeus da década de 1930 são “filhos” do *Manifesto do Partido Comunista* sendo que da Revolução se deriva uma perspectiva autoritária/ditatorial/totalitária. Seguiria ainda a crítica de Hannah Arendt nos anos de 1950 no livro *As Origens do Totalitarismo* em relação aos dois aspectos das origens da URSS: Arendt distinguiu a Revolução Bolchevique de Lênin – positiva como uma ditadura revolucionária – do stalinismo – uma ditadura totalitária. Mais tarde, no livro *Sobre a Revolução* no início dos anos de 1960 Hannah Arendt já evoluía, segundo Loff (2014) para a *anomalização* da Revolução que buscam uma ruptura da estrutura social pré-existente⁸⁶.

Essa perspectiva influenciou outras críticas aos processos revolucionários segundo Loff (idem). É o caso de Robert Palmer no livro *The Age of Democratic Revolution* publicado em 1959-1964 onde argumenta na desocidentalização da Revolução Russa – negativa – e das revoluções ocidentais – positivas, modernas que elevam o espírito humano também incluindo a Revolução Francesa. É também as teses de François Furet em 1970 sobre o “delírio ideológico” que levou o período de *Terror* (1793-1794) na Revolução Francesa e depois o Gulag. É também o caso de Richard Pipes no livro *The Russian Revolution* de 1990 onde afirma da “psicose revolucionária” de 1917. Loff (2014) também aponta que processo semelhante acontece desde os anos de 1980 com o 25 de Abril em Portugal, sendo acusado de ser uma mera “conspiração” de um grupo restrito militar que não levou em

⁸⁴ Este argumento de Manuel Loff (2014) é semelhante de Melo (2014) e partilham das considerações de Eric Hobsbawm (1996).

⁸⁵ *Il revisionismo storico: problemi e miti* (2002).

⁸⁶ Mais precisamente Arendt vai criticar as Revoluções Francesa de 1789 e Russa de 1917 privilegiando a Guerra de Independência dos EUA.

consideração a maioria.

Loff (idem, p. 60) faz questão de ressaltar que essa leitura historiográfica envolve elementos da dimensão social – e não somente acadêmica – da produção do conhecimento histórico. Destaca-se, nesse sentido, a formação de uma nova hegemonia neoliberal e neoconservadora a partir dos anos de 1970 a partir das vitórias dos partidos e representantes liberais e conservadores, e a regressão das esquerdas⁸⁷. Ainda Loff (idem) é enfático ao afirmar que essa produção intelectual de direita tenha ganhado mais espaço midiático do que acadêmico, não apresentando contribuições inovadoras, principalmente aquela a partir de 1950 com a *teoria do totalitarismo*. Portanto, essa visão hegemônica não partiu da criatividade intelectual de seus teóricos, mas sim das mudanças das forças sociais e econômicas que retiraram o apoio da base dos setores culturais progressistas.

Ao atrelar o totalitarismo às possibilidades revolucionárias às narrativas que se baseiam na teoria do totalitarismo – leia-se também segundo Loff (2014) os setores neoliberais – acabam por condenar todo processo e organização social a um fim ditatorial/totalitário. Porém, Loff e Soutelo (2017) apontam que nem toda utilização do conceito de totalitarismo nem sempre esteja inserido em “revisão” ou que os “revisões históricas” sempre se baseiam nas teses totalitaristas.

É importante considerar a depreciação intelectual que a argumentação “revisão” faz sobre o marxismo. Loff e Soutelo (2017) apontam que a estigmatização do marxismo como defensores da Revolução bolchevique – associando e identificando o marxismo com o comunismo soviético – e pela adoção de modelos interpretativos “rígidos” e “equivocados”. Assim, o “revisão” que parte de condenação do comunismo da URSS na década de 1950 começa a desqualificar toda a intelectualidade e política das esquerdas a partir dos anos 1980-1990.

Loff e Soutelo (2017, p. 147) também apontam que os estudiosos do “revisão histórico” vêm esse fenômeno tratando o liberalismo de forma “acrítica” e detém a intenção “ético-política” de legitimar o capitalismo liberal. Além do caráter elitista das correntes “revisão” essas narrativas acabam por analisar o passado de forma a-histórica sendo considerado por Loff e Soutelo (ibidem) como também um discurso memorial ético-político com o objetivo de uma leitura teleológica para a

⁸⁷ Devo ressaltar que Manuel Loff (ibidem) se restringe a o caso europeu e estadunidense.

modernidade contemporânea – a saber, o fim como o capitalismo liberal. O “revisonismo histórico” também se desenvolve no contexto na *obsessão memoria*⁸⁸ da sociedade do final do século XX onde carecem as perspectivas de futuro.

Para Melo (2014), o primeiro seria o “revisonismo” da Revolução Francesa realizado por François Furet (1927-1997) em 1989 nos 200 anos de comemorações da Revolução Francesa. Segundo Melo (2014) Furet seu livro *Pensando a Revolução Francesa* (1989)⁸⁹ atribui as interpretações de Albert Mathiez (1874-1932); Georges Lefebvre (1874-1959); Albert Soboul (1914-1982) e de Michel Vovelle (1933-2018) seriam uma leitura “linear” baseada no “marxismo-leninismo” que tomava 1789 como prenúncio de 1917. Além disso, François Furet defendeu que o período jacobino (1793-1794) durante a Revolução Francesa foi uma “derrapagem” – um “deslize” no processo francês de caminhada teleologicamente a democracia e liberalismo. Melo (2014) aponta que essa crítica revisionista de Furet desqualifica a própria ideia de “revolução” somando a sua posição de ex-esquerdista após a revelação dos crimes de Stalin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956⁹⁰.

Eric Hobsbawm (1917-2012) responde as considerações de François Furet organizadas na edição brasileira de *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa* (1996) em dois sentidos principais: 1) apesar da crítica de Furet sobre a leitura da Revolução Francesa de 1789 como uma “revolução burguesa” a própria tradição historiográfica liberal do século XIX leu a Revolução Francesa e a Revolução Inglesa como “revoluções burguesas”; 2) François Furet – assim como seus pares criticados – leu a Revolução Francesa de 1789 como um prelúdio da Revolução Russa de 1917, mas com a intenção de desqualificá-la. É partindo desse argumento que Melo (2014) evoca a crítica de Domenico Losurdo⁹¹ ao “revisonismo” de 1789 buscando a *liquidação da tradição revolucionária*.

Melo (2014) ainda argumenta que o “caminho do revisonismo” já teria sido iniciado pelo historiador Alfred Cobban (1901-1968) pois em 1964 publica *A*

⁸⁸ Henry Rousso; Eric Conan (1994) apud Loff; Soutelo (2017, p. 148).

⁸⁹ Melo (2014, p.21) também aponta que as ideias “revisonistas” de Furet apareceram em outras obras como o *Dicionário crítico da Revolução Francesa* junto com Mona Ozouf (1989 [1988]) e *La Revolution Française* [1965-1966] juntamente com Denis Richet.

⁹⁰ Demian de Melo (2014, p. 22) é enfático ao afirmar que François Furet migrou para o “liberalismo anticomunista”.

⁹¹ Il revisionismo storico: problemi e miti (2002) apud Melo (2014, p. 23).

Interpretação Social da Revolução Francesa criticando a ideia de “revolução burguesa” da Revolução Francesa e que este evento “atrapalhou” o desenvolvimento econômico da França. Já Tatiana Figueiredo (2017, p. 194-195) desenvolve as perspectivas cobbanianas sobre a Revolução Francesa já que para o historiador a revolução tinha se perdido com a entrada dos setores populares e nega a existência de um setor burguês na França no final do século XVIII devido à forte base rural francesa e de boa parte do capital manufatureiro estar nas mãos da nobreza.

Esta interpretação aliada com o período de docência na Universidade de Chicago⁹² em 1980 também é importante a ser considerada no “revisionismo” de François Furet. Na concepção de Melo (2014, p.24) esse movimento revisionista teria uma dívida com as concepções filosóficas de Hannah Arendt (1906-1975) principalmente nos livros *As Origens do Totalitarismo* publicado em 1951 e *Sobre a Revolução* publicado em 1960 com as mesmas considerações negativas sobre as revoluções russa de 1917 e francesa de 1789 como “celeiros” para futuras experiências totalitárias. Assim, esse “revisionismo” liberal buscou, segundo Melo (2014), substituir o tema da revolução pela concepção teleológica de democracia como único futuro desejável e possível⁹³.

Melo (2014) e Figueiredo (2017) também consideram influente no “revisionismo” da Revolução Francesa o pensamento de Raymond Aron (1905-1983) e ressaltam a influência das perspectivas filosóficas de Arendt no filósofo francês. Para Figueiredo (2017) Aron reitera os procedimentos arendtianos como a aproximação entre nazismo e stalinismo e a relação intrínseca entre um estado totalitário e uma “ideologia revolucionária” que busca romper com o passado.

O *Historikerstreit* – a querela dos historiadores – também é analisada por Melo (2014, p.31) como um “revisionismo” mais diretamente do nazismo. Este “debate” foi iniciado pela publicação de Ernst Nolte (1923-2016) em junho de 1986 no jornal *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (FAZ) com o título em português como *O passado que não quer passar*. O argumento de Nolte é baseado na comparação entre os crimes do Holocausto e o nazismo/fascismo com o “bolchevismo”. Melo (2014) ressalta que o historiador alemão apontou o “nexo causal” entre o “extermínio de

⁹² A menção por Melo (2014, p. 21) da Universidade de Chicago é relacionada a perspectiva liberal nos estudos econômicos sendo nomes memoráveis dessa perspectiva como Milton Friedman (1912-2006) e dos intitulados “Chicago Boys” que atuaram durante a ditadura militar chilena de Augusto Pinochet (1915-2006) na década de 1970.

⁹³ Considerações também compartilhadas por Figueiredo (2017).

classe” dos bolcheviques e o “extermínio de raça” nazista.

O contexto político da República Federal Alemã, como mostra Melo (2014, p. 32-33), foi marcado por uma aproximação a partir de 1985 entre o presidente norte-americano Ronald Reagan (1911-2004) com o país. Teria Reagan visitado o cemitério de guerra de Bitburg onde estavam – como ironiza Demian de Melo (2014) – “heróis” nazistas alemães. Esse episódio ficou conhecido como “Bitburg fiasco” e estaria dentro de uma intenção dos dois governos – pela República Federal Alemã presidido pelo neoliberal Helmut Kohl (1930-2017) desde 1982 – de esquecer as antigas hostilidades. Nesse contexto, em 1986, o artigo de Ernst Nolte como uma leitura “revisionista” acaba por “normalizar” o Holocausto judeu.

Como resposta ao artigo de Ernst Nolte o filósofo Jürgen Habermas (1929-) publica em 1989 no jornal *Die Zeit* com o título *Tendências apologéticas* criticando a historiografia de Ernst Nolte, Michael Stürmer (1938-) e Andreas Hillgruber (1925-1989). As críticas de Habermas apontavam que o a postura desses historiadores “apologéticos” buscava normalizar o nazismo e o colocar como um “mal menor” em relação ao “mal absoluto” do comunismo. Além de Habermas, Melo (2014, p. 34) ressalta que outros historiadores vão participar da querela. Nota-se que Ernst Nolte vai se utilizar o a pecha de “revisionista” contrária daquela atribuída por Habermas. Para Nolte, segundo Melo (2014) e Traverso (2012) sua historiografia seria “revisionista” em um sentido inovador – aquele já sublinhado em outros movimentos historiográficos⁹⁴ – até porque a “revisão” do conteúdo histórico é o “ganha pão do historiador” no sentido de evocar a renovação da escrita histórica. Assim, na visão de Melo (ibidem), o “revisionismo” da Revolução Francesa por François Furet e o “revisionismo” de Nolte no *Historikerstreit* detém semelhanças ao estimular a comparação entre nazismo/comunismo⁹⁵ e deixam de lado as notórias semelhanças entre os regimes de Hitler e Mussolini. O resultado disso é o eclipse do conceito de fascismo na historiografia alemã sobre o nazismo e a sua substituição pela ideia de totalitarismo⁹⁶.

⁹⁴ Desenvolvemos esse histórico no capítulo 1.1 dessa dissertação.

⁹⁵ Melo (2014, p. 28-30) aponta que existe uma relação dentro do “revisionismo” de Furet com a sua crítica a Revolução Francesa analisada pelos historiadores marxistas e posteriormente do anticomunismo e da liquidação da tradição revolucionária no livro *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia de comunismo* (1995) onde ressalta a “ideia corruptora” do comunismo a abre espaço para o “pouco crível” Livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão (1999 [1997]) organizado por Stéphane Courtois que apresenta o comunismo como pior que o nazismo.

⁹⁶ Melo (2014) parte das considerações de Traverso (2012).

Já no “revisonismo” italiano do fascismo seu principal nome remete ao historiador Renzo De Felice⁹⁷ onde a partir dos anos de 1960 atribui o fenômeno do fascismo como uma “revolução social”. É esse processo de *anatemização* do conceito de *revolução* de maneira negativa que segundo Melo (idem, p. 35) pode ser considerado como “revisonismo”. Para Figueiredo (2017, p. 200) essa crítica ao conceito de revolução também tem influência do pensamento de Hannah Arendt e Raymond Aron o qual pensam a revolução como mudança na “superestrutura” e não nas bases estruturais como os pensadores marxistas.

Além de Renzo De Felice outro grupo de pensadores, segundo Figueiredo (2017), também caracteriza o fascismo como um regime revolucionário da terceira via. Assim, o fascismo para Seymour Martin Lipset; Nathaniel Stone Preston e G. D. H. Cole conceberiam o fascismo como um regime político não comunista nem capitalista, sendo articulado em torno da nação e raça. Nas análises sobre a metodologia de análise dessas pesquisas Figueiredo (idem, p.203) afirma que esse grupo toma as fontes históricas como tendo “vida própria” reproduzindo os discursos dos próprios fascistas⁹⁸ e se eximindo do “exame” e da “reflexão” sobre o material documental. Crítica semelhante, aponta Melo (2014), ocorre a Renzo De Felice devido a sua sobrevalorização das fontes históricas fascistas. Além disso, De Felice interpreta o fascismo como enraizado na esquerda onde o historiador parte das considerações de Jean-Jacques Rosseau (1712-1778) e da Revolução Francesa já que preconizavam – assim como o fascismo – uma “ruptura” e a criação de um “homem novo”⁹⁹.

Outro elemento do “revisonismo” de De Felice é a interpretação do “consenso” do fascismo que realiza na coletânea de obras sobre Mussolini¹⁰⁰, mais precisamente do apoio das massas ao regime fascista. Melo (idem, p. 37) muito bem

⁹⁷ Melo (2014, p. 34) faz referência ao abando das fileiras comunistas de Felice em 1956 e sua mudança para o campo do liberalismo.

⁹⁸ Isso acontece, segundo Figueiredo (ibidem), principalmente sobre a ideia do “anticapitalismo” como realidade do fascismo em prol de uma “harmonia” que era preconizada pelo regime fascista.

⁹⁹ Melo (2014, p. 35) aponta que Robert O. Paxton (2007) aponta que esse conceito de “revolução” a partir de 1789 tem outro conceito daquele utilizado por De Felice. Melo (2014) na realidade argumenta que o melhor conceito para o uso no caso do fascismo poderia ser o de “revolução passiva” de Antonio Gramsci.

¹⁰⁰ A saber as obras em 4 tomos intitulados: *Mussolini*. Turim: Einaudi, t.1, *Il rivoluzionario* (1883-1920), 1965; t.2, *Il fascista*, v.1 (1921-1925); e v.2 (1925-1929), 1967; t.3, *Il Duce*, v.1, *Gli anni del consenso* (1929-1936), 1974 ; v.2, *Lo stato totalitario* (1936-1940), 1981; t.4, *L’Alleato* (1940-1945), I, *L’Italia in guerra* (1940-1943), v.1, *Dalla guerra “breve” ala guerra lunga*; v.2, *Crisi e agonia del regime*, 1990, II, *La guerra civile* (1943-1945), 1997.

lembra que a análise do “consenso” durante o fascismo já foi apontada por marxistas durante os anos de 1920 como Clara Zetkin (1857-933); Antonio Gramsci (1891-1937); Palmiro Togliatti (1893-1964) e Leon Trotsky apontando a profundidade do fascismo nas bases sociais italianas. No entanto, De Felice apontava que esses autores marxistas reduziram o “consenso” do fascismo dentro a uma simples “ditadura do grande capital”. Na obra *La guerra Civili* (1943-1945) publicada postumamente De Felice parte em defesa da República de Saló e do patriotismo de Mussolini contra a “minoría de resistentes” e “antinacionais” durante o contexto da guerra civil italiana de 1943-1945.

Já outros pesquisadores, como aponta Figueiredo (2017), também se destacariam na interpretação do “consenso” dentro dos estudos do fascismo¹⁰¹ a partir da expansão das análises nas décadas de 1980-1990 se direcionando ao campo da cultura. Assim, pesquisadores como Emilio Gentile¹⁰², George Mosse¹⁰³ e Zeev Sternhell estariam nesse campo de estudos que aponta os limites da historiografia “tradicional” sobre o fascismo que foca nas transformações políticas e econômicas. É necessário tratar dos fenômenos culturais, representativos, de práticas simbólicas, dos mitos e do imaginário coletivo sobre o fascismo.

Figueiredo (idem, p. 208) afirma que, no geral, esses historiadores enfatizam a natureza moderna e revolucionária do fascismo “reaquecendo” a ideia do ineditismo presentes nas teses do totalitarismo e na tese do fascismo como terceira via. Além disso, existe também a caracterização da revolução do fascismo como uma revolução conservadora ligado principalmente a desilusão com a modernidade típica da Europa no final do século XIX. A combinação entre a ideia de revolução conservadora, nacionalismo agressivo e uso da máquina cultural garantiu, segundo esses historiadores “revisionistas”, um apoio popular e o consenso transformando o fascismo em um fenômeno de massa. Nas considerações de Figueiredo (idem) essa historiografia “revisionista” traria como consequência a consideração do fenômeno do fascismo como “religião política”; sentido do conceito de revolução seria despido de

¹⁰¹ Aqui também se encaixa o fenômeno do nazismo.

¹⁰² GENTILE, Emile. *The struggle for modernity: nationalism, futurism and fascism*. London: Praeger, 2003; *Political religion: a concept and its critics – a critical survey. Totalitarian Movements and Political Religions*. Vol. 6. N. 1, June 2005; *Politics as religion*. Princeton: Princeton Univ. press, 2006.

¹⁰³ The Genesis of fascism. *Journal of Contemporary History*. Vol 1, n.1, 1966; *La nacionalización de las masas: simbolismo político y movimientos de masas em Alemania desde las guerras napoleónicas al Tercer Reich*. Mexico: Siglo XXI, 2009.

transformações estruturais.

Além disso, Gentile faz de seus argumentos os discursos dos atores sociais da época sem sua “mediação” como historiador. Por fim, segundo a análise de Figueiredo (idem, p. 214) existe a tese na obra de Mosse e Gentile do “binômio líder-massa” onde retira as capacidades de agência dos sujeitos históricos, sendo eles meros “objetos” de massa do líder fascista. Por fim, na abordagem culturalista não existe espaço para o conflito e o dissenso dos sujeitos históricos.

A obra de Renzo De Felice começou na década de 1960 e conseguiu emplacar grande influência na mídia e gerando debates sobre suas posições principalmente em relação aos grupos e círculos políticos antifascistas (principalmente comunistas). Assim, De Felice recebeu a pecha de “revisionista” – para Melo (2014, p. 36) o rótulo foi em modo de censura – a qual rejeitou. A obra historiográfica “revisionista” de De Felice em 1970 acaba por ser mais questionada, principalmente sobre a ideia de “consenso” do fascismo italiano. No entanto, Melo (idem, p. 38) aponta que a partir de 1980 as ideias de Felice não eram mais questionadas – se tornando consenso nos debates sobre o fascismo.

Figueiredo (2017) trata do “revisionismo” da década de 1980 sobre o “consenso” e o apoio civil aos regimes “fascistas” em torno de dois historiadores: o já mencionado Renzo De Felice¹⁰⁴ sobre o fascismo italiano e do pesquisador Robert Gallately¹⁰⁵ sobre o nazismo. A discussão sobre o “consenso” em relação aos regimes fascista/nazista tinha se expandido e adentrado nos debates públicos com o julgamento de Adolf Eichmann em 1961. Figueiredo (idem, p. 215) afirma que, apesar de difícil discutir, é necessário avaliar o apoio que regimes fascistas tiveram de empresários e das camadas médias e populares pois se sentiram contemplados com o fascismo.

Para Felice¹⁰⁶ o “consenso” foi formado pela participação da Igreja Católica; da expansão do sistema educacional controlado pelo Estado; amplo uso dos meios de comunicação como propaganda; espetacularização da política a partir de festividades e o impacto da guerra como mobilizador dos espíritos patrióticos. Felice também argumenta que esse “consenso” durante a década de 1930 nem sempre foi

¹⁰⁴ A referência analisada por Figueiredo (2017) sobre o “revisionismo” de Renzo De Felice é sua biografia de Mussolini já mencionada.

¹⁰⁵ *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

¹⁰⁶ Segundo considerações de Figueiredo (idem, p. 216-217).

uniforme, aumentando e diminuindo conforme período de estabilidade e rechaço ao regime. Assim, a manutenção do “consenso” era algo a ser trabalhado e reorganizado pelo regime fascista, não sendo orgânico. Apesar disso, Figueiredo (idem, p. 217) afirma que Felice não “[...] interpreta o processo de convencimento a partir das chaves de dominação ou construção de um projeto classista de avanço do capital monopolista na Itália”.

A análise de Gellately segundo Figueiredo (idem, p. 218) consistia em verificar como o nazismo conseguiu se manter por tantos anos até que ponto os alemães sabiam dos crimes cometidos pelo regime nazista. A partir de uma densa análise das fontes históricas dos documentos do Partido Nazista; Polícia Secreta (SS); Polícia Criminal (Kripo); testemunhos e jornais. Sua pesquisa aponta que os alemães estavam contentes e orgulhosos por Hitler estar “se livrando” de pessoas que não se encaixavam na sociedade alemã da década de 1930. Porém, Figueiredo (idem, p. 218-222) as considerações de Gellately sobre a repressão nazista ser “seletiva” – somente com os “indesejados” da sociedade como homossexuais, judeus, ciganos, comunistas – não correspondem a perseguição que o cidadão “desejável” – ariano – também sofreu.

Além disso, Gellately assume em sua pesquisa a sociedade de forma difusa, amorfa, sem demarcar diferenciações, extratos sociais ou classes. Com isso, a sociedade acaba sendo um conjunto de “eus” atomizados, como na perspectiva liberal de Furet e Felice, resultando em considerações demasiado generalizantes. Figueiredo (ibidem) também crítica a consideração das pesquisas de opinião pública feita pelos nazistas em 1944 e 1945 de forma acrítica por Gellately pois o pesquisador não leva em consideração que essas pesquisas partiram do Estado nazista marcado pela violência, censura e perseguição a seus cidadãos. É, nesse caso, ser mais crítico em relação ao contexto de origem e produção dessas fontes históricas.

As considerações de Figueiredo (2017) sobre esse “revisionismo” histórico do “consenso” fascista de Renzo De Felice e Robert Gellately busca obscurecer a realidade social da Itália e da Alemanha durante a década de 1930-1940 se baseando em uma suposta “harmonia” social que, na realidade, foi obtida na base do “porrete”¹⁰⁷ O impacto político desse “revisionismo” defeliceano ocorre em 1990 na

¹⁰⁷ Figueiredo (idem, p. 224) faz referência a fala de Gramsci na Câmara dos Deputados na Itália em 1925.

Itália com o declínio das organizações políticas e sociais ligadas a Resistência – principalmente o Partido Comunista; Partido Socialista e Democracia Cristã – promovendo um questionamento sobre a própria resistência partisan¹⁰⁸ desqualificando a resistência ao fascismo.

Há também, segundo Marcio Monteiro (2017), análises sobre a Revolução Russa de 1917 que se encaixam no “revisonismo” contemporâneo – Monteiro (idem, p. 226) aponta que esse “revisonismo” pode ser chamado de “revisonismo neoliberal” pois é direto do “espírito de época” do neoliberalismo das décadas de 1970-1990. O principal paradigma que nortearia a discussão historiográfica sobre a Revolução Russa são as “teses da continuidade” onde historiadores associariam o projeto comunista como intrinsecamente autoritário e ditatorial, traçando uma relação direta entre a Revolução de 1917 ao stalinismo. Baseado nisso a historiografia produzida durante as décadas de 1940-50 pela “soviologia” anglo-saxã – denominada por Segrillo (2010); Melo (2014) e Monteiro (2017) como “cold warrior” – se basearia na categoria de *totalitarismo*¹⁰⁹. É somente na década de 1960 que historiadores autointitulados “revisonistas” apontaram problemáticas nas análises da “escola totalitarista” e iniciaram um movimento historiográfico baseado em novas fontes históricas, na pesquisa em arquivos e pela “história processual”, promovendo uma descontinuidade entre a Revolução de 1917 e o stalinismo¹¹⁰.

A partir da década de 1990 houve o retorno da historiografia “cold warrior” como a publicação dos livros *The Russian Revolution* (1990) e *A concise history of the Russian Revolution* (1995) de Richard Pipes e *A People’s Tragedy: The Russian Revolution: 1891-1924* (1996) de Orlando Figges indicou um processo de “revisonismo” histórico e de uma repaginação a partir do “revisonismo” e “anticomunismo” de François Furet¹¹¹. Monteiro (2013) argumenta que o caso da historiografia de Richard Pipes passou por dois momentos: foi alvo de um “revisonismo progressista” durante a década de 1960 e foi considerado, na década

¹⁰⁸ Melo (idem, p. 38) cita por exemplo o questionamento da comunidade toscana Civitella Vai di Chiana e a responsabilização da resistência ao fascismo pelo massacre nazista cometido contra a população do sexo masculino.

¹⁰⁹ Os principais pesquisadores sobre o tema seriam Richard Pipes e Robert Conquest.

¹¹⁰ Já apresentamos a perspectiva “revisonista” durante a década de 1960 sobre a historiografia da Revolução Russa baseado em Segrillo (2010) no capítulo 1.1 desta dissertação.

¹¹¹ Melo (2014, p. 28-29).

de 1990, como um pesquisador “revisionista regressista”. Em outro momento, Monteiro (2017, p. 234) afirma que Pipes e Conquest argumentaram que o fim da URSS apenas confirmaria suas teses soviétológicas. Semelhante também ao apontamento de Segrillo (2010) que para esses historiadores a abertura de novas fontes históricas acabaram sendo usadas como argumento de reafirmação das teses “cold warriors”.

Porém, para Monteiro (2017), o “revisionismo contemporâneo neoliberal” não se restringe as obras de Richard Pipes nem Robert Conquest. Também na década de 1990 uma série de historiadores “culturalistas” acabaram por dar seguimento as perspectivas da “escola totalitarista” apontando continuidades entre stalinismo e o czarismo.

Esse “revisionismo neoliberal” é, segundo Monteiro (2017), baseado no triunfo do capitalismo em cima de projetos antisistêmicos – em especial o comunismo – partindo de uma condenação das tentativas de transformá-lo. Assim, empreende “revisões” de leituras sobre o passado sem apresentar inovações metodológicas ou de novas fontes históricas. Porém, a base teórica à qual os “revisionistas neoliberais” se apegam são as concepções culturalistas, em especial, a de cultura política como conceito – alinhado a “escola da Nova História”. Cardoso (1997) e Mattos (2014) servem como base para a os apontamentos e as críticas de Monteiro (2017) para esse *culturalismo* na historiografia “revisionista”. Assim, Cardoso (1997) argumenta que as perspectivas historiográficas utilizadas na Nova História são marcadas por um desdém em relação à teoria e às sínteses globais, focando nas “fragmentações” como o “cotidiano” e o “privado” invés do “coletivo”. Nas análises culturalistas haveria uma substituição do “reducionismo econômico” pelo “reducionismo” cultural/linguístico, mudando a inevitabilidade do socialismo para a sua impossibilidade¹¹². Na esteira da crítica ao “revisionismo” Mattos (2014) aponta que a historiografia baseada no culturalismo se baseia principalmente no conceito de *cultura política* – o qual para Monteiro (2017, p. 238) é utilizado de maneira imprecisa e mal discutido pelos trabalhos historiográficos. Ao utilizar esse conceito, Mattos (2014) afirma que o objetivo dessa historiografia é demarcar uma dimensão unificadora da sociedade, evitando os conflitos sociais e políticos e negando a existência de interesses de classes sociais.

¹¹² Para essas considerações Monteiro parte das análises de Costa (1994) e Sena Júnior (2004).

Como objeto de análise, Monteiro (2017, p. 242) toma a coletânea *O século dos comunismos*¹¹³ como objeto de análise já que alguns capítulos são escritos pelos historiadores do movimento “reviscionista”¹¹⁴. Um deles é Sergio Ingerflom que coordena o capítulo sobre União Soviética e Revolução Russa e que segundo Monteiro (idem) acabou sendo, majoritariamente¹¹⁵, uma narrativa “furetiana” da história da Revolução Russa. Ingerflom acaba por “renovar” a *tese da continuidade* ao afirmar que não houve uma ruptura definitiva do passado pela Revolução Russa de 1917, em relação ao czarismo. Na realidade, houve uma continuidade de uma “cultura política russa” de extrema violência – como “terror”. A hegemonia dos bolcheviques, para Ingerflom, aconteceu no plano das “mentalidades” sendo que o discurso bolchevique foi familiar as “massas” já que fazia referência a um lugar onde a população não tinha autonomia para decidir os rumos da sociedade¹¹⁶. A narrativa de Ingerflom sobre o “terror” da política bolchevique como um projeto intrínseco da política bolchevique e da cultura política russa é para Monteiro (2017, p. 246) um dos importantes elementos “reviscionistas” dessa historiografia que acaba substituindo o paradigma *totalitarianista* pelo *culturalista*.

Peter Holquist¹¹⁷ é também um “furetiano” que critica a ideia de ruptura da Revolução de 1917 com o czarismo seguindo na *tese da continuidade* pela análise “culturalista”. Monteiro (2017, p. 248) também aponta que a leitura culturalista de Holquist “mostra” suas intenções¹¹⁸ ao enaltecer o Governo Provisório pois valorizou a liberdade e o convencimento pelo debate franco de ideias sendo esse o verdadeiro processo revolucionário. O trabalho de Gábor Rittersporn, longe de analisar o processo da Revolução de 1917 como uma unidade a-histórica como os “reviscionistas” anteriores, consegue na visão de Monteiro (idem, p. 249) entender a burocratização do Partido Comunista Soviético e do Estado como um processo

¹¹³ Dreyfus, M. et. *O Século dos Comunismos. Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa* [2000]. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. Monteiro (2017) utiliza a versão ampliada de 2004.

¹¹⁴ Monteiro (2017, p. 242-243) ressalta que nem todos os historiadores que compõem a coletânea são “reviscionistas” e que um dos objetivos dos livros é oferecer uma visão ampliada do fenômeno do comunismo no século XX, rejeitando a interpretação totalitarianista e se apropriando da História Social, assim mostrando visões diferentes de François Furet e Stéphane Courtois – historiadores “mal vistos” na área por toda a discussão em torno do “revisionismo”.

¹¹⁵ No capítulo ainda existem textos de autores da História Social e de marxistas.

¹¹⁶ Monteiro (2017, p. 245).

¹¹⁷ HOLQUIST, Peter. “A questão da violência”. In: DREYFUS, M. et al. Op. Cit.

¹¹⁸ Monteiro (ibidem) argumenta no sentido de estar servindo a uma leitura historiográfica neoliberal

histórico. Porém, evitando as análises culturalistas, Rittersporn ainda segue na versão totalitarista da tese da continuidade reduzindo o bolchevismo a um messianismo pseudocientífico sem diferenciá-lo do stalinismo. Outro integrante do grupo “revisonista” é Bruno Groppo¹¹⁹ que reduz o bolchevismo ao autoritarismo da cultura política russa, numa tradição de despotismo, sem diferenciar por exemplo o bolchevismo de stalinismo. Para Monteiro (idem, p. 251) Groppo também retoma a narrativa “cold warrior” afirmando que a Revolução Russa foi um golpe de Estado realizado pela maioria armada, sem levar em consideração as disputas políticas do processo histórico. Por fim, se assemelha na visão de François Furet sobre a Revolução de 1917 como um “mito” criado pelos vencedores da revolução originando uma “religião política”.

O “revisonismo” da história da ditadura de Francisco Franco; II República e Guerra civil espanhola também é abordada por Melo (idem, p.41). A “revisão” desses temas historiográficos aconteceu no *Diccionario Biográfico Español* ligado a Real Academia de la Historia de España. Melo (ibidem) traça as relações entre os verbetes sobre os temas sensíveis da história espanhola, como por exemplo para o historiador medievalista Luis Suarez, presidente da Fundación Francisco Franco, “[...] o caudilho aparece como um político “moderado” e “prudente” que encabeçou um “regime autoritário”, não uma “ditadura”, muito menos uma “ditadura fascista””.¹²⁰ Já no mesmo dicionário, Juan Negrín López (1892-1956) e Francisco Largo Caballero (1869-1946)¹²¹ são apresentados como “ditadores”. Melo (idem) também aponta que o levante de Franco é tratado no dicionário como uma expressão do povo revoltado contra a República, sendo um discurso semelhante aquele (re)produzido pela memória oficial do regime¹²².

Outras facetas do “revisonismo” sobre as temáticas do franquismo também tiveram seus locutores como Pio Moa e César Vidal. No livro *Los mitos de la*

¹¹⁹ Monteiro (2017, p. 250) ressalta que Groppo não é um especialista sobre a Revolução Russa nem realizou pesquisas na área.

¹²⁰ Melo (idem, p. 41) critica essa análise pois não parte de uma investigação conceitual, mas simplesmente apologética.

¹²¹ Dirigentes do Partido Socialista Obrero Español (PSOE) que chefiaram a II República entre 1936-1939.

¹²² É de notar que existiu uma resposta de historiadores contrários a essa narrativa “revisonista” organizado no livro *En el combate por la historia* – editado por Ángel Viñas publicado pela editora Pasado & Presente (2012) – onde Melo (idem, p. 43) aponta o combate do “uso ideológico da História feito pelo revisionismo neofranquista”.

Guerra Civil (2003) Pio Moa assume¹²³ que

1) a guerra civil se inicia com a esquerda, em 1934; 2) existia uma conspiração esquerdista para constituir um regime pró-soviético, enquanto a direita era moderada e legalista; 3) as verdadeiras matanças foram cometidas “pelas mãos dos comunistas” em Paracuellos (1936), enquanto o bombardeiro nazista a Guernica não passaria de um mito”

Essas considerações seriam “pura manipulação” sendo parte do “discurso oficial do regime ditatorial”¹²⁴. Já no livro *Años de Hierro, España em la posguerra, 1931-1945* Moa defendeu que a Frente Popular em 1936 não prezava pela democracia e que o período posterior a guerra civil – notadamente a ditadura franquista – foi uma época onde o povo estava contente e os assassinatos políticos foram “modestos” sendo muito melhor o país com o comando de Franco. Na realidade, como afirma Melo (2014, p. 43), Moa não esconde sua prática política defendendo que os elementos institucionais inaugurados pelo franquismo contribuem para a estabilidade da democracia e que as representações de esquerda no período – metade dos anos 2000 – como a Frente Popular somente desestabilizavam o regime democrático¹²⁵. César Vidal já aponta que o dirigente comunista Santiago Carrilo seria o responsável pela maior quantidade de “nacionalistas” mortos por republicanos durante a guerra civil¹²⁶.

Nas considerações de Melo (2014) o “revisionismo” histórico sobre Salazarismo (1933-1974) e da própria Revolução dos Cravos (1974-1975) em Portugal tem buscado, nos últimos anos, a “reabilitação” do ditador Salazar (1889-1970) e descredibilizar o processo revolucionário a partir de 25 de Abril de 1974 a maneira dos furetianos: a Revolução Portuguesa teria sido um “delírio coletivo”. Essas considerações “revisionistas” teriam emergido a partir da ascensão de governos de direita após 1979 em Portugal.

Segundo Melo (2014) o historiador Rui Ramos¹²⁷ no capítulo sobre o

¹²³ Na visão de Melo (2014, p. 43).

¹²⁴ Melo (ibidem).

¹²⁵ Melo (idem, p. 44) ressalta que as obras de Pio Moa tiveram uma grande vendagem no mercado editorial. Porém, tanto as análises de Pio Moa e Cesar Vidal não foram aceitas pelos historiadores universitários, somente por aqueles da Real Academia de la Historia de España.

¹²⁶ Melo (ibidem) aponta como principal referência o livro *Paracuellos-Katyn: um ensayo sobre el genocídio de la izquierda* (2005).

¹²⁷ Considerado também como o “Furet português” devido a sua exposição midiática e influência acadêmica.

século XX no livro *História de Portugal*¹²⁸ teria cometido a operação revisionista: Salazar é apresentado como um líder moderado e seu regime teria sido uma “espécie” de monarquia constitucional onde Salazar, como um rei, era um presidente eleito pelo sufrágio direto e individual. De forma semelhante a Ernst Nolte, Rui Ramos acaba por afirmar que toda a história é revisionista. Como principal resposta a Ramos o historiador Manuel Loff no jornal *Público* em 2012 argumentou que esse revisionismo era motivado para “amenizar” a história do Estado Novo português colocando a I República quase como um “regime terrorista” e que a guerra colonial na África não foi custosa nem mortífera.

Esse debate sobre o “revisionismo” português se estende nos meios jornalísticos. A argumentação de Manuel Loff foi taxada como mera “difamação” e seguiria por respostas mais duras, como a da historiadora Maria Filomena Mónica que apontou Loff como mero “militante” e “fanático” e que como “marxista-leninista” a prática de deturpação de um texto é algo “legítimo”. Outros historiadores como Fernando Rosas, Dalila Cabrita Mateus e Luis Reis Torgal também apontaram falhas na historiografia de Rui Ramos e mostraram suas fortes ligações da defesa do salazarismo¹²⁹.

A partir dessa breve apresentação sobre o “revisionismo historiográfico contemporâneo” podemos sintetizar alguns elementos de seus críticos: esses autores autoafirmam a existência de um “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” e partem das considerações marxistas – principalmente de Antônio Gramsci – para suas análises. Primeiro, os autores reconhecem que o termo “revisionismo” se referiu, principalmente na historiografia, ao caráter inovador e qualitativo das pesquisas historiográficas¹³⁰, porém se desenvolveu um movimento historiográfico a partir dos anos 1980 que buscou uma narrativa “apologética” do nazismo/fascismo (MELO, 2014; FIGUEIREDO, 2017) e do franquismo (MELO, 2014).

Além disso o “revisionismo” também se debruçou sobre as Revoluções partindo da crítica de François Furet da Revolução Francesa de 1789 até o descrédito da Revolução Russa de 1917 (MELO, 2014; MONTEIRO, 2017) e

¹²⁸ Publicado em 2010.

¹²⁹ Melo (idem, p. 47) coloca que na data de rememoração dos 40 anos da morte de Salazar Rui Ramos publicou no jornal *Expresso* que “o problema está em que, se quisermos ser exactos, teremos de admitir que foi precisamente com Salazar que Portugal começou a ser menos pobre, menos analfabeto e mais europeu”.

¹³⁰ Isso é mais detalhado por Melo (2014) e Monteiro (2017).

chegando até a “suspensão” da Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal (LOFF, 2014; LOFF, SOUTELO, 2017). Portanto, esses autores consideram o “revisionismo” – também Hobsbawm (1996) – como um fenômeno que ocorre com objetivos, de característica liberal, de deslegitimar as Revoluções surgindo nas novas hordas do fim da URSS e de uma ascensão da direita na Europa e Estados Unidos na década de 1980.

As características dessa “onda” “revisionista” é a fundamentação teórica nas teses totalitaristas de Hannah Arendt principalmente no caráter intrínseco autoritário das Revoluções de 1789, 1917 e 1974 e do antifascismo – sendo talvez o maior exemplo o caso *partisan* italiano. Se é a partir de 1950 que essas ideias “penetram” nos circuitos liberais é em 1970-1980 que tomam maior forma no descrédito da intelectualidade marxista e dos projetos revolucionários. Já em 1990 e com a queda da URSS o “revisionismo” decreta o fim das experiências que podem transformar o capitalismo e superá-lo. É nesse sentido que surge o “revisionismo” de François Furet sobre a Revolução Francesa; o de Ernst Nolte sobre o nazismo e das análises culturalistas sobre a Revolução de 1917 (MELO, 2014; MONTEIRO, 2017).

Esse “revisionismo” – negativo, abusivo apologético, neoliberal – tem como característica suas publicações e seus promotores. Nesse sentido, é possível observar que historiadores de grande destaque midiático promovem suas primeiras considerações “revisionistas”. A exemplo são os próprios François Furet, Ernst Nolte e Enzo De Felice. Além disso, é importante ressaltar que o movimento “revisionista” não é cometido por um ou dois historiadores. Os pesquisadores que “começam” essa revisão coordenam, orientam e influenciam outros intelectuais a continuar e avançar essas pesquisas “revisionistas”. Por outro aspecto, é interessante analisar os locais e o período que as teses “revisionistas” aparecem: Ernst Nolte apresenta suas considerações em um jornal e François Furet escolhe o ano de 200 anos da Revolução Francesa. Na realidade, o debate sobre os “usos públicos da História” como cunhou Jürgen Habermas para a o “revisionismo” sobre o nazismo foi praticado nos jornais.

Os fundamentos teóricos dos historiadores “revisionistas” não são uniformes. Se por um lado François Furet se baseia na crítica aos “mitos de origem” do marxismo como a Revolução Francesa de 1789 outros historiadores utilizam o viés “culturalista”, principalmente pelo conceito de “cultura política” como apontado por Monteiro (2017) sobre a Revolução Russa. Nos aspectos metodológicos, essa historiografia “revisionista” acaba por “reaquecer” antigos debates, como os

historiadores “cold Warriors” na década de 1990, os historiadores culturalistas que apesar de não se basearem na *tese do totalitarismo* ainda persistem na tese da continuidade entre o czarismo e o stalinismo (MONTEIRO, 2017). Novas fontes também não surgem nas análises sobre o nazismo e o fascismo da historiografia “reviscionista” apontada por Figueiredo (2017). Na realidade, esses historiadores acabar por sobrevalorizar as fontes nazi/fascistas transformando a narrativa historiográfica em um discurso dos próprios sujeitos históricos.

A partir das considerações dos historiadores marxistas entorno dos livros *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo* (2014) e *Contribuição à crítica da historiografia revisionista* (2017) apresentados brevemente podemos perceber que o “revisionismo apologético/neoliberal” não recorre a inovações metodológicas de fontes históricas ou de novos “paradigmas interpretativos”, características presentes no “revisionismo inovador” da historiografia apontado por Traverso (2012). Esse “revisionismo abusivo” é um movimento político de cunho neoliberal/conservador que a partir da década de 1980 buscou – e em certa medida ganhou diversos adeptos e importância acadêmicas e na cultura histórica – deslegitimar as análises, a política e a prática marxista e de esquerda restaurando visões anticomunistas e pró-liberais onde a expectativa de uma transformação do modelo político-econômico capitalista não é mais possível nem desejável. Para isso, esse “revisionismo apologético/neoliberal” buscou desqualificar as experiências revolucionárias erguidas como marco e exemplo pela esquerda como a Revolução Francesa de 1789¹³¹ e a Revolução Russa de 1917.

2.5 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE O REVISIONISMO

Gorman (2007, p. 30-31) busca por meio de uma análise filosófica relacionada à historiografia diferenciar as ideias de “revisão” [*revision*] e “substituição” [*replacement*]. Substituição de uma abordagem histórica se refere a uma completa mudança, já a revisão raramente envolve uma completa mudança. A relação entre “revisão” e “substituição” passa pela ideia - geralmente compartilhada pelos historiadores - que a historiografia sempre está progredindo. Porém, como lembra

¹³¹ Aqui cabe a nota de Eric Hobsbawm (1996) ao responder François Furet afirmando que também para os liberais a Revolução Francesa acaba sendo um marco importante de “nascimento” do liberalismo.

Gorman (idem, p. 31), o progresso da historiografia sempre está atrelado a uma fundação de trabalhos historiográficos existentes. Nesse sentido, o que diferencia a “revisão”¹³² de “substituição” é a ideia de “descontinuidade”. Substituir uma determinada historiografia significaria cortar todos os laços com as evidências e problemas levantados por uma historiografia anterior. Para Gorman (idem, p. 32) “revisões” como mudanças necessitam de alguma continuidade, “substituições” para surgirem os antigos argumentos devem sair.

Warrington-Hughes (2007, p. 63) retoma a questão do progresso na historiografia ao fazer ressalvas para a noção de “revisão” como uma linear e sucessiva série de arranjos de posições historiográficas indo de “tradicionalistas”; “revisão” e depois “re-revisão” apontada por nomes com Ronald Hutton, Arthur Marwick, Ernst Nolte e Deborah Lipstadt. Warrington-Hughes (2007) afirma que essas caracterizações são limitadas pois entram em choque com uma multiplicidade de posições do debate historiográfico que ocupam simultaneamente o “espaço” dentro das redes de argumentações historiográficas.

Em relação ao “revisão”, Warrington-Hughes (ibidem) o divide em dois grupos imagéticos: o primeiro são demarcações que mostram “estar dentro” [*inside*] e “estar fora” [*outside*]; segundo são imagens que abordam a ideia de “destruição; apagamento e dispersão” [*destruction; erasure; dispersion*]. Portanto, para entender como historiadores se portam como “outsiders” ao reivindicar certo “revisão” pois estão fora dos limites do “interior de determinada disciplina e como o “espaço” é, ora “destruído” ou “delimitado/fechado” pelo “revisão”, Warrington-Hughes (idem) mobiliza uma crítica a tomada do paradigma kuhniano pela ideia de “constelações de pressuposições absolutas”; do conceito de heterotopia de Michel Foucault e do conceito de “não-lugar” de Marc Augé.

A partir da ideia de Thomas Kuhn que dentro da história do pensamento científico é possível caracterizar fases alternantes entre “ciência normal” e “ciência extraordinária”. Ainda os cientistas percorrem o “paradigma” de determinado período da história do pensamento científico, onde as “regras do jogo” são tomadas pelos cientistas para a produção de conhecimento. Assim, Warrington-Hughes (idem, p.68) afirma que para Kuhn as “revisões” dentro de um campo de pesquisa nem sempre são percebidas racionalmente, nem são explícitas. Já as fases de “ciência

¹³² Também o “revisão” em um sentido de inovação.

extraordinária”, para Kuhn, são raras.

A questão do consenso a partir da filosofia de Kuhn é levantada por Warrington-Hughes (idem). Para Kuhn, a alternância entre “ciência normal” e “ciência extraordinária” é baseada no consenso, onde em uma fase anterior - “ciência imatura - várias “escolas” de pensamento constroem seus métodos de análises e experimentos para chegar a um consenso sobre as “regras do jogo” do pensamento científico do período. Dentro da historiografia, de acordo com Warrington-Hughes (idem, p. 69), a “revisão” toma a dissolução dos consensos e o retorno de uma “historiografia normal” para uma “historiografia” imatura” onde não existe consenso.

Collingwood, na visão de Warrington-Hughes (idem, p. 69-70), parece concordar com Kuhn relacionando as “pressuposições absolutas” com as “regras do jogo” do pensamento científico. Porém, a diferença de Collingwood é que o autor afirma, segundo a interpretação de Warrington-Hughes, que as mudanças no campo dos pensamentos podem mudar a qualquer momento baseado nas múltiplas e conflitantes “constelações de pressuposições”. Baseado nisso, Warrington-Hughes (idem, p. 70) afirma que a “revisão” na história pode ser mais complexa do que a visão linear e sequencial de modelos que Hutton, Marwick, Nolte e Lipstadt propõem.

Porém, para Warrington-Hughes (ibidem), tanto Collingwood e Kuhn não conseguem explicar as imagens de “espaço” evocadas quando historiadores buscam tratar sobre “revisão”. Ao situar essa historiografia “inovadora” em relação às anteriores, os historiadores invocam as ideias de espaço como “insider” e “outsider” e “destruir” ou “delimitar” as “teias” metodológicas das disciplinas em questão. É para isso que a autora mobiliza o conceito de heterotopia a partir de Foucault, onde o conceito trata de espaços físicos ou discursivos que entram em desacordo com outros espaços. Assim, com o conceito de heterotopia, Foucault vai analisar as relações de poder dentro dos discursos, advogando que o século XIX foi a “época do espaço” onde as ideias de continuidade, evolução e desenvolvimento foram obsessões. Warrington-Hughes (idem, p.72) então afirma que é a partir do conceito de heterotopia que podemos evitar uma compreensão linear da historiografia e “mapear” como os discursos são transformados pelas relações de poder.

É assim possível, segundo Warrington-Hughes, analisar as imagens que historiadores ao produzirem uma historiografia “revisão” criam a partir da “destruição” de antigos paradigmas ou da necessidade de historiadores “delimitarem” o campo disciplinar de investigação. Apesar do conceito de heterotopia ser, para

Warrington-Hughes (idem, p. 73-74), importante para a explicação desses fenômenos, ele pode ser suplantado pelo conceito de “não-lugar” de Marc Augé.

Augé no livro *Non-Places: Introduction to an Anthropology of Supermodernity* (1995) analisa as mudanças nos lugares e espaços na “supermodernidade” da sociedade ocidental. O conceito de “supermodernidade” é composto por três “excessos”: 1) excesso de eventos simultâneos que aceleram a história composto pelo aumento da velocidade da comunicação e informação; 2) excesso de espaço pelo “encolhimento do planeta” causado pelas rápidas viagens de comunicação e de lugares; 3) excesso do “individualismo” onde nos tornamos mais testemunhas do que atores na vida. A “supermodernidade” toma forma como os “não-lugares” que são pontos de transição temporários, espaços de comunicação e consumo onde as solidões coexistem sem criar nenhum laço social ou emoção¹³³.

Assim, para Warrington-Hughes (2007, p. 75), as imagens espaciais que ocorrem nos escritos sobre “revisões” na história têm o efeito de gerar “não-lugares” discursivos, onde ocorrem excessos de história, identidade e lugares. Ocorre assim o uso repetido de imagens de dispersão e destruição sugerindo uma “limpeza” de caminho de explicações e análises historiográficas. Warrington-Hughes (ibidem) dá o exemplo da historiografia sobre a Revolução Francesa onde o debate sobre o “revisionismo” ocorreu mostrando uma parcela de historiadores contrários ao “paradigma marxista”: os considerados “revisionistas” buscavam “limpar o lugar” da interpretação marxista sobre o fenômeno. Além do uso das imagens espaciais de “destruição”, historiadores buscam orientar seus leitores e prepará-los para uma análise “outsider” ou “insider” de um determinado fenômeno, excluindo assim as historiografias rivais.

Nesse caso, é possível observar como historiadores que buscam “revisar” um determinado paradigma se situam “fora” da disciplina, do “mainstream” acadêmico ou nacionalidade. Estar “fora” da academia e da produção historiográfica “marxista” aparece no “revisionismo” de François Furet ou dos conhecidos “negacionistas” do Holocausto que se consideram parte de uma “escola revisionista”. Warrington-Hughes (2007, p. 75) considera que apesar das intenções e imagens evocadas de “destruição” das historiografias que propõem uma “revisão” de um paradigma existente, quase não se vê as propostas de “construção” de novas

¹³³ Hughes-Warrington (2007, p. 74) parte de Augé (1996, p. 178; 1995; p. 78).

estruturas, mesmo que ocorram novas interpretações. Não existia uma proposta de “construção” de novos paradigmas ou “escolas” historiográficas, mas sim algo transitório que não se sustenta.

CAPÍTULO 3: “REVISIONISMO” E “NEGACIONISMO”

O fenômeno do *negacionismo* ganhou notoriedade após a 2ª Guerra Mundial em relação à narrativa sobre o Holocausto. Moraes (2013) aponta que o negacionismo se refere a “[...] prática instrumental de negar que os nazistas tenham praticado o assassinato sistemático e planejado de grupos que considerava indignos de viver” (p. 1). O mesmo autor ainda considera que, apesar do uso ser expandido para o negacionismo sobre as ditaduras militares do cone-sul da década de 1960-1970 e para o genocídio indígena americano, o negacionismo como um projeto político conservador dentro da política de direita disputa somente a memória e as narrativas históricas sobre o genocídio judeu durante o regime nazista.

Moraes (2011) afirma que os próprios negacionistas buscaram diversas maneiras de formatar e qualificar suas escritas sobre o passado. Assim, os negacionistas se proclamam historiadores – ou praticantes do ofício mesmo sem a formação acadêmica – e por muitas vezes revisionistas. Com isso, esses perpetuadores do *negacionismo* tentam ganhar legitimidade com a bagagem de formação teórica-metodológica e os compromissos éticos que um historiador deve ter consigo em seu ofício ou com a ideia de uma historiografia “revisionista” erguendo a perspectiva “inovadora” e “qualitativa” com novas fontes e paradigma interpretativos como Traverso (2012) aponta em seu trabalho. Moraes (2011) ressalva que o movimento político do negacionismo não é uniforme, mas esses interlocutores buscam sempre divulgar suas imagens como legítimos pesquisadores e analistas da história.

Qual seria a importância de se negar¹³⁴ o Holocausto? Moraes (2012) diz a necessidade da negação dos crimes nazistas para superar o “peso social e político” da memória social do próprio Holocausto. Portanto, desvincular o nazismo da extrema-direita é fundamental para avançar no campo político. É por isso que o negacionismo toma como fundamental não se identificar com a extrema-direita e que seus interlocutores não sejam considerados meros “militantes” já que a aproximação política da narrativa historiográfica não serviria para uma narrativa científica – nesse sentido “neutra”.

¹³⁴ Moraes (2011) ressalta que não é somente negar a existência do Holocausto, mas também encobrir e negar a participação dos nazistas nesses processos de extermínio.

Moraes (2011; 2013) aponta que os negacionistas detêm uma metodologia própria para a criação de suas narrativas históricas: usam afirmações falsas, menções a documentos inexistentes, citações adulteradas de fontes verdadeiras e o uso do argumento de autoridade – construído sobre uma aura de trabalho historiográfico científico. Como exemplo de análise, Moraes (2011) recorre ao texto de Gernar Rudolf como uma “ilusão de historiografia”. Intitulado *A controvérsia sobre o extermínio de judeus: uma introdução* foi publicado originalmente em 1994 em uma coletânea de textos organizados por Gernar Rudolf – utilizando o pseudônimo¹³⁵ de Ernst Gauss – com o título *Fundamentos da História Contemporânea: um manual sobre questões controversas do século XX* publicado pela editora Grabert de Tübingen sendo o volume 22 das publicações do Instituto para a História Alemã do Pós-Guerra¹³⁶. Foi traduzido e lançado em inglês pela editora “Theses and Dissertations Press” de Chicago¹³⁷, editora esta que segundo Moraes (2011, p. 11) publica exclusivamente textos negacionistas e apesar do nome não divulga “dissertações” nem “teses” acadêmicas. O nome da editora não condiz com seus textos publicados, mas busca passar o discurso legitimador acadêmico e científico.

Neste texto, Rudolf retira duas afirmações de Arno Mayer e de Jacques Baynac sobre a raridade e insegurança das fontes históricas sobre o Holocausto, havendo lacunas e contradições para a análise historiográfica-científica. Porém, na análise de Moraes (2011), Rudolf retira a “cadeia de sentidos” construídas por Mayer e Baynac – não negacionistas e defensores da ideia do Holocausto e do extermínio sistemático dos judeus – e a organiza de forma para municiar os argumentos dos negacionistas¹³⁸ com uma análise historiográfica acadêmica e

¹³⁵ Para Moraes (2012) utilizar um pseudônimo não é mera coincidência. Na década de 1970 Richard Verall publica na Inglaterra a brochura *Did six million really die?* sob o pseudônimo de Richard Harwood – Verall é editor do cenário fascista inglês e membro do *National Front*, partido de ultradireita e fascista – fazendo alusão a métrica de assassinados durante o Holocausto. Paul Rassiner, a partir de 1950 publicou seu texto negacionista *Mensonge D’Ulysse* sob uma editora neo-nazista com o pseudônimo de Jean-Pierre Bermon, além de contribuir com periódicos de extrema-direita. Ter um pseudônimo é se desvincular do texto produzido por um “militante” partidário da extrema-direita e se aproximar de um texto historiográfico “acadêmico”, sem “paixões” políticas.

¹³⁶ Moraes (2011, p. 11) afirma que esse instituto não é de pesquisas ou de investigação histórica, mas sim uma organização que publica materiais da extrema-direita.

¹³⁷ RUDOLF, Gernar. “The Controversy about the Extermination of the Jews: An Introduction”. In Gernar Rudolf (ed.) *Dissecting the Holocaust. The Growing Critique of ‘Truth’ and ‘Memory’*. Chicago: Theses & Dissertations Press, August 2003

¹³⁸ Referidos por Rudolf sempre como “revisionistas” como inovador, positivo, qualificado e contra o “establishment historiográfico”

legítima. Assim, para Moraes (2011, p. 13):

[...] se trata da seleção de trechos de um parágrafo, cai no vazio a possibilidade de se tratar de um erro inocente: a alteração intencional de sentido por meio da subtração de trechos do documento original é aqui estratégia consciente de, por meio de uma forma reconhecida como própria de escritos historiográficos, sugerir ao leitor que foi usado o procedimento legítimo da demonstração por meio da apresentação de resultados de estudo historiográfico anterior.

Outro caso de manipulação de informações e citações de documentos é o do negacionista David Irving sobre o uso das câmaras de gás pelos nazistas como prática de extermínio sistemático de judeus¹³⁹. Segundo Moraes (2011), Irving argumenta que o número de mortos em Auschwitz foi exagerado, sendo que o correto seria cerca de 46.000 mortos, sendo 25.000 de judeus executados e o resto mortos por causas naturais, como fome e doenças. Isso devido ao bombardeamento pelos Aliados das linhas férreas de abastecimento a Auschwitz. Irving fundamenta sua argumentação no historiador britânico Sir Harry Hinsley.

Durante o julgamento do caso entre Lipstadt e Irving, o historiador britânico Richard Evans (2001)¹⁴⁰ identificou a inconsistência nas citações de David Irving sobre Sir Harry Hinsley. O que Hinsley observou das comunicações de rádio entre os nazistas era a inexistência de menções sobre o gaseamento – o que deixou de ocorrer por rádio e passou a ser mencionada por escrito como política dos nazistas – e as decodificações foram somente até o dia 1º de setembro de 1942 – não até o final de 1943 como Irving mencionou. Ao “esticar” a data das decodificações, faseadamente, Irving não menciona que foi somente após Março de 1943 que começa em larga escala o gaseamento de judeus com a finalização do Crematório II.

As publicações de Robert Faurisson reacenderam o negacionismo – já “morto” na França em 1967 com a morte de Paul Rassinier – onde o professor-acadêmico de literatura francesa Robert Faurisson (1929-2018) publica, após inúmeras tentativas, uma carta no dia 29 dezembro de 1978 no jornal de grande circulação *Le Monde* afirmando a inexistência das câmaras de gás e como a leitura do livro de Rassinier *Mensonge D’Ulysse* o ajudou a “duvidar” dos massacres das câmaras de gás. Para Moraes (2012) Faurisson teve ainda o “benefício” de ser

¹³⁹ A acusação de negacionismo feita por Deborah Lipstadt contra David Irving e os desdobramentos sobre a acusação para “provar” a existência de como Irving seria negacionista ganharam uma expansão em termos de visibilidade com o filme “A Negação” lançado em 2016.

¹⁴⁰ *Apud* Moraes (2013, p. 21)

identificado primeiro como um “acadêmico” antes de um “militante” da extrema-direita e com o aumento dos debates públicos sobre o negacionismo Faurisson conseguiu por meio do direito a resposta divulgar largamente para a sociedade suas teses negacionistas.

O “caso” Faurisson foi melhor abordado por Vidal-Naquet (1988) onde o historiador analisa e aponta os problemas metodológicos e interpretativos das análises consideradas “revisionistas” de Faurisson. A importância dos textos publicados por Vidal-Naquet¹⁴¹ e suas aparições públicas podem ter contribuído para a popularização do termo “revisionismo” e posteriormente o agrupamento ou intercalação com o termo “negacionismo”. Apesar de Vidal-Naquet (idem) utilizar o conceito de “revisionismo” sua conotação implica muito mais na ideia de “negacionismo” popularizada por Rousso (1987). Cada vez mais essa separação conceitual é realizada, vide o próprio “movimento crítico ao “revisionismo” contemporâneo”, mas por vezes insiste em aparecer unidos¹⁴². A aproximação do conceito de “negacionismo” com a ideia de Vidal-Naquet (1988, p. 117) de “revisionismo” como a:

[...] doutrina segundo a qual o genocídio praticado na Alemanha nazista contra os Judeus e Ciganos não existiu e pertence ao domínio do mito, da fabulação, da fraude. Falo aqui do “revisionismo” no sentido absoluto do termo, mas existem também revisionismos relativos sobre os quais falarei um pouco

Ainda, Vidal-Naquet (idem) defende a existência do “revisionismo” inovador como qualidade de novas pesquisas. Neste caso, o “revisionismo” ora seria inovador ora abusivo, sempre contrário a uma ortodoxia dominante. Também faz um histórico do “revisionismo” semelhante ao próprio histórico de Traverso (2012)¹⁴³ destacando o *Bersteindebatte* e o “revisionismo” do sionismo tradicional e da historiografia soviética já mencionados nesta dissertação.

As análises de Vidal-Naquet também aparecem em textos brasileiros, principalmente nas considerações de Melo (2014) e Bauer (2018), com a ideia do “não

¹⁴¹ Textos publicados na França entre 1980 a 1987 reunidos e editados pela editora Papyrus e publicado no Brasil em 1988.

¹⁴² Marcos Napolitano (2021) em texto recente para professores de história aponta que Vidal-Naquet (1988) analisou o “negacionismo” do Holocausto. Apesar de levar em conta o meio e objetivos do texto, talvez fosse necessário uma simples adequação conceitual para evitar confusões em uma possível consulta ao texto original pelo leitor.

¹⁴³ Muito provável que seja de Vidal-Naquet (1988) que Traverso (2012) tenha retirado suas considerações sobre a história do conceito de “revisionismo”.

debate” com os “revisonistas”. Assim, é necessário discutir, analisar e criticar sobre os autores “revisonistas” mas não participar de encontros acadêmicos ou em espaços de grande mídia nem uma discussão direta¹⁴⁴. Para Vidal-Naquet (1988, p. 21) participar de um debate direto com “revisonistas” como Faurisson é reconhecer a existência de uma “escola revisonista” e de uma “escola exterminacionista” em relação ao Holocausto, algo ilógico dentro da historiografia acadêmica sobre o período.

Ao analisar as obras de Faurisson, Vidal-Naquet (idem, p. 41-44) aponta os princípios do método “revisonista”: 1) todo testemunho direto de um Judeu é uma mentira ou imaginação; 2) todo documento ou testemunho após a liberação é falso; 3) todo documento em primeira mão dos métodos nazistas é falso e manipulado; 4) todo documento nazista que traz testemunho direto escrito em código é lido literalmente; se for escrito de modo literal é sub interpretado ou ignorado; 5) os testemunhos coletados dos nazistas após a guerra são considerados feitos sob tortura e coação; 6) mobilização de pseudotécnica para afirmar a não existência das câmaras de gás; 7) “prova não-ontológica” das câmaras de gás; 8) as comparações do extermínio dos judeus com outras práticas eugenistas como o assassinato de ciganos e doentes são sempre faltas, evitando assim mostrar como existia uma prática sistemática de extermínio pelos nazistas.

A crítica de Vidal-Naquet (idem) é direcionada não somente à extrema-direita “revisonista” do Holocausto, mas também a membros da esquerda. A exemplo é a livraria e editora La Vielle Taupe que fez uma redução materialista e depois uma negação do genocídio de Hitler. Vidal-Naquet (idem, p. 22) afirma que

Em 1970, a livraria reproduz uma brochura intitulada *Auschwitz ou o Grande Alibi* que foi publicado anonimamente em 1960 no *Programa comunista* fundado por Amadeo Bordiga. Nessa brochura os autores comparam os Judeus a classe burguesa, explicando o genocídio pela economia social que se impunha ao antisemitismo da época imperial

Outro membro da esquerda famoso internacionalmente criticado por

¹⁴⁴ A principal citação de Vidal-Naquet sobre esse argumento é: “Estabeleci uma regra para mim: podemos e devemos discutir sobre os “revisonistas”; podemos analisar seus textos como fazemos a anatomia de uma mentira: podemos e devemos analisar seu lugar específico na configuração das ideologias, questionar-nos sobre o porquê e como apareceram, mas não discutir com os “revisonistas”. Pouco me importa os “revisonistas” serem da variedade neonazista ou de extrema-esquerda, pertencerem, no plano psicológico, à variedade pérfida, perversa, paranóica, ou simplesmente à variedade imbecil, não tenho o que lhes responder e não responderei. Esse é o preço da coerência intelectual” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 11).

Vidal-Naquet (idem) foi Noam Chomsky devido a sua defesa da “liberdade de expressão” de Faurisson. A fim de contextualização, Faurisson foi expulso da Universidade de Lyon, a qual lecionava literatura e também proibido de acessar arquivos judaicos. Chomsky partiria em sua defesa, estando com um prefácio publicado no livro de Faurisson onde defende suas teses negando o Holocausto. Vale destacar que Vidal-Naquet (idem, p.109) foi contrário à demissão de Faurisson.

Faurisson será exemplo da marca da “escola revisionista” que no final da década de 1970 abarcará diversos “estudos” negacionistas. Moares (2012) destaca por exemplo o *Institut for Historical Review-IHR* da Califórnia (EUA) fundado em 1978 onde a partir de 1981 organizou eventos internacionais e publica a *Journal for Historical Review* e a *IHR-Newsletter* para divulgar e revestir as narrativas negacionistas com um verniz “revisionista”, como pesquisas inovadoras contrárias a historiografia que reconhece o Holocausto e o extermínio sistematizado. Há de lembrar que os negacionistas se autoproclamaram como “revisionistas” tomando a “revisão” histórica como parte da disciplina histórica que deve sempre “revisar” suas fontes, seus argumentos e considerações.

Ainda o “revisionismo” é reivindicado pelos *negacionistas* com a criação da revista intitulada *Annales d’histoire révisionniste* em 1987 – depois passando para o nome *Revue d’histoire révisionniste*. Apesar dos negacionistas do Holocausto erguerem para si a pecha de “revisionista” suas considerações não se encaixam no processo de “revisão” inovador da história. François Bédarida (1993)¹⁴⁵ afirma que na realidade os negacionistas “usurparam” o sentido da palavra que agora passará a se referir como algo enganoso e falso.

Sobre a relação entre “revisionismo” e “negacionismo” é possível ainda encontrar convergências e divergências. Melo (2014) e Traverso (2012) não consideram o *Historikerstreit* e o revisionismo italiano de Renzo De Felice como negacionismo. Para Melo (2014, p. 40) o negacionismo “[...] retorce as evidências históricas para negar a existência do Holocausto” já revisionistas como Ernst Nolte não compartilham essa negação – Nolte assume a existência do Holocausto apesar de ainda aceitar dialogar com os negacionistas. Soutelo (2009, p.100) afirma que o “negacionismo” é uma variante minoritária do “revisionismo histórico” onde o próprio revisionismo – como o negacionismo – nem sempre é baseado em “premissas teóricas

¹⁴⁵ *Apud* Traverso (2012, p. 150).

e historiográficas legítimas” pois ao favorecer determinados posicionamentos ideológicos do presente acabam por desconsiderar especificidades e contextos históricos estudados ignorando a “lógica histórica” do período. Assim, muitas interpretações revisionistas não seguem os princípios metodológicos da prática histórica em nome de objetivos ideológicos, mas talvez, segundo Soutelo (ibidem), consigam ser mais “sutil” que os negacionistas através de métodos e formas que acabam por garantir maior respeitabilidade teórica para as historiografias revisionistas.

Já para Moraes (2011) os negacionistas não são historiadores nem revisionistas, apenas utilizam dessas ideias para retirar a forte presença do termo político – principalmente como pertencentes a política de extrema-direita – para um mais “popular” e ao mesmo tempo erudito. O negacionismo também se caracteriza por uma escrita não verificável de suas fontes e referências – ou podendo ser consultadas, mas com alguma dificuldade e provavelmente por um público mais especializado. Moraes (2011, p. 15) ainda considera o negacionismo como uma fraude em dois sentidos: é uma *historiografia falsificada* sendo um

[...] texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo, apresentando formas próprias ao texto historiográfico (linguagem, notas de rodapé, lista bibliográfica, etc), mas ao mesmo tempo em que rompe com seus fundamentos e limites

E por outro lado é também um passado falsificado que “[...] de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo”. Como exemplo do negacionismo de Faurisson, Vidal-Naquet (1988, p. 45) afirma que ele pesquisou em diversos documentos o “falso” e não o verdadeiro. Segue também com a consideração da irrefutabilidade das teses “revisionistas”, na realidade para Vidal-Naquet (idem, p. 122-123) “[...] não se refuta um sistema fechado, uma mentira total que não se situa na ordem do refutável, pois aí a conclusão precede as provas”. Nesse sentido, os “revisionistas” buscam nas suas fontes as suas teses já previamente elaboradas: a negação do Holocausto com finalidade de reabilitação da extrema-direita.

Em nota de rodapé, Vidal-Naquet (idem, p. 123) assume que nem tudo é mentira nos revisionistas, mas o sistema como um todo é mentiroso. Assim, a distorção das fontes históricas consultadas, a obstrução de citações de fontes e

bibliografias, os erros metodológicos e as interpretações equivocadas compõem o “sistema” interpretativo “revisonista”. Levando em consideração essas avaliações, além de “negacionistas” e produtores de uma historiografia falsificada, os ditos “revisonistas” analisados por Vidal-Naquet (1988) e Moraes (2011; 2012) podem ter suas obras consideradas “abusos da história” na maneira teórica elaborada por Antoon de Baets (2013). Os “revisonistas”/“negacionistas” ao produzirem esse tipo de interpretação, mesmo podendo alegar não intencionalidade, acabam por produzir danos a toda sociedade.

Vidal-Naquet (1988) legou uma crítica metodológica aos “revisonistas” do Holocausto, principalmente sobre a obra de Faurisson. No entanto, o autor também distribui as responsabilidades pelo “revisonismo”¹⁴⁶:

De fato, uma das características da “cultura” contemporânea é taxar de repente de inexistentes as realidades sociais, políticas, ideais, culturais, biológicas que se acreditava serem as mais bem estabelecidas. Desta forma, são taxados de inexistentes as relações sexuais, a mulher, a dominação, a opressão, a submissão, a História, o real, o indivíduo, a natureza, o Estado, o proletariado, a ideologia, a política, a loucura, as árvores. Esses joguinhos entristecem e podem também distrair, mas não são forçosamente perigosos. O fato de a sexualidade e as relações sociais não existirem não perturba os amantes, e a inexistência das árvores nunca tirou o pão do lenhador ou do fabricante de papel. Por vezes, porém, o jogo deixa de ser inocente. Isso acontece quando se questiona, não abstrações como *a mulher, a natureza* ou *a história*, mas essa ou aquela expressão específica da humanidade, um determinando momento doloroso de sua história (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 16)

Vidal-Naquet (idem) distribuiu suas críticas principalmente aos “modismos” das décadas de 1970 a 1980. Quem estava na sua mira eram autores como Simone de Beauvoir e J. Baudrillard - este último citado posteriormente no texto. Além disso, a própria produção teórica e historiográfica baseada no *linguistic turn* - ou também o construtivismo linguístico - é alvo da “distribuição” de responsabilidade de Vidal-Naquet. Como principal nome em produção teórica e famoso pela recepção de suas teses Hayden White se tornou alvo de intensas críticas promovidas por Carlo Ginzburg - críticas essas que ainda ecoam nas considerações sobre o *linguistic turn* e o “negacionismo”/“revisonismo”.

3.1 O DEBATE HAYDEN WHITE – CARLO GINZBURG E SUA RECEPÇÃO PELA

¹⁴⁶ Para uma análise dessa distribuição de responsabilidade ver a aula pública de Rodrigo Perez (2021) em <<https://bityli.com/wsWuYR>>. Acesso em 9 de setembro de 2021.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Dentre as principais obras que impactaram o debate historiográfico do final da década de 1970 e principalmente das décadas de 1980/1990 estão os livros *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX* publicado em 1973¹⁴⁷ e *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura* de 1978¹⁴⁸ escritos por Hayden White. De maneira sintética, White em *Meta-história* busca analisar os elementos estéticos, retóricos e literários de historiadores e filósofos da história. Apesar de seus críticos apontarem que White exclui a evidência histórica e a “verdade” do passado, o autor está mais preocupado em analisar as “representações”, “narrativas” e “significados” do passado do que com os elementos “verdadeiros” ao ponto de criticar as pretensões de “objetividade” e “neutralidade” da prática discursiva da historiografia profissional.

Não que houvesse um debate entre Hayden White e Carlo Ginzburg diretamente, somente o último citou o primeiro, apesar de White responder críticas às suas análises consideradas “relativistas”. Apesar disso, ainda ressoam as críticas de Ginzburg principalmente feitas no artigo *O extermínio dos judeus e o princípio da realidade* (2006) e no livro *Relações de força: história, retórica, prova* (2002)¹⁴⁹ contra as considerações “relativistas” de Hayden White e existência da “prova” dentro da tradição dos estudos da “retórica” antiga que acompanha a historiografia profissional.

Ginzburg (2006) toma partido das considerações sobre o “caso Faurisson” de Vidal-Naquet (1988) principalmente na distinção entre “discurso” e “realidade”/“verdade” histórica. Além disso, ambos Ginzburg (2006) e Vidal-Naquet (1988) partem da “prova”/“evidência” analisada pelo historiador profissional e caminham para a elaboração da “verdade” por meio da crítica metodológica da historiografia profissional. Ainda sobre aproximações teóricas, Ginzburg (2006, p.219) aproxima o pensamento de Hayden White a Giovanni Gentile principalmente pelo comum “idealismo” de Benedetto Croce e com o “neo-idealismo” de Gentile.

O que intriga Ginzburg (idem, p. 222) é como White no ensaio *A Política da Interpretação Histórica: Disciplina e Dessublimação*¹⁵⁰ afirma que sua concepção histórica se aproxima daquelas convencionalmente relacionadas a

¹⁴⁷ Utilizamos a edição brasileira de 2019.

¹⁴⁸ Utilizamos a edição brasileira de 1993.

¹⁴⁹ Principalmente o capítulo *Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez* (2002) dentro da obra.

¹⁵⁰ No original *The Politics of Historical Interpretation: Disciplina and De-Sublimation* (1982).

ideologias fascistas apesar de rejeitar os comportamentos político-sociais.

É sobre esse ensaio de White que Ginzburg (2006, p. 222-224) traça sua crítica mais mordaz. Ao comentar a citação de White¹⁵¹ Ginzburg (2006) afirma a “disjunção” realizada de Croce entre a “pesquisa histórica positiva” e a história propriamente dita” - narração histórica. No entanto, a interpretação cética defendida por White dessa “disjunção” é criticada ceticamente, convergindo com aspectos do “subjetivismo transcendental” de Gentile. Partindo desses elementos, segundo Ginzburg (ibidem), White discorda da refutação feita por Vidal-Naquet (1988) a Faurisson pois Vidal-Naquet (idem) acaba por usar categorias como “verdade” e “mentira” dentro da história. Ginzburg (2006, p. 223) comenta que White considera a pretensão de Faurisson “moralmente ofensiva e intelectualmente desconcertante” mas discorda da noção de “mentira” pois implicaria em conceitos como “realidade” e “prova”.

A discordância de Hayden White sobre as categorias de “mentira” e “verdade” são complexas para especificar eventos históricos como o Holocausto. As categorias de “prova” e “realidade” não dão conta de eventos não tão bem documentados, como é o caso do Holocausto¹⁵². White, ainda discorrendo sobre as “interpretações” do passado, considera a corrente historiográfica sionista promovida pelo Estado de Israel como uma interpretação que deixa intacta a “realidade” do Holocausto, já a historiografia “revisionista” – como a de Faurisson – “desrealizaria” o que as vítimas sabem do Holocausto¹⁵³. Porém, na crítica de Ginzburg (2006), Hayden White consideraria a “eficácia” de determinada narrativa historiográfica como “verdadeira”, como a interpretação histórica sionista:

A sua verdade, como interpretação histórica, consiste exatamente na sua *eficácia* [grifo de Ginzburg] em justificar uma ampla gama dos atuais comportamentos políticos de Israel, que, do ponto de vista daqueles que os formulam, são essenciais não só para a segurança mas para a própria existência do povo hebraico.

Os esforços do povo palestino de dar vida a uma resposta politicamente *eficaz* [grifo de Ginzburg] à política de Israel leva a

¹⁵¹ “Devemos tomar cuidado com os sentimentalismos que nos levariam a rejeitar uma concepção da história simplesmente porque foi associada às ideologias fascistas. Devemos fazer as contas com o fato de que na documentação histórica não encontramos nenhum elemento que nos induza a construir o significado em um sentido ao invés de um outro” White (1982, p. 74-75) apud Ginzburg (2006, p. 222-223).

¹⁵² Ginzburg (2006, p. 223) cita White (1982, p. 74-75) “[...] a distinção entre uma mentira ou um erro e uma interpretação errônea pode ser mais difícil de traçar quando nos encontramos frente a eventos históricos menos largamente documentados”.

¹⁵³ White (1982, p. 77) apud Ginzburg (2006, p. 223).

produzir uma ideologia tão *eficaz* quanto [grifo de Ginzburg], que contém uma interpretação da própria história provida de um significado até hoje ausente (WHITE, 1982, p. 80 apud GINZBURG, 2006, p. 223)

Ginzburg (2006) a partir dessas citações de White acaba por concluir que se a narração de Faurisson fosse, de algum modo, eficaz, Hayden White a consideraria “verdadeira”. Baseado nisso, Ginzburg (idem, p. 224) contraria à “atitude tolerante” reivindicada por Hayden White já que a tolerância sustentada pelo “ceticismo” e “relativismo” são insustentáveis historicamente e pela lógica: 1) do ponto de vista histórico, a tolerância foi teorizada por sujeitos que tinham fortes convicções morais e intelectuais; 2) pela lógica, o ceticismo absoluto entra em contradição ao questionar a tolerância como princípio regulador. Assim, Ginzburg (ibidem, grifos do autor) afirma: “quando as divergências intelectuais e morais não são coligadas em última análise à verdade, não a nada a *tolerar*”.

Já em outro texto, Ginzburg (2002) busca analisar - e em certa medida responder - às considerações do *linguistic turn*¹⁵⁴ sobre a característica do texto historiográfico como “retórica” literária. Assim, para historiadores que aderiram a “virada linguística”:

a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são auto-referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica (GINZBURG, idem, p. 48)

Ginzburg mostra como a principal obra que Aristóteles tratou da historiografia foi na *Retórica*, e não na *Poética* - como é familiar a historiadores. Na realidade, para Ginzburg (idem), Aristóteles rechaça a retórica realizada pelos sofistas - que entenderam a retórica como apenas arte de convencer por meio dos afetos - e a de Platão. Assim, Aristóteles identifica na retórica a racionalidade por meio da “prova”.

Hayden White nunca respondeu diretamente a Carlo Ginzburg. No entanto, como aponta Cunha (2014) os dois se encontraram no congresso *The extermination of the jews and the limits of representation* no ano de 1990 na Universidade da Califórnia, Los Angeles, Carlo Ginzburg apresentaria a conferência

¹⁵⁴ Neste caso, Ginzburg (2002, p. 48) responde às considerações de Roland Barthes e Hayden White.

intitulada *Just One Witness*¹⁵⁵ e Hayden White com a conferência *Historical Emplotment and the problem of truth*¹⁵⁶. Apesar disso, como apontam Cezar e Avila (2016), Hayden White sempre defendeu em seus textos e em aparições públicas a sua teoria e a não vinculação com o “revisionismo”.

Cezar e Ávila também apontam para a não mudança do pensamento teórico sobre as narrativas historiográficas e a não dissociação da história - como passado - da narrativa - como representação/ficção - de Hayden White. Talvez um dos textos que propuseram White a responder uma onda “ética” de críticas sobre sua teoria foi o próprio apresentado no congresso em 1990. Pretendo apresentar algumas “respostas” do pensamento whiteano reconhecendo que este debate já foi apresentado e analisado por diversas pesquisas no Brasil¹⁵⁷.

Hayden White por vezes é acusado de ser um “pós-moderno” ou um dos precursores desse movimento na historiografia. Pelo que conste, White não reivindicava essa categoria¹⁵⁸. White também se importaria menos com a ideia de “verdade” histórica e a “realidade” sobre o passado, mas sim suas “representações”/“narrativas” sobre o passado, pela maneira como o historiador mobiliza tópicos para construir essas representações. Seria pela “retórica” que o historiador buscaria pela “eficácia” do convencimento pelo discurso para garantir a representação de um determinado passado para um leitor.

A questão das “provas” ainda sondaria a teoria de Hayden White, onde seus críticos afirmam que seu “ceticismo” em relação às “evidências” e a possibilidade de produção da “verdade” levariam a uma não distinção de historiografias “ruins” e “boas” cientificamente, principalmente seria o caso do “revisionismo”/“negacionismo”. Nesse sentido, White (1994, p. 114) é categórico:

É por essa razão que, quando se trata de comparar interpretações distintas de um mesmo conjunto de fenômenos históricos numa tentativa de estabelecer qual é o melhor ou mais convincente, muitas vezes somos levados a confusão ou a ambigüidade. Isso não significa que não podemos distinguir entre a boa e a má historiografia, de vez que, para definir essa questão, sempre podemos recorrer a critérios como a responsabilidade perante as regras da evidência, a relativa inteireza do pormenor narrativo, a consistência lógica e assim por

¹⁵⁵ Aqui com os principais argumentos sintetizados apresentado como o texto *O extermínio dos judeus e o princípio da realidade* (2006).

¹⁵⁶ Utilizamos o texto traduzido *Enredo e verdade na escrita da história* (WHITE, 2006).

¹⁵⁷ Ver: Cezar e Avelar (2016); Cunha (2014); Schurster e Moraes (2020).

¹⁵⁸ Dentro dos debates historiográficos ser “pós-moderno” detém um sentido pejorativo. Um dos poucos historiadores que reivindicaram a pecha de “pós-moderno” foi Frank Ankersmit.

diante

É possível observar, portanto, a preocupação de Hayden White desde sua inicial produção acadêmica com as “evidências” históricas e uma não flexibilização para “aceitar” qualquer tipo de análise. No entanto, mesmo para White (ibidem), autores como Gibbon, Michelet, Tucídides, Mommsen, Ranke, Burckhardt, Bancroft e outros não poderiam ter os argumentos de suas obras invalidados pois os elementos “[...] especificamente literários da sua obra como sendo elementos decisivos, e não apenas subsidiários, da sua técnica historiográfica”. É a ideia de cânone que surge, mas talvez não pela sua parte negativa - não ser invalidada - mas sim pelas suas afirmações - esses textos considerados fundadores têm ainda algo a dizer sobre a disciplina histórica.

Se a consideração de Hayden White como um “pós-moderno”, que não se atentou¹⁵⁹ para as “evidências” históricas carecem de sustentação, o que então fazer com as acusações de “relativismo” e “ceticismo” teórico principalmente em relação ao Holocausto? O termo Holocausto remete a sensíveis memórias principalmente dentro da cultura histórica alemã/europeia/judaica. Porém, de um modo geral, Holocausto consegue ser sinônimo de “genocídio”/“massacre” na maior parte do mundo Ocidental, até mesmo em casos de “genocídio” em outros contextos, como o genocídio de Ruanda¹⁶⁰. É de certo que o Holocausto ao ser utilizado nos argumentos de Ginzburg (2006) trouxe atenção e “medidas” urgentes a serem tomadas por seus alvos.

White (2006, p. 191) assume que toda representação do fenômeno histórico detém uma “relatividade” devido a sua linguagem usada, algo menos óbvio nas narrativas mais tradicionais dos fenômenos históricos. Essas explicações científicas tradicionais consideram três aspectos sobre seu próprio discurso:

Primeiro, a narrativa é considerada um contêiner neutro do fato histórico, um modo de discurso “naturalmente apropriado a representar diretamente os eventos históricos; segundo, histórias narrativas geralmente empregam a chamada linguagem natural ou ordinária, no lugar de técnica, ambas para descrever seus temas e para contar sua estória; e terceiro, eventos históricos devem consistir ou manifestar um amontoado de histórias “reais” ou “vivas”, as quais

¹⁵⁹ Cezar e Avelar (2016, p. 81) afirmam que para Hayden White: “[...] importa menos estabelecer a verdade sobre tais eventos, que ele toma como dada, aliás, e mais afirmar o *significado* de tais eventos para nós, homens e mulheres do presente, juntamente com o intuito de abrir um amanhã *melhor*.” (grifos dos autores).

¹⁶⁰ Traverso (2012, p. 120) aponta como a mídia tratou o genocídio de Ruanda como o “Holocausto tropical” trazendo mais atenção para o massacre localizado.

têm apenas de ser descobertas ou extraídas das evidências e dispostas diante do leitor para ter sua verdade reconhecida imediata e intuitivamente (WHITE, idem, p. 191-192).

Porém, devido à natureza do nazismo e da solução final, White (idem, p. 192) questiona se existiram limites em como representar esse fenômeno e se são “infinitamente interpretáveis” e “basicamente indetermináveis”. Seria possível, por exemplo, representar o Holocausto como uma “comédia” ou “ironia”? Deveria o Holocausto ser representado por uma narrativa sempre “trágica”? White (idem, p.198-199) criticaria a exemplo os argumentos de Berel Lang, nos quais o Holocausto é um evento literal cuja narrativa deve também ser “literal”, contando apenas os fatos.

Lang acabaria defendendo a “escrita intransitiva” como forma de representar o passado, tomando o conceito de Roland Barthes. Porém, White (idem, p. 203) recorda da necessidade da “escrita intransitiva” acompanhar também uma “voz média” contrária à concepção de escrita da historiografia tradicional. Para White, como afirma Cezar e Avelar (2006, p. 76), a escrita intransitiva pode ser uma possibilidade para superar a dicotomia entre forma e conteúdo; sujeito e objeto; passado e presente. Com a “voz média” típica da literatura modernista esse tipo de escrita trata de representar os acontecimentos ao mesmo tempo que relata as dificuldades de como representá-los, a exemplo da *graphic novel Maus* de Art Spiegelman¹⁶¹.

Apesar de White (2006) reconhecer as dificuldades de representar eventos como o Holocausto que perduram ainda hoje, principalmente na memória de determinadas sociedades, o autor afirma que ainda devemos buscar conseguir representar o Holocausto. Se a historiografia profissional/tradicional não consegue dar conta desses eventos modernistas, uma possível abertura para outros tipos de representação - White mostra e apoia principalmente o que conhecemos como literatura não histórica científica - que possam lidar com a representação de tais eventos tão sensíveis. White (idem, p. 207) não prescreveu uma lista das possíveis representações, mas o tipo de representação considerada “realista” por tratar dos “fatos objetivos” e das “verdades” e “provas” históricas são inadequados.

O debate provocado pelas críticas à “ética” na produção de conhecimento histórico por Ginzburg (2002; 2006) parece ter “chacoalhado” a historiografia da década de 1990. No entanto, como apontam Cezar e Avelar (2016),

¹⁶¹ Ver as considerações de White (2006, p. 196) e Cezar; Avelar (2016, p. 76-77) sobre *Maus*.

White não mudou suas proposições teóricas, na realidade, até mesmo avançou em investigações sobre a representação do passado pelo “passado prático” e do “passado histórico”, indo além da historiografia limitada ao ambiente acadêmico. A acusação de “revisionismo”/“negacionismo” para a teoria de Hayden White é equivocada: o autor sempre se preocupou e rechaçou tais categorias. Na realidade, suas considerações até influenciaram novas investigações sobre outros tipos de “negacionistas”, como o trabalho de Avila (2021) sobre a produção negacionista do Brasil Paralelo no caso brasileiro.

As críticas de Ginzburg (2002; 2006) as análises de Hayden White também obtiveram o coro de dois importantes historiadores franceses: tanto Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento* (2007) quanto Roger Chartier em *A beira da falésia* (2002) vão abordar a questão da narrativa levantada pelos textos de White (1994; 2006) e pela crítica de Ginzburg (2002; 2006). No caso, Ricoeur (2007) e Chartier (2002) convergem em apontar os limites explicativos da “narrativa” para explicar o passado onde a “história” como pesquisa científica – e a “narrativa histórica” metodologicamente orientada – não pode ser reduzida ou substituída por uma “narrativa ficcional” e a meros “discursos”.

Paul Ricoeur (2007) segue as críticas de Ginzburg (2002) sobre as exigências das “provas” na “retórica” mobilizada por Aristóteles e na crítica ao documento *A doação de Constantino* feita por Lorenzo de Valla em 1440 para elaborar a relação entre os “rastros” dos documentos, a “crítica” e a “estrutura” da prova documental. Na visão de Ricoeur (2007, p. 177-178) o arquivo é o lugar físico e social onde habitam os “rastros documentais” produzidos pelos diversos “testemunhos” dos humanos no tempo – em citada referência a Marc Bloch – com a finalidade de preservar esses “testemunhos” inaugurando o “ato de fazer história”. Em uma referência ao “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg, o historiador então submeteria os testemunhos – voluntários ou não voluntários – dos sujeitos que são arquivados e assim submetidos a “prova” de suas afirmações/negações/ausências/limites. Com isso, na prática historiográfica profissional, o historiador pode realizar uma das partes finais da “operação historiográfica”: a escrita da história.¹⁶²

Essas considerações sobre os “rastros” dos “testemunhos” são equivalentes para todos os tipos; menos daqueles considerados por Ricoeur (2002, p.

¹⁶² As análises e o vocabulário de Michel De Certeau (2020) são presentes na obra de Ricoeur (2007).

186-187) como resultados de “arquivamento” e de “lembranças” dolorosas de “experiências extremas” como a do Holocausto. Nesse sentido, lembrar e arquivar essas experiências é algo extremamente doloroso e não possível de ser transmitida como “experiências do homem ordinário”. Assim, essas “experiências” irão gerar “problemas” de ordem teórica e metodológica para os historiadores, principalmente para o “[...] fim do percurso das operações historiográficas, o da representação historiadora e de seus limites”¹⁶³

Portanto, Ricoeur (2002, p. 187) afirma categoricamente que vivemos em uma “crise do testemunho”, na qual as testemunhas deixam seus “traços” de maneiras específicas: elas foram vítimas de ações extremas onde deixar seus “testemunhos” é algo doloroso. Agora, na visão de Ricoeur (ibidem, p. 187), inverte-se a conquista adquirida pela crítica histórica de Lorenzo de Valla na *A doação de Constantino* (1440) que lutou contra “[...] a credulidade e a impostura” e agora durante a “crise do testemunho” nós lutamos contra a “[...] incredulidade e a vontade de esquecer”, ideias relacionadas diretamente ao “negacionismo” da descrença das testemunhas do Holocausto e na superação de um “passado que não quer passar”.

Após traçar considerações sobre os documentos históricos - e favorecer a perspectiva de Marc Bloch e Carlo Ginzburg sobre a análise da prova documental - Ricoeur (ibidem, p. 250-274) vai tratar dos limites da “representação” e da “narração” na historiografia. Desse modo, Ricoeur é enfático ao dizer que - apesar de algumas teses que ele aponta como “narrativistas” - a “narração” não substitui a explicação/compreensão. Na realidade, nem se deve esperar que a “narração” faça isso, apesar que a “narrativa” faz parte da operação historiográfica. Com esta ideia, Ricoeur (ibidem, p. 251-253) aponta como a história-narrativa reunida por historiadores de língua inglesa se tornou um obstáculo para historiadores franceses ligados aos *Annales* e a história-problema. Assim,

se, segundo os defensores dos *Annales*, a narrativa constitui obstáculo à história-problema enquanto coletânea de acontecimentos pontuais e forma tradicional de transmissão cultural, segundo a escola narrativista norte-americana, ela é digna de entrar em competição com os modos de explicação que as ciências humanas teriam em comum com as ciências da natureza. De obstáculo à cientificidade da história, a narrativa se transforma em seu substituto (RICOEUR, 2002, p. 252-253)

¹⁶³ Ricoeur (2002, p. 186-187) recorre aqui a crítica feita por Friedlander (1996) em *Probing the Limits of Representation: nazism and the “Final Solution”*. Vale ressaltar que Ricoeur (2002) também recorre ao texto de Friedlander para criticar e apontar os limites da ideia de representação de Hayden White.

Além disso, Ricoeur (ibidem, p. 253) questiona até onde a interpretação “narrativista” dá conta do “corte epistemológico” das “histórias que são contadas (*stories*)” e aquela história que é “[...] edificada sobre os rastros documentais (*history*)”. Aqui Ricoeur parece concordar com a separação de Carlo Ginzburg quanto Roger Chartier de uma “narrativa histórica ficcional” e uma “história científica”. Porém, como é possível observar nas páginas seguintes, Ricoeur (ibidem, p. 254-260) não descarta a importância e a existência da “narrativa histórica” e das análises da teoria literária para a operação historiográfica. No entanto, a “narrativa” tem seus limites e não consegue suplantar a “história científica”.

Ao seguir investigando as relações entre “representação” e “retórica”, Ricoeur (ibidem, p. 261) busca compreender quais são os “limites da representação”, principalmente na discussão das ideias de Hayden White. Neste caso, além da separação entre *storie* (narrativa histórica ficcional) e da *history* (narrativa histórica científica), Ricoeur (ibidem, p. 263) vai apontar que a “retórica” está ligada ao “arcabouço tríplice do conhecimento histórico” pelo trânsito entre a “prova documental; explicação causal/final e composição literária”. Essa é a tônica novamente da leitura de Ricoeur (ibidem, p. 265): o autor não ignora ou repudia a proposta de Hayden White - até mesmo lamenta junto com Roger Chartier o “encontro perdido” de Hayden White; Paul Veyne e Michel Foucault - mas que a essa visão é insuficiente:

[...] lamento o impasse no qual se fechou H. White ao tratar das operações de composição a intriga como modos explicativos, tidos, na melhor das hipóteses, como indiferentes para os procedimentos científicos do saber histórico, na pior, como substituíveis por esses últimos. Existe aí um verdadeiro *category mistake* que gera uma suspeita legítima quanto à capacidade dessa teoria retórica de traçar um limite nítido entre narrativa histórica e narrativa de ficção (RICOEUR, 2002, p. 266, grifos do autor)

Como resolver esse impasse entre os críticos e os defensores do “narrativismo”? Ricoeur (ibidem, p. 266) é categórico ao dizer que não basta somente voltar e reforçar velhos ditados sobre a “verdade histórica”, mas sim

[...] articular pacientemente os modos da representação com os da explicação/compreensão e, através desses, com o momento documental e sua matriz de verdade presumida, a saber, o testemunho daqueles que declaram ter se encontrado no local onde as coisas aconteceram (RICOEUR, 2002, p. 266-267)

São essas articulações que não são feitas na proposta de análise

tropológica de Hayden White segundo Ricoeur (ibidem). O caso da análise narrativa sobre a “solução final” (Holocausto/Shoah) é um “desafio exemplar” - proporcionando a crítica de Saul Friedlander (1992) aos limites internos e externos de representação da Shoah. O pano de fundo do debate mais acalorado - das críticas a teoria tropológica de Hayden White - se deu durante o próprio *Historikerstreit* na década de 1980, acontecendo também o colóquio estadunidense que reuniu Hayden White e Carlo Ginzburg sobre o tema “*History, Event and Discourse*” onde os argumentos desses autores já foram tratados anteriormente neste subcapítulo. No debate, Ricoeur (2002, p. 270-273) reconhece a tentativa de “saída heróica” de Hayden White ao argumentar que certas “modalidades de escrita modernistas” necessitam de uma “escrita intransitiva”, como a própria Shoah. Porém, Ricoeur (2002, p. 270-273) acaba concordando com os argumentos e a crítica de Ginzburg a White.

Além de partilhar das considerações de Ginzburg, Ricoeur (2002) ao apontar os limites da “narrativa”; “retórica” e “representação” - presentes na análise tropológica de Hayden White - busca elaborar um novo conceito que consiga dar conta da relação entre narrativa e a ciência histórica baseada no rastro documental. A ideia de “representância” de Ricoeur trabalhada desde *Tempo e Narrativa* (1983-1985) busca dar conta da dimensão da narrativa e da linguagem. Como Mendes (2016, p. 89-93) aponta, Ricoeur afirma a existência da história como algo científica, detendo uma narratividade objetiva que sempre está alinhada a pesquisa e verificação das provas (rastros) documentais, sendo assim uma narrativa que parte da probabilidade de suas afirmações.¹⁶⁴

Roger Chartier é outro historiador francês que partilha de críticas semelhantes a de Paul Ricoeur e concorda com a posição crítica de Carlo Ginzburg na análise dos *tropos* linguísticos da historiografia de Hayden White. Uma das críticas realizadas por Chartier consta na tradução publicada no Brasil em 2002 sob o título de *A beira da falésia*. Parece mais oportuno compreender um debate em específico no Brasil entre as ideias de Roger Chartier e Hayden White. Santos (2020) afirma que o debate entre os “narrativistas” (principalmente Hayden White) e seus críticos chegou ao Brasil entre as décadas de 1980 e 1990.

Santos (2020, p. 354) aborda a crítica historiográfica após 1980 no

¹⁶⁴ Parece ser improvável esgotar a análise de Paul Ricoeur sobre o conceito de “representância” e de suas críticas às teorias “narrativistas”. No caso, é possível encontrar nas publicações de Bruno Mendes (2016) uma interpretação do filósofo.

Brasil onde historiadores transformaram as noções de “moderno” e “pós-moderno” como “[...] dois grandes guarda-chuvas conceituais, que abrigavam algumas ou quase todas as discussões que afligiam a comunidade historiadora do país, daquele período em diante”. É no contexto da década de 1990 com a comemoração dos 20 anos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV que dois principais expoentes do debate acerca do “pós-modernismo” e do “modernismo” ou do chamado “giro linguístico” vieram para apresentarem palestras no evento.

Mais precisamente, o duro debate terá como representantes Roger Chartier e Hayden White.¹⁶⁵ Na disposição da revista, quem tem a sua fala apresentada por primeiro é Hayden White e depois Roger Chartier, escolha essa que para Santos (2020, p. 357) pode significar somente a ordem das apresentações do evento e a palavra final - que encerra o debate - dado ao historiador Chartier - em contraposição ao lugar de crítico literário atribuído a White, silenciando sua formação de historiador.

Como afirma Santos (2020, p. 359), as questões referentes a escrita da história promovida por White

[...] provocava diretamente os historiadores brasileiros em um momento que eles disputavam a afirmação de seu modo de escrever a história, dentro de determinados lugares de produção que ainda buscavam afirmar a história como uma prática científica, notadamente as pós-graduações. Esta provocação vai ser vista como uma grave ameaça a este lugar e aos historiadores que procuravam definir as fronteiras disciplinares da história no país

Não é necessário apresentar todas as discussões da análise historiográfica e teórica de White sobre os *tropos* linguísticos mobilizados pelos historiadores para a explicação histórica. No entanto, Santos (2020, p. 360) deixa claro como em nenhum momento reduziu a escrita historiográfica a literatura.¹⁶⁶ Porém, na

¹⁶⁵ Essas conferências foram publicadas na edição da Revista de Estudos Históricos no número 13 em 1994 sob editoria de Angela de Castro Gomes; Hugo Lovisoló e Marieta de Moraes Ferreira.

¹⁶⁶ Santos (2020, p. 360) cita principalmente o trecho de White (1994, p. 25): “percebo que ao caracterizar o discurso histórico como interpretação e a interpretação histórica como narrativização, estou tomando posição num debate sobre a natureza do conhecimento histórico que compõe “narrativa” e “teoria”, à maneira de uma oposição entre um pensamento que permanece em grande parte “literário” e até mesmo “mítico” e um pensamento que é ou aspira ser científico. Mas é preciso sublinhar que estamos aqui considerando a questão, não dos métodos de pesquisa que deveriam ser usados para investigar o passado, e sim da escrita da história, do tipo de discursos realmente produzidos pelos historiadores no curso da longa carreira da história da disciplina. E o fato é que a narrativa sempre foi e continua sendo o modo predominante da escrita da história. O principal problema para qualquer teoria da escrita da história, portanto, não é o da possibilidade ou impossibilidade de uma abordagem

avaliação de historiadores brasileiros, parece que White não se fez entender: acabou que a crítica ao discurso historiográfico promovido por White foi lido como uma tentativa de deslegitimar o espaço dos historiadores. Assim, “há uma reação muito mais corporativa da comunidade de historiadores ao texto e às posições de Hayden White do que um debate franco com elas”. A exemplo da crítica dos historiadores em relação a obra de White é a réplica de Roger Chartier (1994).

Analisando a crítica de Chartier (1994; 2002), Santos (2020, p. 361) aponta que o pensamento de White vai ser construído como um “espectro”¹⁶⁷, uma fantasmagoria antípoda dos historiadores de carreira. White acaba se tornando para Chartier (2002)¹⁶⁸ um bode-expiatório caricatural do contrário a historiografia como saber disciplinado e do “princípio de realidade”.¹⁶⁹ Essa perspectiva de Chartier vai ser proeminente e utilizada por diversos historiadores brasileiros na década de 1990. Outros autores que serão utilizados por Roger Chartier para criticar esse Hayden White “fantasmagórico” é o próprio Michel de Certeau com suas análises sobre a escrita da história - principalmente a referência *A escrita da história* (2020) - e Carlo Ginzburg (2002; 2007), sendo este último também uma referência para os historiadores brasileiros - com seus textos internacionalmente publicados e traduzidos para o português pela editora Companhia das Letras.

É a partir da contraposição dos argumentos de Hayden White e Roger Chartier que Santos (2020, p. 361-367) busca mostrar como as análises de Chartier perpassam por percepções diferentes do que é considerado história, onde na visão equivocada de Chartier as análises de White representam aquilo que deve ser evitado, uma crítica de cunho moral e longe da análise epistemológica das obras de White. Neste debate entre White e Chartier, os historiadores brasileiros vão perceber o modelo de Chartier como o vencedor. Com isso, buscaram defender a recente profissionalização do historiador dentro dos PPGs, a partir da ideia de uma cientificidade produzida a partir de fontes empíricas. Será o historiador de ofício em combate contra a

[...] fantasmagoria representada pelo “pós-modernismo”, pelo “linguistic turn”, pelo “narrativismo”, pelo “giro linguístico”, pelo

científica do estudo do passado, mas antes o de explicar a persistência da narrativa na historiografia. Uma teoria do discurso histórico tem de tratar da questão da função da narratividade na produção do texto histórico”.

¹⁶⁷ Santos (2020, p. 361) utiliza como referência a obra de Temístocles Cezar (2015).

¹⁶⁸ *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes* (CHARTIER, 2002).

¹⁶⁹ Santos (2020, p. 361) utiliza o conceito de Carlo Ginzburg (2002; 2007).

“irracionalismo”, pelo “nominalismo”, pelo “ceticismo” 148...os adjetivos e as noções muito pouco precisas, dessubstancializadas, fantasmáticas passam a assombrar, por todos os lugares, o território dos historiadores. Era preciso que eles fossem vigilantes quanto ao seu ofício, alertava Roger Chartier, o historiador disciplinado (SANTOS, 2020, p. 367-368)

Um exemplo dentre os historiadores brasileiros que se atentaram ao debate é Francisco Falcon, com o artigo *A identidade do historiador* (1996), que parte diretamente das considerações de Chartier apresentadas em 1994 para analisar o *linguistic turn*. Assim, para Santos (2020, p. 368), Falcon (1996) parte das considerações de Chartier para afirmar a existência do “realismo histórico” onde a história-disciplina é real e é sempre uma tentativa de conhecer o passado. Como afirma Santos (2020, p. 369-372), Falcon (1996) ao utilizar Chartier desta maneira acaba por delimitar o espaço ocupado pelos historiadores - este espaço que só pode ser disputado, criticado e palco de brigas pelos historiadores de ofício. Com essa defesa “corporativa” do campo dos historiadores, Falcon (1996) ao nomear Hayden White como “crítico literário” ou um representante do *linguistic turn* acaba por adotar uma estratégia narrativa, segundo Santos (2020, p. 370), para “[...] reduzi-lo a um grupo de inimigos comuns e retirar-lhes as peculiaridades epistemológicas de suas posições [...]”.¹⁷⁰

É nesse sentido que Hayden White será o “inimigo” a ser combatido - Santos (2020, p. 370-371) destaca o vocabulário de “guerra” utilizado por Falcon (1996). Este inimigo é aquele de “fora” dos limites da disciplina histórica. Ao estabelecer uma crítica a escrita da história e analisar os tropos literários mobilizados pelos historiadores, White vai acabar sendo lido como uma espécie de outsider com finalidades de destruir os pilares que sustentam o ofício do historiador. Uma “audácia” feita por um *outsider* que recebeu críticas reducionistas ao ser considerado um “narrativista” e “cético” - concepções adotadas por Ciro Flamarion Cardoso, Francisco Falcon, Carlo Ginzburg e Roger Chartier.

Ao levar em consideração a “realidade” que a pesquisa histórica busca alcançar, Falcon (1996) também mostra a sua posição em relação à função social do historiador. Como Santos (2020, p. 375) aponta, Falcon acreditava que a história tinha “[...]uma função social e política a cumprir, uma espécie de dever de

¹⁷⁰ Posições sobre a cientificidade da história que para Santos (2020, p. 371) não são tão diferentes entre White e Chartier já que o primeiro também tem uma formação em história que acaba sendo silenciada pelos seus críticos.

memória para consigo mesma, enquanto disciplina, mas também para a sociedade com a qual se ligava”. Assim, para conseguir cumprir essa função, o historiador deve reafirmar a importância disciplinar do seu trabalho, principalmente em dizer a verdade “sobre aquilo que foi” assim como “[...] fundamento último o constrangimento do arquivo, das fontes, seus protocolos de utilização e como horizonte moral e político o compromisso com a verdade” (SANTOS, 2020, p. 375).

Desse modo, Santos (2020, p. 382-383) observa que o “moderno” e “pós-moderno” são muito mais “dispositivos reguladores” da formação dos PPGs no Brasil do que objetos de de pesquisa ou conceitos “operatórios” para a produção historiográfica no período. Ao fazer o uso desses conceitos desta maneira, Santos (ibidem, p. 383) afirma que eles acabam se tornando uma espécie de “metadiscurso”, uma “metanarrativa” que avalia a historiografia produzida no período, como esse “debate” fosse fundador do “fazer historiográfico”. Seguindo essa linha, todo trabalho de pesquisa histórica feita no Brasil deveria perpassar por esse “debate”.¹⁷¹

Não será somente a dualidade “pós-modernos” e “modernos” que vai aparecer nas críticas historiográficas da década de 1990 e início de 2000. Santos (ibidem, p. 383) aponta que divisões maniqueístas como História Social/História Cultural; racionalistas/irracionalistas; realistas/nominalistas etc. Na avaliação de Santos (2020, p. 383-384) essas divisões conceituais geraram uma crítica historiográfica que engessou, criou estereótipos e tornou estéril o debate de historiadores profissionais acadêmicos daquele período. Além disso, também marcou um

[...] recrudescimento da crítica em direção a hiperespecialização; o que desdobrou, como estou apresentando, por um lado, num maior refinamento teórico, metodológico e epistemológico da disciplina, mas, por outro, num profundo afastamento dos historiadores e de sua produção de um público e uma audiência mais amplos fazendo com que as narrativas sobre o passado produzida pelos historiadores profissionais ficasse subsumida, na imensa maioria das vezes, a uma discussão entre pares e a produção de dissertações e teses, quase

¹⁷¹ Como exemplo dessas historiografia Santos (2020, p. 383) aponta os seguintes trabalhos: REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007; REIS, José Calos. *Identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: FGV, 2006; FICO, Carlos, POLITO, Ronald. *A história no Brasil; elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992. V. 1; DIEHL, Astor Antônio. *A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993a; DIEHL, Astor Antonio. *A cultura historiográfica brasileira; década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999; DIEHL, Astor Antonio. *A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV)*. Porto Alegre: Evangraf, 1993b.

sempre relegadas a uma formalidade a ser cumprida para a profissionalização do historiador (SANTOS, 2020, p. 383-384)

Santos (2020, p. 284) parte da crítica de Albuquerque Jr. (2007) sobre os problemas desses maniqueísmos dentro dos “balanços historiográficos” e da crítica historiográfica brasileira. Nesse sentido, a maioria dos historiadores tomará essa dualidade como um “lugar comum” sem qualquer avaliação crítica desses conceitos, não levando em consideração a própria historicidade das palavras, dos conceitos, à maneira da história dos conceitos de Reinhart Koselleck.¹⁷² Esses elementos devem ser considerados, segundo Santos (2020, p. 385), para avaliar uma determinada produção historiográfica de um determinado período e lugar. Porém, parte da historiografia produzida entre 1990 e 2000 que pretendia analisar a produção histórica brasileira parece ter esquecido dessas observações metodológicas em relação à história desses conceitos.¹⁷³

É por meio disso que Santos (2020, p. 385) retomando as críticas de Albuquerque Jr. (2007) afirma que a adoção de epítetos como “modernos”; “pós-modernos”; “realistas”/“veritas”; “narrativistas” ou “céticos” vai acabar reduzindo e estereotipando a diversidade de perspectivas historiográficas presentes entre os historiadores durante a década de 1980/1990. Além disso, esses epítetos são polarizados e o nome dos “alvos” das críticas nem sempre são mencionados. A exemplo disso seriam a própria produção de Ciro Flamarion Cardoso (1988; 2005) e Emilia Viotti da Costa (1994; 1998) já mencionados nesta dissertação. Seria este mesmo movimento de crítica estereotipada acerca das ideias de Hayden White.

Nesse sentido, Santos (2020, p. 393) é enfático ao afirmar que o debate entre “modernos” e “pós-modernos” foi muito mais uma disputa por “[...] posições intelectuais e de poder dentro da nova configuração da geografia disciplinar

¹⁷² Santos (2020, p. 384-385) afirma que já na década de 1990 os historiadores poderiam ter conhecido as ideias de Koselleck, principalmente a partir da publicação do artigo Uma História dos conceitos. Problemas teóricos e práticos na *Revista de Estudos Históricos* em 1992.

¹⁷³ Novamente Santos (2020, p. 385) cita trabalhos historiográficos que não avaliam a história das palavras e dos conceitos mobilizados: REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007; REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: FGV, 2006; FICO, Carlos, POLITO, Ronald. *A história no Brasil; elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992. V. 1; DIEHL, Astor Antônio. *A matriz da cultura histórica brasileira: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993a; DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira; década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999; DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV)*. Porto Alegre: Evangraf, 1993b.

da história” do que um debate sobre a “[...] ampliação do campo de possibilidade práticas e discursivas do fazer historiográfico no país, em especial de sua crítica”. Já a posição de crítico historiográfico nos anos 1990 dentro do Brasil foi quase sempre evocada para “[...] reagir ou defender uma dada posição no interior da disciplina, buscando reiterar antigas posições institucionais e políticas dentro da instituição de saber que passava a formatar a identidade do historiador no Brasil, ou seja, os programas de pós-graduação em história” (SANTOS, 2020, p. 393). Nesse sentido, a produção historiográfica no Brasil foi

[...] sempre pensada de forma homogênea, estaria assim não só dividida, mas submetida à lógica destes dois lugares, ao tropos purista que cada um dos lados contendores buscava encampar e defender. De um lado os historiadores sociais (modernos, racionalistas, realistas, representacionistas objetivistas, defensores da verdade histórica) e de outro os historiadores culturais (pós-modernos, irracionaisistas, nominalistas, céticos, partidários da ficção, da invenção subjetivistas, relativistas, antirrealistas) (SANTOS, 2020, p. 395)

A partir da discussão de Santos (2020) sobre a recepção da crítica historiográfica de Roger Chartier contra Hayden White na década de 1990 é possível observar duas questões: 1) a posição de historiadores brasileiros não foram pautadas somente por uma postura “científica” que olha apenas para os aspectos “historiográficos” da teoria, mas também por uma postura política dos historiadores em relação a seu ofício e a disciplina e; 2) determinados historiadores brasileiros reduziram a perspectiva de Hayden White a um “espantalho”, distorcido de sua teoria, para uma crítica que diminui a pluralidade de perspectivas dentro da historiografia e cria uma caricatura onde pode se depositar todos os “problemas” do fazer histórico.

Na realidade, parece que tachar a perspectiva de Hayden White e das obras que o utilizam como referência de teoria “pós-moderna”. “ceticista”; “negacionista” e “conservadora” acaba por somente erguer uma parede de preconceito e afastar análises críticas. Neste caso, uma avaliação que percebe as possibilidades e avanços - e limites - como a de Paul Ricoeur (2002) podem acabar sendo deixadas de lado. É reconhecendo as problemáticas em torno do conceito de “representação” e “narrativa” que Ricoeur (ibidem) desenvolveu o próprio conceito de “representância” como uma postura de análise crítica que considera tanto a “narrativa” e o caráter “científico” da história que também busca ser ética.

A crítica de Carlo Ginzburg e Roger Chartier em relação a Hayden White, e de historiadores brasileiros - como Ciro Flamarion Cardoso, Michel Zaidan e

Emilia Viotti da Costa - ao “*pós-modernismo*” e ao “*vulgar linguisticism*” parece ter gerado uma certa percepção comum que a análise de White com o “afrouxamento” e “relativização” da história como método científico em busca da obtenção da “verdade” levou ao “negacionismo” e “revisionismo” histórico. Porém, não parece que os negacionistas do Holocausto como os historiadores Ernst Nolte e David Irving usem como referência as obras de Hayden White ou suas perspectivas tropológicas das narrativas históricas. Muito menos os acusados de “revisionismo” da ditadura militar brasileira pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”. Além disso, os “negacionistas” da ditadura militar no Brasil - apontados por Bauer (2018) - como Carlos Alberto Brilhante Ustra e a produtora “Brasil Paralelo” também não pensam com a perspectiva de Hayden White (nem mesmo de forma “indireta”).¹⁷⁴

3.2 HAYDEN WHITE, “NEGACIONISMOS” E “REVISIONISMOS”

Por outro lado, pesquisas como a de Mateus Pereira em *Lembrança do presente* (2022) acaba mobilizando tanto a perspectiva crítica de Hayden White quanto a de Paul Ricoeur para analisar os negacionismos e “revisionismos” da ditadura militar na internet em uma era atualista. No estudo, Pereira (2022, p. 49-50) afirma que “[...] a negação, em seu sentido ideológico, bem como o revisionismo, em seu sentido absoluto e relativo, estão intimamente ligados àquilo que Ricoeur (2007) chama de memória manipulada” elaborada por uma má conduta e uma má ciência histórica (RICOEUR, 2007). Casos de “manipulação da memória” e de negação; negacionismo e de “revisionismo” ocorreram principalmente na disputa de narrativas na Wikipédia sobre o verbete “Regime Militar Brasileiro” durante o contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade entre 2012-2014.

No caso das “guerras de memórias” - ou como Pereira (2022) aponta como “guerras de edições” dentro da Wikipédia - as narrativas historiográficas sobre a ditadura militar foram debatidas e tornaram-se alvos dos diversos negacionismos e “revisionismos” pelo defensores da ditadura militar de 1964. Porém, parece que

¹⁷⁴ Este argumento é elaborado por Avila (2021, p. 177) onde aponta que “[...] é necessário recordarmos que negacionistas, soft ou não, rejeitam o relativismo de que são acusados; pelo contrário, suas concepções de “verdade histórica” são calcadas em um anseio objetivista que não é de todo diferente daquele da ortodoxia disciplinar, isto é, não admitem que possam existir inúmeras representações dos fenômenos pretéritos, todas igualmente plausíveis (se, repitamos, cumpridos os protocolos de respeito às evidências e à responsabilidade teórica-conceitual)”.

nessas “guerras de edição”, os colaboradores da Wikipédia não estão “relativizando” a escrita; representação e narrativa histórica, mas se portam como “[...] guerrilheiros da factualidade do passado, mesmo que prisioneiros de uma concepção de verdade que poderia ser chamada de realismo ingênuo” (PEREIRA, 2022, p. 68-69).

Aqui temos duas considerações importantes de Pereira (2022) sobre as disputas de memórias dentro da internet e seus diversos negacionismos e “reviscionismos”. A primeira é que a disputa pela memória - entre lembrança e esquecimento - não consegue ser abolida totalmente pela ciência histórica¹⁷⁵ onde construir e rememorar o passado de maneira ética pode contribuir para o perdão. Neste caso, esquecer ou mesmo promover uma amnésia - como a Lei de Anistia de 1979 - impede que o perdão parta da vítima da opressão - a única que pode perdoar de acordo com Ricoeur (2007, p. 486). Pereira (2022, p. 59-66) disserta sobre as diversas problemáticas envolvendo o perdão das vítimas, o remorso e o luto nacional e os possíveis ganhos em perdoar e fazer reconhecer os crimes cometidos pelos opressores. Já no Brasil, qualquer forma de tratar o passado traumático da ditadura esbarra na impunidade que foi criada e perpetuada pelos opressores do regime ditatorial - os militares. Além disso, segundo Pereira (2020, p. 64), o processo de negacionismo e “reviscionismo” se amplia cada vez mais desde 2012 e de maneira especial após a eleição de Bolsonaro em 2018.

A segunda consideração é em relação ao “realismo ingênuo” que alguns colaboradores defendem nas “guerras de edições” dentro da Wikipédia. Pereira (ibidem, p. 93) argumenta que o “[...] sentido da experiência não é construído apenas pelo conhecimento socialmente legitimado por alguns grupos e instituições [...]”. Ou seja, podemos tomar como exemplo as diversas dimensões das maneiras que as sociedades pensam e produzem narrativas/dimensões sobre o passado. Neste caso, Jörn Rüsen (2015) aponta que existem no mínimo cinco dimensões que orientam o sentido histórico dos sujeitos: religiosa; estética; moral; política e cognitiva.¹⁷⁶ Assim, Pereira (2022, p. 93) aponta que “[...] o combate a posições e opiniões que estão/são contra a verdade não deve ocorrer apenas no nível da

¹⁷⁵ Pereira (2022, p. 61) cita Ricoeur (2007, p. 493) ao afirmar que “[...] a memória continua ser a guardiã da última dialética constitutiva da preteridade do passado, a saber, a relação entre o ‘não mais’, que marca seu caráter acabado, abolido, ultrapassado, e o ‘tendo sido’, que designa seu caráter original e, nesse sentido, indestrutível”.

¹⁷⁶ Pereira (2022) não mobiliza a teoria da história de Rüsen (2015), porém, parece que existe uma convergência entre ambas perspectivas.

desconstrução, da falsificação ou no nível epistemológico, mas, também, no plano da ação e da interpretação engajada do ponto de vista ético, político e existencial”.

Portanto, se esse combate demanda também “ação e interpretação engajada”, o plano da factualidade histórica não consegue dar conta da crítica ao negacionismo e ao “revisionismo”. Não é uma mera questão de “verdade histórica”, mas também de mobilizar e construir uma explicação ética para o passado que oriente os sujeitos ao longo do tempo. No entanto, a narrativa histórica hegemônica na historiografia e a narrativa histórica na Wikipédia se baseiam em um realismo crítico ou ingênuo. Assim, Pereira (2022, p. 93) mobiliza a crítica de Hayden White (2018) ao apontar os limites do realismo na historiografia acadêmica profissional. É interessante apontar a proposta de Pereira (2022, p. 93) ao utilizar a teoria de White (2018):

A sua sugestão sobre a narração e representação do passado, sobretudo se levarmos em conta as formas não narrativas e antinarrativas do modernismo literário para representar o passado histórico, pelo menos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, pode ser um convite interessante tanto para os historiadores de ofício quanto para os wikipedistas, a fim de imaginarem e ousarem mais em suas formas de narrativização da experiência histórica sem ignorar a factualidade, já que as narrativas históricas se referem ao “mundo real”

Portanto, a questão para Pereira (ibidem, p. 93) é como elaborar técnicas e formas para a narrativização do passado da ditadura militar brasileira. Além disso, na visão de Pereira (ibidem, p. 94), as narrativas trabalhadas dentro da Wikipédia são formadas por diversas hibridações entre o passado prático e o passado histórico. Nesse sentido, apesar da Wikipédia poder ser considerada “conservadora” e não se ater a “ciência histórica” ou apresentação de “provas históricas”, ela “[...] pode auxiliar a questionar, repensar e negociar certos discursos de autoridade nos estimulando, assim, a contar a história de muitas maneiras: comprometidas com a verdade factual, com a pluralidade, com a equidade, com a felicidade e com um mundo mais justo”.¹⁷⁷

Já a pesquisa de Ávila (2021) ao criticar o negacionismo da produtora “Brasil Paralelo” acaba também por mobilizar tanto a análise Paul Ricoeur (2007) quanto às perspectivas de Hayden White (1999; 2010; 2014). O principal objeto de crítica de Ávila (2021) são as narrativas produzidas pelo “Brasil paralelo”, mais precisamente os documentários *Trilogía Pátria Educadora; O dia depois da eleição;*

¹⁷⁷ Pereira (2022, p. 94) menciona a pesquisa de Varela e Bonaldo (2020) onde os autores analisam as potencialidades da Wikipédia.

Brasil - A Última Cruzada; 1964 - O Brasil entre armas e livros. Nessas narrativas, Ávila identifica diversos negacionismos sobre os principais temas abordados com uma clara intenção de defender uma agenda da Nova Direita. O negacionismo identificado por Ávila (2021, p. 168) não é aquele relacionado somente ao “negacionismo dos fatos”, mas sim “[...] versões falseadas através da deleção, da manipulação e da distorção do registro histórico, e não necessariamente da mentira óbvia, embora o limite entre esses processos possa ser tênue”.

A crítica de Ávila (2021, p. 166-172) vai portanto apontar os falseamentos da narrativa e as inconsistências teóricas das representações dos documentários do “Brasil Paralelo”, principalmente na omissão de crimes e traumas e a apologia de processos criticados pela “esquerda”, como a colonização portuguesa e o golpe civil-militar de 1964. Essas narrativas não estão separadas das políticas postas a partir de, principalmente, 2018 com a eleição de Bolsonaro:

Há, deste modo, um continuum entre as figurações do Brasil Paralelo e o negacionismo inequívoco do atual Presidente da República, para quem a ditadura não foi suficientemente ditadura (“temos que fazer o que os militares não fizeram”, bradou ele um dia): os silenciamentos da tortura e das mortes pela empresa funcionam como a reinvidicação pela negação, que autoriza “cientificamente” as afrontas de Bolsonaro contra a democracia. Um não tem efetividade pública sem o outro, pois, na frase certa de Ricouer (2007, p. 98), “até o tirano precisa de um retórico, um sofista, para transformar em discurso sua empreitada de intimidação e sedução” (AVILA, 2021, p. 172)

Porém, o que parece ser mais interessante na pesquisa de Avila (2021) é a sua proposta de solução para esses negacionismos cada vez mais presentes no Brasil atual e impulsionados e produzidos por empresas como o “Brasil Paralelo”. Avila (ibidem, p. 173) aponta ser necessário um “pluralismo historiográfico” já que um dos

[...] efeitos mais cruéis dos negacionismos é a recusa destas possibilidades ou, dito diferentemente, a fixação de significados absolutos, baseados em falsificações ou exclusões históricas, para nossos mundos; no caso do Brasil Paralelo, amparados em justificativas inaceitáveis do terror de Estado, na lógica de inimidade perene, na deterioração da democracia como valor compartilhado, em uma universalidade falsa, porque respaldada por uma metonímia espúria e na supressão do reconhecimento de feridas históricas coletivas (AVILA, ibidem, p. 172)

Ou seja, para combater os negacionismos não basta “[...] retroceder a um “realismo ingênuo”” nem manter a historiografia “fechada”.¹⁷⁸ Para evitar isso, Avila (2021, p. 173) usa a ideia de “pluralismo historiográfico” com a contribuição de White (2010, p. 226) onde existem “um número de relatos igualmente plausíveis sobre o passado ou um número de diferentes, mas igualmente significativas construções do passado”. Porém, Avila (2021) ao evocar a interpretação de Hayden White reconhece também as duras críticas que o historiador e crítico literário recebeu - principalmente de Carlo Ginzburg e Roger Chartier. Avila (2021, p. 173) ressalta que (White, 1999, p. 2) não excluir a existência do “passado” ou que ele nunca tenha existido, nem que as informações sobre o passado sejam mais ou menos precisas. Assim,

[...] o pluralismo não leva à aceitação acrítica de qualquer interpretação ou à suspensão de julgamentos acerca da “responsabilidade perante as regras da evidência” ou a “consistência lógica” (White, 1994, p. 114) de uma representação. Para criticar falsificações históricas ou historiografias incompetentes (César, 2012, p. 36), não precisamos retroceder a um “positivismo redivivo” (LaCapra, 2000, p. 206), que reduz qualquer querela à questão de uma verdade factual *strictu sensu* (AVILA, 2021, p. 173, grifos do autor)

Assim, parece que os avisos de Carlo Ginzburg (2006) e Roger Chartier (2002) sobre a necessidade de manter as “ortodoxias disciplinares” e que a concessão a um “relativismo perigoso” poderia automaticamente “legitimar mentiras negacionistas” parece não fazer sentido. Nessa ideia, a visão de Avila (2021, p. 176) é clara: é o “Brasil Paralelo” produzindo suas narrativas negacionistas que almeja ser a “verdade histórica nacional” com anseios objetivistas semelhantes a ortodoxia disciplinar na histórica. Assim, para Avila (ibidem, p. 176), nas narrativas do “Brasil Paralelo” “[...] não existe qualquer relativismo, moderado ou radical”. É por essa maneira negacionista que o “Brasil Paralelo” fecha os futuros possíveis e empobrece a imaginação histórica da sociedade.

Avila (ibidem, p. 178) é categórico ao afirmar que a “historiografia sozinha não pode fazer muita coisa e certamente não substitui, por si só, as lutas cotidianas por verdade, compaixão e justiça” e que, citando Trouillot (1995, p. 150), a historiografia também não consegue sozinha repelir a sedução do autoritarismo. O que é possível de ser feito então? É combater pelo direito à história (ARAUJO, 2017,

¹⁷⁸ Avila (2021, p. 173) faz referência ao “realismo ingênuo” a partir de Ricoeur (2007, p. 270).

p. 191-216) o qual os negacionistas subtraem oferecendo outras leituras de mundo e de futuro possíveis (MOUFFE, 2018, p. 76).¹⁷⁹

Fica claro, portanto, a crítica de Pereira (2022) e Avila (2021) aos negacionismos que acontecem em relação à história da ditadura militar brasileira (1964-1985). Não só isso, ambos autores, de certo modo, utilizam tanto as contribuições de Paul Ricoeur e de Hayden White. Novamente, ao realizar a crítica ao “realismo ingênuo” e demandar novas perspectivas de narração do passado - mais éticas e responsáveis - as análises de Hayden White são presentes. Mesmo assim, não ocorre o “relativismo” extremo nem abre brechas para o “negacionismo/revisionismo” da história como aponta Carlo Ginzburg. Muito menos as pesquisas de Pereira (2022) e Avila (2021) “fogem” da história como ciência ou deixam de apontar a possibilidade de conhecer o passado ou do método de pesquisa. Também não é possível afirmar que tanto Pereira (2022) quanto Avila (2021) sejam de “direita” ou “liberais/conservadores” por utilizarem as perspectivas de Hayden White.

Longe disso, se olharmos para a crítica de Pereira (2022) à própria produção de Daniel Aarão Reis Filho (2000; 2010) podemos perceber que a considerada “historiografia revisionista” pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”¹⁸⁰ também é analisada por historiadores que se fundamentam em posições teóricas de Hayden White. Pereira (2022) não considera o trabalho de Daniel Aarão Reis Filho (2000; 2010) como “revisionista” nem negacionista, mas aponta a insuficiência da crítica de Reis (2000; 2010) em relação a “memória incômoda”, principalmente após 2012-2014 onde a “[...] memória da Ditadura tem se tornado objeto de disputa, de conflito, de interpretação, de revisão” (PEREIRA, 2022, p. 66). Houve uma mudança na memória que se deve, na perspectiva de Pereira (ibidem, p. 66) “[...] às quebras (parciais e frágeis) dos silêncios e silenciamentos que cobriam e sustentavam tal incômodo”.

Antes de buscar esgotar este debate, podemos portanto considerar algumas perspectivas a partir do conceito de “negacionismo” e das críticas historiográficas ao redor dele. Em um primeiro momento é possível afirmar que, ao

¹⁷⁹ Neste caso ao citar Mouffe (2018); Araujo (2017) e Trouillot (1995), Avila (2021) acaba também por fazer uma defesa da historiografia para combater o negacionismo, mas de maneira diferente de historiadores como Ginzburg e Chartier que irão defender o caráter científico e objetivo da historiografia como ciência.

¹⁸⁰ Principalmente a crítica de Melo (2014) a Daniel Aarão Reis Filho.

contrário do que postula Hayden White, a historiografia profissional consegue lidar com eventos sensíveis. Assim, o processo de produção - a prática historiográfica como afirma Certeau (2020) - para a escrita historiográfica perpassa elementos de erudição de fontes históricas, coleta ou mesmo criação de fontes históricas, questionamento metodologicamente orientados, atuação em e para grande público. Porém, não significa que somente a historiografia profissional “científica e objetiva” dá conta dos diversos modos de produzir significados e sentidos sobre o passado (RÜSEN, 2015).

Além disso, críticas importantes à teoria de Hayden White foram elaboradas por Ricoeur (2007) principalmente sobre o limite da representação - elaborando o conceito de “representância” - e de Rüsen (2015)¹⁸¹ a respeito dos limites dos tropos linguísticos para a análise histórica. Ambos apontam limites para a teoria de White, mas não esquecem de delimitar os avanços das análises whiteanas. Por fim, parece que a “metahistória” de Hayden White não é elaborada para “encerrar” debates historiográficos ou para colocar em xeque o ofício do historiador. Vejo muito mais como um acréscimo a análise historiográfica, principalmente no que compete à escrita da história. A teoria de White busca analisar e abstrair grandes conceitos e terá limites ao ser posta a prova com especificidades historiográficas e é isso que faz parte da própria ciência histórica: nenhuma teoria ou conclusão dentro do ofício e da produção acadêmica é imune a críticas e a limites. É para isso que existem as diversas tentativas constantes de “revisões” historiográficas.

3.3 "NEGACIONISMO" E HISTORIOGRAFIA

Moraes (2011) defende que o conceito de “negacionismo” deve apenas ser usado para tratar do Holocausto. No presente estado da produção cultural, midiática e historiográfica brasileira são cada vez maiores as análises e categorização

¹⁸¹ A exemplo é a análise de Rüsen (2015, p. 205): “Com efeito, a poética da historiografia de White, por força de seu refinamento analítico e de sua complexa sistematização, serve de instrumento metódico para investigar as formas historiográficas. Com seu auxílio, pode-se caracterizar, com precisão, os formatos da historiografia. Ela sofre, entretanto, de uma séria lacuna: é fato que os tropos conferem aos eventos apresentados, linguisticamente, um sentido que vai além de sua pura facticidade. No entanto, eles nada dizem acerca do que e do como essa remissão linguística fórmula quanto ao contexto especificamente temporal dos acontecimentos, que é o que interessa ao pensamento histórico. Os tropos não são, pura e simplesmente, tipicamente históricos. Não se põe em dúvida seu significado para a formatação literária da apresentação histórica, pelo contrário. Mas com eles não se consegue caracterizar e analisar, com exatidão, o que distingue a historiografia das narrativas literárias. A relação à experiência, constitutiva do pensamento histórico, não é alcançada pela constituição de sentido mediante tropos. A especificidade da história desaparece nessa poética da historiografia”.

dos diversos "negacionismos" dentro da história. São exemplos disso as análises da negação do extermínio indígena; da escravidão; da ditadura militar de 1964. Um bom exemplo disso é o recente dossiê produzido por Valim, Avelar e Bevernage (2021) que trata dos negacionismos da bomba atômica e dos crimes de guerra do Japão (NETO, 2021); Holocausto (CARDOSO; 2021); ditadura militar brasileira pelo jornalismo (MENESES; 2021); sobre os negros e indígenas na formação social do Ceará (BARBOZA; MARIZ, 2021); da política relacionada ao lavajatismo (PEREIRA; SILVA, 2021) e do já citado sobre o negacionismo do Brasil Paralelo (AVILA, 2021).

Além disso, esperamos que tenha ficado mais delimitado o que é negacionismo dentro da historiografia, ou seja, um conceito sendo possível de ser mobilizado para caracterizar a historiografia e historiadores que: neguem; adulterem; impeçam a consulta e distorçam fontes históricas e narrativas éticas sobre o passado. Pereira (2022, p. 39-40)¹⁸² define conceitos de historiografias e narrativas não éticas sobre o passado, principalmente a ditadura de 1964 brasileira:

Negação: contestação da realidade, fato ou acontecimento que pode levar à dissimulação, à falsificação, à fantasia, à distorção e ao embaralhamento. Em geral, percebemos uma dissimulação e uma distorção da factualidade que ou procura negar o poder de veto das fontes, ou fabrica uma retórica com base em provas imaginárias e/ou discutíveis/manipuladas. *Negacionismo*: radicalização da negação e/ou do revisionismo. Falsificação do fato (PEREIRA, 2022, p. 39-40, grifos do autor)

Neste uso, o negacionismo parece como um desdobramento da negação e do "revisionismo". Assim, o conceito de "negação" se assemelha ao conceito de "negacionismo" apontado por Moraes (2011; 2013) e o de "revisionismo" de Vidal-Naquet (1988). Porém, na interpretação de Pereira (2022, p. 39), o conceito de "negacionismo" é o que mais abarca outros conceitos e é o mais "radicalizado" ao ponto de negar e falsificar a existência de um fato histórico. Além disso, o conceito apresentado por Pereira (ibidem, p. 39) de "negação" não é intrinsecamente "abuso", já que a "negação" pode levar à "[...] dissimulação, à falsificação, à fantasia, à

¹⁸² Pereira (2022, p. 39-40) também mobiliza os conceitos de "inscrição"; "não inscrição" e "revisionismo" como parte importante da análise sobre narrativas na Wikipédia sobre a ditadura militar de 1964. A saber: "*Inscrição*: marca, selo, cicatriz, elaboração, sobrevivência, persistência, permanência, impressão, fixação. *Não inscrição*: sombra, branco, vazio, nevoeiro, apagamento, repressão, invisibilidade, silenciamento" e "*Revisionismo*: interpretação livre que não nega necessariamente os fatos, mas que os instrumentaliza para justificar os combates políticos do presente, a fim de construir uma narrativa alternativa que, de algum modo, legitima certas dominações e violências" (PEREIRA, 2022, p. 39-40, grifos do autor).

distorção e ao embaralhamento”. No entanto, em sua forma “radicalizada”, utilizada com frequência e falsificando fatos, ela se torna um “negacionismo”.

Com essa adição, parece que o trabalho de Pereira (2022) contribuiu para compreendermos melhor os processos de “não inscrição”; “negação” e “negacionismo” que cada vez mais ocorre no Brasil e de maneira global. Porém, discordamos sobre atrelar dentro do guarda-chuva do conceito de “negacionismo” o próprio conceito de “revisonismo”. Pereira (2022, p. 44) assim diz:

Cabe destacar que, na análise aqui apresentada, não faço uma distinção radical entre revisionismo e negacionismo, especialmente em sua dimensão psicológica e ideológica. O revisionismo absoluto é, em grande medida, um tipo de negacionismo puro ou literal (cf. VIDAL-NAQUET, 1994, p. 119). As manifestações de algo próximo a um negacionismo puro, encontradas entre 2012-2014, consistiam em mostrar que a tortura foi um excesso e não uma política de Estado

Neste comentário é possível conhecer um pouco a posição de Pereira (2022) sobre o conceito de “revisonismo”. Sua pesquisa não busca analisar propriamente o conceito, nem traçar seu histórico, mas vale aqui traçar alguns pontos da necessidade da distinção entre os conceitos de “negacionismo” e “revisonismo”. Primeiro, o uso desses conceitos tem uma historicidade que não é compatível, nem como sinônimos. A exemplo é os diversos usos do conceito de “revisonismo” como inovação nas discussões historiográficas tendo alguns deles já apresentados nesta pesquisa. A impossibilidade de traçar um paralelo entre “negacionismo” e “revisonismo” também aparece no texto de Avila (2021, p. 182):

Nesse artigo, optei deliberadamente pelo uso do termo “negacionismo” para referir-me ao que considero falsificações do passado ou (im)posturas intelectuais dedicadas ao apagamento obsequioso de determinados acontecimentos de nossas imaginações públicas. Chamá-los de “revisonistas” seria dar-lhes um crédito que não merecem, porque não estão interessados em revisões produtivas e responsáveis de nossas histórias, mas na imposição de falsidades para darem chancela aos projetos de poder da Nova Direita, vitoriosa nas eleições brasileiras de 2018. Para uma excelente análise do fenômeno da revisão na historiografia, assim como para a sua diferenciação dos revisionismos espúrios, ver Spiegel, 2007

Além disso, a referência de Pereira (2022) a crítica de Pierre Vidal-Naquet (1994) ao “revisonismo absoluto” e aos “revisonismos relativos”. Pierre Vidal-Naquet no livro *Os assassinos da Memória* (1988) realizou essa distinção onde destaca a existência de “revisonismos” que foram vistos de maneira positiva. Porém, a maior parte de sua crítica se direciona aqueles “historiadores” que se

autodenominam como “revisionistas” para garantir prestígio acadêmico em suas teorias “negacionistas”. É possível que Pierre Vidal-Naquet (1988, p. 117) utilize a palavra “revisionista” para polemizar no momento em que os historiadores autodenominados “revisionistas” estavam publicando suas teses “negacionistas” - dentro da década de 1980.¹⁸³ Observemos a consideração de Vidal-Naquet (1988, p.117) sobre o “revisionismo”:

Chamarei aqui de “revisionismo” a doutrina segundo a qual o genocídio praticado na Alemanha nazista contra os Judeus e Ciganos não existiu e pertence ao domínio do mito, da fabulação, da fraude. Falo aqui do “revisionismo” no sentido absoluto do termo, mas existem também revisionismos relativos sobre os quais falarei um pouco

Neste caso, Vidal-Naquet (1988, p. 147-150) parece utilizar a ideia de “negação absoluta” do conceito de “dialética negativa” de Theodor Adorno (1978). Nesta parte do texto, Vidal-Naquet (1988, p. 147-149) toma emprestado o conceito de “negação absoluta” para criticar propriamente o trabalho do historiador. Para o historiografia profissional, basta não existir “provas documentais” de câmaras de gás em Dachau ou inconsistências nas traduções do diário de Anne Frank que ele historiador já se “curva” perante a negação da existência do fato - neste caso o Holocausto. Outra visão pode ocorrer com o historiador: ao adotar uma doutrina específica - Vidal Naquet (ibidem, p. 149-150) dá o exemplo da doutrina marxista - o historiador deixa de fora explicações e evidências que não vão de encontro com a doutrina pré-estabelecida. Apesar disso, o historiador ainda entende o “revisionismo” como uma outra explicação, uma crítica ou nova explicação histórica à doutrina anterior.

Para Vidal-Naquet (1988, p. 150) não é isso o que acontece com os historiadores que ele aponta como “revisionistas”. Para esses “revisionistas” o Holocausto não aconteceu, uma ideia já a priori da investigação das evidências. Esses “revisionistas” já negam a existencia do Holocausto e a responsabilidade dos alemães e dos nazistas antes de realizar a pesquisa histórica. Eis a “negação absoluta” do fato histórico. Assim, estariam realizando uma história instrumental, forjando, falsificando e destruindo fontes históricas para confirmarem suas pré concepções.

Se essas pré concepções dos historiadores “revisionistas” mobilizam uma pesquisa histórica instrumental para legitimar posições políticas no presente que

¹⁸³ O texto *Teses sobre o revisionismo* é escrito em 1982 e publicado em 1985.

“revisam”; “atualizam”; colocam em “descrédito” e “invalidam” pesquisas “ortodoxas” anteriores partem da “negação absoluta” cabe a nós perguntar: não estaria Vidal Naquet (1988) afirmando que os historiadores “revisionistas” partem da “negação absoluta” - ou seja, “radical”? Se sim, tanto a concepção de Vidal-Naquet (1988) e de Pereira (2022) estariam corretas ao apontar que o “revisionismo” faz parte do “negacionismo”, ou ao menos sejam sinônimos. Porém, essa ideia tem um contra argumentos: é considerar como verdadeira a proposta de Vidal-Naquet (1988, p. 150) que o “revisionismo” só aparece no Ocidente após a difusão maciça do Holocausto e assim ignorar a pluralidade de sentidos e de usos que o conceito de “revisionismo” foi e é utilizado, variando de lugar e época.

Observemos a consideração de Vidal-Naquet (1988, p. 150, grifos do autor) sobre a centralidade do Holocausto no “revisionismo”: “O revisionismo é coisa antiga, mas só aconteceu no Ocidente após difusão maciça de *Holocausto*, ou seja, após a espetacularização do genocídio, sua transformação em linguagem pura e objeto de consumo das massas”. Aqui Vidal-Naquet (ibidem, p. 117-123) parte de sua própria breve apresentação da história do “revisionismo” e busca mostrar como o Holocausto foi um ponto de guinada do “revisionismo” a que ele critica.

Apesar de lembrar que a palavra foi utilizada no *Bersteindebatte* e no caso Dreyfuss, parece que Vidal-Naquet não conheceu - ou ignorou - o uso do “revisionismo” no final do século XIX até a década de 1930 na região do Prata, especificamente na Argentina e Paraguai. Nesse último caso, a palavra “revisionismo” perdurou com o sentido de uma “nova visão” – crítica da historiografia anterior – na pesquisa historiográfica argentina e paraguaia mesmo no século XX após o Holocausto.

Não somente isso, principalmente nas décadas de 1960 a 1970, o historiador José Honório Rodrigues (1965) utilizou o conceito de “revisionismo” para se referir a historiografia de Afonso de Taunay; em mesmo período de tempo, foram publicadas as obras marxistas de José Júlio Chiavenatto e León Pomer que são consideradas “revisionistas”. Já nos EUA, houve uma historiografia revisionista da Revolução Russa de 1917, com novas fontes históricas e interpretações, novamente, taxada de “revisionista” (SEGRILLO, 2010). Essas considerações do “revisionismo” na historiografia não ficaram somente dentro do debate acadêmico. Foi um grande debate público dentro da polêmica “revisionista” entre Juan O’Leary e Cecílio Baez no Paraguai e entre os “revisionistas nacionalistas” contra os “unitaristas liberais”

argentinos. O “revisionismo” da Guerra da Tríplice Aliança foi incorporado no ensino de história brasileiro a partir da década de 1980-1990 sendo objeto de disputa e crítica por jornalistas e historiadores fora dos ambientes acadêmicos.

Mesmo após a “espetacularização do Holocausto”, a palavra “revisionismo” foi utilizada para designar historiografias de qualidade e inovadoras. A ideia de “revisionismo” como algo nefasto e abusivo não ocupou todo o espaço de sentido do conceito de “revisionismo”. O que ocorreu foi a elaboração e utilização da palavra “negacionismo” para se referir ao que Vidal-Naquet (1988) considera como “revisionismo”. Essa elaboração ocorreu principalmente no próprio período que Vidal-Naquet realiza suas críticas, a exemplo da popularização do “negacionismo” feito por Rouso (1987).¹⁸⁴

Assim, o “negacionismo” está intimamente ligado ao debate acerca da “negação” do Holocausto, onde as pesquisas, como a de Moraes (2011; 2013), reforçam essa ideia. E não somente isso, a “negação” e o “negacionismo” não ocorrem somente ao Holocausto, como mostra o dossiê organizado por Valim; Avelar e Bevernage (2021) e a própria pesquisa de Pereira (2022). Atrelar o conceito de “revisionismo” ao de “negacionismo” parece mais uma prática comum do que um esforço de crítica necessária aos conceitos. Isso não significa dizer que a análise de Pereira (2022) é inválida, mas que o uso do conceito de “revisionismo” junto com o de “negacionismo” pode ser revisto. Uma mera menção ao “revisionismo” vai carecer de uma longa desambiguação em relação àqueles “revisionismos” “inovadores” e “abusivos”. Sendo assim, é possível optar por não usar o conceito desta maneira.

Existe algum malefício em não utilizar o conceito de “revisionismo” juntamente com o de “negacionismo”? Acreditamos que não: os conceitos de “inscrição”, “não inscrição”; “negação” e “negacionismo” dão conta de explicar os procedimentos de falsificação e mau uso da história. Se não devemos atrelar o “revisionismo” ao “negacionismo”, o que devemos fazer com a ideia de “revisionismo”?

¹⁸⁴ Valim; Avelar e Bevernage (2021, p. 14).

CAPÍTULO 4: ENTRE OS “REVISIONISMOS”: COMO USAR?

A partir da breve apresentação das considerações sobre o que é “revisionismo” e a sua aparição como “revisionismo histórico” demonstram bem o sentido “camaleônico” da palavra (TRAVERSO, 2012). Assim, é fundamental considerar que a palavra “revisionismo” nem sempre se refere ao campo próprio da historiografia. Em um primeiro momento a pecha de “revisionista” foi atrelada à marxistas que buscaram “revisar” o marxismo à luz das mudanças sociais e políticas do final do século XIX como Edward Bernstein; Benedetto Croce e Georges Sorel. Se para esses autores da social-democracia e do sindicalismo revolucionário suas “revisões” eram benéficas e necessárias, seus críticos como Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky e Vladimir Lênin apontavam esse “revisionismo” como uma negação da teoria da luta de classes, da possibilidade do fim do capitalismo, do marxismo como ciência, do descolamento desses intelectuais da classe trabalhadora e uma leitura “pequeno-burguesa” do marxismo (GALASTRI, 2015).

O sentido de “revisionismo” também muda após a formação do Estado da URSS e a constituição do “marxismo-leninismo” como doutrina oficial, onde para Traverso (2012) quem não seguia as orientações do Partido Comunista era considerado “revisionista”, no sentido de “traição”. É o que aconteceu com Leon Trotsky quando acusado por Stalin de se aproximar da social-democracia¹⁸⁵, com a acusação de “revisionismo” a Karl Kautsky quando criticou a constituição do estado soviético e sua burocratização desqualificando a Revolução de 1917¹⁸⁶. Ainda existiu o “revisionismo” do cisma iugoslavo pelo Marechal Tito quando rompe com o bloco da URSS e é acusado como “traidor”. Esse fenômeno do “revisionismo” como traição também foi recebido por Nikita Khrushchov (1894-1971) em relação às suas críticas a Stalin e as aproximações com os EUA. Assim, a República Popular da China sob a liderança de Mao Tsé-Tung (1893-1976) considerou a política externa sob o regime de Khrushchev durante a década de 1960 como um afastamento da política leninista¹⁸⁷. Nesse sentido o combate ao “revisionismo” na Europa teve Enver Hoxha (1908-1985), primeiro ministro e secretário geral do Partido Trabalhista da Albânia

¹⁸⁵Lembremos da acusação de “revisionismo” a Edward Bernstein, membro do Partido Social-Democrata Alemão. Ver Medvedev (1986).

¹⁸⁶ Galastri (2015).

¹⁸⁷ Para detalhes sobre a política externa da URSS durante a década de 1960 e de Nikita Khrushchov ver Paul Marantz (1975) e Silva (2014).

após rompimento com o maoísmo em 1970¹⁸⁸.

É a partir da 2ª Guerra Mundial que o termo “revisonismo” adentra nas pesquisas historiográficas significando “inovação”, qualidade de pesquisa, novas fontes e “paradigmas interpretativos” (TRAVERSO, 2012). Esse fenômeno não se restringe ao cenário europeu: José Honório Rodrigues (1965) já considerou como “revisonista” as pesquisas historiográficas de Capistrano de Abreu e Afonso Taunay pelas suas inovações teóricas e de preenchimento de uma história que “faltava” sobre o bandeirantismo no período colonial. Seguiu-se também com a consideração da historiografia “revisonista” da Guerra da Tríplice Aliança com a obra de Júlio Chiavenato (MAESTRI, 2009) e da escravidão no território brasileiro com as obras de Sílvia Lara e Sidney Chalhoub (MATTOS, 2012). Nesses casos, o “revisonismo” não se deu somente por novas fontes históricas levantadas, mas principalmente por novos “paradigmas interpretativos”.

A historiografia da Guerra da Tríplice Aliança até a publicação de *Genocídio americano: a guerra do Paraguai* no final da década de 1970 no Brasil ainda era majoritariamente de “trincheira”, seguindo as perspectivas dos militares e focando na vitória do Brasil – e durante a Ditadura Militar de 1964 não foi rediscutido essa narrativa. A novidade de Chiavenato foi propor uma interpretação marxista sobre a guerra e embalada pela parca historiografia no Brasil (MAESTRI, 2009). Já a historiografia da escravidão da década de 1980 se beneficiou pela Lei de Anistia de 1979 que permitiu a volta de historiadores e pesquisadores exilados na Europa ao território brasileiro e pelo *boom* editorial aumentando as referências disponíveis para pesquisadores no Brasil.

Mas existe aquele “revisonismo abusivo” que alguns historiadores do “movimento crítico ao revisonismo contemporâneo” argumentam ser “apologético” (MELO, 2014) “regressista” ou “neoliberal” (MONTEIRO, 2017). Os historiadores pertencentes a esse movimento concentraram esforços para categorizar e investigar esses revisonismos em duas principais publicações: *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisonismo contemporâneo* organizada por Demian de Melo (2014) e *Contribuição à crítica da historiografia revisonista* organizada por Carlos de Sena

¹⁸⁸ As obras de Enver Hoxha foram compiladas e são reproduzidas gratuitamente pelo *Institute of Marxist-Leninist Studies at the Central Committee of the Party of Labour of Albania* e destaca-se os textos sobre “revisonismo” como *The Marxist-Leninist Movement and the World Crisis of Capitalism* e *Eurocommunism is Anti-Communism* ambos encontrados em <<https://www.marxists.org/>>.

Júnior; Demian de Melo e Gilberto Calil (2017) com alguns textos já apresentados nessa dissertação. Mesclando historiadores portugueses e brasileiros, podemos verificar uma forte influência do marxismo e da perspectiva de Antonio Gramsci neste grupo e na concepção de hegemonia da historiografia.

Para estes historiadores o “revisãoismo” tem fundamentos teóricos nas *teses do totalitarismo* de Hannah Arendt e se configura pelo anticomunismo, teleologia da sociedade para o capitalismo liberal e a desqualificação das Revoluções Francesa de 1789; Russa de 1917; do antifascismo e da intelectualidade e política de esquerda. Um dos maiores nomes desse movimento “revisãoista” seria o historiador François Furet em relação a desqualificação das Revoluções de 1789 e 1917; de Ernst Nolte e a apologia ao nazismo e Renzo De Felice e a apologia do fascismo – mais especificamente de Mussolini.

É notável que esse “movimento crítico ao revisãoismo” se baseie principalmente na obra de Enzo Traverso (2012)¹⁸⁹ no capítulo sobre “revisãoismo” histórico. Traverso aponta que o revisãoismo dentro do *Historikerstreit* não lidou mais somente com a escrita da história, mas sim com o que Habermas chamou de *usos públicos da história* - como a história é pensada e utilizada pela sociedade. Como também já apresentado nesta dissertação, Traverso (2012) ainda busca tipificar os tipos de “revisãoismos”.

Ainda assim, para Traverso (2012) atrelar somente a pecha de “revisãoista” não resolveria as problemáticas das visões apologéticas. Assim, rotular como “revisãoista” pode cair no caso de “traição” a uma suposta “história oficial”. Ao reconhecer uma história “revisãoista” acaba também reconhecendo uma história “verdadeira” que deva ser seguida de forma teleológica e dividindo os historiadores entre “revisãoistas” e “oficiais” onde existe uma prática inquisitorial aos “revisores”. Portanto, para Traverso (2012) não se deve falar em uma historiografia “revisãoista” nem “oficial”, mas uma historiografia “crítica” - e o termo “revisãoismo” deve ser deixado para tratar do *Bernsteindebatte*.

Para Calil, Melo e Sena Júnior (2017) existe uma fragilidade na concepção de Traverso (2012) pois as revisões não tratam apenas de contraposições de paradigmas interpretativos, do mais antigo para um mais novo, como a das

¹⁸⁹ No caso a edição espanhola de *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política* de Traverso traduzida em 2007 e publicada em Madri pela Marcial Pons. No caso da edição de 2017 Sena Júnior, Melo e Calil reproduziram o capítulo sobre revisãoismo histórico de Traverso (2017).

revoluções científicas de Kuhn, mas sim de uma natureza política ao “uso público da história” (p. 20). Essas revisões e revisionismos são parte das disputas pela hegemonia nas sociedades modernas cheias de discursos sobre a memória.

Calil, Melo e Sena Júnior (2017, p. 20) argumentam que “[...] não parece nem um pouco correto afirmar que os críticos de procedimentos chamados revisionistas estejam simplesmente comprometidos com a defesa de uma visão tradicional, a reiteração de uma visão canônica ou oficial da história”. Os autores ponderam que em alguns casos a crítica de revisionismo pode ser resgatar uma ideia de história oficial, mas os historiadores que fazem esse tipo de crítica devem desconstruir a “[...] visão do oponente a partir de dados empíricos e discussões conceituais, e não com retórica moralista ou mera ideologia *partisan*” (p.20). Calil, Melo e Sena Junior (2017) recorrem à concepção de Soutelo (2009) ainda sobre a possibilidade de a crítica ao revisionismo propor uma história normativa: a preocupação seria o contrário, seria um problema se a historiografia “revisionista” se tornasse a história oficial e fosse aceita pela memória coletiva e opinião pública.

A partir desse pequeno embate devemos tomar algumas considerações sobre o termo de “revisionismo”. Assim, buscaremos demonstrar como o conceito de “revisionismo” perpassa em dois modos de uso: 1) propriamente um conceito histórico surgindo em um contexto político/social específico e 2) como um conceito heurístico a disposição do historiador para qualificar e analisar a partir da história da historiografia (KOSELLECK, 2006; PROST, 2020). Além disso, analisaremos as relações entre o “revisionismo” na historiografia avaliando o “lugar social”, a “prática” e a “escrita” (CERTEAU, 2020) da produção histórica como prática social dentro de círculos acadêmico e a existência de uma “hegemonia” historiográfica. Por fim, apontaremos as relações intrínsecas entre a pesquisa historiográfica com o “revisionismo” dentro da produção acadêmica.

4.1 HISTÓRIA DOS CONCEITOS E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

Nesse sentido, as considerações metodológicas da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) parecem também elucidar as considerações conceituais e categóricas como horizonte de investigação historiográfica. Jasmin e Feres (2006) apontam que a história dos conceitos elaborada por Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck avançou em relação a história da ideias

tradicional¹⁹⁰ ao argumentar a aproximação entre uma historiografia dos conceitos com uma história social onde a sociedade em determinado lugar e período histórico desenvolve e ressignifica conceitos para seu uso social (político/econômico).

Koselleck acabou sendo um dos principais historiadores que construíram uma metodologia para a análise dos conceitos e seus campos semânticos durante a história. Koselleck (2006) afirma que a análise histórica dos conceitos não deve estar ligada somente a história da língua, mas também com os dados da história social já que a semântica ultrapassa a dimensão linguística. Assim, Koselleck (2006) adverte que mesmo com a permanência ao longo do tempo histórico não significa que seu sentido tenha permanecido o mesmo sendo fundamental analisar também a mudança do sentido do conceito.

Além disso, Koselleck (2006, p. 106-107) ao analisar os conceitos políticos e sociais divide em três grupos: 1) conceitos tradicionais da doutrina constitucional aristotélica cujo significado permanecem em parte e ainda “funcione” empiricamente nas relações atuais; 2) conceitos cujo conteúdo se alteraram ao modo que são dificilmente comparáveis sendo que seu significado só pode ser recuperado pela análise histórica¹⁹¹ e por fim 3) os neologismos que surgem em certos momentos e reagem a situações sociais para registrar ou até mesmo provocar um ineditismo¹⁹².

Ainda ao tratar sobre conceitos sociais e políticos, Koselleck (2006) afirma que eles não se associam diretamente a uma palavra, pois conceitos exigem uma generalização e polissemia. Assim, um conceito concentra uma “multiplicidade de significados”. Koselleck (idem, p. 109) adverte que “embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”. É assim, fundamental, avaliar os contextos sociais de utilização de um determinado conceito¹⁹³. Outros elementos para avaliar um conceito incluem também a análise de seus antônimos e a ampliação

¹⁹⁰ A história dos conceitos alemã visava principalmente a crítica a história das ideias praticada por Meinecke que tratava das ideias descoladas da base social. Outros pesquisadores que contribuíram metodologicamente para a análise da história das ideias foi Skinner e Pocock no que foi chamado de “contextualismo” na Inglaterra durante a década de 1970.

¹⁹¹ Koselleck aponta como exemplo desse tipo de conceito os sentidos das palavras *Geschichte* e *Historien*.

¹⁹² Como exemplo, Koselleck registra os conceitos de “comunismo” e “fascismo”.

¹⁹³ Ao comentar sobre a análise pelo historiador do “contexto social” Koselleck (2006) afirma que o tamanho e as dimensões do que vai ser analisado como “contexto” de um conceito fica a cargo das necessidades do historiador ao investigar determinado objeto.

do campo semântico (KOSELLECK, 2006).

Assim, no exercício de investigar o conceito de “revisão” utilizado durante o *Bersteindebatte* e a partir das considerações de Galastri (2015) sobre o “revisão” ampliado em outros países como a França, Bélgica e Itália nos mostra uma relação entre a mudança social e política dentro dos partidos de esquerda no final do século XIX e início do XX. A mudança partidária – indo para partidos de massa e uma grande influência do “socialismo revolucionário” – buscavam atingir uma maior parte dos trabalhadores que cada vez se diversificaram em trabalho e ganho salarial. É possível também considerar as intenções de Lênin ao apontar o “revisão” de Bernstein como uma crítica teórica – as próprias “revisões” de Bernstein da teoria marxiana – e uma crítica social e política – principalmente aos rumos do Partido Social Democrata Alemão e seu descompromisso com a “revolução”; “fim do capitalismo” e da “classe trabalhadora”.

Koselleck (2006) ao afirmar a possibilidade dos neologismos e das ampliações de horizonte que são possíveis pela elaboração de conceitos ajuda também a compreender como principalmente Lênin – Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky utilizam-se menos da palavra “revisão” – transforma a ideia de “revisão” utilizada por Bernstein em um arcabouço ideológico. Lênin (1977) busca apontar os “elementos ideológicos” do “revisão”, mas na realidade parece que o próprio “revisão” se torna uma ideologia seguida por alguns “traidores” em relação ao horizonte de expectativas que a prática “ortodoxa” da teoria marxiana demanda pelo revolucionário russo. O “revisão” dentro do campo semântico da esquerda não teria espaço teórico e político para o horizonte revolucionário almejado.

Cabe ainda às considerações de Koselleck (2006, p.116) sobre os níveis de análise da historiografia e sua relação com os conceitos: a historiografia analisa “[...] fatos já articulados linguisticamente ou ela reconstrói fatos não articulados no passado mas que, com a ajuda de determinados métodos e a coleta de indícios, podem ser de alguma maneira recuperados”. Assim, Koselleck (ibidem) assume duas maneiras de como os historiadores na pesquisa utilizam os conceitos:

No primeiro caso, os conceitos recebidos da tradição servem de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo caso, a história [*Historie*] se serve *ex post* de categorias acabadas e definidas, que são aplicadas sem que possam ser identificadas nas fontes [...] Nos dois casos a história dos conceitos evidencia a diferença que predomina entre um núcleo conceitual do passado e um núcleo conceitual contemporâneo, seja porque ela traduz o antigo uso

linguístico, ligado às fontes, de modo a defini-lo para a investigação contemporânea, seja porque ela verifica a capacidade de rendimento das definições contemporâneas de conceitos científicos

A distinção entre conceitos utilizados pelos sujeitos do passado e os conceitos utilizados pelo historiador ao analisar o passado faz parte da prática de pesquisa do historiador. Apesar de abusos e anacronismos aparecerem em pesquisas¹⁹⁴, é parte do trabalho de pesquisa historiográfica elaborar conceitos para explicar fenômenos no passado que não foram elaborados pelos sujeitos que o viveram. Prost (2020) parte das concepções de Koselleck (2006) para elaborar suas considerações sobre os conceitos que historiadores utilizam nas suas pesquisas. Porém, Prost (2020, p. 117-118) adverte o historiador não pode sempre escolher entre os conceitos da época e os conceitos atuais elaborados para a pesquisa: para alguns períodos e evoluções nas diversas áreas sociais são necessários conceitos ex post pois nem sempre “[...] os contemporâneos de uma época tenham tido consciência da originalidade do período em que eles viviam ao ponto de atribuir-lhe um nome naquele mesmo momento”¹⁹⁵.

Prost (2020, p. 120)¹⁹⁶ ainda segue na dissertação sobre características dos conceitos utilizados na história: eles resultam de uma generalização empírica sendo o resumo de várias observações que registram similitudes e identificam fenômenos recorrentes, sendo uma “[...] facilidade de linguagem que permite uma economia de descrição e análise”. Ainda buscando argumentar o que são os conceitos históricos, Prost (2020) partindo das considerações do “tipo ideal” de Max Weber (1864-1920) afirma que os conceitos não são baseados apenas em constatações empíricas, mas partem de argumentos e de uma teoria. É assim que o conceito busca dotar sentido ao que tenta explicar sobressaindo o específico e o geral de uma determinada realidade histórica. Prost (2020, p. 131) ainda sintetiza que “os conceitos adquirem sentido por sua inserção em uma configuração herdada do passado, por seu valor performático anunciador de um futuro e por seu alcance polêmico no tempo presente”.

¹⁹⁴ Prost (2020, p.117) dá o exemplo da crítica que L. Febvre na obra Rabelais (1942) onde a aplicação do conceito de ateísmo e descrença para o século XVI pode ser considerada anacronismo.

¹⁹⁵ Prost (2020, p.118) ainda afirma sobre o período que vivemos e a produção de conceitos: “uma das características da sociedade atual é a imediata presença a si mesma que lhe permite, graças à sociologia científica ou jornalística, formar um prognóstico sobre o que está em vias de se passar e que, às vezes, ainda não terminou”.

¹⁹⁶ Partindo de Koselleck (2006).

Nesse sentido, o “revisionismo” pode ser tratado como um conceito histórico utilizado pelos sujeitos para se referir a escalada de respostas ao Bernsteindebate como aponta Traverso (2012) e aos outros movimentos do “socialismo revolucionário” nos países da Europa como aponta Galastri (2015). Também faz parte do campo semântico as atribuições de “revisionistas” e “social-democrata” as atribuições contrárias a política da URSS como a Revolução chinesa e o cisma iugoslavo, assim como a desistanilização de Nikita Khrushchov e o movimento “anti-revisionista” encabeçado por Enver Hoxha na Albânia.

Há também as considerações sobre o “revisionismo” como “inovação”. Rodrigues (1965) já apontou o “revisionismo” historiográfico de Taunay e suas contribuições para a interpretação da história brasileira. Rodrigues (1986) argumentava em 1965 a necessidade de um “revisionismo” histórico que reconhecendo o engajamento do historiador deva reinterpretar a história a luz do presente¹⁹⁷ contrária às ideias “ortodoxas” e “conservadoras” de interpretação histórica no Brasil. Rodrigues (1986, p. 28) apontava em Varnhagen o mentor dessa historiografia: “oficial, porque sempre a razão de Estado estava correta: neutro porque fingiu não tomar partido, mas sempre os vitoriosos estavam certos; limitado, porque lhe coube estabelecer aqueles limites temporais permissíveis a um tratamento histórico, que, ultrapassado, faziam incorrer na pecha de diletantismo”. Rodrigues (1986, p. 29) parece dotar a concepção de “revisionismo” como um fenômeno modernizador da historiografia, mas também de uma “revisão” das ideias filosóficas, éticas e políticas, como também do “processo histórico”. O “revisionismo” é também uma revisão de uma política, de um Estado, de um projeto nacional.

É também fora do campo semântico das lutas políticas de esquerda que o conceito de “revisionismo” é utilizado por historiadores para definir uma historiográfica anterior como inovadora. Já apresentamos como as obras da década de 1960 da historiografia estadunidense e europeia sobre a Revolução Russa de 1917 foram consideradas como um “revisionismo” a uma historiografia “cold-warrior” (SEGRILLO, 2010; TRAVERSO, 2012; MONTEIRO, 2017; MELO, 2014). Também do “revisionismo” da historiografia sobre a Guerra da Tríplice-Aliança promovida principalmente por Júlio Chiavenatto e do “neorevisionismo” sendo um dos principais

¹⁹⁷ Nota-se uma assumida influência do pensamento de Benedetto Croce nas considerações de José Honório Rodrigues.

nomes dessa “corrente” Francisco Doratiotto (MAESTRI, 2009; SQUINELO, 2008).

A partir dessas análises podemos considerar – a maneira da “história dos conceitos” proposta por Koselleck (2006) e pela conceitualização que o historiador usa em suas pesquisas com Prost (2020) – que existem no mínimo dois “tipos” conceituais de “revisão”: 1) o conceito de “revisão” em seu sentido histórico surgindo em diferentes contextos sociais e políticos e 2) a categoria heurística utilizada pelo historiador de “revisão” para se referir a uma determinada produção historiográfica marcando principalmente sua inovação, qualidade e benefícios para a ciência histórica (RODRIGUES, 1965; 1986; MAESTRI, 2009; SQUINELO, 2008; SEGRILLO, 2010) e por uma historiografia apologética do capitalismo, da ditadura militar; do liberalismo como faz o “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” (MELO, 2014; SENNA JÚNIOR; MELO; CALIL, 2017).

É possível afirmar que esses autores mencionados utilizam a categoria de “revisão” como um conceito heurístico para analisar fenômenos históricos próprios da historiografia. Suas considerações não ficam restritas a meras “resenhas críticas” podendo ser consideradas como avaliações históricas dentro da disciplina de história da historiografia. É assim que as análises sobre métodos, fontes avaliadas e paradigmas teóricos são apontados por historiadores como Maestri (2009), Rodrigues (1965; 1986) e Segrillo (2010).

O caso do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” busca mais a fundo avaliar o “lugar social” e a “prática historiográfica” – como apontou Certeau (2020) em sua análise da operação historiográfica – dos promotores do “revisão apologético”. As pesquisas que usam a categoria de “revisão” ainda têm os mesmos objetos que, segundo Araújo (2006, p.91), a disciplina da história da historiografia almeja analisar: “[...] a história da historiografia teria como objeto próprio pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade históricas”.

Como conceito para a análise e explicação de fenômenos históricos dentro de um exercício de história da historiografia o uso do “revisão” pode apresentar contradições e problemáticas que devem ser analisadas – afinal, o conceito como ferramenta heurística deve almejar explicar seu objeto. Uma primeira crítica ao uso do conceito de “revisão” é a implicação de uma “história oficial” e uma “história revisionista” (TRAVERSO, 2012; SOUTELO, 2009). Outro problema do

conceito de “revisionismo” ao ser utilizado para caracterizar uma historiografia é o seu uso por historiadores que se referem a “movimentos” ou “historiografias” que não tratam de uma “revisão” - entendida aqui como “inovação” e aumento da capacidade explicativa de um fenômeno histórico.

Essa multiplicidade de sentido do conceito de “revisionismo” acabou por proporcionar a necessidade do pesquisador em, a todo momento, para não recair em injustiças, em qualificar qual é o “revisionismo” de que se fala. Ora é um “revisionismo” inovador, um “revisionismo crítico” (BAUER, 2018)¹⁹⁸, ou um “revisionismo progressista” e “regressista” (MONTEIRO, 2017); “revisionismo neoliberal” (MONTEIRO, idem); um “revisionismo apologético” (MELO, 2014). É importante lembrar que não somente o uso da ideia de “revisionismo” durante o *Bersteindebatte* influenciou as concepções do “revisionismo apologético” mas também as críticas de Jürgen Habermas¹⁹⁹ durante o *Historikerstreit* aos historiadores “revisionistas” do nazismo e do Holocausto.

Se considerarmos o “revisionismo” dentro da discussão sobre a escrita e pesquisa da história podemos avaliar que a prática de “revisar” as pesquisas contemporâneas buscam “revisar” o hegemônico, o cânone, o consenso. Se a historiografia “revisionista apologética” acaba por se tornar “oficial”, os historiadores do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” são os historiadores “revisionistas”! Tomando a palavra “revisão” no dicionário Aurélio teremos como significado “novo exame” e “nova leitura”, além de “inspeção de uma máquina, em que se lhe desmontam as partes para substituir peças gastas ou defeituosas, ajustar folgas, etc.”.²⁰⁰ Não seria essa a “desconstrução” com dados empíricos e afirmações verdadeiras que os historiadores do movimento crítico ao “revisionismo” buscam?

O exemplo da historiografia “revisionista” de Júlio Chiavenato sobre a Guerra da Tríplice Aliança pode servir para expandirmos a problemática do conceito. O livro *Genocídio americano: a guerra do Paraguai* é considerado parte de uma leitura “revisionista” por Maestri (2009) e Squinelo (2008) e notavelmente uma leitura

¹⁹⁸ As pesquisas de Carolina Bauer (2018) não estão dentro do considerado “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”. Porém, a autora parte da diferenciação do conceito de “revisionismo” proposta por Melo (2014) entre um “revisionismo inovador” e um “revisionismo negativo”.

¹⁹⁹ Nota-se a influência do marxismo na formação de Habermas e na sua filosofia sendo muito provável que o autor conheça a discussão sobre o “revisionismo” de Edward Bernstein.

²⁰⁰ Verbete consultado no aplicativo do *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*, ver a palavra “revisão”. Acesso em 7 de dezembro de 2021.

marxista, de esquerda, contendo já mencionadas qualidades. Apesar disso, sua argumentação também possui problemas e acabou sendo superada por outras perspectivas historiográficas como a corrente “neorevisionista” da Guerra da Tríplice Aliança com o maior representante sendo Francisco Doratiotto com o livro *A Maldita Guerra* (2002)²⁰¹.

Se ainda tomarmos o exemplo do livro de Chiavenato: ele é “revisionista” ou *foi* “revisionista” em um determinado período da história da historiografia? Se a historiografia dos “neorevisionistas” for confrontada com novas fontes históricas ou novos “paradigmas interpretativos” e revelado que essa corrente não consegue explicar o evento histórico da Guerra da Tríplice Aliança ainda será considerada neorevisionista? O que virá depois, o “neoneorevisionismo”²⁰²? Uma historiografia pode ser sempre “revisionista” a uma determinada leitura do passado que seja canônica ou esteja em alta não existindo uma leitura “revisionista” do “revisionismo” pois acaba que o conceito perde seu sentido e não consegue explicar o fenômeno a que se refere.

Esse questionamento parece cômico e banal, mas revela limitações do que consideramos como “revisionismo”. É o caso da publicação do “cold warrior” de Richard Pipes²⁰³ durante a década de 1990. Melo (2014) e Monteiro (2017) consideram suas teses como “revisionistas”. No entanto, Segrillo (2010) afirma que essa historiografia *cold warrior* republicada em 1990 apenas reafirmou suas considerações da década de 1950/1960, apesar da abertura de novas fontes históricas e das considerações do “revisionismo inovador” durante a década de 1960/1970. Para Melo (2014) pode ser considerado um “revisionismo furetiano”²⁰⁴ insistindo na tese que a transformação radical e igualitarismo social gerará uma experiência totalitária. Já na concepção de Segrillo (2010) o “revisionismo” é aquele

²⁰¹ É importante ressaltar que há divergências em relação ao “neorevisionismo” de Francisco Doratiotto. Maestri (2009) considera sua historiografia “restauracionista” ao estilo da historiografia de “trincheira”. Já Alambert (2001), Squinelo (2008) e André Salles (2015) consideram essa historiografia da década de 1990 como “neorevisionista”, juntamente com as publicações de Moniz Bandeira *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança* (1995) e Alfredo da Mota Menezes *Guerra do Paraguai. Como construímos o conflito* (1998).

²⁰² Fitzpatrick (2007) comenta em artigo sobre o “revisionismo” historiográfico da historiografia sobre a Revolução Russa a qual a autora foi uma das participantes que a historiografia posterior - denominada de culturalista por Monteiro (2017) é considerada “pós-revisionista”.

²⁰³ *The Russian Revolution* (1990) e *A concise history of the Russian Revolution* (1995)

²⁰⁴ Outra obra dentro desse “revisionismo” para Melo (2014) é a de Orlando Figes *A People’s Tragedy: the Russian Revolution: 1891-1924* publicada em 1996.

metodológico, de novas fontes e novos questionamentos – assim não cabendo a historiografia produzida por Pipes.

Para os historiadores do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” a “operação revisionista” não se refere a novas fontes, novas metodologias ou novo “paradigma interpretativo”. As análises são “reaquecidas”, como o reaquecimento da tese da continuidade pela via culturalista da historiografia “revisionista neoliberal” da Revolução Russa (MONTEIRO, 2017) ou pela historiografia do fascismo que faz o discurso dos fascistas em seu tempo a narrativa historiográfica (FIGUEIREDO, 2017).

Também parece ser as considerações dos historiadores “revisionistas” apontadas por Melo (2014), Calil (2017) e Coelho (2017) onde a historiografia “revisionista” da ditadura militar não traz nada de novo, somente requeitando teses antimarxistas e de “equivalência” entre esquerda e direita durante o golpe de 1964²⁰⁵. É no mesmo sentido que Traverso (2012) emprega o termo de “revisionismo” para os historiadores apologetas do *Historikerstreit*: essa historiografia se preocupa muito mais com a política no presente, com a memória e com consciência histórica da narrativa histórica do que com novas fontes, novas perguntas e com a qualidade da pesquisa.

Apesar disso, o conceito de “revisionismo” ainda se refere para indicar “modernidade” e “inovação” dentro da historiografia, como é o caso de José Honório Rodrigues na obra *Vida e História* onde argumenta que “o revisionismo não teve sorte no Brasil, porque a elite foi sempre dominada pela aversão às novidades” (1986, p. 27) ao tratar da influência de Varnhagen no estabelecimento com “punhos de ferro” de uma história “oficialista” brasileira. Mesmo os “negacionistas” e “revisionistas” buscaram este epíteto para afirmarem suas novidades explicativas como Robert Faurisson e Ernst Nolte. É também o caso do próprio Edward Bernstein ao promover sua “revisão” sobre a obra marxiana.

A ideia de “revisionismo” mostra a duplicidade quando usada por Bauer (2018)²⁰⁶ para se referir a certa historiografia sobre a ditadura militar de 1964 que começou a surgir na década de 1980 e em resposta a publicação da obra *Brasil*:

²⁰⁵ Trataremos melhor do “revisionismo” da ditadura militar brasileira no capítulo 2 desta dissertação.

²⁰⁶ A autora toma como diferenciação entre o “revisionismo crítico” e “revisionismo apologético” as considerações de Melo (2014).

Nunca Mais (1985). Livros como o de Maro Pollo Giordani²⁰⁷ *Brasil: Sempre* e o desenvolvimento do *Projeto Orvil*, além das obras memorialísticas de Carlos Alberto Brilhante Ustra em 1987 e Armando Falcão em 1989. Já nos anos 2000, Bauer (2018, p.198) aponta como obra importante dessa “comunidade de memória” o registro de memória militar desenvolvido pela Biblioteca do Exército pelo Projeto História Oral do Exército lançando 15 tomos de entrevistas intitulados *31 de março de 1964*.

Essas representações do passado possuem, segundo Bauer (ibidem), uma coesão e estabilidade formando uma “comunidade de memórias” na qual a pós-verdade é uma característica principal, sendo que os “[...] fatos objetivos possuem menos importância que os apelos à emoção, as memórias herdadas e às experiências pessoais”. No entanto, apesar dessa “comunidade de memória” ser considerada “revisonista” e “negacionista” sua retórica é

[...] marcada por distorções e idealismos, esses discursos não necessariamente *negam* ou *revisam* a ditadura, mas procuram justificar e legitimar suas práticas, principalmente, pela crença na efetividade do terrorismo de Estado; no caso de atores civis e militares implicados na violação de direitos humanos, ainda, pela busca de absolvição ou derresponsabilização por ações criminosas [...] (BAUER, 2018, p. 199, grifos do autor)

Bauer (ibidem) ainda considera que os argumentos dessa “comunidade de memórias” são baseados em geral na desmoralização das vítimas por meio do descrédito de seus testemunhos ou pela equiparação entre a violência usada pelo Estado e das ações guerrilheiras como no caso da “teoria dos dois demônios” utilizada na Argentina. A partir de Iokoi (2009) Bauer (2018, p. 199) ainda afirma que essa “cultura histórica” brasileira é fundamentada no “estigma da cordialidade” buscando neutralizar os conflitos e disputas por meio de representações de conciliação.

Após a breve apresentação das ambiguidades da relação entre o conceito histórico de “revisonismo” surgido no final do século XIX e do conceito histórico heurístico de “revisonismo” mobilizado por historiadores ao classificar determinada historiografia produzida em um período de tempo podemos estabelecer limites para o uso do conceito de “revisonismo”. A partir da pesquisa de Galastri (2015) já apresentada podemos considerar equivocado o argumento de Traverso (2012) sob o “revisonismo” ser deixado somente para tratar do *Bersteindebatte*: as

²⁰⁷ Membro da inteligência militar durante a ditadura.

disputas entre as “revisões” do marxismo feitas pelos sociais-democratas e dos socialistas revolucionários foram mais amplas geograficamente que o caso alemão, como George Sorel na França e Saveiro Merlino e Benedetto Croce na Itália – este último continuou suas publicações “revisionistas” após a publicação de Berstein e a réplica de Rosa Luxemburgo e Karl Kautsky. Também nas publicações de Lênin é possível notar um debate entre precursores do “revisionismo” de maneira mais ampla do que o *Bersteindebatte*. Podemos dizer que existiu no final do século XIX um movimento “revisionista” de marxistas e socialistas em relação à teoria marxiana e respostas a essa prática em vários países europeus. Assim, parece não ser possível deixar o “revisionismo” estrito ao *Bersteindebatte* como propôs Traverso (2012).

Cabe questionar também qual é o “valor epistêmico” de utilizar o conceito de “revisionismo” como categoria heurística para analisar determinada historiografia. É necessário nas pesquisas explicar o conceito se ele é um “revisionismo” inovador ou abusivo ou se ele é “progressista”/“apologético”, assim o foco se torna em explicar o conceito - quando sua conceitualização é devidamente trabalhada em estudos de historiografia ou em divulgação histórica. O sentido de “inovação” e “qualidade” do conceito de “revisionismo” é mantido em seus usos em diversos campos semânticos, principalmente aqueles ligados às disciplinas científicas. Sendo assim, não parece caber nas avaliações da considerada “historiografia revisionista” sendo que são “reaquecidas”, utilizam dos discursos dos sujeitos históricos em seu tempo como narrativa historiográfica sem a mediação crítica de uma metodologia ou paradigma interpretativo de análise próprio da ciência histórica ou que simplesmente “são negacionistas e revisionistas” mas não “negam” nem “revisam” uma determinada história.

As características dessa dita “historiografia revisionista” recaem naquilo de Darnton (2010, p. 114): “Seja revisionista. Sempre é bom derrubar alguma tese “clássica”. Mas cuide para abordar o momento certo, porque uma revisão de uma revisão pode dar a impressão de que você voltar a uma tese antiquada”. O reconhecimento de uma “não inovação” ainda é presente nas considerações de Melo (2014, p. 48) sobre a necessidade do historiador ao reescrever a história em seu presente, trazendo um adendo importante a essa concepção:

 Todavia, nessa reescrita a possibilidade de que no final se acabe por produzir um conhecimento inferior ao que se pretendia superar está sempre colocada, especialmente quando o que move a produção não é mais que produzir uma leitura do passado ideologicamente

orientada, ainda que sob a roupagem acadêmica. A depender da “economia política” por detrás de tal releitura, o que se acaba por fazer é nada menos que uma releitura reacionária do passado, ao serviço de um projeto conservador (e, porque não, reacionário) no presente.

Para Senna Júnior (2017, p. 76) ainda afirmando sobre a historiografia "revisionista":

Entretanto não são novas evidências que determinam a necessidade de novas interpretações, mas o fato de que muitos historiadores optaram por conciliar com a ditadura, passando de armas e bagagens para o campo da memória dos vencedores, o que significa que o revisionismo é uma forma de presentismo disfarçado de história competente e científica

Concepção semelhante sobre a historiografia “revisionista” é compartilhada por Coelho (2017, p. 114-115):

O enorme poder simbólico exibido pela historiografia alinhada com a perspectiva chamada “revisionista” não pode ser explicado pela qualidade intrínseca das pesquisas e dos argumentos que elas sustentam, que nem mesmo são recentes, nem deriva apenas de recursos que os historiadores tenham a sua disposição

Olhando pelo sentido de “inovação” o dito “revisionismo” não é "revisionista". Pelo contrário, seria o “movimento crítico do revisionismo contemporâneo” mais “revisionista” que seus alvos. Porém, o sentido do "revisionismo" mobilizado pelos historiadores marxistas não se restringe à "inovação". Como Traverso (2012) afirma, o conceito de “revisionismo” vindo do *Bersteindebatte* ainda recorre a ideias de “traição”; “falta de responsabilidade com a classe trabalhadora”; a perspectiva da Revolução socialista/operária e com uma tendência da historiografia “revisionista” se alinhar com as classes dominantes principalmente a partir das críticas de Lênin ao "revisionismo".

Assim, os sentidos políticos, sociais e públicos são evocados pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” a partir da tradição dentro do campo semântico das esquerdas que o conceito de “revisionismo” aborda. A noção de “projeto social”, uma disputa no presente que movimenta a investigação histórica, principalmente de Josep Fontana exerce uma influência na ideia de “prática” e “escrita” historiográfica do grupo crítico ao “revisionismo” contemporâneo.

4.2 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO HISTORIADOR NAS CRÍTICAS AO REVISIONISMO

Mattos (2014, p. 93-94), ao apontar as perspectivas da historiografia “culturalista”, defende que esta historiografia, tendo suas bases teóricas fundadas no “pós-modernismo”, acaba por ser “revisionista”, e questiona ainda o quanto podem ser nefastas essas interpretações ao debate político. Assim, Mattos (idem, p. 94-98) aponta como as interpretações “culturalistas” também podem fundamentar políticas, não sendo somente uma “moda acadêmica”. O apartheid na África do Sul e a concepção do “choque de civilizações” de Samuel Huntington seriam exemplos de ideários políticos traçados com base no “culturalismo”. Além disso, Mattos (idem, p.96) ainda afirma que o conceito de “cultura política” mobilizado pelo historiador “revisionista” Daniel Aarão Reis Filho acaba por “[...] desqualificar importantes referências da política de esquerda na América Latina contemporânea, igualadas em sua análise aos “fundamentalismos” políticos-religiosos [...]”. Mattos (idem, p. 97) segue em sua crítica a Reis (2011) onde seus argumentos críticos a alternativas revolucionárias acabam por serem usados por intelectuais de direita, fundamentando-se na própria posição de Reis como historiador e ex-militante do MR8. Por fim, Mattos (idem, p. 98) conclui que o que está em jogo no debate é algo que os historiadores não podem nem devem querer escapar: a responsabilidade social do historiador.

A responsabilidade social como requisito também ocorre no trabalho de Senna Júnior (2014) onde o autor analisa a historiografia “revisionista” baseada na “memória” que constrói uma narrativa histórica anticomunista, como principal exemplo a pesquisa de Jorge Ferreira intitulada *Prisioneiros do mito* (2002). Ainda Senna Júnior (2014, p. 120) defende que o marxismo e os marxistas são os principais fornecedores do “ferramental” teórico para a análise dos partidos e movimentos de esquerda, apesar de durante um tempo “[...] terem ficado esterilizados por tensões estruturalistas que fizeram desaparecer os sujeitos das histórias [...]”. Após esse período, os marxistas saíram do “berço esplêndido” que ocuparam e se atearam às evidências históricas empíricas com a ajuda das produções da historiografia social. Senna Júnior (ibidem) ressalta que a “[...] função da história é dizer verdades [...]” e reconhecer que “[...] quanto mais memória houver no nosso trabalho e nas nossas opções teórico-metodológicas, tanto mais sujeitos a nos afastar da verdade [...]”.

Por fim, Senna Júnior (idem, p. 121) afirma: “os comunistas podem

não ter encontrado as melhores respostas tentando transformar o mundo, mas atuaram como homens e mulheres honrados, cujos pés estiveram sempre fincados no chão”. Neste caso, Senna Júnior parece realizar uma leitura apologética dos militantes comunistas e da própria capacidade da matriz epistêmica do marxismo de avaliar “melhor” um determinado período histórico, pois sempre teriam uma “responsabilidade” com o presente e compromisso político.²⁰⁸

Melo (2014b, p. 180-182) ressalta o “uso público da história” com a recepção “calorosa” da grande imprensa corporativa como o jornal *O Globo* e a *Folha de São Paulo* a historiografia “revisonista” da ditadura militar como as obras de Daniel Aarão Reis (2012) e Marco Antonio Villa (2009). Sena Júnior (2017) ainda relaciona o surgimento tímido da historiografia “revisonista” da ditadura militar na década de 1990 por Argelina Figueiredo e com seu robustecimento nos anos 2000 com o projeto de história oral dos militares realizado pelo CPDOC da FGV ampliado com as publicações – tanto historiográficas quanto em jornais – do historiador Daniel Aarão Reis. Assim, esse discurso historiográfico é capaz de

[...] atrair cada vez mais as novas gerações e favorecer a emergência de discursos abertamente de direita, como foi o caso daquele proferido pelo deputado Jair Bolsonaro, do Partido Social Cristão (PSC), que homenageou a memória do coronel Carlos Brilhante Ustra na votação da Câmara dos Deputados que apreciou o impeachment da presidente Dilma Rousseff no dia 17 de maio de 2016²⁰⁹

Sena Júnior (ibidem) acaba por saltar entre dois níveis de produção discursiva: um é a historiografia acadêmica e sua divulgação em grandes mídias e o segundo é um discurso político e memorialístico que cada vez mais adentrou a política brasileira. Essa relação entre uma historiografia considerada “revisonista” que abre espaço para o surgimento de discursos apologéticos a ditadura militar é também vista com a preocupação de Calil (2017, p. 111) com a publicação da coleção de Elio Gaspari. Considerado um promotor de uma historiografia “revisonista” da ditadura militar de 1964, o jornalista goza de um amplo espaço midiático onde seus livros foram divulgados. Assim a obra de Elio Gaspari

[...] tem um enorme peso na propagação de suas concepções e interpretações, atingindo um público muito mais vasto e inclusive

²⁰⁸ Como será melhor apresentado no capítulo 2 desta dissertação, os historiadores pertencentes ao “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” fazem uma apologia direta do marxismo como melhor explicação para o contexto do golpe de 1964 a ditadura que seguiu. Assim, esses historiadores principalmente defendem a leitura histórica de Dreifuss (1981) e das categorias marxistas como “luta de classes”; “classe social” e “ideologia” partindo principalmente de Gramsci.

²⁰⁹ Sena Júnior (2017, p. 77).

preparando um público leitor para a recepção de outras obras de cunho revisionista, sejam elas produzidas por historiadores profissionais, sejam por jornalistas, polemistas ou meros vulgarizadores

A influência da historiografia “revisionista” ainda impacta o presente, onde tais obras, segundo Calil (idem, p. 112)

[...] reproduzem uma interpretação legitimadora, com claras implicações nos embates políticos do presente, e reforçando uma memória social amenizadora e justificadora da ditadura, que torna possível que até hoje os responsáveis pelas violências produzidas não tenham sido julgados e que o legado autoritário da ditadura se mantenha em grande medida vigente, o que se torna ainda mais evidente em momentos de retrocesso democrático como o atual

O argumento de Loff (2014, p.64-65) ao criticar o “revisionismo” sobre a Revolução dos Cravos em Portugal recai para a manutenção da ideia de Revolução como um horizonte de expectativas, preocupado com sua viabilidade de aplicação futura. Já em outro texto, Loff e Soutelo (2017, p.161) comentando sobre a “suspensão” da ideia de Revolução sobre a Revolução dos Cravos em Portugal e a historiografia “revisionista” onde a última busca liquidar a memória do antifascismo e da possibilidade de mudança estrutural da sociedade. Assim:

[...] a tentativa da liquidação revolucionária fundadora das democracias sociais contemporâneas passa necessariamente pela eliminação do valor universal político-ideológico, ético e moral do antifascismo, pela manipulação da memória da resistência antifascista e pela omissão da problemática colonial.

Por fim, Loff e Soutelo (ibidem, grifos do autor) apontam as disputas do presente em uma “[...] dinâmica instável e desigual entre os impulsos por *transformar* e por *preservar*” o presente. Já Monteiro (2017, p. 239) afirma que todo fazer histórico está ligado a projetos sociais, sempre se expressando em propostas políticas e nas batalhas pela interpretação do passado. O autor ainda afirma que a tentativa historiográfica “revisionista” de “revisar” o passado está ligada à tentativa de salvaguardar e naturalizar o capitalismo. Sua produção historiográfica seria marcada por uma “clara apologia liberal burguesa”. Portanto, para Monteiro (idem, p. 253, grifos do autor) “[...] tais historiadores inegavelmente atuam enquanto braço historiográfico do projeto político-ideológico neoliberal, integrando a empreitada mais ampla do *revisionismo contemporâneo*”.

É semelhante à consideração de Melo (2017, p. 236) sobre o aparecimento da posição “revisionista” sobre a condição de vida da classe

trabalhadora durante a Revolução Industrial na Inglaterra. A historiografia “revisonista neoliberal” encaminhada por Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich Hayek (1899-1992) acabaria sendo revitalizada pela recente difusão do “ideário neoliberal” no Brasil, sendo vinculada e divulgada principalmente por Leandro Narloch no *Guia politicamente incorreto da história do mundo* (2013). Assim, o “revisonismo” buscou, para Melo (idem, p. 279) partindo dos argumentos de Hobsbawm (2000), “[...] deslegitimar toda a trajetória do movimento operário e socialista como algo ilegítimo, sem razão de ser, que é a outra face da moeda da apologia ao capitalismo”.

Portanto, para o “movimento crítico do revisonismo contemporâneo” o conceito de “revisonismo” em sua versão negativa não mostra novas fontes e metodologias nem qualidade teórica. No entanto, o “revisonismo” defende o capitalismo e neoliberalismo, além de reabilitar períodos ditatoriais e a partir da desqualificação do espaço de experiência da militância de esquerda, da revolução socialista e do antifascismo e o cerramento do horizonte de expectativas proporcionado pela transformação socialista. Assim, o sentido de “inovação” e qualidade do conceito heurístico de “revisonismo” é suprimido e os sentidos de “apologia” do capitalismo e da classe burguesa além de “traição” e “falta de compromisso social” do historiador são exaltados.

Assim como o “movimento crítico ao revisonismo contemporâneo” reconhecemos que a produção historiográfica é influenciada pelo presente do historiador, sendo essa uma das principais necessidades de novas investigações históricas. Não buscamos realizar uma separação entre a “prática científica” do “lugar social”²¹⁰ do historiador ou uma pretensão de neutralidade científica. Os próprios historiadores marxistas apontam que os “revisonistas” buscam esta suposta neutralidade política de seus escritos, mas sem sucesso. Porém, cabe questionar se o conceito de “revisonismo” para avaliar determinadas historiografias ainda deva ser usado já que o teor de “inovação” não existe²¹¹. Não buscamos nenhuma “censura” intelectual, mas sim uma melhor conceitualização para explicar um fenômeno sem recair em acusações injustas dada as características próprias do conceito de “revisonismo”.

Em um primeiro momento, é possível pensar na supressão do termo

²¹⁰ Usando o conceito de Certeau (2020).

²¹¹ Apesar de ser reivindicado pelos historiadores que se consideram “revisonistas”. Ver o caso de Faurisson em Vidal-Naquet (1988) e outros historiadores em Melo (2014).

“revisão” ao qualificar as historiografias que “revisam sem revisar” como aquelas apontadas pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”. Neste caso, o conceito heurístico de “revisão apologético” não perde ao suprimir a palavra “revisão”. Se adotarmos como “qualificador” somente a ideia de “apologia” conseguimos compreender que a historiografia referida “defende”; “apoia” e “resgata” a ditadura militar brasileira²¹² (MELO, 2014) ou a ditadura salazarista (LOFF, 2014; LOFF; SOUTELO, 2017) e o fascismo italiano (FIGUEIREDO; 2017). Ao suprimir “revisão” do conceito de “revisão neoliberal” e “revisão regressista” utilizados por Monteiro (2017) é possível entender qual é a defesa no presente e sua perspectiva para a análise do passado: condenando a Revolução Russa de 1917. Assim como na pesquisa de Bauer (2018) onde a supressão do “revisão” pode ser feita mantendo o qualificador de uma historiografia “memorialística”; “apologética” e “reabilitadora”.

Apesar da supressão do conceito de “revisão” retirar a necessidade de explicar a existência de uma “inovação” as outras “rebarbas” semânticas desse conceito ainda estão presentes. Para qualificar o papel no presente e no futuro de uma determinada historiografia considerada “revisão” os próprios epítetos de “liberal”; “neoliberal”; “burguesa”; “capitalista” conseguem explicar a visão do presente de tais historiadores, a explicação do passado e o horizonte de expectativas mobilizado. Além disso, se uma determinada historiografia “resgatar” ideias anteriores, é também possível os qualificados como “restauracionista” e mesmo “conservadora” dependendo do cânone e história da construção disciplinar de uma determinada geografia de produção historiográfica.

4.3 “REVISIONISMO” NA ESCRITA DA HISTÓRIA

É possível mobilizar três conceitos frequentes nas investigações dentro da disciplina de história da historiografia no que Certeau (2020) chamou de “operação historiográfica”. Assim, Certeau (idem, p. 46-47) afirma ser necessário

²¹² A supressão do termo “revisão” ainda não consegue lidar com o fenômeno da unificação de narrativas históricas provenientes de distintos historiadores, lugares sociais e com objetivos diferentes. Neste caso, as qualificações feitas pelo “movimento crítico do revisionismo contemporâneo” organizadas dos livros de Melo (2014) e Sena Júnior; Melo; Calil (2017) a historiadores tão distintos como Daniel Aarão Reis; Jorge Ferreira; Elio Gaspari e Marco Antonio Villa parece ser semelhante a caracterização feita por parte da historiografia brasileira ao “giro linguístico” avaliada por Santos (2019). Desenvolveremos uma análise sobre esse tema no capítulo 2 desta dissertação.

compreender a historiografia “[...]” como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)”. Dentro dessas relações a historiografia apresenta um “lugar social”; “práticas científicas” e uma “escrita”.

Para Certeau (idem, p. 47) toda a historiografia se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural submetida a imposições ligadas a privilégios. A relação entre o “lugar social” de produção historiográfica não é determinada como um mero “reflexo” e nem é possível recair em ambições filosóficas positivistas onde o historiador é isento de “subjetividade” em sua escrita. É no mesmo caso ao avaliar as “instituições do saber” que determinada historiografia se desenvolve, porém sem hierarquizá-lo. Assim, Certeau (idem, p. 53) afirma que, como no corpo humano, separar o “lugar social” do “discurso historiográfico” não faz sentido para a análise de uma historiografia. Esses elementos como discurso, geografia, ideologias estão intimamente ligados. Ainda comenta Certeau (idem, p. 55):

É, pois, impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente; ou sonhar com uma renovação da disciplina, assegurada pela única e exclusiva modificação de seus conceitos, sem que intervenha uma transformação das situações assentadas

O texto historiográfico também assume um “nós” do autor. Certeau (2020) argumenta que esse “nós” é uma convenção, um contrato social entre outros “nós”. Nesse caso, o “nós” não são todos os leitores do livro²¹³, os verdadeiros leitores que compõem o “nós” são os “pares” e “colegas” dentro da academia. Esse “nós” utilizam critérios específicos para a análise da obra historiográfica, existem leis que impõem critérios almejados pelo escritor. Se organiza uma “polícia” que patrulha os textos historiográficos para lhe conferir a característica de um texto histórico científico. Assim, a ideia de uma profissão liberal onde o historiador sozinho desenvolve suas pesquisas não vai adiante.

Para Certeau (2020, p. 57) uma obra de valor em história é aquela reconhecida pelos pares, situada em um conjunto operatório que representa um “progresso” em relação ao estatuto atual dos “objetos” e métodos históricos de uma

²¹³As considerações de Certeau (idem) se referem principalmente a tipos de historiografias disciplinares e não consegue explicar outros tipos de produções historiográficas escritas que tem como objetivo um público amplo, como o caso da História Pública ou historiografias encomendas para datas “comemorativas”.

determinada disciplina, proporcionando novas pesquisas. O estudo histórico é um produto ligado a um complexo de fabricação específico e coletivo, com outras pesquisas e práticas dentro do campo disciplinar. A historiografia, portanto, é um produto de um lugar.

Certeau (2020) também afirma ser necessário entender como a história como disciplina funciona dentro de determinada sociedade, de um determinado lugar. Sabendo disso, é possível observar o que o complexo de produção historiográfica permite e proíbe em quesito de produção historiográfica. Porém, somente considerar o “lugar social” de produção histórica não significa explicar determinada historiografia, mas é condição para que não se recaia em “vícios” como tratar um conjunto de historiografia apartada do lugar de produção. É a partir do lugar de produção que a história pode falar de sua sociedade.

4.4 O LUGAR PROFISSIONAL DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Abordamos o “revisionismo” dentro dos limites metodológicos e científicos utilizados para a pesquisa historiográfica e para a escrita da história. Porém, sabendo que a prática do historiador requer elementos como um lugar de trabalho - posição de historiador geralmente ligado a uma empresa, editora ou instituição de ensino - que perpassa por elementos de produção acadêmica, ensino e extensão das investigações para a sociedade, seria produtivo considerar o “revisionismo” como parte de um “modismo” acadêmico, assim como Pierre Vidal-Naquet (1988, p. 16) considerou a “virada linguística” na historiografia após a década de 1980 ou Mattos (2014) considera os estudos culturais cada vez mais em ascensão na historiografia brasileira? Se meus argumentos estiverem corretos, pretendo mostrar como o “revisionismo” como inovação e o “abuso da história” como uma prática antiética se relacionam diretamente com o estado da pesquisa e ensino de história nas universidades brasileiras/globais. Assim, o “revisionismo” e o “abuso da história” também devem ser analisados por elementos “extra-científicos”.

A simples consideração de “modismo” dentro das práticas acadêmicas e profissionais não consegue explicar totalmente como as “inovações” ocorrem. Fitzprattick (2007, p. 89) e Antoniou (2007) também apontam que o “revisionismo” como “inovação” também não pode ser somente considerado como “uso político” nem como novas descobertas a partir de novas fontes ou paradigmas

interpretativos. Fitzpatrick (2007, p. 89) afirma como participante do “desafio revisionista” da História Soviética que o “impulso” de desafiar a interpretação totalitarista foi anterior a descobertas e acesso de novos arquivos. Assim, para a autora, as produções historiográficas “pós-revisionismo” foram produzidas por jovens pesquisadores “ansiosos” por dar sua contribuição e mudar o debate da historiografia totalitária/revisionista.

Ambos Fitzpatrick (2007) e Antoniou (2007) também reconhecem a mudança que ocorre para a historiografia considerada “revisionista” se tornar o novo “paradigma” ou “ortodoxia”: com a aposentadoria e falecimento de pesquisadores a nova produção historiográfica feita pelos jovens pesquisadores pode assumir espaço o espaço acadêmico dentro das universidades.

Avaliar a “ansiedade” de determinados pesquisadores para debaterem certas posições historiográficas mais “dominantes” - na medida que elas se tornam mais “famosas” nos meios acadêmicos e públicos - parece ser difícil mensurar. A “vontade” de pesquisadores em ter seus trabalhos lidos e discutidos é possivelmente grande e esse é um dos motivos pelo qual seguimos na vida acadêmica. É assim que ficamos felizes, como pesquisadores, de sermos qualificados como “inovadores” e escritores de “excelentes” estudos, ou seja, sermos considerados “revisionistas”. Porém, se minhas considerações estiverem corretas, cada vez mais devemos ser “revisionistas”: a “inovação” está cada vez mais atrelada ao ambiente acadêmico e profissional no qual o estudante e futuro historiador está inserido, abrindo possibilidades para os “abusos da história”.

Ernst Nolte ao dizer para François Furet que o trabalho do historiador se alimenta do “pão de cada dia” das “revisões” historiográficas²¹⁴, aponta o óbvio: propomos novas pesquisas o tempo todo pois não adianta realizar investigações científicas sobre os mesmos temas sem novas metodologias, fontes históricas ou paradigmas interpretativos. Seria um desperdício de tempo e financiamento público/privado “batermos” nas mesmas teclas de pesquisas historiográficas.

Porém, parece que essa “rotina” de trabalho historiográfico que busca sempre ser “revisionista”, ou seja, “inovação” e qualidade faz parte de uma cultura e estrutura acadêmica que se intensifica cada vez mais. Gorman (2007, p. 31) ao tratar sobre o “revisionismo histórico” aponta a existência de uma cultura dentro das pós-

²¹⁴ É possível ver essa consideração em Traverso (2012, p. 157-158).

graduações - principalmente aos estudos no doutorado e pós-doutorado - que busca a inovação. Assim, as pesquisas “novas” revisam as investigações anteriores construindo a “originalidade”, “inovação” e “novidade”.

Se supõe que a escrita de uma tese traga algo de inovador. Porém, a partir das considerações de Araujo (2016) sobre o regime de autonomia avaliativo no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) brasileiro vemos que essa “cultura” apontada por Gorman (2007) é também estruturada a partir de demandas do Estado e de instituições empresariais privadas. Ao apontar a constituição do I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), Araujo (2016) afirma que o documento foi produzido para o período 1975 e 1979 onde identificou fragilidades na pós-graduação brasileira e buscou concentrar no Ministério da Educação (MEC) o controle e gestão dos cursos no Brasil ainda garantindo a autonomia universitária.

O II PNPG de 1981 insistiu na criação de ferramentas de “mensuração da qualidade” dos programas de pós-graduação, sendo uma avaliação interna pelas universidades - o qual segundo Araujo (2016, p. 91) nunca foi implementada - e uma avaliação externa feita pela Capes. O III PNPG foi produzido entre 1986 e 1989 onde estabeleceu a universidade como ambiente privilegiado para a produção de conhecimento através da pós-graduação. Existe um aumento significativo das pós graduações no Brasil²¹⁵ e o “antigo intelectual”, figura do historiador antes da institucionalização universitária, agora se torna um funcionário público em tempo integral com uma forte avaliação de suas atividades. É assim que “o conceito de pesquisa torna-se então o centro da pós-graduação, substituindo o de formação de pessoal superior, que até então parecia predominar, quando o foco era a reprodução de quadros para a expansão universitária” (ARAUJO, idem, p. 92). Com isso, as pesquisas na área de Humanidades foram forçadas a traduzir seus procedimentos aos vocabulários das ciências duras, se deslocando da ideia de formação para preencher as vagas nos programas universitários em expansão. É também o momento em que o artigo em periódico se torna o principal meio de avaliação dos programas.

Assim, Araujo (2016, p. 93) afirma que “é clara a opção pelo crescimento acelerado e a pressão pelo aumento de produtividade, com incremento

²¹⁵ Em 1975 eram 370 programas de mestrado e 89 de doutorado. Já em 1985 existiam 787 mestrados e 325 de doutorado, um crescimento de 200% (ARAUJO, 2016, p. 92).

do número de alunos e a redução do período de formação”. Já o IV PNPG afirma que os índices da pós-graduação devem refletir a relevância do “[...] conhecimento novo, sua importância no contexto social e o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo”²¹⁶. Concluindo, Araujo (ibidem) afirma que toda a ênfase dos sistemas de incentivo e regulação da pós-graduação é no conhecimento novo, consagrado no conceito de “inovação”.

Aqui as práticas acadêmicas se encontram diretamente com a modalidade de escrita da história em forma de artigo científico. Ao privilegiar o artigo historiográfico afasta-se daquele tipo de escrita da História que Michel de Certeau (2020) apontou como sendo o meio mais comum de escrita do historiador, como as teses monográficas ou mesmo livros de história. Nosso intento aqui não é escrachar o formato do artigo científico, suas qualidades como a permissão de uma extensa revisão por pares na maneira do duplo cego; a capacidade sintética dos argumentos e a velocidade de escrita e publicação são fatores relevantes para o desenvolvimento do campo científico historiográfico.

Mas essa mesma capacidade sintética e velocidade causa uma “aceleração” da produção e escrita historiográfica. No formato de artigo científico é cada vez mais comum a adoção de métodos de análise e escrita que buscam destacar o “velho” debate - discussão científica já existente - e o “novo” - a inovação trazida pelo autor. É exemplo disso o método de avaliação e escrita de artigos científicos “C.A.R.S” desenvolvido por John Swales²¹⁷ ou o modelo “IMRad”²¹⁸ que apresenta - nesta ordem - a “introdução; método; resultados e a discussão (considerações)”. Esses métodos de escrita buscam destacar principalmente a inovação do pesquisador em relação ao debate já existente para principalmente os revisores das revistas científicas e para futuros leitores.

A busca por publicações em revista científicas mais conceituadas²¹⁹ revela distorções entre produção e leitura/citação. Apesar do levantamento feito por Ginzburg (2014) tratar sobre as publicações acadêmicas brasileiras na área da

²¹⁶ Brasil (2004, p. 63) apud Araujo (2016, p. 93).

²¹⁷ O modelo “C.A.R.S” aplicado a escrita de resumos e introdução consiste, de maneira resumida, apresentar o “debate” existente (território), estabelecer uma lacuna de pesquisa (nicho) e por fim ocupar essa lacuna com a pesquisa.

²¹⁸ A maneira de organização do artigo científico baseada no IMRaD é mais presente em ciências da natureza do que em ciências humanas já que a discussão teórica não é presente.

²¹⁹ Pelo sistema Qualis da Capes os níveis de das revistas são demarcadas como: A1; A2; B1; B2;B3; B4; B5; C).

literatura, suas considerações também podem explicar a produção historiográfica em artigos. O autor mostra como o interesse e esforço de pesquisadores em publicar nas revistas de Qualis A1 e A2, porém pouco se considera essas publicações para a elaboração de novas pesquisas, sendo as principais referências livros e capítulos de livros. Esse “desgaste” para a publicação em revistas científicas não corresponde a uma disponibilidade para a leitura e a tomada como referência desses artigos científicos. Ginzburg (idem, p. 11) afirma ainda que escrever para revistas acadêmicas acaba deixando de lado a ideia de “contribuição” para o campo científico e acaba se tornando uma tarefa institucional a ser cumprida ou “mera” pontuação para futuras avaliações.

Por meio do sistema de avaliação de quantidade de artigos científicos publicadas por programas de pós-graduação a quantidade de citações relacionadas a um texto publicado em revista, segundo Ginzburg (idem), acaba por significar qualidade. Não somente isso, a quantidade de publicações em revistas mais bem avaliadas também tem um impacto financeiro/orçamentário. Mais publicações um pesquisador ou programa de pós-graduação acumulam, maior é o financiamento para pesquisas, até mesmo a concessão de bolsas de orientandos. O fator de impacto das revistas também é considerado pelas bibliotecas para a assinatura, como destaca Ginzburg (idem, p. 17): “[...] quanto mais um periódico se destacar nas hierarquias do sistema, maior será seu orçamento referente à assinaturas, muitas vezes caríssimas”.

No entanto, o impacto das publicações científicas em questões financeira/orçamentárias não se restringe aos programas de pós-graduação. Como o sistema de pós-graduação e de pesquisa no geral²²⁰ permite e exige cada vez mais demandas de produções de alto impacto, a competitividade e demanda por inovação acaba sendo fatores de eliminação ou avanço na carreira acadêmica para professores de história e alunos da graduação. Para professores de história, parte dos pontos necessários para o acesso a pós-graduação vem de um currículo Lattes “cheio” de publicações em revistas e apresentações de trabalho em eventos - onde os mais bem qualificados dependem, além de outros fatores, do “reversionismo” desses trabalhos.

O impacto para professores de história quando acessam e concluem a pós-graduação pode ser medido na renda obtida em caso de progressão salarial

²²⁰Aqui considero as modalidades de Iniciação Científica que também recebem bolsas e que contribuem para o acesso à pós-graduação.

quando concursado e melhor currículo para busca de empregos no setor privado de ensino. Para professores que ingressam no ensino público para lecionar por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS) o diploma da pós-graduação auferir maior pontuação para conseguir mais aulas²²¹. O acesso à pós-graduação impacta diretamente o orçamento familiar em muitos casos de professores de história, nesse sentido, os requisitos para esse acesso tão almejados também por esses mesmos professores. Como o concurso para entrar nos programas de pós-graduação em muitos casos são concorridos, ter mais publicações - nas melhores revistas pelo Qualis - garante uma vantagem que no futuro poderá ser um aumento de renda. Em certa medida, a busca por “inovação” e produzir uma historiografia “revisionista” pode impactar diretamente em ganhos financeiros reais não somente para pós-graduandos. Essas práticas acabam por produzir uma competitividade já apontada por Ginzburg (2014) e Araujo (2016).

A busca por “inovação” também pode impactar o trabalho de “historiadores públicos” - aqueles que prestam diversos serviços como trabalho memorialístico, em arquivos ou produção de narrativas sobre empresas privadas ou para o grande público. É o caso²²² da Associação Australiana de História [*Australian Historical Association*], onde a forma de orientação salarial para um historiador prestar seus serviços é dividida em quatro níveis.²²³ Quanto maior o nível, mais alto é o

²²¹O quadro de pontuação para o concurso público, PSS e progressão de carreira acaba sendo ressignificado pelos professores que, em muitos casos, optam por cursos de pós-graduação na modalidade de Especialização, principalmente a *lato sensu*. Assim, professores de história investem em cursos de pós-graduação com o melhor “retorno”: mais rápidos, mais baratos e de preferência com menos deslocamento, como é muitos casos de cursos a distância.

²²²Tabela traduzida com os valores e níveis de historiadores retirada da apresentação de Caroline Silveira Bauer intitulada “Regulamentação: e agora?” publicada em 20 de julho de 2021. Disponível em: <<https://bityli.com/n6mQVc>>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

²²³ Em ordem crescente de níveis: I) bom conhecimento no manejo de fontes históricas e métodos de pesquisa; experiência na realização de pesquisas históricas sob supervisão; comprovada experiência e habilidade na análise e interpretação do material de pesquisa; comprovada experiência e habilidade na produção de textos de alto padrão; II) alto conhecimento no manejo de fontes históricas e métodos de pesquisa; habilidade na produção de textos de alto padrão, com experiência na preparação de dissertações e relatórios de pesquisa; capacidade de fornecer aconselhamentos sobre questões de interpretação histórica; conhecimento dos procedimentos de preparação de material para exibição e publicação e de realização da publicação propriamente dita; III) amplo conhecimento no manejo de fontes históricas e métodos de pesquisa; habilidade na produção de textos de alto padrão, com experiência na preparação de complexos relatórios, produções de divulgação e outros formatos de texto; capacidade de fornecer aconselhamentos especializado sobre questões de interpretação histórica, com a possibilidade de realizar qualquer comparecimento necessários aos tribunais como testemunha especializada; conhecimento dos procedimentos de publicação, com larga experiência na preparação de originais, desejável uma publicação autoral; IV) conquista de distinção profissional e reconhecimento como autoridade em um campo da história; dez anos de prática em tempo integral como historiador profissional.

pagamento por hora trabalhada. Uma das distinções entre o nível II e o nível III é o “conhecimento dos procedimentos de publicação, com larga experiência na preparação de originais, desejável uma publicação autoral”. É possível interpretar a “preparação de originais” e a “publicação autoral” como uma produção “inovadora” - nesse caso “revisionista” - já que a originalidade pressupõe algo único, não repetido, onde o autor traz algo próprio, diferente de outros autores.

Necessário fazer duas ressalvas importantes sobre a “inovação” como requisito para maior remuneração do “historiador público”: 1) o caso compete a complexidade australiana e seus historiadores públicos; 2) a “originalidade” e obra “autoral” do historiador pode ser contestada, até mesmo como já apresentado ao argumentar sobre o cânone historiográfico, uma obra de história pode almejar romper com as anteriores, mas ainda carrega traços das historiografias passadas. Mesmo assim, é possível verificar uma relação entre “inovação”/“revisão” com melhores oportunidades de trabalho e remuneração para historiadores públicos.

Outro fenômeno a ser considerado que intercala “competitividade” e “revisão”/“inovação” Silveira (2020, p. 12) toma como ponto de análise a cada vez maior presença do neoliberalismo no meio universitário, impactando tanto a graduação e pós-graduação em história. Para o autor, o neoliberalismo também produz uma racionalidade que está presente nas subjetividades de estudantes e professores de história dentro da universidade. Assim, Silveira (idem, p. 13) ao resgatar o conceito de “sociedade do desempenho” de Byung Chul-Han (2019, posição 168) afirma que nossa sociedade é

[...] marcada por uma positividade generalizada, associada à ideia de potência, traduzida mercadologicamente pela disponibilidade de diversas opções à escolha do usuário. Em contrapartida, se a sociedade disciplinar “gera loucos e delinquentes”, indivíduos fora do sistema, a sociedade do desempenho, que tudo engloba, “produz depressivos e fracassados”

Silveira (2020) também questiona as relações entre o neoliberalismo e o trabalho do historiador público - para o autor esse cruzamento é o ponto de início para a prestação de serviços dos formados em história para empresas e outros órgãos privados. Silveira (idem) questiona ainda se o historiador é um trabalhador precarizado. Partindo da análise de Araujo (2016, p. 92) com a chegada da pós-graduação nas décadas 1970-1980 o historiador se torna um funcionário público, um trabalhador que, se considerarmos as análises marxistas, também explorado pelo

sistema capitalista²²⁴. Porém, Silveira (2020, p. 16) vai além para considerar que o trabalho no geral cada vez mais se aproxima do trabalho acadêmico:

Com exceção da pressão por produtividade, trabalhar por demanda, principalmente perto do término dos prazos, para satisfação pessoal e governando o próprio tempo, constitui a experiência acumulada de séculos de estudantes ao redor do globo. Tudo isso faz parte do que constituía certo *ethos* boêmio que distinguia a vivência universitária como um tempo especial, delimitado pelo ingresso, em seu início, e pela formatura, em sua conclusão, mas passível de ser prolongado num mestrado ou doutorado ou, no caso de se tornar professor, para a vida toda (grifos do autor)

Além disso, Silveira (idem, p. 20) constata que a obtenção de um diploma se tornou cada vez mais corriqueiro e menos um catalisador de distinção social. O diploma se torna um pré-requisito para a obtenção de empregos um pouco melhores, se eles estiverem disponíveis. É nesse “ambiente” que a busca pela pós-graduação e pela “inovação” acabam se tornando condições para alavancar a carreira, seja profissional ou acadêmica.

Araujo (2016, p. 98) ao avaliar o nosso atual sistema da pós-graduação concebe que a pesquisa em história é baseada na alta especialização e quantidade de produção, especialmente artigos científicos em coletâneas e periódicos. Para o autor, a “alta especialização é condição para o rigor e aprofundamento dos campos de investigação, mas também responde melhor à exigência de produção acelerada e contínua”. A alta especialização segundo Araújo (ibidem) torna ainda mais difícil a junção entre “história como pesquisa e prática educacional” e “história como pesquisa profissional”, não sendo meramente um excesso de produção – produtivismo – mas considerar que o atual modelo da Capes de não estabelecer metas é insustentável ao longo prazo. Assim, esse sistema acaba incentivando a competição e não a colaboração, legitimando possíveis desinvestimentos.

Araujo (2016, p. 99-100) a partir das análises de Lorenz (2014) aponta que a partir da cada vez maior homogeneização das ciências da pós-graduação em “ciências duras”; pelo desinvestimento global dos Estados em educação e da redução do ensino ao “letramento” e “numeramento” enfraquecem a atividade do historiador.

²²⁴É necessário citar que mesmo explorado, o funcionário público historiador, professor universitário, ainda goza de certos privilégios que outros tipos de trabalho não detêm. A hierarquia de trabalho é diferente e os historiadores dentro do meio universitário público detêm melhores condições de trabalho que historiadores em meios universitários privados e por aí se desdobram as hierarquias.

A atividade profissional necessita de autonomia onde as avaliações em bases quantificáveis pelos fatores de impacto e a “ideologia do crescimento” paulatinamente destruiriam essa autonomia. Se Araujo (2016) aponta para o risco da perda de autonomia por parte do historiador pelo modelo de sistema de avaliação da pós-graduação pela Capes, não seria também a necessidade de constante “inovação” para alcançar e se manter nesse sistema? Ainda mais considerando as perdas dentro do “mercado acadêmico” e em alguns casos perdas de renda familiar?

Nesse “mercado acadêmico” os riscos de “ruptura” com outras pesquisas anteriores também são computados. A “inovação” é requerida, mas também deve ser baseada em uma “escola” ou um debate já estabelecido, caso contrário ocorre o risco de “não publicação” que pode “atrasar” ou “frear” uma carreira acadêmica. É por isso que Ginzburg (2014, p. 16) afirma

Quando um ritmo acelerado é imposto, esses elos de continuidade podem ser construídos de modos artificiais. Iniciar uma pesquisa, digamos, original ou específica, que recorra muito pouco ao estado dos debates de sua área, ou escolha caminhos acadêmicos que não foram legitimados suficientemente, pode ser um mecanismo destrutivo com relação à carreira acadêmica, uma vez que o pesquisador dificilmente poderia estabelecer um espaço para o seu trabalho dentro da lógica do JCR. Para evitar isso, um pesquisador iniciante pode ser induzido a reforçar ideias que já estão consolidadas dentro dessa lógica, estimando um risco mínimo de exclusão acadêmica.

Seguindo essa linha argumentativa, Ginzburg (idem, p. 18) ainda afirma que “[...] cada vez mais pesquisadores escrevem para permanecerem no sistema. Por isso, escrevem de acordo com as expectativas estabelecidas, com um senso de adequação ao sistema muito maior do que de independência intelectual”. Ora, a “inovação” é requisitada pelas revistas acadêmicas e pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação. Mesmo assim, não se pode ser tão “inovador” ao ponto de quebrar as relações entre as correntes teóricas ou mesmo entre “grupos” específicos dentro da academia. Ginzburg (ibidem), aponta a submissão do pesquisador em relação a uma constante série de provas para aprovação de artigos: “primeiro, o reconhecimento dos pareceristas e dos editores; depois, o reconhecimento explícito dos pares na forma de citações; depois, o reconhecimento do periódico em que publicou seu trabalho, em parâmetros internacionais”.

A perda de autonomia por parte do profissional de história passa pela maneira como são avaliadas as publicações científicas, podendo ocasionar problemas orçamentários do já baixo financiamento para pesquisas científicas e mesmo em

perda de renda. Assim, cada vez mais o historiador e estudante de história na graduação e pós-graduação perde sua autonomia. Isso teria alguma relação com o “revisonismo”? Pelo que foi apresentado é possível afirmar que devemos cada vez mais ser “revisonistas”, sempre buscando uma atualização das pesquisas para conseguir publicar cada vez mais e garantir os benefícios - e em contrapartida os problemas de saúde mental e física - que uma acelerada produção historiográfica demanda. Além disso, esse foco na “inovação” cada vez mais sobrepõe o caráter formativo dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) no Brasil. Agora, essa perda de autonomia causaria um aumento nos “abusos da história” - que alguns autores consideram ser a espécie de “revisonismo apologético”?

De Baets (2013, p. 52) é categórico ao dizer sobre o abuso da história e a autonomia do historiador/meio acadêmico:

A propensão ao abuso diminui quando a liberdade acadêmica e a autonomia institucional são respeitadas; a seleção, o acesso e a divulgação de informação são bem regulados; um método crítico e objetivo é ensinado; estão estabelecidos um clima de revisão por pares imparcial e livre e o debate pluralista sobre o passado.

Apesar das importantes considerações de Baets sobre a necessidade de autonomia acadêmica e profissional para o exercício da prática historiadora ética, não cometendo “abusos da história”, o referido autor não se aprofunda nas relações do sistema de avaliações da pesquisa em história, sem as influências orçamentárias que implica a avaliação desse sistema. No entanto, a partir das pesquisas de Ginzburg (2014); Araujo (2016) e Silveira (2020), os historiadores dentro e fora da academia tem cada vez menos autonomia, não sendo ela devido, no atual contexto, necessariamente a regimes autoritários e ditaduras, mas sim pela imposição de um sistema avaliativo que cobra “inovação” e “aceleração” das pesquisas podendo resultar em ganho ou perda orçamentária para bolsas de pesquisas e mesmo salários.

O “movimento crítico do revisonismo contemporâneo” conseguiu apontar as relações entre visões e práticas políticas de direita - conservadoras e liberais - dos considerados “revisonistas”, além de falhas em seus argumentos por meio de uma crítica científica aos métodos e interpretações alcançados. No entanto, também é importante levar em consideração que o próprio sistema de pesquisas pode promover o “abuso da história” na medida que cobra uma constante “aceleração” de produção historiográfica, onde se aumenta a exigência para a “inovação”. Não há autonomia que vença a cada vez maior cobrança por parte do pesquisador de prazos,

competitividade e demanda por inovação.²²⁵

E isso não parte somente do autor do texto. Como De Baets (2013) afirma, o grau de intenção em produzir e perpetuar o abuso é um dos fatores para avaliar a responsabilidade do autor perante tal delito. Cada vez mais cansados, com prazos a cumprir e uma variedade de tarefas - muitas delas não remuneradas - tanto autores quanto orientadores e revisores de textos acadêmicos podem não ter tempo/disponibilidade para se atentar a erros ocasionais que podem aparecer. Como a historiografia parte de um “complexo industrial” de produção, diz Certeau (2020), devemos sempre observar todo o complexo de produção da pesquisa e da escrita além de seus avaliadores e os responsáveis pela publicação. Os “abusos” da história podem ser uma prática orientada com intenções claras, como os “negacionistas” do Holocausto aparentam. Porém, é possível também observar os abusos como um sintoma de uma historiografia que é lesada por um sistema avaliativo predatório e por um sistema político-econômico cada vez mais desigual.

4.5 A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA COMO PRÁTICA

A “operação historiográfica” também é uma “prática” que requer um “discurso”, uma “técnica” e uma “história”. Para Certeau (2020, p. 68) o historiador não simplesmente traduz uma linguagem cultural para outra: ao produzir história o historiador transforma o “meio ambiente” de uma determinada cultura. Por meio de uma “técnica” o historiador cria os documentos e os dados que utiliza. A partir dessa “técnica” o historiador busca construir uma “diferença” entre o “outro” (passado) com o seu presente, marcando no discurso historiográfico essa mudança e distanciamento.

Além de um “lugar social” e uma “prática” a “operação historiográfica” ressaltada por Certeau (2020) demanda uma “escrita”. Se a pesquisa historiográfica é interminável, a sua escrita deve ter um fim e dentro da disciplina científica da História o texto escrito teve privilégio, seja em formato de artigos, livros ou teses acadêmicas. A escrita historiográfica também apresenta um discurso “misto”. Para Certeau (idem,

²²⁵ Isto não significa que todas as universidades e os programas de pós-graduação brasileiros lutem constantemente pela inovação. Em muitos casos, principalmente fora dos centros de pesquisa de São Paulo e Rio de Janeiro, muitos programas de pesquisa brigam para se manterem funcionando, nem sempre sendo possível produzir constantes inovações. No entanto, a ideia e a execução de pesquisas “inovadoras” sempre pode agregar mais financiamento e aumentar a repercussão dos programas de pesquisa. Assim, “inovação” pode não ser uma possibilidade constante - ou até mesmo inexistente -, mas é sempre bem vinda.

p. 99-100) existe uma tipologia geral para como o discurso trabalha a relação entre o “conteúdo” que trata e sua “expansão”²²⁶. Na “narração” existe a apresentação do tempo referencial e uma ordem de sucessão que pode ser objeto de omissões e inversões para dar sentido²²⁷. Já no discurso “lógico” o conteúdo é posto e definido pelo estatuto de verdade, implica relações silogísticas e determina as maneiras de exposição (indução e dedução). O discurso “histórico”, segundo Certeau (ibidem), busca expor um conteúdo verdadeiro/verificável mas que detém ainda uma forma de narração.

Porém, nesse discurso historiográfico “misto” a plausibilidade dos enunciados substitui a sua verificabilidade. Ao perder o rigor lógico, o discurso historiográfico busca acrescentar credibilidade. Essa credibilidade é alcançada ao combinar diversos documentos a um saber singular. A maneira de fazer isso dentro da escrita historiográfica pode variar, sendo a citação de fontes e bibliografia uma das principais. A citação, para Certeau (idem, p. 102), é a maneira de articular o texto com sua “exterioridade semântica” fazendo-o parte de uma cultura e assegurando uma credibilidade referencial.

Para Prost (2020, p. 235) é a partir das citações, principalmente as notas de rodapé que sempre são alvos de cortes das editoras para publicação de livros historiográficos, que o historiador consegue atingir o inteligível da argumentação histórica. É por meio dessas “marcas de historicidade”²²⁸ que o historiador transporta o leitor para a existência de documentos exteriores que permitem a reconstrução do passado. Este “aparato crítico” também varia de acordo com o público leitor da obra historiográfica.

A citação também funciona como um argumento de autoridade. Prost (idem, p. 240) aponta que alguns historiadores manipulam seu “aparato crítico” em formas de intimidar o leitor mostrando sua ignorância e afirmando ser um autor culto. Ocorre também notas de rodapé “supérfluas” que são usadas para antecipar críticas pelos “pares”. Essas notas “inúteis” e seu uso mostram, em geral, uma insegurança por parte do historiador que busca uma posição de autoridade no momento de sua escrita.

²²⁶Se pode considerar, no caso do discurso historiográfico, o “conteúdo” histórico e a “expansão” analítica e narrativa.

²²⁷Assim como existem narrativas cronológicas seriais (A,B,C,D,E...) outros tipos de narrativas, como filmes e músicas, podem buscar outras sequências para dar sentido à narrativa, como (B,A,E,C,D,E...).

²²⁸Prost (2020, p. 235) parte de Pomian (1989).

Prost (idem, p. 240) ainda relativiza algumas considerações de Certeau (2020) sobre a escrita da história. Sobre o “nós” do historiador, Prost (2020, p. 238) afirma²²⁹ que em casos de grande exposição e legitimidade institucional e midiática o historiador pode “aparecer” no texto. É neste sentido que, durante a escrita histórica, nem sempre o historiador se exime de sua escrita e também apela para um argumento de autoridade. Nestes casos, a historiografia “revisionista” analisada por Melo (2014); Calil (2017) e Coelho (2017) atinge historiadores que ora foram militantes contrários ao regime militar durante a ditadura de 1964²³⁰; historiadores com grande influência no campo universitário brasileiro²³¹; jornalistas/historiadores com grande impacto midiático²³². Casos semelhantes também ocorrem nos debates sobre o “revisionismo” da Revolução dos Cravos analisada por Varela (2014) e o “revisionismo” do fascismo analisado por Figueiredo (2017).

Também é necessário considerar aspectos próprios dos meios de divulgação e aparição da escrita historiográfica. Apesar do conceito de “revisionismo” avaliar o conteúdo histórico e não sua escrita/narrativa a maneira material de como esta historiografia se apresenta ao público amplo ou especializado deve ser considerada. A respeito do modo de escrita e leitura digital, Chartier (2002) afirma que a lógica de leitura no meio digital não segue uma lógica dedutiva e com a aparição dos “hipertextos” a capacidade de conferência das provas aumenta. Assim, o leitor ao consultar hipertextos em livros historiográficos pode por ele mesmo verificar as fontes históricas consultadas, algo não muito fácil e rápido décadas anteriores. É o caso da análise de Prata (2016) que apontou a publicação da “Coleção Ditadura” de Elio Gaspari em formato *epub* com acesso a *multimedia* das fontes históricas, além de imagens e textos.

Para além de avaliar o “lugar social”, a “prática” e a “escrita” de um livro histórico e sua materialidade como livro é também preciso compreender seus processos de criação, produção e divulgação. Assim, dependendo do objetivo do livro historiográfico todo seu “aparato crítico” e “discurso” podem se alterar. Sem necessariamente qualificar de antemão uma historiografia como “ruim” ou “boa” devido ao seu objetivo de publicação, deve-se considerar em que “mercado” ela se

²²⁹ Baseado em Carrad (1992).

²³⁰ Principalmente o historiador Daniel Aarão Reis Filho.

²³¹ Refiro aos historiadores como Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes.

²³² Aqui principalmente Elio Gaspari e Marco Antonio Villa.

dispõe.

Prost (2020, p. 46) a partir das considerações de Boudon (1981) afirma a existência no caso francês de um “duplo mercado”. Um primeiro é o mercado acadêmico onde a competência científica é confirmada por trabalhos eruditos e pelo reconhecimento adquiridos pelos pares, onde vale a originalidade metodológica e as “novidades”²³³. A “remuneração” desse mercado consiste por gratificações simbólicas ou morais e eventualmente em vantagens de carreira, como bolsas de pesquisas. O segundo mercado é aquele do “grande público” onde as qualidades mais cobiçadas são a “amplitude e interesse do assunto”; “apresentação sintética e elegante”; “sem aparato crítico” e da capacidade do autor e da editora para suscitar comentários favoráveis. O soberano neste mercado são os números implicando diretamente nos lucros e tiragens dos livros historiográficos.

Prost (idem) confessa que a existência desse duplo mercado não é nova. Porém, afirma que a consideração de Bourdieu (1995) sobre a organização do campo histórico revela elementos importantes para a prática dos historiadores. Para Bourdieu (idem) a história lida com uma “dupla consciência”: ela oscila entre uma história oficial que se baseia nas celebrações e comemorações nacionais e uma história crítica pertencente a uma tradição letrada contra os conteúdos da história “celebrativa”. Assim, existe uma oposição entre os dois pólos da história científica e da história comemorativa. A primeira não é estritamente nacional e é elaborada por profissionais que escrevem para outros profissionais. A segunda garante prestígio e lucros mundanos ampliando o mercado de pesquisa em determinado assunto. Tanto Bourdieu (idem) quanto Prost (2020) demonstram receio em relação ao mercado do “grande público” principalmente na possibilidade do mercado “comemorativo” e “ampliado” possa interferir no “mercado acadêmico científico”.

Deve-se evitar certo “elitismo” por parte da produção científica historiográfica. Caso contrário, podemos estar erigindo uma “história oficial” científica e seriam os historiadores acadêmicos os “policiais” da narrativa historiográfica. Também não cabe inferiorizar historiografias que estão fora do eixo acadêmico como de qualidade inferior. Glezer e Albieri (2009, p. 15) consideram as “obras fronteiriças” aquelas consideradas pelo público amplo como livros de história, mas para profissionais da área de história esse tipo de historiografia se situa fora do campo

²³³ Leia-se no sentido como inovação de “revisionismo”.

acadêmico/histórico. As “obras fronteiriças” embarcam na (re)aproximação cada vez maior, mesmo dentro da academia, da história e literatura, sendo uma das principais diferenças entre essas historiografias “fronteiriças” com aquela historiografia acadêmica as “[...] passagens de pura invenção, baseadas, contudo, naquilo que sugerem os documentos” (GLEZER; ALBIERI, 2009, p. 26). Apesar disso, as autoras consideram aspectos positivos dessas obras, principalmente para a elaboração da “imaginação histórica” de um determinado período.

Oliveira (2020) parte das considerações de Glezer e Albieri (2009) para classificar a historiografia como o *O guia politicamente incorreto da história do Brasil* de Leandro Narloch e *A elite do atraso* de Jesse Souza de “comercial”. Essa historiografia amplamente consumida não necessariamente produzida por historiadores teve alto impacto comercial após os protestos de Junho de 2013 constando nos livros mais vendidos por um grande período de meses. Para Oliveira (idem) o sucesso dessas historiografias “comerciais” deriva da pretensão de “síntese histórica” em contrapartida a uma fragmentação temática e cada vez mais especializada em pequenos temas da historiografia acadêmica.

Malerba (2014) ao analisar obras historiográficas que entremeiam no mercado editorial durante os anos de “comemorações” do “descobrimento” do Brasil e da vinda da família real portuguesa ao Brasil aponta para outras tipologias. Esse tipo de historiografia para o amplo público²³⁴ vai de encontro para Malerba (idem, p. 40) com as considerações de Gossman (2003) sobre as narrativas “anedóticas” que privilegiam o pitoresco, inusitado, e não requerem nenhuma contextualização nem duração temporal. Esse tipo de anedota também remonta a um tipo de escrita historiográfica anterior onde o *topos* da história *magistra vitae* dominava a narrativa histórica buscando uma “moral” de pequenos episódios do passado para o presente.

É necessário, portanto, para melhor compreender as críticas ao “revisonismo apologético”, considerar os meios e os objetivos de publicação dessas historiografias. Existem diferenças próprias da materialidade do livro e dos objetivos do autor e editora ao publicar em determinados meios. Além disso, é por meio desse tipo de análise que é possível medir o impacto editorial de uma obra para afetar a cultura histórica de uma sociedade. É diferente por exemplo o meio e as intenções

²³⁴Malerba (2014) cita principalmente as obras dos jornalistas Eduardo Bueno, Laurentino Gomes e Leandro Narloch.

das publicações do historiador considerado “revisonista” como Daniel Aarão Reis e Elio Gaspari: os dois autores partem de profissões diferentes até com objetivos historiográficos distintos.

Ao tratar dos erros de interpretação das fontes e omissões de referências bibliográficas e de fontes históricas é possível tratar a maneira da teorização de Antoon de Baets (2013) sobre o “abuso da história”. A má citação das fontes e das referências podem alterar os sentidos produzidos por uma determinada historiografia além de impedir e dificultar a revisão por pares, para o próprio desenvolvimento da ciência histórica. Como Moraes (2011) e Vidal-Naquet (1988) apontam, os “negacionistas” do Holocausto recorrem frequentemente a “abusos” na história, como falsificação de documentos históricos e omissão de citações. Também é o caso da omissão de citação que Ferreira (2002) fez em sua pesquisa, mudando o sentido da argumentação do memorialista Heitor Ferreira Lima (SENNA JÚNIOR, 2014, p. 112-115).

Além disso, é possível ver também críticas de Melo (2014, p. 163-164) a interpretação de Ferreira (2011) das fontes históricas de sua pesquisa, onde Ferreira (idem, p. 421) adota a entrevista feita por Carlos Lacerda²³⁵ como uma “verdade histórica” sem questionar a própria fonte. Acontece também na crítica de Calil (2017) a não publicação de todas as fontes consultadas por Elio Gaspari (2002a) as quais o jornalista mantém posse e não as divulga totalmente.

Para Baets (2013, p. 20) elaborar uma “teoria” do abuso da história e utilizá-lo para analisar casos abusivos na historiografia deve ter como considerações iniciais a diferenciação entre “ofício” e “profissão”. O “ofício” trata das “[...] questões de conteúdo, método, verdade e conhecimento especializado e fiável” e a “profissão” é o processo organizacional do ofício. Assim, para Baets (ibidem), os processos organizacionais, apesar de condições distintas em diversos países, são geralmente universais. Além disso, esses aspectos organizacionais fundamentam-se em dois princípios antagônicos como a autonomia e responsabilidade. Nesse sentido, a

autonomia institucional e docente é o poder de autorregular e dirigir o meio acadêmico. Abarca o controle dos quatro pilares sobre os quais este se assenta: o currículo, a atribuição de graus, a admissão de alunos e o recrutamento (seleção e promoção) do corpo docente. Por responsabilidade entende-se que universidades e seus funcionários sejam publicamente responsáveis perante a sociedade que se

²³⁵ Lacerda (1914-1977) foi opositor político de Getúlio Vargas e depois de João Goulart, contrário ao trabalhismo.

inserir (BAETS, 2013, p. 20)

Baets (2013, p. 21) ainda recorda que quem sofre abuso é a própria história e não o passado em si. Assim, para o autor, “fontes, fatos e opiniões sobre o passado podem ser intencionalmente distorcidos, mas o passado em si mesmo não pode ser afetado por atos praticados no presente”. Nesse caminho o “negacionismo” e o considerado “revisão apologética” como “abusos da história” também se referem a prática historiográfica e não ao passado. A possibilidade de investigar e analisar o passado é “negada” pelos negacionistas e as interpretações históricas por meio das fontes históricas e de paradigmas interpretativos são “revisadas”.

Também existem três demarcações do uso da história que Baets (ibidem) aponta: um uso da história responsável (provisoriamente científica)²³⁶ irresponsável e o abuso da história. Além disso, existe uma história não científica que apesar de muitas vezes dar sentido para grupos e sociedades não consegue adentrar na área acadêmica. A sistematização de Baets (2013, p. 23)²³⁷ aponta que a história irresponsável do ponto de vista epistemológico (teste de verdade) e ético (teste de veracidade) pode se dividir em: 1) história abusiva (história enganosa; pseudo-história) e 2) história negligente e irresponsável). As suas categorias de historiografia sempre estão erradas da perspectiva profissional e às vezes da perspectiva legal, sempre causam danos e são frequentemente perigosas. A principal diferença entre a história abusiva e a história negligente e irresponsável é em relação ao julgamento de moralidade: a história abusiva sempre é moralmente errada e a história negligente e irresponsável com frequência é errada moralmente.

A história não científica pode ser correta ou, dependendo do uso, errada do ponto de vista moral, profissional e legal; pode permear entre uma história significativa ou desprovida de significado, pode ser algumas vezes danosa e perigosa. Já a história responsável provisoriamente científica pode ser desprovida de significado ou com significado, é correta do ponto de vista moral, profissional e legal, podendo ser danosa e perigosa. Baets (2013, p. 23) ainda aponta que todos esses tipos de trabalhos históricos estão situados em relação a sua competência (teste de qualidade acadêmica e competência) onde podem ser tanto bons trabalhos quanto ruins.

Baets (2013, p. 24) busca também diferenciar o “uso irresponsável da

²³⁶ Baets (2013, p. 21) adota a ideia de “falseabilidade” de Karl Popper para se referir a uma história “falsificável” como condição para ser científica.

²³⁷ Para uma melhor visualização recomenda-se a análise do quadro no artigo original.

história” que é caracterizado pela falta de integridade ou falta de cuidado durante a pesquisa e escrita historiográfica e o “abuso da história” detém uma intenção de provocar engano. Outra diferença entre o “uso irresponsável da história” e do “abuso da história” é que a primeira pode ocorrer por negligência durante a pesquisa histórica, mas sem a intenção de causar uma ideia enganosa. Ainda de acordo com o autor, o “abuso da história” cometidos por historiadores sempre causa danos, sejam indiretos ou diretos. Assim para Baets (idem, p. 26)

É possível afirmar que abusos cometidos por historiadores sempre prejudicam a escrita da história, na medida em que ela se constitui em um empreendimento coletivo e de interesse social. Mais ainda, estamos lidando com historiadores profissionais, nos quais a sociedade deposita confiança por suas qualificações acadêmicas e profissionais e de quem espera responsabilidade. Os abusos ameaçam essa confiança e, portanto, a autoridade e a eficiência da historiografia profissional. Engendram custos sociais em termos de depreciação da credibilidade da profissão de historiador e rebaixam a qualidade do discurso histórico como um todo. Alimentam crenças em mitificações da história e seus usos para propaganda ou, ainda, induzem ao esquecimento da história previamente conhecida. O dano que se causa à produção historiográfica é um dano social.

Baets (idem, p. 27) ainda argumenta que o “abuso da história” é sempre errado profissionalmente já que os historiadores acadêmicos e profissionais têm o dever de aplicar o rigor acadêmico e profissional em busca “honesta e metódica da verdade histórica”. Assim, ao propor sua “teoria do abuso da história”, Baets (idem, p. 28) busca tipificar a conduta do historiador apontando que o “uso irresponsável” e o “abuso da história” operam em três níveis: 1) heurístico; 2) epistemológico e 3) pragmático²³⁸. O nível heurístico trata do uso de fontes para causar dano²³⁹; o nível epistemológico é quando se altera o valor probatório de uma teoria para passá-la no teste de refutabilidade²⁴⁰; e por fim o abuso pragmático é quando historiadores mentem sobre seu trabalho²⁴¹.

Essas práticas não éticas dessa historiografia considerada “revisionista” também parecem em análises “negacionistas” sobre o Holocausto. É nesse sentido que Soutelo (2009) afirma que o “negacionismo” está dentro do

²³⁸ É interessante ver a tipificação completa no artigo de Baets (2013, p. 29-33).

²³⁹ O tratamento abusivo de fontes pode ser desde a proibição e destruição de arquivos e fontes históricas até o plágio de trabalhos.

²⁴⁰ Pode ser classificadas interpretações e análises de dados de forma intencionalmente equivocada.

²⁴¹ O nível pragmático se refere a abusos cometidos pelo historiador na relação prática de produção historiográfica e de prática docente.

movimento do “revisonismo histórico” e que este consegue “violiar os princípios metodológicos da historiografia em nome de propósitos ideológicos de maneira mais sutil” que os negacionistas. Vale a ressalva: os “revisonistas” do nazismo e fascismo não negaram a existência do Holocausto. O que ressalto é que se retirarmos a negação do Holocausto e mantivermos os problemas metodológicos de análise – omissão de citações, argumentação sem embasamento em fontes históricas e falsificação de informações – a historiografia “negacionista” acabaria se tornando “revisonista”? Se olharmos ainda para os movimentos políticos que os embasam é possível observar que um está mais à “direita” – o negacionismo como extrema-direita e o “revisonismo” como neoliberal – ambos criticando o socialismo e as esquerdas. O “negacionismo” e o “revisonismo apologético” acabam por serem historiografias com problemas metodológicos e éticos, caindo no que Baets (2013) de “abuso da história”.

Baseados nessa consideração de Baets (2013), é possível considerar a historiografia de Jorge Ferreira - a partir da crítica de Sena Júnior (2017) - como um “abuso da história”? Primeiro, é necessário lembrar que Jorge Ferreira não está no mesmo nível político que os abusadores da história como David Irving e Ernst Nolte - principalmente negacionistas e à direita no espectro político. Segundo, se Jorge Ferreira cometeu um abuso ao “omitir” determinadas palavras e pontuação na transcrição e análise do trecho de Heitor Ferreira Lima, ele fez isso de propósito? Se sim, é provável que o abuso tenha existido - não para justificar atrocidades de um regime político ditatorial mas sim para defender uma ideia baseada na violação e mal uso das fontes. Se não, existe a possibilidade que Jorge Ferreira tenha errado em sua transcrição? Avaliando o regime intenso de produção necessária para a produção das teses de doutorado é crível que erros sejam cometidos.

Além disso, será que não foi um erro de “fonte”, digamos, erro na própria edição do texto de Heitor Ferreira Lima? - ocasionando um equívoco de análise de Ferreira. Outro ponto importante: não deveria ser compartilhada a responsabilidade do “abuso da história” supostamente cometido por Jorge Ferreira com sua orientadora; com a banca de avaliação do doutorado e com os revisores e editores do livro? Até quando um “abuso” é responsabilidade total de seu autor ou ela deve ser compartilhada com mais pessoas? Esses questionamentos devem ser levantados antes de uma acusação grave como a de “revisonista” ou de “abuso da história”. Outro problema: como avaliar esses questionamentos na pesquisa em história da historiografia? Isso seria possível? Ao nosso ver sim, porém, demandaria uma

pesquisa muito mais aprofundada do que a crítica historiográfica feita por Sena Júnior (2017) a fim de evitar injustiças.

Outra crítica é a de Calil (2017) em relação a historiografia “revisionista” promovida por Elio Gaspari. O ato de não divulgar em sua plenitude as fontes históricas consultadas por Gaspari - retidas em sua posse - se configura como um “abuso da história”? Essa atitude pode ser considerada como um “abuso da história” de nível heurístico - onde a não liberação total das fontes pode causar danos - impedindo o acesso e consulta dos materiais utilizados por Gaspari, assim como a verificabilidade de suas informações. Se não classificada como “abuso da história”, essa postura de Gaspari pode ser interpretada como antiética na medida que priva os sujeitos e a sociedade brasileira de acessar documentos importantes sobre o passado recente brasileiro - ou seja, priva-os de acessar parte de sua história (BAETS, 2010). Não parece que a intenção de Gaspari seja de defender um tipo de política específica, sua intenção em enclausurar suas fontes e as liberando parcialmente parece estar ligada a o controle da narrativa, principalmente para fins comerciais e de prestígio social.

E as críticas feitas por Melo (2014) a historiografia de Reis (2002; 2010)? Parte das interpretações de Reis foram feitas em um período democrático onde o historiador “confiou” demais na estabilidade da democracia brasileira (PINHA, 2020) para suas teses sobre a “memória predominante de esquerda” e que a memória da ditadura militar seria em parte “desconfortável”. Ora, Pereira (2022) já mostra os equívocos dessas interpretações, principalmente a partir do encerramento dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e das disputas narrativas da Nova Direita que defende torturadores e os crimes cometidos no regime, numa grande “negação” e “negacionismo” sobre o regime ditatorial de 1964. Seria a interpretação de Reis (2002. 2010) “revisionista” ou “abusiva”? Não é possível afirmar isso. O que podemos dizer é que hoje as avaliações de Daniel Aarão Reis não dão conta de explicar os fenômenos sociais em relação à memória da ditadura civil-militar de 1964 - sendo assim uma historiografia ultrapassada em partes. Além disso, parece que Reis está muito longe de defender um regime político ditatorial e mobilizar sua historiografia para isso.

A crítica de Mattos (2014) sobre o “revisionismo” da historiografia com base em “teorias culturalistas” pode utilizar o conceito de “abuso da história”? Primeiro ponto importante é já rever o uso do conceito de “revisionismo”: só é possível chamar

as pesquisas baseadas em Roger Chartier; Michel Foucault e Peter Burke de “revisão” se considerarmos como “inovação” e novas perspectivas teórico-metodológicas. Agora, é possível chamar esses “historiadores culturalistas” de cometerem “abusos da história”? Pelo que parece, os historiadores intitulados de serem “revisionistas” por Mattos (idem) não cometeram nenhuma alteração de fonte ou de interpretação para legitimar governos ditatoriais ou práticas criminosas. Parece que o maior “problema” desses “historiadores culturais” não foi utilizar o conceito de “lutas de classes” ou o vocabulário marxista.

Fico (2017) rebate a acusação de “revisão” atrelada ao “culturalismo” de Mattos (2014). Fico (ibidem, p. 16) lembra que é difícil encontrar na historiografia brasileira posições teórica-metodológicas que são inteiramente ligadas a um tipo de perspectiva. Neste caso, apesar de Roger Chartier ter afirmado que não existe práticas ou estruturas que não são produzidas pelas “representações”, as posições de historiadores brasileiros são mais ponderadas. É assim, difícil encontrar análises historiográficas ligadas ao máximo a uma perspectiva - seja ela “culturalista” ou “economicista”. Assim, Mattos (2014) na visão de Fico (2017) acaba por realizar uma caricatura de uma historiografia - não existente no Brasil - do que avaliar diretamente esses textos.

Além disso, Fico (ibidem, p. 18) ressalta que a “história cultural” não deriva do “pós-modernismo” como acusa Mattos (2014), mas sim de uma perspectiva antropológica de Jacques Le Goff e Pierre Nora no manifesto *Faire de l'histoire* em 1974. Fico (2017, p. 32) ainda ressalta que a crítica de Mattos (2014) - e do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” como um todo no livro organizado por Melo (2014) - recai no não uso do conceito de classe para explicar o golpe civil-militar de 1964:

Nos elementos extratextuais do livro organizado por Demian Bezerra de Melo, outros autores marxistas também registraram breves críticas aos alegados revisionistas sobre a questão da classe: Virgínia Fontes, no prefácio, fala em “tentativa de fazer desaparecer por mágica as classes sociais e suas lutas”; Renato Lemos, na orelha, sustenta que os chamados revisionistas “negam validade heurística a conceitos associados à luta de classe, propondo outros, voltados para a descaracterização da natureza classista das sociedades”; Gilberto Calil, na quarta capa, garante que os acusados sustentam visão conservadora, negadora dos conflitos e teoricamente frágil, além de não usarem os conceitos de classe e de luta de classes (MELO, 2014). As críticas registram a ausência. Desse modo, cabe perguntar: por que os criticados deveriam usar o conceito de classe social? Que vantagens cognitivas adviriam desse uso? Como eles deveriam

superar as dificuldades e limitações do conceito de classe social apontadas por críticos serenos e admitidas por marxistas reconhecidos? Nada disso é dito.

Nesse sentido, a análise de Fico (2017, p. 33) tensiona a proposta de Mattos (2014): se os historiadores marxistas criticam o “revisionismo” daqueles historiadores que não utilizam ou omitem o conceito de “classe” para tratar do golpe e da ditadura de 1964, eles nada fazem para justificar a necessidade do conceito para compreender o fenômeno. Além disso, ao utilizar o conceito de luta de classes, os historiadores marxistas ainda não conseguem lidar com o surgimento de uma “classe média” durante o regime militar, como aponta Décio Saes (1981).²⁴² Outro ponto importante levantado pelos marxistas - Mattos (2014) e Melo (2014) - e criticado por Fico (2017): o golpe de 1964 foi dado por quem? Afirmar, como fazem os marxistas, que o golpe foi dado por uma parte da sociedade - composto pela burguesia - contra outra parte acaba sendo “irrelevante”.²⁴³ Por fim, Fico (2017, p. 36) aponta que, tanto Mattos (2014) e Melo (2014), não escondem suas pretensões políticas com as suas críticas, mas Fico (2017, p. 36) ressalta que, apesar dessas críticas do “revisionismo da ditadura”, não é possível controlar as possíveis leituras feitas dos trabalhos historiográficos, mas sim ser responsável pelo desenvolvimento teórico que temos em nossas pesquisas.²⁴⁴

O “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” se posicionou em relação às críticas promovidas por Fico (2017), principalmente em dois casos: uma com menos respostas diretas devido ao caráter introdutório e de apresentação do

²⁴² Fico (2017, p. 33): “Portanto, não faltam problemas: como inserir alta e baixa classes médias na hierarquização e conflitividade social das relações de subordinação e dependência típicas do capitalismo, isto é, como se correlacionam, em termos da luta de classes, a classe dominante, o proletariado e as classes médias? Será preciso dizer que esse velho problema teórico (e sua irresolução) é uma das fragilidades da teoria social global marxista? Não basta, evidentemente, clamar pelo uso do conceito de classes sem ao menos enfrentá-lo”.

²⁴³ Fico (2017, p. 34): “Do ponto de vista empírico, isso é um erro; do ponto de vista cognitivo, relativamente irrelevante: o que define a natureza dos eventos da história política não é a rede de apoios com que contam, mas os sujeitos históricos que os engendram”.

²⁴⁴ Fico (2017, p. 36): “A dimensão política desse debate é admitida por Badaró: “move-me uma preocupação de fundo eminentemente político”. Para ele, o suposto culturalismo desqualifica referências políticas da esquerda (MATTOS, 2014, p. 93 e seguintes). Trata-se de questão legítima e ela está presente também no texto de Demian quando ele afirma que pretende problematizar “o uso público do conhecimento histórico entendido como parte das disputas pela hegemonia” (MELO, 2014, p. 157). Apesar de legítima, a questão me parece supérflua. Para citar marxista famoso, lembre-se de que Eric Hobsbawm escreveu, certa vez, que “os historiadores profissionais produzem a matéria-prima para o uso ou abuso dos não - profissionais” (HOBBSAWM, 1998, p. 285). Certamente não temos controle sobre os usos sociais que possam ser feitos sobre o conhecimento que produzimos. Entretanto, temos toda a responsabilidade sobre a densidade teórica dos debates que propomos”

texto - *Prefácio* de Virgínia Fontes no livro organizado por Sena Júnior; Melo e Calil (2017); o segundo na crítica de Duarte e Sena Júnior (2019) com respostas mais diretas aos apontamentos de Fico (2017). Fontes (2017) reconhece a importância da crítica de Fico (2017) principalmente para gerar o debate historiográfico. Nesse sentido, a autora busca ressaltar que toda a pesquisa historiográfica - e toda ciência - é política, não sendo possível separar a vida, as relações políticas-econômicas e os interesses da pesquisa histórica. Neste caso, citando Pierre Bourdieu, Fontes (2017, p. 12) afirma que as relações de produção da ciência historiográfica no Brasil não tem autonomia para a produção de conhecimento: ela é dependente de relações capitalistas - como o mercado de empregos e de publicações, além dos editais privados de pesquisa.

Outro argumento levantado por Fontes (2017, p. 15) é a “fábula histórica” que o marxismo tenha predominado na produção histórica, seja em sua versão mundial ou nacional. Para a autora, os marxistas, como Caio Prado Júnior; Jacob Gorender; Ciro Flammarion Cardoso; Ruy Mauro Marini; Carlos Nelson Coutinho e Florestan Fernandes não “dominaram” o meio acadêmico. Pelo contrário, eles formavam uma “contra-corrente” dentro dos debates acadêmicos. Nesse sentido, esses intelectuais marxistas lutaram contra um silenciamento imposto pela ciência brasileira que está ligada ao capitalismo e não era a corrente “hegemônica” como afirma Fico (2017, p. 17-19).

Já Duarte e Sena Júnior (2019) realizam duas críticas ao trabalho de Fico (2017): a primeira é que Fico (2017) acaba por imputar nas esquerdas qualidades e responsabilidades posteriormente, principalmente relacionada às “questões democráticas” e ao “socialismo”. De fato, no período em que as esquerdas atuavam contra o regime ditatorial, esses grupos acreditavam e lutavam pela revolução socialista pois isto estava em seus “horizontes de expectativa”. É anacrônico, portanto, imputar questões contemporâneas às esquerdas.²⁴⁵ Além disso, o segundo argumento crítico contra Fico (2017) movido por Duarte e Sena Júnior (2010, p. 46) é

²⁴⁵ Duarte e Sena Júnior (2019, p. 41): “[...]Carlos Fico não deixou de imputar às organizações de esquerda e seus quadros responsabilidades que só puderam lhes ser atribuídas a posteriori, e justo no momento em que um revisionismo vociferante se consagrou no país [...] Além de evidenciar uma pouca confiança na capacidade de discernir, escolher e adotar projetos políticos por parte desses jovens, o que resulta alarmante no raciocínio proposto por Fico é que através dele é impossível elaborar uma imagem das organizações armadas que esteja acorde com sua complexidade, suas diferentes estruturas internas, suas contradições. Aqui elas aparecem como entidades idênticas, lideradas por militantes experientes capazes de cooptar jovens ingênuos e indefesos impondo-lhes seu programa de “tensão máxima”, a despeito de já conhecerem o trágico destino a que se dirigiam”

a posição “academicista” que acabam por “[...] elaborar a imagem de um passado saturado de injúrias, fornecendo munição às formas mais reacionárias de apreensão da história” e assim

[...] o motivo pelo qual Carlos Fico, quando discute a última ditadura brasileira no artigo acima citado, adjetiva um único tipo de historiador, o marxista. Os outros são apenas “historiadores”, porque não há liberais, weberianos, foucaultianos ou pós-modernos, há somente os historiadores (acadêmicos? objetivos? científicos?) contra os quais os marxistas se insurgem com suas polêmicas excessivamente politizadas e militantes, embora “irrelevantes

Como caracterizar essas críticas? Chamar aqueles historiadores “culturalistas” criticados por Mattos (2014) de “abusadores da história” ou de “revisionistas” não faz sentido: as pesquisas de Roger Chartier e Peter Burke não possuem problemas de abusos de fontes ou propostas antiéticas. Seria a crítica de Mattos (2014) um “abuso da história”? Me parece que a crítica que Fico (2017) realiza a Mattos consegue dar conta do problema: atrelar a “história cultural” a pecha de “pós-modernismo” é um equívoco conceitual que já foi cometido por Ciro Flamarion Cardoso. Nesse caso, é importante lembrar da crítica de Santos (2020) a própria maneira que Ciro Flamarion Cardoso intitulada a historiografia “pós-moderna” como um grande guarda-chuva onde haviam diversas caricaturas das pesquisas históricas sob o conceito de “pós-moderno” descolado totalmente das reais intenções e propostas do “giro-linguístico” e das influências de Foucault.

Este “erro” de Mattos (2014) detém uma “justificativa política” de atuação social do historiador, como aponta Fico (2017). Isto não é uma “novidade” já que em todo o texto os historiadores do “movimento crítico ao marxismo contemporâneo” esse ponto de vista é bem claro. Nesse sentido, Fico (2017) pouco disserta sobre os “usos públicos da história” e acaba por ficar somente nas discussões “científicas” e empírico-conceituais dos textos marxistas do que necessariamente do uso público da história. Assim, acaba que a crítica não consegue ir a fundo no tema proposto pelos historiadores marxistas. É verdade que não controlamos todas as possíveis leituras que serão feitas de nossas obras - apesar que o método e a escrita da história podem auxiliar nesse processo - e que devemos ter responsabilidades com nossas propostas conceituais, porém, ainda é possível se preocupar com nossa responsabilidade social enquanto historiadores.

Além disso, não faz sentido levantar a falta de análise dos

historiadores marxistas pela “classe média”. Para o marxismo, de maneira geral, existem duas principais classes: os burgueses e os proletários. Fugir disso é fugir da própria maneira de conceber a análise da realidade dentro do marxismo. O que separa essas classes não é a renda, mas sim características como a de serem trabalhadores ou não. Cobrar, como faz Fico (2017), a análise das “classes médias” é demandar algo fora dos elementos basilares da teoria marxista.²⁴⁶ A falta de pesquisa em relação às “classes médias” é, ao mesmo tempo, a limitação e a potencialidade do marxismo como teoria e método explicativo.

Outro ponto válido é a crítica de Duarte e Sena Júnior (2019) a análise de Fico (2017) sobre o pouco tempo e caracteres que o historiador dedica a tipificar os diversos historiadores marxistas dentro da crítica do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”: Demian Bezerra de Melo; Marcelo Badaró Mattos e entre outros são historiadores de esquerda. Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes também o são. Quais são suas diferenças? Além disso, é possível observar uma semelhança completa entre todos os historiadores do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”? E os criticados de “revisionismo” são todos iguais? Estas lacunas bem apontadas por Duarte e Sena Júnior (2019) da crítica de Fico (2017) são importantes para manter a responsabilidade conceitual das críticas historiográficas. E ainda assim ela pode recair ao próprio “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” já que muitos historiadores considerados “revisionistas” são igualados em um mesmo leque teórico mas que partem de matrizes epistemológicas e lugares sociais de produção do conhecimento totalmente diferentes.

E qual é a posição da crítica de Fico (2017) neste debate? Parece que Duarte e Sena Júnior (2019) acertam ao apontar as fragilidades dos argumentos de Carlos Fico. Porém, o que salta aos olhos ao ler o artigo de Fico (2017) é como o historiador busca ser o “policia da historiografia” brasileira sobre o regime militar brasileiro - mesmo termo utilizado por Santos (2020) ao se referir às análises de Fico e Polito (1992). Carlos Fico (2017) contribuiu muito com a pesquisa histórica sobre a ditadura civil-militar brasileira, porém, neste artigo em específico, o historiador parece tomar para si uma figura de “guardião” da pesquisa histórica no Brasil sobre o tema.

²⁴⁶ O marxismo detém diversas correntes de análise das mais variadas e conflitantes entre si possíveis, mas parece que algo permanece: a oposição entre duas grandes classes sociais que fundamentam a vida social.

Se ele acusa os marxistas de forçarem sua visão para a análise histórica, Fico (2017) acaba fazendo o mesmo com toda a escrita da história sobre o período de 1964 até 1985. Isso novamente mostra muito mais dos usos políticos e públicos da historiografia e contrapõe a pecha “academicista” que Fico (2017) busca para si. Cometeria Carlos Fico “abusos da história”? Provavelmente não, mas suas intenções políticas em “controlar” a narrativa historiográfica sobre a ditadura civil-militar de 1964 é semelhante a do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”, mas sem a coragem de assumir isso.

Como é possível perceber na teoria do “abuso da história” de Baets (2013) o historiador considera grande parte dos elementos explicativos do conceito de “revisionismo”. Desde abusos cometidos com o tratamento das fontes e das referências bibliográficas, liberação de arquivos e análises teórico-epistemológicas até às responsabilidades éticas e atuações sociais do historiador. Porém, atrelar a pecha de “abuso da história” deve ser feita com extrema cautela a fim de evitar injustiças e possíveis erros de análise. Existem claras historiografias abusivas, como a narrativa de Carlos Alberto Brilhante Ustra, mas outras parecem ser “turvas” - não sendo isentas de problemas. Não parece que os historiadores - ainda mais com a profissionalização do historiador - devam se tornar “policiais” da boa historiografia, mas sim críticos em suas análises a abertos a possibilidades de interpretações variadas - mesmo que se tornem equivocadas.

Um dos principais sentidos com os quais a ideia de “abuso da história” não consegue lidar é com a ideia de “traição” contida desde o *Bersteindebatte* e corre ao longo de posições em relação a URSS durante o século XX (TRAVERSO, 2012). A “traição” contida no conceito de “revisionismo” se refere a uma “pecha” negativa em relação ao historiador; uma traição a uma determinada “classe” social e pode causar o sentido - já identificado por Traverso (2012) - como a existência de uma história “oficial” ou ortodoxa.

Ainda recorrendo à ideia de uma historiografia “oficial”, os autores críticos do “revisionismo contemporâneo” lançam mão de três principais categorias para apontar a historiografia considerada “revisionista”: ela seria produtora de um consenso, “oficial” ou hegemônica. É possível traçar as influências do conceito de hegemonia e de consenso das análises de Antonio Gramsci (1891-1937). A ideia de uma “história oficial” parece também não ser adequada. Apesar de um Estado Nacional buscar na historiografia e no ensino de história por meio da educação pública

construir elementos unificadores da nação – como aponta Hobsbawm (2013) – é difícil encontrar uma historiografia propriamente “oficial” feita por membros oficiais de um Estado. Antoon de Baets (2013) aponta a existência de uma história “abusiva” tanto em regimes ditatoriais e democráticos, uma historiografia que distorce fontes históricas e a compreensão sobre o passado. Mesmo assim, a historiografia “oficial” ainda é difícil de se sustentar sem um exame apurado da recepção dos leitores e das respostas – seja em historiografia ou em outras formas de se pensar e representar o passado. Apesar dessas considerações, pouco investem esses historiadores críticos do “revisionismo contemporâneo” às análises sobre *como* essa historiografia se torna “hegemônica” para além do impacto no meio acadêmico e historiográfico²⁴⁷.

Os historiadores críticos do “revisionismo contemporâneo” acabam por “temer” que essa historiografia “revisionista” acabe por se tornar “oficial”, mas não discutem nem lançam mão de análises de como isso ocorre apesar das próprias investigações da Didática da História e do Ensino de História já produzirem pesquisas concretas sobre essa temática.²⁴⁸ Podemos pensar que nem sempre todas as publicações historiográficas vão impactar diretamente aquilo que chamamos de cultura histórica – a manifestação coletiva da consciência histórica de uma determinada sociedade.²⁴⁹ Um dos principais elementos que levam uma história a se tornar “hegemônica” é a sua manifestação nos meios da História Pública: livros didáticos; currículos escolares; filmes históricos; programas de televisão; rádio; etc. E

²⁴⁷ A exceção das pesquisas de Carla Luciana Silva (2014; 2017) que investiga o “revisionismo apologético” da Revista *Veja* sobre a construção social da “Ditabranda” no Brasil e das transições das ditaduras Ibéricas e de Romulo Mattos (2014) ao investigar o documentário “Ninguém sabe o duro que dei” sobre o “revisionismo apologético” e “reabilitador” de Wilson Simonal.

²⁴⁸ Pesquisas como a coordenada por Luis Fernando Cerri intitulada *Jovens e a História* (2013) buscou avaliar os posicionamentos políticos e pensamento histórico de jovens estudantes por meio de uma avaliação qualitativa, onde podemos encontrar os desdobramentos e expansão dessas investigações em Cerri (2018). Pacievitch e Cerri (2016) também investigam as posições políticas de professores alinhados a esquerda/centro/direita e quais são suas principais similitudes e diferenças. Rockwell e Ezpeleta (2007) apresentam o conceito de “cultura escolar” e como vivenciar a escola trouxe uma análise diferente daquelas propostas por teorias estruturalistas. Alves (2013) compara como estudantes brasileiros e portugueses interpretam fenômenos históricos mostrando suas diferenças e similitudes. Já Chaves (2019) mostra a importância da observação etnográfica para a avaliação dos usos dos livros didáticos por professores e estudantes dentro do ensino de história. Ver também o dossiê organizado por Cavalcanti e Rocha (2020).

²⁴⁹ Rüsen (2016) aponta que “cultura histórica” serve como categoria para diferenciar outros tipos de manifestações da sociedade, sendo que “[...] se pode definir a cultura histórica como a articulação prática e operante da consciência histórica na vida uma sociedade” (p. 57). Já a consciência histórica, partindo do presente vivido, “[...] sintetiza a experiência temporal que provém do passado com a expectativa temporal que se abre ao futuro” (p. 61). Rüsen (2012; 2016) trata a partir de sua matriz teórica a categoria de “cultura histórica”, sendo de maneira ampla e genérica, necessitando de avaliações empíricas conforme a sociedade analisada.

mesmo se essa historiografia for reproduzida em tais meios não é garantia que os públicos “consumidores” dessa história irão aceitar sem resistência essas narrativas.

Exemplos de investigações que tensionam a ideia do impacto direto de uma determinada produção historiográfica são a de Bittencourt (2008) que aponta ressalvas em relação as análises que consideravam o livro didático de história como propagador de uma ideologia assimilada unilateralmente pela escola, professores e alunos. Para Bittencourt (2008) a ideologia ainda tem um peso no livro didático, mas, sendo a escola um objeto complexo e não homogêneo, o livro didático é mediado pelo professor, aparecendo apreensões diferentes em relação a cada cultura escolar. O professor pode escolher como utilizar o conteúdo histórico narrado no livro didático, ou pode também nem o utilizar. Bittencourt (2008) a partir das pesquisas de Araújo (2001) ressalta que o grau de utilização do livro didático para a preparação e planejamento de aulas é comum e varia em relação a qualidade da formação do professor e da quantidade e qualidade de trabalho realizado²⁵⁰. Mesmo assim, é necessário investigações empíricas antes de considerar a existência de uma leitura “hegemônica” “revisionista” em manuais didáticos, documentos educacionais, currículos universitários, pesquisas com professores.

Categorias como “hegemonia”; “consenso” e “oficial” parecem não contemplar a possibilidade de contestação e inovação própria da escrita historiográfica. Uma categoria adequada para analisar as obras que compõem é a ideia de “cânone” historiográfico. Bentivoglio (2011) aponta que o século XIX foi o que mais ofereceu obras “canônicas” para a disciplina histórica devido a própria disciplinarização dessa ciência. Os historiadores em diferentes períodos também reconheceram seus textos clássicos enquanto praticavam seu ofício. Assim, uma obra canônica é “[...] um modelo exemplar, uma narrativa que reúne enorme potência criativa, expressando de maneira particular as possibilidades cognoscitivas e estética de seu tempo” (BENTIVOGLIO, 2011, p. 176).

No caso, Bentivoglio (idem) ressalta que o “cânone” do século XIX para a história como disciplina científica é majoritariamente alemão, onde seus principais escritores ocupavam cargos públicos dentro do Estado. Assim, também é possível refletir sobre como um saber se configura criando uma disciplina com um

²⁵⁰ Professores que trabalham em mais escolas com mais horas de aula tendem a utilizar mais o livro didático como principal referência para a elaboração das aulas.

discurso próprio validado pelos seus membros e que competem em regimes de autoridade de escrita da história²⁵¹. É também no século XIX onde são delineadas as principais revistas historiográficas contendo os elementos de institucionalização do campo disciplinar.

Bentivoglio (idem) também ressalta que o “cânone” historiográfico se desenvolveu na Inglaterra com a “escola liberal (whig) inglesa” e a “escola romântica francesa”. White (1994, p.114) já apontou como textos historiográficos canônicos não são invalidados ou anulados por novos dados ou métodos que os antigos historiadores não tenham levado em consideração devido aos elementos literários de suas obras. Malerba (2006) afirma que dificilmente uma obra histórica é superada em sua totalidade pois ela acaba também se tornando um documento de sua época, resistindo às críticas. Bentivoglio (2011, p. 179) acrescenta, a partir de Calvino (2001), que uma obra clássica traz para o presente as leituras que a precederam.

Um “cânone” ainda pode ser elaborado dentro de divisões temáticas e disciplinares da História como ciência. Dentro da historiografia social do trabalho é possível traçar textos clássicos que ora lançam e contestam paradigmas e que mesmo após diversas “revisões” e “inovações” historiográficas sequentes ainda permanecem com algo a ser dito. São exemplos as obras historiográficas de E. P. Thompson (1924-1993). Além disso, a formação de um “cânone” historiográfico passa por processos de inclusão e exclusão.

Oliveira (2018) aponta que intelectuais femininas se tornam o “outro” silenciado pelos cânones historiográficos e pela memória disciplinar, cuja construção no século XIX não incluiu mulheres, pois elas não produziam textos considerados “históricos”. Ainda nesse sentido, Oliveira (idem) recorda que para a exclusão do “cânone” elaborado no Brasil no século XIX a autoridade dos “pares” de ofício decidia quem pertenceria ao campo historiográfico baseado em sexo, raça e classe social, contradizendo a ideia de uma “escrita sem sexo”. Assim, é necessário também analisar como os “cânones” são elaborados pelos segmentos de raça/gênero.

Se não é possível considerar a historiografia “revisionista” apontada nas obras organizadas por Melo (2014) e Senna Júnior; Melo e Calil (2017) como membros de um “cânone” historiográfico – é necessário um estudo mais aprofundado de caso dos impactos em ambientes acadêmicos/públicos e seus impactos na cultura

²⁵¹ Bentivoglio (2011) assume essas considerações a partir de Foucault (2002).

histórica em diversos contextos²⁵². Mesmo se as historiografias consideradas “revisionistas” acabassem adentrando neste “cânone” historiográfico - considerando as especificidades das memórias disciplinares cada vez mais especializadas na disciplina histórica - as questões sobre “revisionismo” e “substituição” ou mesmo como uma mudança de “paradigma” na medida da teoria kuhniana.

Propusemos aqui apresentar considerações sobre a “hegemonia” de historiografias consideradas “revisionistas” pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”. A existência de uma historiografia oficial e hegemônica pode não ser tão evidente assim, é necessário considerar que a produção do conhecimento histórico abarca um “cânone” (BENTIVOGLIO, 2010; WHITE, 1994, MALERBA, 2006) que contém explicações, fontes históricas, métodos e narrativas possíveis e influências na produção historiográfica atual. É também necessário considerar as obras “canônicas” dentro das divisões de disciplinas temáticas da ciência histórica além das relações de poder, econômicas, raça, gênero e classe que compõem a formação de um “cânone” historiográfico (OLIVEIRA, 2018).

Já como um conjunto de historiografias - principalmente suas ideias - são divulgadas e apropriadas pela cultura histórica de determinadas sociedades competem outros tipos de avaliações, como faz a Didática da História e o Ensino de História como disciplinas. Se tomarmos por exemplo os livros didáticos, nem se toda a historiografia considerada “revisionista” for usada nessas coleções didáticas significaria uma direta penetração dessas ideias nos estudantes: é preciso considerar elementos mercadológicos, editoriais e a liberdade que o professor de história detém para o ensino de história e uso do livro didático na sala de aula (BITTENCOURT, 2008).

A ideia de “hegemonia” historiográfica também recairia na noção de “substituição” de certas historiografias por outras, principalmente as evidências e explicações levantadas por uma historiografia anterior que seria descartada por uma historiografia “inovadora” (GORMAN, 2007). Em qualquer “revisão” existe uma continuidade “essencial” com uma historiografia anterior, até mesmo para existir essa “mudança” é necessário que algo permaneça ou até mesmo seja retomado. A noção de linearidade de sucessões de historiografias “revisionistas” e “re-revisionistas” como

²⁵² Apesar de autores como Hannah Arendt serem referência para estudos políticos e de Renzo de Felice ser estudado nas pesquisas sobre o fascismo.

se somente uma “linha” de pensamento fosse possível e existente não procede já que existem constelações de interpretações historiográficas que podem ser resgatas ou coexistirem dentro dos debates historiográficos (HUGHES-WARRINGTON, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas análises podemos considerar – à maneira da “história dos conceitos” proposta por Koselleck (2006) e pela conceitualização que o historiador usa em suas pesquisas com Prost (2020) – que existem no mínimo dois “tipos” conceituais de “revisão”: 1) o conceito de “revisão” em seu sentido histórico surgindo em diferentes contextos sociais e políticos e 2) a categoria heurística utilizada pelo historiador de “revisão” para se referir a uma determinada produção historiográfica marcando principalmente sua inovação, qualidade e benefícios para a ciência histórica (RODRIGUES, 1965; 1986; MAESTRI, 2009; SQUINELO, 2008; SEGRILLO, 2010) e por uma historiografia apologética do capitalismo, da ditadura militar; do liberalismo como faz o “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”.

É possível afirmar que esses autores mencionados utilizam a categoria de “revisão” como um conceito para analisar fenômenos históricos. Suas considerações não ficam restritas a meras “resenhas críticas” podendo ser consideradas como avaliações históricas dentro da disciplina de história da historiografia. É assim que as análises sobre métodos, fontes avaliadas e paradigmas teóricos são apontados por historiadores como Maestri (2009), Rodrigues (1965; 1986) e Segrillo (2010).

O caso do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” busca mais a fundo avaliar o “lugar social” e a “prática historiográfica” – como apontou Certeau (2020) em sua análise da operação historiográfica – dos promotores do “revisão apologético”. As pesquisas que usam a categoria de “revisão” ainda têm os mesmos objetos que, segundo Araújo (2006, p. 91), a disciplina da história da historiografia almeja analisar.

Porém, defendo que o conceito heurístico de “revisão” seja somente utilizado para se referir a inovações teóricas, interpretativas, metodológicas, narrativas e de novas fontes históricas, à maneira como Rodrigues (1965; 1986) tratou a historiografia de Taunay (1965; 1986). Ainda assim, é um uso do conceito que precisa de ajustes, sendo um deles a necessidade de referência anterior: o “revisão” é sempre a uma determinada historiografia que começa a se tornar um cânone em determinadas subdivisões da disciplina histórica e se consolida nas academias. A partir do momento que a historiografia “revisada” perca força, o termo “revisão” deve ser deixado de lado e outras tipologias podem ser usadas - ou

nenhuma.

O sentido de “revisionismo apologético” utilizado pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” deve ser deixado de lado pois: 1) as historiografias consideradas “revisionistas” nem sempre trazem ideias inovadoras, sendo muitas vezes uma continuação repaginada de ideias anteriores; 2) a ideia de “hegemonia” e historiografia “oficial” não se sustenta pois existem diversas interpretações historiográficas que, por diversos motivos, se tornam “cânones”, mas que convivem com outras interpretações formando uma constelação de ideias; além disso, afirmar que determinada historiografia é hegemônica ou oficial requer estudos empíricos em como a cultura histórica concebe determinados passados e produções científicas, sem essas análises a base empírica para tais juízos ficam frágeis; 3) a carga negativa de “traidor da classe” não compete aos domínios da historiografia como ciência, recaindo em argumentos *ad hominem*.

Por fim, defendo o uso de outros conceitos e tipologias heurísticas para avaliar determinadas “correntes” historiográficas. É possível avaliar historiografias pelas suas filiações, como uma historiografia liberal; conservadora; marxista; anarquista, etc. Porém, esses rótulos políticos também são problemáticos, apontando mais um posicionamento político – de crítica muitas vezes dirigida ao historiador e não a pesquisa. No mais, também deveriam ser evitados. Se determinada historiografia apresenta certas interpretações consideradas sem exatidão, pode-se dizer que está equivocada, se essas interpretações decorrem de falseamento de fontes, de métodos ou mesmo transcrições equivocadas intencionalmente, pode-se dizer que é uma historiografia abusiva. Se esses problemas ocorrerem sem intenção, pode-se qualificar como uma historiografia irresponsável. Ambas também são historiografias eticamente falhas, não respeitando os procedimentos científicos próprios da ciência histórica.

No fim, se a historiografia nega um determinado fato, ou a possibilidade de existência de uma representação científica do passado por meio de uma disciplina científica historiográfica, falta com os elementos basilares dessa disciplina - teoria, método, fontes históricas e interpretação - é possível considerá-la como uma historiografia “negacionista”. Não necessariamente se nega o fato histórico, mas está ligada a negação da ciência histórica. Em resumo, muitas dessas tipologias se intercalam e podem variar, uma historiografia que é abusiva é sempre antiética; um historiador que priva o acesso a suas fontes consultadas é um negacionista da história

como ciência e antiético. Devemos também considerar o impacto que determinada tipificação causa para os leitores: rotular uma obra ou autor de “negacionista” traz uma carga negativa, já em certos lugares o rótulo “liberal” pode trazer boas avaliações.

A frase de Darnton (2010) é elucidativa. Somos sempre “revisonistas” ao produzir historiografia. Porém, cada vez mais, devido ao nosso sistema avaliativo, nós “devemos” ser “revisonistas” para a progressão acadêmica, aumento de renda, oportunidades de emprego. Temos menos a escolha de optar em sermos “revisonistas”, que a obrigação de sempre devemos atualizar nossas pesquisas e aceleradamente produzir para sermos avaliados.

A partir das presentes análises, podemos afirmar que o conceito de “revisonismo” é mesmo complexo, com diversos sentidos e significados. Com isso, o uso do conceito de “revisonismo” para qualificar uma certa historiografia é realizado pelo “movimento crítico ao revisonismo contemporâneo” adotando uma visão bem específica: é argumentar que determinadas historiografias são: 1) “apologéticas” a regimes ditatoriais; ao liberalismo e a repressão; 2) tendem a vincular perspectivas teórico-metodológicas não alinhadas com o marxismo (culturalismo ou liberalismo); 3) os escritores dessas historiografias municiam a direita com argumentos destrutivos contra a esquerda, agravado ainda mais se esses pesquisadores são ou foram de esquerda; 4) por fim, tudo isso recai em uma leitura “pequeno-burguesa” da história. Como mostra Galastri (2015) o “revisonismo” é um amplo segmento de crítica política dentro da Europa no final do século XIX e início do XX.

Porém, seria toda a história do conceito de “revisonismo” marcada pelo seu uso como algo “abusivo”? Traverso (2012) afirma que o conceito de “revisonismo” é algo “camaleônico”, ora sendo utilizado como algo positivo (inovador), ora como algo negativo (abusivo). Neste primeiro caso, Segrillo (2010) destaca como as obras de Sheila Fitzpatrick; Marc Ferro; Moshe Lewin e Diane Koenker através de uma perspectiva da história social conseguiram por novas fontes históricas e métodos de pesquisa realizar uma “revisão” da historiografia *cold warrior* anterior – marcada por um forte anticomunismo.

Outro exemplo é a obra de José Honório Rodrigues (1965) que já na década de 1960 apontava para o “revisonismo” feito por Afonso de Taunay ao analisar com novas fontes históricas. Já Maestri (2009) e Squinelo (2008) afirmam a existência de uma historiografia “revisonista” da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) produzida durante às décadas de 1960-1970, principalmente o trabalho do argentino

Leon Pomer e do brasileiro Júlio José Chiavenato. Já outra historiografia encabeçada por Francisco Doratiotto na década de 1990 no Brasil ganhou à alcunha de “neorevisionista” por criticar aspectos da historiografia “revisionista” – principalmente a visão de esquerda dessas obras – e por apresentar novas análises a partir de fontes históricas inéditas. Nesta última historiografia, Maestri (2009) aponta que esse “neorevisionismo” de Doratiotto acaba por ser uma visão “restauradora” da “historiografia de trincheira”. Squinelo (2008) mantém o termo “neorevisionismo”.

Houve também um tipo de “revisionismo histórico” nos países da Bacia do Prata específico relacionado a uma crítica nacionalista contra uma “história oficial liberal” promovida pelos Estados nacionais. Os casos da Argentina e do Paraguai são exemplos de como existiu uma crítica “revisionista” na historiografia que foi apropriada posteriormente de diversas maneiras – tanto pelo Estado paraguaio quanto pela “história oficial” argentina.

No caso paraguaio, a “polêmica revisionista” em relação a história do Paraguai – sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e a dos presidentes José Francia; Carlos e Solano López – aconteceu com a publicação crítica de Juan O’Leary contra seu professor Cecílio Báez. Neste caso, Báez teve uma perspectiva liberal sobre a história paraguaia. Em contrapartida, Juan O’Leary promove uma empreitada crítica a Báez, acusando suas posições políticas favoráveis aos estrangeiros (como a Argentina) e apresentando novas fontes históricas para também exaltar e amenizar as decisões paraguaias tomadas durante a guerra.

Essa primeira polêmica acontecida entre 1905-1906, na visão de Brezzo (2010), teve como vencedor Juan O’Leary. Porque O’Leary venceu? Pois trouxe novas fontes históricas, novas interpretações e principalmente pela construção de uma “nacionalidade” paraguaia, algo para se “orgulhar” no passado histórico. Essas propostas “revisionistas” de O’Leary foram incorporadas nos debates públicos e serviu como “ideário político” do Partido Colorado paraguaio – ao qual O’Leary se filiou posteriormente. Nesse sentido, Lima (2018) aponta como a ditadura de Stroessner durante a década de 1970 reeditou e republicou os textos “revisionistas nacionalistas” de O’Leary e foram utilizados como instrumentos de propaganda nacionalistas do regime. Já Alcalá (2005) adota uma postura crítica em relação a crítica historiográfica de O’Leary e de Natalício Gonzalez, principalmente pelas suas relações com a extrema direita francesa, além de não propor nenhuma inovação do campo historiográfico, Penso que as novidades relacionadas a fontes históricas e

novas perspectivas teóricas trazidas por O’Leary foram positivas para o debate sobre a história no Paraguai. Retomo o tempo verbal utilizado: “foram” positivas. Hoje, ainda mais pelo uso instrumental dessa historiografia pela ditadura de Stroessner, essa historiografia não é mais positiva, não há novidade historiográfica: ela se tornou o discurso oficial ainda muito ligado com uma ditadura militar como a de Stroessner. Nesse sentido, nem podemos mais chamar de “revisionismo histórico” e talvez algo mais próximo a uma “historiografia nacionalista” paraguaia.

Já o “revisionismo histórico” ocorrido na Argentina data do final do século XIX e ganha maior força e publicidade durante o contexto da Crise de 1929. Nos anos posteriores da crise na Argentina, diversos historiadores – tanto ligados a institutos de pesquisas; universidades ou historiadores não profissionais – empreenderam em uma “revisão nacionalista” da história argentina, reabilitando um “herói” que lutou contra os desejos imperialistas estrangeiros de dominação argentina, o ex-governador Juan Manuel de Rosas contrários a uma “história oficial liberal”. Donghi (2006) apontou diversas contradições próprias do “revisionismo histórico” argentino, principalmente relacionado a pretensão de inovação historiográfica e a busca da “verdade histórica” por meio da “ciência histórica” desenvolvia. Na realidade, esses historiadores “revisionistas”, segundo Donghi (2006), mais tinham preocupações políticas do que científicas, não sendo à toa as ambições de acesso a universidades e cargos educacionais dentro do Estado argentino. Além disso, com o decorrer das décadas de 1950 até 1970 o “revisionismo histórico” se mostrou muito volátil, mais preocupado com a relação da crítica historiográfica e a recepção do público do que com a suposta “verdade histórica”.

Porém, teria contribuído em algo o chamado “revisionismo histórico argentino”? Para Donghi (2006) essa “corrente historiográfica” não teve nada a contribuir. Já para Chiamaronte (2013) a historiografia “revisionista” argentina também apresenta os problemas já analisados por Donghi (2006). No entanto, Chiamaronte (2013) reconhece que essa historiografia “revisionista” argentina teve contribuições positivas, como a recuperação de fontes históricas e a construção de instituições de pesquisa e ensino importantes para as análises históricas no país. Novamente, é provável que o debate acerca do “revisionismo histórico” na Argentina, foram positivos pelo levantamento de novas fontes históricas e por aumentar as produções historiográficas sobre a história regional argentina. Porém, concordamos com Donghi (2006) e Chiaramonte (2013) sobre o decaimento da qualidade da historiografia

considerada “revisionista” na Argentina, principalmente quando a polêmica se tornou o principal foco, sendo o objetivo o ganho político dos autores – ocupar cargos públicos e assim obter alguma vantagem, seja acadêmica ou financeira. Hoje não é possível mais afirmar que existiu uma “historiografia revisionista” na Argentina e sim uma “historiografia nacionalista” que nem sempre “substituiu” uma “historiografia oficial liberal anterior”. Essas interpretações coexistem ao mesmo tempo.

Portanto, existiram “revisionismos” na pesquisa histórica que foram importantes para o avanço das análises historiográficas. Porém, é importante destacar que essas pesquisas “foram” inovadoras em um determinado período de tempo e em relação a uma determinada historiografia anterior ou a um cânone historiográfico específico. Não é possível sustentar uma inovação contínua de pesquisas historiográficas: todos os tipos de análises têm limites e que serão preenchidos por pesquisas futuras, consistindo assim na própria característica da pesquisa científica. Defendo, portanto, que o conceito de “revisionismo” para tratar de historiografia, seja de “movimentos historiográficos” ou de uma pesquisa em si, adote um tom não permanente: o “revisionismo” e as “revisões” realizadas são passageiras.

Já outros autores destacam a existência de um “revisionismo apologético” na historiografia. Mais precisamente, podemos perceber essa crítica vinda do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” onde esses historiadores apontam a existência de um “revisionismo” historiográfico que ora é “liberal”; “neoliberal”; “conservador”; “pequeno burguês”; “traidor” e “apologético”. Seria portanto uma defesa apologética do “fascismo italiano”, mais precisamente de Mussolini e do “nazismo” (FIGUEIREDO, 2017); uma apologia a própria ditadura civil-militar; dos seus perpetradores e das possíveis “benesses” do regime (MELO, 2014; SENA JÚNIOR, 2014; 2017; CALIL, 2017; SILVA, 2014; 2017; DEMIER, 2014; COELHO, 2017); em relação a crítica conservadora; neoliberal e apologética de regimes autoritários/ditaduras (LOFF, 2014; VARELA, 2014; LOFF; SOUTELO, 2017; SILVA, 2017; MONTEIRO, 2017); sobre as interpretações historiográficas “culturalistas apologéticas/liberais” (MATTOS, 2014; GOMES, 2017).

Para esses autores marxistas alinhados com uma perspectiva de E. P. Thompson e de Antonio Gramsci o alvo da crítica historiográfica são tanto historiadores de esquerda alinhados com o marxismo até historiadores liberais e aqueles que publicam para o grande público. Qual seria a base teórica do conceito de “revisionismo apologético” – ou seja, um “revisionismo abusivo” – perpassa tanto pela

crítica de Lênin e Rosa Luxemburgo ao “revisionismo” de Bernstein e principalmente pela crítica ao “revisionismo” feita por Eric J. Hobsbawm (1996) Também é possível perceber uma influência da obra de Ciro Flamarion Cardoso, principalmente na crítica ao “culturalismo” e ao “pós-modernismo” – leia-se principalmente a chegada no Brasil das perspectiva do linguistic turn e das obras de Michael Foucault – na obra de Marcelo Badaró Mattos (2014).

O que é apontado pela crítica ao “revisionismo” do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”? Em linhas gerais, o “revisionismo” das revoluções, das ditaduras e da historiografia considerada “culturalista/pós-moderna” acaba por desacreditar a possibilidade do socialismo; municia os movimentos de direita (liberais/conservadores) para criticar as esquerdas; assume uma posição “inovadora” mas não traz nenhuma novidade para o debate acadêmico; distorce fontes históricas e interpretações analíticas sobre o passado e acaba por “trair” as perspectivas da classe trabalhadora. Portanto, essa historiografia considerada “revisionista” ao realizar este procedimento político-teórico-metodológico acaba por se tornar uma leitura “hegemônica”, perto do que seria uma “histórica oficial” ou “definitiva” sobre os eventos analisados, dominando as formas de representar e dar sentido ao passado das diversas sociedades – como no Brasil; Portugal; Espanha; Alemanha e Itália.

Como podemos avaliar o uso do conceito de “revisionismo” aplicado a historiografia feito pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”? Em um primeiro momento é necessário analisar as considerações desses autores sobre o caráter “hegemônico” do “revisionismo”. Assim, podemos perceber na crítica historiográfica contra o “revisionismo” uma falta de análises sobre essa “hegemonia” em um sentido empírico: existem lacunas empíricas sobre a penetração dessa visão “revisionista” na cultura histórica brasileira, principalmente sobre o “revisionismo” da ditadura civil-militar. Carecem análises sobre como o ensino de história e a história pública se relaciona com essa historiografia considerada “revisionista”, onde talvez seja possível pensar com a própria disciplina da Didática da História para resolver esses impasses. Além disso, é muito difícil falar de “hegemonia” de uma determinada historiografia pois coexistem diversas interpretações históricas ao mesmo tempo. Nesse sentido, parece ser mais preciso evitar o termo “hegemonia” e sim, a partir de análises rigorosas e prováveis, apontar a existência de um “cânone” historiográfico e suas presenças e impactos na cultura histórica, seja brasileira ou europeia.

Nesse sentido, pesquisas como as de Pereira (2022) e Cerri (2018)

parecem apontar caminhos para o negacionismo histórico da ditadura civil-militar brasileira e as visões dos jovens estudantes brasileiros sobre o período. Esses tipos de investigação não são realizados pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” onde acabam por somente repousar suas críticas na própria historiografia, sem analisar os usos e os aprendizados elaborados pelos indivíduos ao realizarem um possível contato com a historiografia considerada “revisionista”. Parece faltar, portanto, um maior diálogo do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” com os debates elaborados por historiadores que se dedicam a própria teoria da história; história da historiografia e da didática da história – principalmente ligada ao ensino de história.

Assim, concordamos com Gorman (2007) sobre a necessária diferenciação das ideias de “revisão” e “substituição” para tratar o conceito de “revisionismo”. Não significa que exista uma única linha interpretativa da história que vai sendo sempre substituída por uma mais nova interpretação. Como Warrington-Hughes (2007) muito bem aponta a partir de uma interpretação collingwoodiana, existe uma teia de interpretações historiográficas coexistindo onde nem sempre uma vai substituir a outra. Além disso, Malerba (2006) muito bem lembra que uma das características da pesquisa e da explicação historiográfica é que sempre uma determinada historiografia sempre terá algo a acrescentar, não importando a quão antiga seja.

Temos, portanto, o sentido “camaleônico” do conceito de “revisionismo” apontado por Traverso (2012): ora ele é “abusivo”, ora é “inovador”, além do uso do conceito pelos “negacionistas” do Holocausto/Shoah. Parece que o “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”, principalmente a partir da *Introdução* elaborada por Melo (2014) também reconhece esses diversos significados utilizados para o conceito de “revisionismo”. No entanto, concordamos com Spiegel (2007) e Avila (2021) ao considerar o conceito de “revisionismo” para se referir somente aquelas inovações nas pesquisas historiográficas, principalmente levando em consideração o uso histórico do conceito de “revisionismo” no Brasil; Paraguai; Argentina e os EUA. De fato, o conceito de “revisionismo” aborda um sentido “abusivo” para a história das ideias dentro da tradição marxista, mas ao se encontrar com a pesquisa historiográfica, parece que é necessário levar em consideração o sentido da “inovação” presente no conceito de “revisionismo”.

O sentido de “inovação” e alta qualidade das pesquisas históricas

atrelada ao “revisionismo” levou, como aponta Traverso (2012), a diversos autores e historiadores “negacionistas” do Holocausto e do nazismo a se utilizarem e autointitularem como “revisionistas”. Assim, esses autores buscariam um rótulo que, ora retirasse a pecha de “negacionistas” e autores de “direita” ou “neonazistas”, ora também apresentasse uma legitimidade para suas pesquisas. Além disso, Vidal-Naquet (1988) utiliza o conceito em sua célebre crítica aos “revisionistas” do Holocausto. Portanto, cabe diferenciar o que seria o “negacionismo” do “revisionismo” na historiografia.

Uma das importantes publicações sobre o que é “negacionismo” na história é o trabalho de Moraes (2011; 2013) onde o conceito é legado somente para a negação da temática do Holocausto. Na realidade, Vidal-Naquet deixa bem claro que esses “revisionistas” não realizam nenhuma operação científica da história, além de fraudarem documentos, terem péssimas interpretações e realizarem mais política – tanto de extrema esquerda quanto de extrema direita – do que ciência histórica. Por fim, esses “revisionistas” não elaboram nenhuma perspectiva inovadora da historiografia.

Qual o motivo de Vidal-Naquet utilizar o conceito de “revisionismo”? Em um primeiro momento, é importante ressaltar o uso do conceito de “revisionismo” pelos “negacionistas” do Holocausto, assim Vidal-Naquet iria se referir a este grupo diretamente como forma identificar para o leitor quem são seus alvos. Segundo, por ser um historiador engajado e de esquerda, é possível que Vidal-Naquet conheceu a crítica de Lênin e de Rosa Luxemburgo ao “revisionismo” de Bernstein e que a mobilizou para criticar os “negacionistas” do Holocausto. Essa linguagem, o conceito de “revisionismo”, vinda da esquerda, foi elaborada por Vidal-Naquet para criticar a responsabilidade de determinados “pseudo-historiadores” pela elaboração de suas teorias negadoras do Holocausto.

Na crítica de Vidal-Naquet (1988) ainda é possível verificar uma crítica a “teorias pós-modernas”, se referindo principalmente a obra de Hayden White. Com o debate já apresentando, podemos perceber que existiu uma relação elaborada por Ginzburg sobre White entre ideias como “ceticismo”; “impossibilidade do conhecimento histórico”; “relativização” e “representação” recaindo em uma abertura e falta de responsabilidade na pesquisa histórica. Como crítico de White – uma análise que se soma tanto Roger Chartier (2002) e até em partes de Ricoeur (2007) – Ginzburg realiza uma análise do *linguistic turn* um pouco caricata. White não quis

relativizar ou menosprezar o conhecimento histórico, nem dizer da impossibilidade de conhecer; explicar e aprender com o passado. Na realidade, White se manteve principalmente na análise escrita da história e de como o passado é apropriado pelos indivíduos e sociedades. Como visto nas obras de Pereira (2022) e Avila (2021), não é possível afirmar que White abra espaço para o relativismo – já que os autores mencionados se utilizam da teoria de White como base para suas críticas justamente aos “negacionismos” atuais. Penso que uma síntese sobre este debate que, apesar de tomar partido de Ginzburg, não deixa de reconhecer os avanços e limites das obras de White é a análise de Paul Ricoeur (2007) e de Jörn Rüsen (2015). Há limites para a explicação da narrativa histórica e também para a representação do passado, mas em nenhum momento invalida as teses de White ou o joga na vala dos “temidos” relativistas.

A recepção do debate entre White e Ginzburg/Chartier no Brasil de 1990 tendeu a “vitória” para os últimos. Como mostra Santos (2020), o *linguistic turn* logo foi caracterizado como “pós-modernismo” onde Ciro Flamarion Cardoso; Michel Zaidan e Emília Viotti da Costa são exemplares. Essa concepção nos leva a duas conclusões: 1) é a influência dessas obras no “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”, principalmente no texto de Marcelo Badaró Mattos (2014) onde fica clara a comparação entre “culturalismo” e “pós-modernismo” – conceitos caricatos e que acabam por diminuir a pluralidade de ideias e encerrar o debate histórico; 2) a injusta comparação entre as teorias narrativistas, principalmente a obra de Hayden White, a um mero “relativismo” que degeneraria no “negacionismo/revisionismo” histórico. Por fim, repousar neste debate parece ser perda de tempo: já foi mostrado como Hayden White não quis “acabar com a história” e que ele valorizava sim as fontes e o trabalho do historiador, como é apresentado em Avila (2021). O debate entre Ginzburg, White e Chartier no final dos anos 1980 e na década seguinte foram riquíssimos, mas os “chavões” como “pós-moderno” e “relativista” – quando não questionam a relação entre o *linguistic turn* e o “negacionismo” – são chagas que vira e mexe aparecem nos debates historiográficos atuais.

Nesse sentido, pode muito bem tanto as análises de White quanto as de Ginzburg contribuir para avaliar os atuais negacionismos. Não concordamos com Moraes (2011; 2013) sobre a exclusividade do conceito de “negacionismo” para o Holocausto pois recai em um aprisionamento do conceito e até mesmo em um eurocentrismo: diversos foram os genocídios e traumas legados que também sofrem

de “negacionismo histórico”, como a ditadura civil-militar brasileira de 1964; escravidão negra brasileira; genocídio indígena durante a conquista e colonização da América. Também não concordamos com a aproximação do conceito de “negacionismo” com o de “revisonismo” na historiografia. O primeiro sempre terá um sentido “abusivo” e pode dar conta de elementos como a negação da ciência; negação do trabalho do historiador; negação do fato, mal uso das fontes históricas; apologia de regimes; figuras e atitudes nefastas – ações que são colocadas como sendo parte da “operação revisionista” como aponta o “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo”.

Nesse sentido, faz bem Pereira (2022) em apontar a existência de conceitos como “inscrição”; “não inscrição”; “negação” e “negacionismo” para tratar das ressignificações e abusos cometidos com a história da ditadura civil-militar brasileira. Porém, tanto Pereira (2022) quanto Bauer (2017) erram ao usar o conceito de “revisonismo” dentro do arcabouço teórico de crítica aos diversos “negacionismos” sobre o regime ditatorial civil-militar de 1964. O conceito de “negacionismo” não traz em sua história um sentido positivo, muito diferente do conceito de “revisonismo”. Não somente isso, parece que tanto Pereira (2022) quanto Bauer (2017) ao conceitualizarem o conceito de “revisonismo” acabam por atrelar a este conceito uma ideia de uso político da historiografia que acaba por ser distorcer fontes e fatos históricos. Concordamos que parte da historiografia e da rememoração histórica sobre a ditadura civil-militar de 1964 distorce fontes e métodos para usos políticos – ligados a Nova Direita. Porém, discordamos que isso seja um “revisonismo”, mas sim propriamente uma historiografia “equivocada”; “errônea” em relação as práticas científicas da história; “abusiva da história” a partir do conceito de Baets (2013) e por fim um “negacionismo” dos debates historiográficos científicos que requerem rigor de pesquisa e análise.

Portando, os argumentos aqui apresentados repousam na diferenciação que Koselleck (2006) e Prost (2020) realizaram dos conceitos históricos que surgem em diversos contextos sociais e períodos e do conceito histórico para uso “hermenêutico” do historiador. Nesse sentido, defendemos que o conceito de “revisonismo” acaba por ser um conceito “hermenêutico” para classificação de determinadas historiografias podendo ser utilizado principalmente na disciplina da história da historiografia. No entanto, com o passar dos anos, uma historiografia ou um “movimento historiográfico” não consegue mais ser “revisonista”, ou seja, não

existe “revisionismo eterno”.

Porém, tanto o “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” com a crítica ao “revisionismo” atual quanto autores que apontam o “negacionismo” como Vidal-Naquet (1988); Pereira (2022); Bauer (2017) e outros acabam por não focar somente nos aspectos “científicos” da historiografia analisada. Assim, os textos considerados “revisionistas” e “negacionistas” não tem somente sua “falta de cientificidade” criticada ou o mal manejo de fontes históricas e das metodologias interpretativas. Os “revisionismos” e os “negacionismos” tem seus autores e suas produções analisadas – e assertivamente criticadas – por aquilo que Michel de Certeau (2020) chamou de “lugar social de produção” do conhecimento histórico. Questões como os motivos; os lugares; as ambições; a economia e a políticas entorno da produção de historiografias “revisionistas”/“negacionistas” são avaliados.

Esses questionamentos ainda desdobram naquilo que Certeau (2020) analisou como sendo a “prática” do conhecimento histórico, ou seja, como historiadores manejam documentos históricos e como estão inseridos na academia e fora dela. Nesse sentido, também é possível observar uma preocupação com a responsabilidade social do historiador e quais os impactos de suas considerações de pesquisa para a sociedade – onde o “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” deixa muito claro suas aspirações de crítica aos usos sociais do conhecimento histórico”.

Portanto, é possível afirmar que o uso do conceito de “revisionismo” na historiografia feita pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” parte muito mais de uma crítica a responsabilidade social do pesquisador ao produzir suas obras do que por características científicas (metodológicas e provas documentais). Aqui se recupera o sentido do termo “revisionismo” como “traição” a classe trabalhadora recuperado pela análise histórica de Galastri (2015) ou pela “traição” a uma “ortodoxia dominante” avaliada por Traverso (2012). Porém, existiria um conceito que pudesse substituir a ideia de “revisionismo” e que busque abarcar tanto a crítica da própria epistemologia da pesquisa histórica e a responsabilidade social do historiador? Concordamos que alguns dos historiadores criticados pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” podem ser avaliados a partir da teoria do abuso da história proposta por De Baets (2013). Nesse sentido, historiadores que, sem intenção de causar dano, interpretem equivocadamente historiografias ou fontes históricas; adulterem fontes; destruam arquivos ou cometam erros metodológicos

possam recair como historiadores “irresponsáveis”. Já quando esses “erros” são elaborados propositalmente com finalidade política ou com interesse econômico podemos os chamar de “abusadores da história” ou de “historiografia abusiva”. Aquele historiador que é “irresponsável” ou “abusivo” acaba por, tanto em método e teoria, quanto em responsabilidade, causar dano aos leitores; estudantes e a sociedade como um todo. Isso inflige até mesmo os direitos humanos como aponta De Baets (2011) já que o direito a história é algo fundamental para nossas sociedades.

Outra possibilidade é a qualificação de determinadas historiografias como “nacionalista”; “liberal”; “neoliberal”; “polemista”; “conservadora”; “neoconservadora”; “direita”. Enfim, várias pechas que, se o sentido é ofender ou mesmo qualificar uma determinada historiografia, deve vir acompanhada com a própria história do conceito ou uma densa avaliação da ideia – algo que nem sempre acompanha o uso do conceito de “revisonismo”. Novamente, os usos desses rótulos também devem ser evitados pois nem sempre dão conta da crítica historiográfica da pesquisa em si, sendo mais direcionadas a ofensa ao próprio historiador. Também podemos qualificar certos historiadores como “negacionistas” da história já que o “negacionismo” não se refere somente a “negação” do fato, mas também do próprio conhecimento histórico, de suas teorias e métodos, dos seus procedimentos que o constituem como ciência e uma das diversas maneiras de conhecer o passado. Por fim, também a partir da análise ética de De Baets (2011), podemos qualificar aqueles historiadores que cometem abusos intencionais da história como “antiéticos”, na medida que impedir ou fracionar a possibilidade de conhecimento do passado – em outros casos em mentir propositalmente – acaba por ferir um direito fundamental da humanidade.

O conceito de “revisonismo” também recai em uma constante da ciência. Para realizar algo novo, devemos retomar o que já foi elaborado e apontar as falhas e lacunas para poder preenche-las. De fato, todo cientista é “revisonista” pois não ficará refazendo pesquisas e análises já elaboradas anteriormente. Porém, defendemos que, cada vez mais, somos motivados a sermos “revisonistas”. É possível perceber essa característica na dica de Darnton (2010) para a publicação de teses históricas: “seja revisonista!”. Como mostra Araujo (2016) e Ginzburg (2014), cada vez mais somos pressionados para a publicação de artigos de periódicos com nível Qualis mais alto, com maior grau de inovação e maior alcance, mesmo que isso signifique que não lemos os artigos de nossos pares ou que deixemos de lado a

característica da formação de novos historiadores na graduação e pós-graduação.

Muito dos cursos de pós-graduação não necessariamente vivenciam essa “pressão” pela “inovação” onde, principalmente aqueles fora do sul brasileiro, lutam mais pela sua “sobrevivência” enquanto programa de pós-graduação do que pela proposição de novas pesquisas. No entanto, nosso argumento ainda parece prevalecer: sempre será bem-vinda a “inovação” na pesquisa e quanto mais “novidade” melhor. Porém, melhor em que sentido? Produzir novas pesquisas e trabalhos originais – preferencialmente na pesquisa histórica elaborada por um único autor – pode influenciar em diversas áreas: seja na prática do historiador em atividades com o grande público (publicação de livros; curadoria; exposições; consultorias...) ou até mesmo no acesso a concursos públicos e vagas de emprego para professores de história. Nesse sentido, cada vez mais precisamos produzir novidades em pesquisas ou em publicações influenciando diretamente em ganhos econômicos e acadêmicos.

Nesse regime de produção de conhecimento histórico podemos perceber, portanto, não necessariamente um produtivismo, mas sim uma preocupação ocorrente de sempre um “inovismo”. Essas “inovações” devem ocorrer, sempre no menos período de tempo possível com uma determinada regularidade. Com essa produção acelerada juntamente com um capitalismo que interfere diretamente no trabalho do historiador – como funcionário público ou em alguns casos como Pessoa Jurídica (SILVEIRA, 2020) – é possível que existam “erros” no trabalho historiográfico. Agora é importante, no nosso ponto de vista, diferenciar aqueles erros “intencionais” e os erros que possam ocorrer com qualquer trabalho de pesquisa – sem intenção. Por isso é importante o conceito de “abuso da história” (BAETS, 2013) onde a partir da teoria do abuso da história podemos elucidar algumas lacunas deixadas pelo conceito de “revisionismo”. Significa dizer que todos aqueles chamados de “revisionistas” pelo “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” se encaixem em “abusos da história”? Parece difícil e muito genérico, mas é possível encontrar semelhanças em atitudes consideradas “revisionistas” com aquelas do “abuso da história”.

Precisamos, porém, abrir um breve espaço para a análise do que chamamos de “inovismo”. É possível afirmar que o atual regime de produção de pesquisa historiográfica é baseado na inovação constante. Cada pesquisa historiográfica deve preencher as lacunas das produções anteriores e trazer algo de

novo para os diversos debates dentro da disciplina. É claro que afirmar o que seria essa “novidade” dentro da pesquisa historiográfica não é algo simples. Não à toa que historiadores e historiadoras dedicaram um dossiê inteiro dentro da revista *History and Theory* de 2007 para discutir o assunto – principalmente a partir do conceito de “revisãoismo” já explorado nesta pesquisa. Ainda nos resta uma dúvida: é possível comprovar empiricamente a existência desse chamado “inovismo”?

Para isso, o mais simples deve ser feito: analisar todas as pesquisas historiográficas feitas desde a graduação para observar suas “inovações”. Partindo principalmente de artigos científicos e de livros publicados, devemos olhar para esses debates historiográficos a fim de procurar seus avanços e limites. Em primeiro lugar, realizar tal procedimento qualitativo e quantitativo requer uma análise de fôlego extensa – não sendo possível realizar algo desse parâmetro nesta dissertação. Segundo, a própria disciplina da história da historiografia e dentro das outras áreas de pesquisa em história já realizam diversos balanços e levantamentos de pesquisas para indicar o possível “progresso” desses debates. No entanto, é necessário diferenciar o lugar de produção das pesquisas historiográficas. O lugar privilegiado de pesquisa no Brasil é a Pós-Graduação – e como mostra a pesquisa de Benthien (2022, p. 105) a partir da análise do indicador Qualis o lugar próprio de pesquisa no Brasil é a filiação institucional na Pós-Graduação. A graduação tem como característica um ensino pela “formação” do professor de história e do historiador, até mesmo com a Iniciação Científica sendo um desses momentos de formação para a pesquisa historiográfica.

Já a Pós-Graduação, tanto no nível de mestrado quanto de doutorado (o primeiro menos do que o segundo), busca a elaboração e divulgação de pesquisas científicas. Rodrigues (2022, p. 65) aponta a partir do vocabulário de Pierre Bourdieu e da sociologia da ciência como a produção e publicação de artigos científicos em revistas científicas são parte fundamental das ambições de uma carreira acadêmica. Os ganhos com as publicações são tanto simbólicos (prestígio acadêmico; relevância) quanto materiais (bolsas de pesquisa; financiamento; progressão na carreira universitária). Como já mostrado, esses ganhos materiais também influenciam professores de história que ao conseguirem títulos de mestre e doutor conseguem somar mais pontos para concursos; melhor colocação em processos seletivos e facilidade para obtenção de empregos em outras áreas como a produção de livros didáticos.

Dentro das próprias publicações científicas na área de história podemos encontrar outro elemento de “pressão por novidade”: a ideia de “tema/problema original”. Rodrigues (2022, p. 87) ao discutir as fronteiras disciplinares entre a história e a sociologia aponta como para a aprovação e artigos científicos é necessário um tema e problema original e que siga com as “contribuições relevantes para a área”. Podemos ler a proposta de “original” como um dos instrumentos de avaliação das revistas científicas²⁵³ para evitar o plágio das ideias de outros autores e autoras. Além disso, é possível também ler a ideia “original” como algo próprio – tendo em vista o receio da disciplina de história pela publicação conjunta de artigos científicos. Somando o “tema/problema original” com as “contribuições relevantes para a área” podemos observar que o pesquisador deve propor algo original – diferente do que já foi produzido – e que seja algo relevante – não sendo “comum”. Portanto, se espera algo novo para as publicações científicas na área de história se formos observar os padrões de aceite das revistas científicas da área. Em resumo, para obtermos os benefícios gerados pelas publicações científicas – e quanto mais elevado for a avaliação das revistas melhor – precisamos ter pesquisas “originais” e que “contribuam com a área”, sendo necessário um grau de “novo”, de “inovação”.

Outros lugares que podemos encontrar a busca pela “inovação” é a própria ficha de avaliação dos programas de pós-graduação feito pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na parte de “Quesitos e Pesos para Programas Acadêmicos e Profissionais” observamos o quesito “Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa” (CAPES, 2020, p. 2). Nesse sentido, não necessariamente todos os programas realizem as inovações almejadas e expostas. É exemplo da argumentação do relatório quadrienal de avaliação dos cursos de pós-graduação no Brasil realizado pela CAPES. Sobre a criação de novos programas, o relatório aponta:

A tendência é que a área continue em expansão, particularmente na região menos contemplada por programas de pós-graduação que é a região Norte. Por outro lado, a criação de novos programas em regiões já bem servidas deve ser visto com cuidado e condicionado a que que novas propostas representem efetiva inovação e originalidade na área (CAPES, 2020a, p. 46)

Porém, é muito provável que em algum momento de nossa trajetória

²⁵³ Aqui me refiro principalmente as revistas científicas com melhores avaliações. No caso da publicação de Rodrigues (2022) é a revista de História da Historiografia com avaliação A1.

acadêmica já teve a impressão ao ler alguma pesquisa historiográfica que ela não deu “contribuições relevantes para a área” ou para nossa pesquisa “nada de novo” foi acrescentado. Nesse sentido, acreditamos existir, em uma redução problemática, vários tipos de “inovação” na pesquisa historiográfica. Portanto, parecem haver “inovações menores” e “inovações maiores” que podemos também ler como “contribuições menores” e “contribuições maiores”. Primeiro é necessário que nós mesmos reconheçamos que nem sempre nossas pesquisas irão “revolucionar” as estruturas científicas ou mudar uma matriz epistemológica. Muitas vezes nossas investigações acrescentam pouco nos diversos debates historiográficos. Porém, aqui consideramos “contribuições/inovações” uma variedade de aportes, como os estéticos (diversas maneiras de narrar a história); de tradução (um simples uso de bibliografia que não é comumente no debate brasileiro/local/regional); de fontes e metodologia (muito próximo daquilo que apontamos como sendo o “revisonismo”); de organização didática (explicação dos conteúdos da pesquisa ou de pesquisas anteriores).

Por fim, podemos apontar dois elementos. Um deles é que afirmar a existência de um “inovismo” na pesquisa historiográfica brasileira carece de uma maior análise empírica. Segundo, é muito provável que a “inovação” seja incentivada na pesquisa brasileira, seja tanto para historiadoras e historiadores quanto para professores de história; historiadores públicos; historiadores em arquivos. Nem sempre é possível realizar novas pesquisas, ter novas ideias ou revolucionar a disciplina. Mas, é sempre incentivado que isso ocorra. É nesse sentido que a frase de Darnton (2010) é elucidativa: é sempre bom ser “revisonista”, inovar em algo, mas nem sempre é possível.

Nossa pesquisa em nenhum momento ambiciona encerrar este debate acerca do conceito de “revisonismo”. Nesta investigação nos deparamos com limites de páginas, com um escopo documental grande – demandando análises mais específicas em outros momentos – e com diversas possibilidades de futuras indagações. No entanto, parece que nos resta a dimensão de “traição” intrínseca ao conceito de “revisonismo” levantada por Traverso (2012) e utilizada pelo “movimento crítico ao revisonismo contemporâneo” principalmente ao criticar Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Angela de Castro Gomes e Argelina Figueiredo. Logo dizemos: em uma crítica historiográfica que se preocupe com o desenvolvimento da ciência mais eticamente orientada não há espaço para ideias de “traição”. Isso não significa que busco um cientificismo e que ignoro o engajamento existente em toda a pesquisa

histórica. Porém, não faz sentido acusarmos outros historiadores de “traidores”. Não parece que Daniel Aarão Reis Filho “traiu” suas ideias socialistas, principalmente alinhados com um “reformismo” ou um “socialismo revolucionário”, nem que ele tenha se alinhado com a direita brasileira. E mesmo que tivesse, isso seria um qualificador para utilizarmos na crítica historiográfica?

Devemos perceber que a “traição” é sempre em relação a algo na visão de outrem. Daniel Reis seria um traidor na visão de quem? Quem ele traiu? Como qualificar as obras de Reis; Ferreira; Figueiredo e Gomes? É provável que nem tudo que esteja nesses textos seja ruim ou equivocado, mas pesquisas como a de Pereira (2022) e Pinha (2020) apontem caminhos melhores para a crítica historiográfica do que uma mera pecha de “traidor”.

Por fim, o que fazer com o conceito de “revisão”? Discordo com Traverso (2012) em relação a deixa somente o conceito para tratar do Bersteindebatte: a ideia de “revisão” apareceu em diversos contextos; temporalidades e lugares, não sendo possível enclausurar o termo. Concordo com Ávila (2021) e Spiegel (2007) para quem o conceito de “revisão” deva ser legado somente aquelas pesquisas de fato “revisãoistas” – inovadoras e com alta qualidade. Porém, apresento a necessidade de tomarmos em consideração a história do conceito em seus diversos ambientes, além de reconhecer o caráter perene da ideia de “inovação” intrínseca ao conceito de “revisão”: nada é “revisãoista” para sempre. Além disso, o conceito de “revisão” não pode ser empregado como sinônimo de “negacionismo”, onde ambos indicam ideias totalmente diferentes, tanto conceitualmente quanto em suas histórias.

É possível ser evitado, portanto, o uso do termo “revisão” como um qualificador “negativo” para aquelas historiografias “apologéticas”; “negacionistas”; “antiéticas”; “liberais”. Por outro lado, devemos sempre prezar pelo rigor conceitual dos qualificadores que utilizamos na crítica historiográfica, buscando sempre uma orientação no espaço e na história do conceito utilizado. Caso contrário, recairemos no risco de cometer injustiças com os pesquisadores e cair em erros conceituais com as investigações que buscamos avaliar. Se deve ser evitado o uso do conceito de “revisão” no sentido de historiografia “abusiva” e “antiética”, o uso do conceito está proibido? Nossa pesquisa não ambiciona isso, cada historiador pode usar o conceito a sua maneira devido a própria diversidade e ambiguidade do conceito. Porém, o que parece ser importante é sempre referenciar e localizar no espaço; tempo

e em a partir de qual debate parte o conceito de “revisionismo” utilizado.

Por fim, como aqui pensamos o conceito de “revisionismo” como inovação e qualidade nas pesquisas, a crítica do “movimento crítico ao revisionismo contemporâneo” organizada nas obras de Melo (2014) e Sena Júnior; Melo e Calil (2017) são consideradas – retirando o equívoco no uso do conceito de “revisionismo” como algo “abusivo” – por nós como um importante exemplo de “revisionismo histórico”. Lembrando que é sempre bom ser “revisionista” (DARNTON, 2010).

REFERÊNCIAS

- ALCALÁ, Guido Rodríguez. *Ideologia Autoritária*. Brasília: Funag/Ipri, 2005. Tradução de Luiz Felipe Viel Moreira e Marcela Cristina Quinteros.
- ALVES, Ronaldo Cardoso. *Aprender História com sentido para a vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses*. 2011. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica. *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro Ponteio, 2012.
- ARAUJO, V. L.. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, v. 12, p. 34-44, 2013.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. O regime de autonomia avaliativo no Sistema Nacional de Pós-Graduação e o futuro das relações entre historiografia, ensino e experiência da história. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 85-110, dez. 2016.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.
- AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, [S.L.], v. 42, n. 87, p. 161-184, ago. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-09>.
- BALESTRA, Juliana Pirola. História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina. *Antíteses*, [S.L.], v. 9, n. 18, p. 249, 31 dez. 2016. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2016v9n18p249>.
- BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?: história, historiadores e a comissão nacional da verdade*. Jundiaí: Paco, 2017.
- BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 195-203.
- BENITEZ, Alba Beatriz Salinas. *EL DOCUMENTAL GUERRA DO PARAGUAI – A NOSSA GRANDE GUERRA Y LAS VISIONES DE LOS PROFESORES*. 2018. 32 f. TCC (Graduação) - Curso de História - Licenciatura, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.
- BENÍTEZ, Carolina Alegre. La memoria de la Guerra de la Triple Alianza en la escuela paraguaya (1989-2020): nacionalismos, identidades y enseñanza de la historia. *Revista Estudios Paraguayos*, [S.L.], v. 38, n. 38-2, p. 255-283, dez. 2020. Kuaarara. <http://dx.doi.org/10.47133/38209>
- BENTIVOGLIO, J. Entre a história e o cânone: a ciência histórica oitocentista e seus textos fundadores. *História da Historiografia: International Journal of Theory and*

History of Historiography, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 175–186, 2011. DOI: 10.15848/hh.v0i8.275. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/275>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BENTHIEN, Rafael Faraco. Qualis periódicos na área de história: alguns apontamentos sobre os pressupostos, os resultados e os possíveis efeitos de uma avaliação. In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). *A história (in)disciplinada*. 2. ed. Vitória: Editora Milfontes, 2022. p. 105-130.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história: Ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BREZZO, Liliana M. *Juan Emilliano O'Leary: el paraguay convertido en acero de pluma*. Asunción: El Lector, 2011.

CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a ditadura brasileira: uma interpretação revisionista. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi. *Contribuição a crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 79-112.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 15-51.

CARVALHO, Daniel Gomes de; VERDASCA, Rafael Santesso. *Pré Vestibular História Livro 4*. São Paulo: Editora Poliedro, 2022.

CAVALCANTI, E.; ROCHA, H. Disputas pela História, pelo Ensino e pela Docência: desafios de uma luta permanente. *Escritas do Tempo*, v. 2, n. 5, p. 04-09, 30 out. 2020.

CERRI, Luis Fernando (org.). *Os jovens e a História: Brasil e América do Sul*. Ponta Grossa: Ed. Uepg, 2018.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

CEZAR, Temístocles; AVILA, Arthur. Hayden White (1928-). In: BENTIVOGLIO, Julio; AVELAR, Alexandre de Sá. *Afirmção da história como ciência no século XX: de Arlette Farge a Robert Mandrou*. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 69-83.

CHARTIER, Roger. *Os Desafios da Escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Usos políticos de la historia: lenguaje de clases y revisionismo histórico*. [S.l.]: Sudamerica, 2013. Edição espanhola.

COELHO, Eurelino. Uma história no futuro do pretérito?: armas e sutilezas da nova historiografia do golpe de 1964. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi. *Contribuição a crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 113-139.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Relatório de Avaliação (História)*. (s. l.): (s. n.), 2020a.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Fichas de Avaliação (História)*. (s. l.): (s. n.), 2020b.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da. Relações de força e limites da ética historiográfica: a representação histórica no debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White. *Revista Sinais*, [S.l.], v. 1, n. 15, p. 16-33, jun. 2014.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE BAETS, Antoon de. Uma teoria do abuso da História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17-60, 2013. Tradução: Patricia S. Hansen.

DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografia argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2013. Ebook.

DIAS, André Bonsanto. Um Brasil (em) Paralelo: as “verdades” da ditadura e sua historicidade mediada como um empreendimento político. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 12., 2019, Natal. *Anais [...]*. Natal: Ufrn, 2019. p. 1-15. Disponível em: <https://bit.ly/3pf3eRx>. Acesso em: 5 maio 2021.

DONGHI, Tulio Halperin. *El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006.

DUMOULIN, Oliver. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74, 2017. DOI: 10.5965/2175180309202017005. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 4 dez. 2021.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882004000100003>.

FIGUEIREDO, Tatiana da Silva Poggi de. Revisitando o fascismo: o revisionismo e a relativização do conservadorismo. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). *Contribuição a crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 193-224.

FITZPATRICK, Sheila. Revisionism in Soviet History. *History And Theory*, [S.l.], v. 46,

n. 4, p. 77-91, dez. 2007.

FONTANA, Josep. *Historia: analisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: Editorial Crítica, 1982.

FONTES, Virgínia. Prefácio. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). *Contribuição a crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 7-15.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALASTRI, Leandro. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas: Autores Associados, 2015.

GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 211-232.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Tradução de Jônatas Batista Neto.

GINZBURG, Jaime. Periódicos acadêmicos: antagonismo entre produção e leitura. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, [S.I.], v. 5, n. 1, p. 10-41, jan./jun. 2014.

GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. O campo da história e as "obras fronteiriças": algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação. *Revista Ieb*, [S.I.], v. 1, n. 48, p. 13-30, mar. 2009.

GOES, Andrew Cesar de. *A GUERRA DO PARAGUAI EM MANUAIS DIDÁTICOS: fontes para análise da cultura escolar e da cultura histórica*. 2018. 32 f. TCC (Graduação) - Curso de História - Licenciatura, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

GORMAN, Jonathan. The commonplaces of "revision" and their implications for historiographical understanding. *History And Theory*, [S.I.], v. 46, n. 4, p. 20-44, dez. 2007.

HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêm a revolução francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUGHES-WARRINGTON, Marnie. The "ins" and "outs" of history: revision as non-place. *History And Theory*, [S.I.], v. 46, n. 4, p. 61-76, dez. 2007.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio: Edições Loyola: Iuperj, 2006.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Revista Tempo e Argumento*, [S.L.], v. 10, n. 23, p. 204-251, 20 abr. 2018. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310232018204>.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Puc Rio, 2006.

LENIN, V. Marxismo e revisionismo. *Geminal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 414–421, 2020b. DOI: 10.9771/gmed.v12i2.39012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/39012>. Acesso em: 8 dez. 2021.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O que fazer?: questões candentes de nosso movimento*. São Paulo: Boitempo, 2020a.

LIMA, Leticia Consalter de. *Stroessner: biografia, história e propaganda (1972-1979)*. 2018. 80 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

LOFF, Manuel. Depois da Revolução?...: revisionismo histórico e anatemização da revolução. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 53-66.

LOFF, Manuel; SOUTELO, Luciana. A suspensão da ideia de Revolução na contemporaneidade: o caso português. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). *Contribuição a crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 143-162.

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: história e historiografia da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. *Estudios Historicos*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 1-29, ago. 2009.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre public history. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, [S.L.], v. 7, n. 15, p. 27-50, 8 maio 2014. Sociedade Brasileira de Teoria e História de Historiografia.

MARANTZ, Paul. Prelude to Detente: doctrinal change under khrushchev. *International Studies Quarterly*, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 501, dez. 1975. Oxford University Press (OUP).

MATTOS, M. B. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. *Revista História & Luta de Classes*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 07-18, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A*

miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 67-98.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2012.

MATTOS, Romulo. Revisionismo histórico e música popular: a tentativa de reabilitação de Wilson Simonal na memória social. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 209-238.

MEDVEDEV, Roi. O socialismo num país só. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo, o marxismo na época da III Internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 45-82. Volume 7.

MELO, Demian Bezerra de (org.). *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "civil-militar"?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, [s. l], v. 2, n. 27, p. 39-53, jun./dez. 2012.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 157-188.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 17-49.

MELO, Demian. A miséria da historiografia. *Outubro*, [s. l], v. 1, n. 14, p. 111-130, jul./dez. 2006.

MONTEIRO, Marcio Lauria. Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da "tese da continuidade" entre bolchevismo e stalinismo. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). *Contribuição a crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 225-258.

MORAES, L. E. S. NEGACIONISMO A EXTREMA-DIREITA E A NEGAÇÃO DA POLÍTICA DE EXTERMÍNIO NAZISTA. *Boletim Tempo Presente (UFRJ)*, v. 1, p. 3, 2013.

MORAES, L. E. S. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. In XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*, 2011.

OLIVEIRA, M. da G. de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. *História da Historiografia: International Journal of Theory*

and History of Historiography, [S.l.], v. 11, n. 28, 2018. DOI: 10.15848/hh.v11i28.1414. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>. Acesso em: 23 jul. 2021.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019). *Revista Transversos*, [S.L.], n. 18, p. 87-107, 27 abr. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.

PACIEVITCH, Caroline; CERRI, Luis Fernando. Esquerda ou direita? Professores, opção política e didática da história. *Antíteses*, [S.L.], v. 9, n. 18, p. 298-324, 31 dez. 2016. Universidade Estadual de Londrina.

PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos da Brasil Paralelo: uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). *Rebela*, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 101-110, jan./abr. 2020.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Lembrança do presente: ensaios sobre a condição histórica na era da internet*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

PICOLI, B. A.; CHITOLINA, V.; GUIMARÃES, R. Revisionismo histórico e educação para a barbárie: a verdade da “Brasil Paralelo”. *Revista UFG*, [S. l.], v. 20, n. 26, 2020. DOI: 10.5216/revufg.v20.64896. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/64896>. Acesso em: 31 maio. 2021.

PINHA, Daniel. DITADURA CIVIL-MILITAR E FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA COMO PROBLEMAS HISTORIOGRÁFICOS: interrogações desde a crise. *Revista Transversos*, [S.L.], n. 18, p. 37-63, 27 abr. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.

PRATA, Carmen. *O livro digital: um estudo de caso comparativo entre o impresso e o digital, na “coleção ditadura”*. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro., Rio de Janeiro, 2016.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte Autêntica Editora, 2020.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

REVISÃO. Aurélio. In: AURÉLIO, Dicionário. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. [S.l.]: Psd Educação, []. p. 0-0. Consultado no aplicativo Dicionário Aurélio. Disponível em: <https://bit.ly/3DxUsn5>. Acesso em: 7 dez. 2021.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCKWELL, Elsie; EZPELETA, Justa. A escola: relato de um processo inacabado de construção. *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.2, p. 131-147, jul-dez 2007.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Editora

Fulgor, 1965.

RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

RODRIGUES, Lidiane Soares. A doxa da heterodoxia: a avaliação dos pares e as condições de transgressão disciplinar. In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). *A história (in)disciplinada*. 2. ed. Vitória: Editora Milfontes, 2022. p. 65-104

ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy (1944-1987)*. Paris, Seuil, 1987.

ROVAI, Marta (org.). *Revisionismos*. A universidade esclarece. São Paulo: Mentis Abertas, 2020.

RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem Histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W.A Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. O que é a Cultura Histórica?: reflexões sobre uma nova maneira de abordar a história. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *Jörn Rüsen: contribuições para uma teoria da didática da história*. Curitiba: W.A. Editores, 2016. p. 53-82.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora Ufpr, 2015.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do *linguistic turn*: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, [S.L.], v. 12, n. 30, p. 312-343, 27 ago. 2019. Sociedade Brasileira de Teoria e História de Historiografia.

SCHURSTER, K.; DE MORAES LEITE, A. Disputas Historiográficas acerca do Nazismo e do Holocausto. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 386–406, 2021. DOI: 10.34019/2594-8296.2020.v26.30669. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/30669>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SEGRILLO, Angelo. Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens. *Projeto História*, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 63-92, ago./dez. 2010.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. A "boa memória": algumas questões sobre o revisionismo na historiografia brasileira contemporânea. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi. *Contribuição a crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 41-78.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi. Introdução. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi. *Contribuição a crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 17-25.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. Mito, Memória e História: a historiografia

anticomunista no brasil e no mundo. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 99-124.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). *Contribuição a crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo nas transições: negação dos conflitos e caminho aberto para o fascismo. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 163-192.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e construção social da "Ditabranda". In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 189-207.

SILVA, Pedro Manuel Batista da. O papel de Nikita Khrushchev no Complexo Militar e Industrial, no quadro da Guerra Fria. 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Políticas e Relações Internacionais, Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, 2014.

SILVEIRA, Marco Antonio. História e Política: a historiografia colonial. *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 169, p. 255-290, jul./dez. 2013.

SILVEIRA, Pedro Telles da. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. *Tempo & Argumento*, [S.l.], v. 12, n. 30, p. 1-28, maio/ago. 2020.

SOUTELO, Luciana de Castro. *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*. 2009. 410 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade do Porto, Porto, 2009.

SOUZA, Éder Cristiano de. Aprender, pensar e viver História Contribuições e questionamentos a partir de um estudo com professores e estudantes brasileiros e paraguaios. *Revista Antíteses*, v. 9, p. 18, 2017.

SPIEGEL, Gabrielle M.. Revising the Past/Revisiting the Present: how change happens in historiography. *History And Theory*, [S.l.], v. 46, n. 4, p. 1-19, dez. 2007.

SQUINELO, Ana Paula. Debates Historiográficos Contemporâneos: a Guerra do Paraguai e suas vias discursivas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA. A DINÂMICA DO HISTORICISMO: TRADIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS MODERNAS, 2., 2008, Ouro Preto. *Anais [...]*. Ouro Preto: Eudop, 2008. p. 1-10.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia: as falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 1, n. 19, p. 27-49, 2004.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Lisboa, Edições Unipop, 2012, 2ª ed.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. NEGACIONISMO: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, [S.L.], v. 42, n. 87, p. 13-36, ago. 2021. FapUNIFESP (SciELO).

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988. Tradução Marina Appenzeller.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2019. Tradução de José Laurêncio de Melo.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.